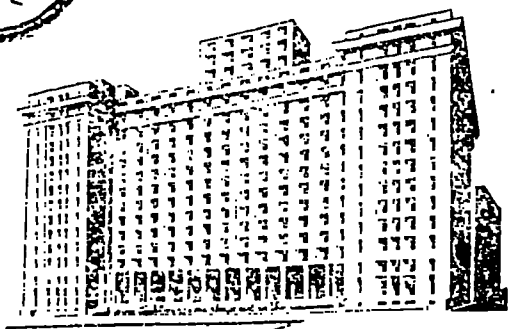


MINISTÉRIO DA FAZENDA

# RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXMO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
*GEN. EURICO GASPAR DUTRA;*  
PELO MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  
*PEDRO LUIZ CORRÊA E CASTRO*



EXERCÍCIO DE 1946

1948

IMPRENSA NACIONAL - RIO DE JANEIRO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA

A conflagração mundial determinou, nos países em guerra, o aumento excessivo do meio circulante. Todos os governos tiveram de recorrer a emissões de papel-moeda para enfrentar despesas extraordinárias, resultantes da luta de vida e de morte em que se empenharam.

O Brasil não escapou a essa contingência e teve de emitir para atender a encargos imprevistos da guerra a que foi arrastado, na defesa de sua soberania e da liberdade de todos os povos.

Forçoso é convir, entretanto, que *deficits* orçamentários consecutivos, resultantes de causas várias, bem como a necessidade de financiar a exportação, contribuíram de modo mais sensível para o aumento do meio circulante, do que propriamente as despesas extraordinárias da guerra.

Realmente, a circulação monetária, que ascendia a..... Cr\$ 2.543.337.413,40 em 31 de dezembro de 1930, elevou-se gradativamente até atingir Cr\$ 8.237.822.383,00 em 31 de dezembro de 1942; daí por diante subiu vertiginosamente, alcançando a cifra de Cr\$ 17.535.269.380,00 em 31 de dezembro de 1945.

O aumento considerável, verificado no curto período de três anos, de 1943 a 1945, originou inflação de graves conseqüências sobre nossa vida econômica, com reflexos inevitáveis sobre a situação financeira e sobre a própria ordem social e política, embora de menor intensidade.

A princípio, a ilusão de prosperidade, que todo excesso de circulação monetária ocasiona, deslumbrou aos menos precavidos. Com efeito, os negócios se multiplicaram, as caixas dos bancos regurgitavam de numerário, o crédito expandiu-se, permitindo tôda sorte de operações lucrativas, embora, na maioria dos casos, de mera especulação. Improvisaram-se banqueiros, criou-se um sem-número de bancos e casas bancárias, quase desprovidos de capital, apenas contando, para futuras operações, com recursos provenientes de autarquias e institutos de previdência.

Essa prosperidade ilusória não durou muito. A inflação, em sua marcha fatal, acarretou a alta dos preços de tôdas as utilidades; a elevação dos salários e vencimentos; o êxodo da população dos campos para as zonas urbanas, onde braços eram reclamados pelas indústrias e pelas obras e empreendimentos públicos; a conseqüente diminuição da produção agro-pecuária; em suma, a desorganização econômica, conseqüência inevitável da desorganização financeira. Os morros do Rio de Janeiro e de outras capitais encheram-se de favelas para abrigar a nova população e os aluguéis elevaram-se a preços quase inacessíveis.

A situação ainda foi agravada pela deficiência de transportes — falta de navios, de automóveis, de caminhões, de ônibus, de vagões e locomotivas para estradas de ferro, de trilhos, de combustíveis e de rodovias que permitissem a livre circulação de pessoas e bens.

Para enfrentar tais dificuldades adotaram-se medidas de emergência que não obedeciam a qualquer plano econômico ou financeiro, previamente estabelecido. Para a alta de preços das utilidades, criou-se o tabelamento; para a falta de produtos essenciais à vida, estabeleceu-se o racionamento. Essas medidas deram origem ao *mercado negro*, as *filas* e às mais verponhosas especulações.

A primeira providência adotada para minorar os efeitos da inflação foi o impôsto sobre lucros extraordinários, instituído pelo Decreto-lei n.º 6.224, de 24 de janeiro de 1944. Essa medida foi acompanhada de duas outras — os “Certificados de Equipamento” e “Depósitos de Garantia”, instituídas ambas pelo Decreto-lei n.º 6.225, também de 24 de janeiro de 1944.

O objetivo dessas medidas era estimular “a constituição de reservas para contrabalançar os efeitos de inflação” e “preparar o reaparelhamento do nosso parque industrial”.

Com êsse propósito, o impôsto de lucros extraordinários não foi uma medida de ordem tributária, deixando mesmo de ser exigido quando o contribuinte aplicava em “Depósitos de Garantia” ou “Certificados de Equipamento” quantia equivalente ao dôbro da que deveria pagar a título de impôsto. Não obstante, produziu, nos exercícios de 1944 e 1945, a apreciável receita de..... Cr\$ 499.037.104,70.

O sistema organizado era, porém, por demais complexo, de difícil fiscalização, fácil de ser iludido porque os lucros extraordinários eram calculados em função do capital. Quanto maior o capital, menores seriam os lucros extraordinários e, portanto, menor o tributo a pagar ou os depósitos em dôbro a efetuar. Assim, para muitos contribuintes, a elevação do capital, pela criação de

novos investimentos, o que a lei permitia, foi meio fácil de evitar o pagamento do tributo ou a aquisição de certificados de equipamento ou ainda a efetivação de depósitos de garantia.

Outra medida adotada, a subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra", instituída em 1942 para atender às necessidades da segurança nacional, produziu apreciáveis recursos, contribuindo, ao mesmo tempo, para a formação de reservas. O total subscrito atingiu a Cr\$ 4.308.278.547,40.

O impôsto sôbre lucros extraordinários e a subscrição de "Obrigações de Guerra" produziram, portanto.....  
Cr\$ 4.807.315.652,10.

O papel moeda emitido no mesmo período elevou-se a....  
Cr\$ 6.554.487.263,00 e teria atingido a Cr\$ 11.361.802.915,10 se não fôsse executadas as medidas a que nos referimos.

Os "Certificados de Equipamento" e os "Depósitos de Garantia" eram medidas monetárias aconselhadas pela técnica, e produziram o total de Cr\$ 1.094.000.000,00. O que se pretendeu por meio delas foi não só acumular reservas para o reaparelhamento de nosso parque industrial, como principalmente retirar da circulação importância correspondente aos referidos certificados e depósitos, o que contribuiria para reduzir a inflação. Este objetivo, entretanto, deixou de ser alcançado porque os depósitos eram efetuados no Banco do Brasil, confundiam-se com os recursos ordinários dêste, voltando imediatamente à circulação

Tais medidas não exerceram, assim, qualquer influência sôbre os efeitos da inflação.

Posteriormente foram adotadas duas outras medidas de real alcance econômico, cujos resultados, entretanto, não poderiam ser imediatos. Refiro-me ao Financiamento da Produção, instituído por Decreto-lei n.º 7.774, de 24 de julho de 1945, e à *Superintendência da Moeda e do Crédito*, instituída por Decreto-lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, "para impedir os efeitos da inflação em sua obra de desorganização econômica" e para exercer as funções de Banco Central, enquanto êste não se organizasse.

A *Superintendência da Moeda e do Crédito* pôs logo em prática várias medidas saneadoras do crédito e outras de ordem monetária. Entre estas, a exigência do recolhimento, aos seus cofres, de parte das disponibilidades de Caixa dos estabelecimentos bancários. O objetivo, que se tinha em vista, era a redução do meio circulante, mas a Superintendência depositava tais importâncias no Banco do Brasil e, por meio dêste, voltaram elas à circulação. A medida tornou-se, assim, tão inócua como as anteriormente mencionadas.

Até 29 de outubro de 1945 nenhuma outra tentativa se fez para combater a inflação, embora vozes autorizadas se levantassem, ora isoladamente, ora em memoráveis assembléias, como a realizada de Teresópolis, em abril de 1945, sugerindo medidas de grande alcance para a organização de um plano econômico-financeiro, no patriótico intuito de contribuir para a solução da crise.

No período subsequente, 29 de outubro de 1945 a 30 de janeiro de 1946, mais se agravou a situação. Se, por um lado, houve o decidido empenho de evitar novas emissões, recorrendo-se ao ouro existente, uma parte do qual foi vendida para fornecimento de numerário ao Tesouro, por outro elevaram-se de mais de dois bilhões de cruzeiros as despesas do exercício de 1946, com o aumento de vencimentos do funcionalismo, sem previsão de recursos destinados ao seu pagamento. Não obstante, é de justiça reconhecer que o eminente Sr. Dr. Pires do Rio, então Ministro da Fazenda, a despeito de sua notória capacidade e competência, não poderia, no curto prazo de três meses, adotar medidas capazes de sustar a inflação, cujos efeitos, nesse período, pareciam ter atingido ao auge.

## O SURTO INFLACIONISTA

Procurei esboçar, com fidelidade e a traços largos, o panorama da situação econômico-financeira, tal como se apresentava em 31 de janeiro de 1946. Limitei-me a citar fatos incontestáveis, suscetíveis talvez de diversa interpretação. A verdade, entretanto, é que, na data referida, quando Vossa Excelência assumiu o Governo, encontrava-se o país sob a premência de crise sem precedente em todo o curso de nossa história. Crise econômica; crise financeira; crise de produção; crise de transportes; crise de gêneros de primeira necessidade; crise de habitações; e, finalmente, a tudo sobrelevando, crise de confiança. Daí originaram-se filas, tabelamentos, graves e justificadas inquietações sociais, que acarretaram ainda maiores perturbações à nossa vida econômica. Ante tal situação, foram adotadas medidas de ordem econômica, entre as quais sobressaem, pelos seus efeitos, a extinção da taxa de 15 xelins que pesava sobre o café (Decreto-lei n.º 9.410, de 28 de junho de 1946), e a extinção do Departamento Nacional do Café (Decreto-lei n.º 9.068, de 15 de março de 1946).

Recorreu-se também a medidas de ordem monetária, consubstanciadas nos Decretos-leis n.ºs 9.025, 9.159 e 9.522, respectivamente de 27 de fevereiro, 10 de abril e 26 de julho, cujo objetivo era reduzir o meio circulante pela formação de reservas, consti-

tuídas pelos lucros extraordinários auferidos durante o período de inflação, as quais seriam restituídas logo que a situação se normalizasse.

Essas medidas, do mesmo modo que as anteriores, deixaram de produzir o efeito esperado porque tais reservas, acumuladas no Banco do Brasil e em outros bancos, confundiam-se com os recursos ordinários desses estabelecimentos, voltando evidentemente à circulação.

Foram tomadas ainda as seguintes medidas: liberdade para a remessa de lucros do capital estrangeiro aqui aplicado e o retorno deste (Decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946); revogação da subscrição compulsória das Obrigações de Guerra (Decreto-lei n.º 9.138, de 5 de abril de 1946); substituição do imposto de lucros extraordinários pelo imposto adicional de renda (Decreto-lei n.º 9.522, de 10 de abril de 1946); imposto sobre lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedade imobiliária (Decreto-lei n.º 9.330, de 10 de junho de 1946); criação da Caixa Hipotecária de Liquidação (Decreto-lei n.º 9.900, de 17 de julho de 1946).

### “DEFICIT” DE 1946

O exercício de 1946 foi iniciado com *deficit* superior a três bilhões de cruzeiros, sendo que mais de dois bilhões correspondiam ao aumento de vencimentos dos servidores do Estado, autorizado pelo Decreto-lei n.º 8.512, de 31 de janeiro de 1945.

A medida era justa e inadiável, mas a despesa que acarretava, de caráter permanente e irreductível, influenciando, portanto, em orçamentos subsequentes, foi autorizada depois de prevista a receita e fixada a despesa do exercício. Teve, assim, o Tesouro de atender a novos encargos, sem que, para isso, fôsem previamente criados os recursos indispensáveis.

Foi essa a tremenda herança que coube a Vossa Excelência receber e que Vossa Excelência aceitou com plena consciência das responsabilidades e da tarefa ingente que teria de realizar para salvação do Brasil.

Não foi, não seria possível, no correr do exercício, obter receita adicional capaz de cobrir *deficit* de proporções tão elevadas.

A economia realizada nas despesas e o acréscimo verificado na receita, permitiram, entretanto, reduzir o *deficit* de.....  
Cr\$ 3.123.149.639,70 a Cr\$ 2.632.968.265,50.

Essa importância foi coberta com recursos fornecidos pelo Banco do Brasil que, para êsse fim, teve de recorrer à Carteira de Redescontos.

Assim, por força das circunstâncias, mais uma vez foi necessário lançar mão de emissões de papel-moeda para cobrir *deficit* orçamentário.

Tivemos de nos valer também de idêntico recurso para adquirir cambiais resultantes da exportação, as quais se apresentaram no mercado em valor muito superior aos dos saques para pagamento de importações.

O valor total do papel-moeda emitido, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 1946, foi de.....  
Cr\$ 2.958.862.091,00.

O total do papel-moeda em circulação, na última data, elevou-se, assim, a Cr\$ 20.493.850.061,00. A inflação havia atingido ao máximo. Tornava-se indispensável pôr um paradeiro ao surto inflacionista. Assumindo o exercício do cargo a 23 de outubro, não me coube pròpriamente a execução do orçamento e sim presidir ao seu encerramento.

## PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A ineficácia das providências postas em prática para combater a inflação, trouxe a todos a convicção de que se tornava indispensável adotar medidas de caráter permanente, não só de ordem monetária, como principalmente de ordem econômica e de ordem financeira, capazes de restaurar a economia e as finanças nacionais, tão profundamente abaladas. Foi sem dúvida inspirado por êsse pensamento que Vossa Excelência tomou a iniciativa, recebida com aplausos unânimes em todo o país, da elaboração de um plano econômico-financeiro. Tal iniciativa vinha, com efeito, ao encontro de anseio geral, especialmente das classes produtoras que, na órbita econômica e financeira, caminhavam sem rumo certo, porque não havia orientação a seguir.

Êsse plano econômico-financeiro pode ser resumido em três itens:

- A — Combate à inflação;
- B — Expansão econômica;
- C — Reforma tributária.

Tornam-se necessários breves esclarecimentos sôbre cada um desses itens.

Para combater a inflação é indispensável:

1. Conseguir o equilíbrio orçamentário, reduzindo as despesas ao limite dos recursos ordinários. Para êsse efeito, serão adiadas tôdas as obras que não sejam consideradas de necessidade urgente; as de caráter não reprodutivo e as suntuárias; bem como suspensas aquelas cuja paralisação não determinê prejuízo pelo abandono de materiais já utilizados ou adquiridos.

2. Promover o aumento da produção, de modo que o maior volume de artigos produzidos possa absorver o excesso do meio circulante.

---

Sòmente depois que se conseguir o equilíbrio orçamentário e a consolidação da dívida flutuante, se poderá pensar em deflação e esta deverá ser procedida paulatina e cautelosamente, de modo a evitar perturbações de ordem econômica, em geral de consequências muito mais desastrosas que as resultantes da própria inflação.

A deflação será realizada com recursos provenientes do —Fundo de resgate do papel moeda—, que será criado para êsse fim.

---

A expansão econômica será estimulada:

1. Pelo afastamento de todos os obstáculos criados à produção, distribuição e circulação das riquezas.

A conveniência da extinção de vários órgãos oficiais, criados a título de economia dirigida, será examinada em cada caso, adotando-se providências que consultem os interesses da produção. Do mesmo modo se procederá relativamente à revogação de tôdas as leis que restringem a liberdade de comércio, a distribuição e circulação das utilidades produzidas.

2. Pela assistência financeira, que será proporcionada pelo crédito bancário, organizado em moldes clássicos, porém com a elasticidade indispensável para atender com eficiência às nossas necessidades.

Com êsse objetivo será formulado um projeto de *Lei bancária* que, além de estabelecer normas para a constituição e funcionamento dos bancos, criará um banco nacional de emissão, redesconto e câmbio, um banco nacional de crédito hipotecário além de outras instituições de crédito destinadas a fomentar as atividades da agricultura, da pecuária, da indústria e do comércio.



O Estado participará do capital desses bancos e a parte dos lucros, que lhe fôr atribuída, será destinada ao — Fundo de resgate do papel moeda.

O projeto de lei bancária e os estatutos dos bancos a que me referi serão, em tempo, submetidos à consideração de todos os banqueiros do país, que apresentarão as sugestões que lhes pareçam convenientes.

---

A expansão econômica será ainda estimulada por medidas de grande alcance, cuja execução não depende propriamente do Ministério da Fazenda, embora com o mesmo tenham certa conexão, porém cuja importância recomenda a sua divulgação.

São as seguintes:

1. Coordenação das forças produtoras principais — *o capital e o trabalho* —, ou seja *o empregador e o empregado*.

A sua mútua dependência determina a necessidade da coordenação de ambos, que resulta principalmente da *justa remuneração* do trabalho, o que significa *salário tal* que permita existência digna, isto é, a coberto das necessidades essenciais da vida — alimentação, habitação, vestuário, saúde e higiene.

Só por esse meio se evitarão dissídios e greves prejudiciais à produção, como ainda o recurso à mendicância, ao latrocínio e à revolta.

Esses motivos justificam a intervenção do Estado no estabelecimento do salário mínimo, ouvidos os interessados e estudadas convenientemente as peculiaridades de cada região.

Relativamente à saúde e à higiene, torna-se indispensável a assistência médica. Muito já se tem feito nesse sentido em benefício do trabalhador das zonas urbanas, mas é indispensável não deixar ao desamparo o trabalhador das zonas rurais. O homem atacado de paludismo, de verminose, doente, enfim, não pode produzir com eficiência.

A medida deverá ser completada pela alfabetização do trabalhador, o que torna imprescindível o aumento do número de escolas existentes, principalmente das escolas rurais, de ensino primário.

Finalmente, será necessário desenvolver a organização dessas duas forças — *empregados e empregadores* em sindicatos, a fim de facilitar a assistência do Estado, que não poderá ser exercida individualmente, exceto nos grandes centros de população, sobre

milhões de indivíduos, dispersos por um vasto território, como o nosso.

Os sindicatos possibilitam ainda a organização de cooperativas de produção, de consumo e de crédito, que são organismos, não só de defesa econômica, como ainda de união do capital e do trabalho, transformando o empregador e o empregado em verdadeiros cooperadores na tarefa comum.

## 2. Facilidades de transporte e seu barateamento.

Será necessário melhorar as rodovias existentes, dando-lhes pavimentação adequada, bem como construir novas, ligando as zonas de produção aos centros consumidores e aos portos e estações ferroviárias mais próximas.

As estradas de ferro, por sua vez, deverão ser aparelhadas de material moderno e abundante, adequado a tôda sorte de transportes, com capacidade suficiente para o escoamento das safras das zonas servidas pelas mesmas.

É indispensável, também, a aquisição de navios, o reaparelhamento de portos, a desobstrução de rios navegáveis e a abertura de canais, a fim de melhorar as condições de transporte marítimo e fluvial, que são por demais deficientes.

A modicidade dos transportes é também condição indispensável. Muitas vezes o preço elevado do transporte impede a produção e, de modo geral, é uma das causas da elevação do preço dos gêneros de primeira necessidade.

## 3. O aparelhamento mecânico não só da indústria como da agricultura.

A nossa indústria está necessitando de aparelhamento mecânico moderno, em substituição às antigas máquinas, desgastadas pelo uso e, muitas, já em desuso nos países de origem pelo seu pequeno rendimento. Essa é a razão principal por que produzimos pouco e por preço elevado.

Se, além de adquirir novas máquinas mais aperfeiçoadas, mecanizarmos completamente a indústria, economizando o mais possível o trabalho individual, não somente sobrarão braços para novas indústrias, como ainda teremos a produção industrial elevada e o preço de custo reduzido.

O que afirmamos relativamente à indústria, aplica-se igualmente à produção agrícola, que só poderá desenvolver-se e ser obtida a baixos preços pela mecanização perfeita e completa.

## 4. A assistência técnica, que é indispensável à indústria, à agricultura e às atividades pecuárias.

Sòmente técnicos experimentados poderão encaminhar a mecanização da indústria e da agricultura, indicar novas máquinas, novos processos de fabricação e novos métodos de trabalho, a fim de se obter um rendimento máximo. Isso mostra a necessidade de se organizar, quanto antes, em bases sólidas, o ensino profissional, de modo a se conseguir os técnicos indispensáveis a essa grande tarefa.

5. O estabelecimento de postes de expurgo e armazenamento de grande capacidade, nos portos e centros produtores, de modo a se poder conservar os artigos produzidos por período mais ou menos longo, até que se verifique o seu consumo ou a sua exportação.

---

O nosso sistema tributário tem sofrido as mais veementes críticas. É urgente sua revisão e reforma, a fim de se adotar uma política tributária com fundamento econômico e não baseada apenas nas necessidades fiscais.

Será indispensável, para essa reforma, o exame detalhado de cada tributo, a fim de suprimir, reduzir e reajustar taxas excessivas ou fixadas arbitrariamente.

Precisamos também não esquecer a inconveniência de ficar o tributo dependente do arbítrio da autoridade fiscal; a inconveniência de ônus diretos sôbre a produção, que é sempre causa de desânimo dos produtores e deverá, por isso, ser evitada; finalmente, a inconveniência de se permitirem multas, a não ser em caso de fraude ou reincidência.

Em linhas gerais é êsse o plano econômico-financeiro que, ao assumir o exercício do cargo, em 23 de outubro de 1946, declarei que iria executar com fidelidade e perseverança, certo de que, sòmente por êsse meio se poderia conseguir a melhoria, o saneamento, a normalização de nossa situação econômica e financeira.

## EXECUÇÃO DO PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A ação que me cumpre desenvolver, no exercício de 1947 está, assim, delimitada por êsse plano, cuja primeira recomendação é o combate à inflação.

O combate à inflação não é um problema especial e restrito. Precisamente por seu caráter monetário é que constitui problema amplo, que abrange a economia em todos os seus movimentos de interdependência, no espaço e no tempo.

Em virtude de tal complexidade, tornava-se indispensável destacar os fenômenos essenciais, ressaltando os fatos preponderantes, a fim de traçar um programa limitado, bem definido e perfeitamente executável.

Perscrutando as causas do aumento considerável do meio circulante, verificado a partir de 1930, encontramos duas fases distintas. Na primeira, que vai de 1930 a 1942, o acréscimo de meios de pagamento provinha notoriamente de causas internas, *deficits orçamentários*; que se acumulavam de ano para ano.

A partir de 1942 a expansão monetária teve origem, não só nos *deficits* orçamentários, como principalmente no financiamento do comércio exterior e nas remessas de fundos pertencentes a estrangeiros.

Em 1942, as estatísticas demonstram que 85% do aumento do meio circulante decorre do acréscimo de saldos da balança de pagamentos, 15% apenas provindo de causas internas. Em 1943, o fator externo é menor, mas ainda acentuado: 50% do aumento do meio circulante corre por conta dos saldos da balança de pagamentos. Em 1944 e 1945, a influência de nossas exportações, na expansão monetária, é menos acentuada: apenas 30% do aumento do meio circulante deriva de origem externa. Em princípio de 1946, verifica-se novo surto na expansão monetária, devido às exportações. Todavia, de meados do ano em diante, o saldo da balança comercial começou a declinar. Para se chegar, entretanto, à situação de poder regular o meio circulante, será indispensável eliminar o principal foco de inflação — que é o desequilíbrio orçamentário. A existência de um Tesouro inflacionário tornará impossível a ampliação do crédito em favor da produção. De fato, se expandirmos o crédito e, paralelamente, o meio circulante, permitindo novas emissões de papel-moeda para cobrir *deficits* orçamentários, prosseguiremos na inflação.

Tudo depende, portanto, do equilíbrio orçamentário e este só poderá ser alcançado de modo definitivo, permanente, pela redução das despesas e pela criação de novas fontes de receita. É forçoso abandonar a política de emitir papel-moeda para cobrir *deficits* orçamentários. O país não está em situação de suportar novas emissões.

Por outro lado, não sendo possível reduzir o meio circulante, pela queima ou recolhimento de papel-moeda, não só porque para isso nos faltam recursos, como ainda para evitar os inconvenientes de uma rápida ou violenta deflação, será necessário promover a expansão econômica, de modo que o maior volume de artigos produzidos possa absorver o excesso de meio circulante.

No correr de 1947, além do equilíbrio orçamentário, do qual, repito — *tudo depende*, nosso problema máximo consiste, portanto, no aumento da produção.

Se levarmos a análise ao fundo dêsse problema, verificaremos que nêle influem três fatores: — o homem, a terra e o capital. Não podemos duvidar da capacidade e do valor do homem brasileiro, já provado em todos os ramos de atividade. A nossa terra, em geral fertilíssima, ainda em grande parte coberta de florestas, pode abastecer população muitas vezes superior à atual. O capital, porém, que já de si tem por qualidade essencial a raridade, no Brasil, país novo, que não teve tempo de acumulá-lo em grandes proporções, além de escasso é sem disciplina, pela inexistência de disposições legais que o impeçam de empregar-se em especulações lucrativas, em detrimento da expansão econômica.

Os fatores de produção se vinham combinando segundo determinada lei e impulsionando o nosso progresso econômico em certo ritmo. A inflação perturbou êsse estado de coisas. Os salários elevados de hoje exigem maior soma de recursos para que se possa aumentar a produção. Se a agricultura dava outrora pingues rendimentos, em virtude da mão de obra abundante e a baixo preço, hoje, com os salários altos, somente com a mecanização, a irrigação e adubação artificial poderá desenvolver-se e produzir lucros satisfatórios. Como na agricultura, também na indústria a solução está, em grande parte, no aumento de recursos, pela inversão de novos capitais ou pelas facilidades de crédito apropriado e a taxas módicas de juros.

A economia nacional, para solução de seus problemas, hoje mais do que em qualquer época do passado, tem, portanto, absoluta necessidade da expansão de recursos atraindo novos capitais e facilitando o crédito a tôdas as atividades produtoras.

Muita gente pensa que nos poderemos enriquecer, isto é, aumentar o capital nacional, pela expansão da moeda. Confunde-se lamentavelmente capital com moeda. O aumento do meio circulante só pode produzir a inflação, com suas inevitáveis e desastrosas conseqüências. Os Estados Unidos são o país mais rico do mundo, não porque detêm quase todo o ouro do universo, nem porque a sua moeda seja o dólar, mas porque a sua produção anual atinge a cêrca de 200 bilhões de dólares. Quando se diz que há "fome de dólares", quer se dizer com isso que há "fome de mercadorias", porque só a América pode produzi-las suficientemente para abastecer o mundo e somente o dólar circula como moeda de troca entre o povo americano.

Não será, pois, a expansão monetária que trará qualquer aumento de produção, mas, sim, o trabalho incessante da terra,

das fábricas, para isso tornando-se indispensável empregar todos os recursos próprios e os que, com o mesmo fim, pudermos obter do exterior.

Mais do que nunca temos hoje necessidade de oferecer amplas garantias ao capital, seja interno, seja externo, em benefício do desenvolvimento econômico.

Além do equilíbrio orçamentário que será a tarefa principal, teremos de reunir todos os recursos atualmente esparsos e discipliná-los por intermédio de organização bancária, que atenda de modo completo ao desenvolvimento de tôdas as fontes de produção.

Já é do conhecimento público o projeto de reforma bancária, amplamente divulgado pela imprensa, a fim de receber sugestões de todos os banqueiros do país, de economistas e estudiosos de semelhantes assuntos. O objetivo da reforma é concentrar no Banco Central todos os nossos recursos, para que possam ser encaminhados, de conformidade com as necessidades econômicas, a bancos especializados, que atenderão a tôdas as atividades produtoras.

Já iniciámos também a reforma tributária e a reorganização dos serviços fazendários.

Êsses trabalhos, por sua própria natureza demorados, foram entregues a Comissões, constituídas por funcionários experientes e capazes, os quais trabalham ativamente, sob a orientação do Diretor Geral do Tesouro, para terminá-los em breve prazo.

### CONCLUSÃO

Pouco mais de ano há decorrido após a data em que Vossa Excelência assumiu o govêrno da República. A despeito de dificuldades de tôda sorte, que vão sendo vencidas pelo trabalho incessante e pertinaz de todos os dias, sob a sábia orientação de Vossa Excelência, já se notam sintomas de melhora econômica e financeira.

Realmente, nos quatro meses do exercício de 1947, até agora decorridos, não se emitiu papel moeda; ao contrário, o meio circulante foi reduzido de Cr\$ 132.962.676,00, em relação ao total de Cr\$ 20.493.850.061,00, em circulação a 31 de dezembro de 1946, de conformidade com os seguintes dados:

|   | Cr\$               |
|---|--------------------|
| Janeiro — papel moeda em circulação .....   | 20.485.715.642,00  |
| Fevereiro — papel moeda em circulação ..... | 20.473.136.243,00  |
| Março — papel moeda em circulação .....     | 20.367.438.294,00  |
| Abril — papel moeda em circulação .....     | 20.360.887.505,00. |

Com o correr do tempo, a execução rigorosa e continuada do plano econômico-financeiro e a confiança na palavra e na ação do Governo, que Vossa Excelência teve o dom de restabelecer, completarão a obra iniciada, em prol do nosso progresso e do bem-estar de todos os brasileiros.

Não devo esconder a Vossa Excelência que grandes sacrifícios nos aguardam no ano em curso.

O orçamento do exercício, que foi votado pelo Congresso com o *superavit* de Cr\$ 13.526.277,00 já apresenta hoje *deficit* correspondente a Cr\$ 2.196.068.006,70, em virtude de modificações posteriores da despesa e de créditos transferidos de exercícios anteriores.

É certo, porém, que esse *deficit*, no correr do exercício, se elevará a mais de dois bilhões e meio de cruzeiros, tendo em conta o valor de créditos adicionais inevitáveis.

Para conseguir o equilíbrio sem recurso a operações de crédito, no momento desaconselháveis, ou à emissão de papel moeda, o que constituiria a desmoralização do plano econômico-financeiro que estamos executando, só nos resta prosseguir, sem desfalecimentos, no caminho encetado — *proceder a severa economia nas despesas, procurando reduzi-las aos limites dos recursos ordinários*.

Não resta dúvida que isso custará sacrifícios, mas é necessário que todos compreendam que os reajustamentos econômicos e o restabelecimento das finanças públicas custam sempre sacrifícios, muito inferiores, aliás, aos males resultantes da inflação e da conseqüente desorganização econômica e financeira.

---

Nas páginas seguintes estão detalhadas, em capítulos próprios, tôdas as atividades do Ministério durante o exercício de 1946, delas constando também análise mais completa da situação econômica, financeira, monetária, bancária, cambial, da dívida interna e externa, além de informações de real interesse.

Há seis meses que exerço o cargo e reconheço que pouco tenho feito; entretanto, asseguro a Vossa Excelência que, durante todo esse período, não estive de braços cruzados, tantos são os assuntos de ordem administrativa cujo estudo exige a minha atenção.

De qualquer trabalho, porém, me julgo sobejamente compensado pela bondosa consideração que Vossa Excelência me tem dispensado, à qual retribuo com grande satisfação e respeito.

Rio, 5 de maio de 1947.

CORRÊA E CASTRO.

RELATÓRIO  
DO  
EXERCÍCIO DE 1946



# INDICE

## Primeira Parte — Contas Públicas

### CAPÍTULO I

|  |    |
|--|----|
| CONTAS DO EXERCÍCIO .....  | 25 |
| 1 — Execução orçamentária .....  | 25 |
| 2 — Resultado do Exercício .....   | 30 |
| 3 — Operações do Exercício .....   | 33 |
| A) Decorrentes das atividades econômicas e financeiras nor-<br>mais do Governo ..... | 33 |
| B) Letras e Promissórias do Tesouro .....  | 34 |
| C) Papel Moeda .....   | 34 |
| D) Emissão de Apólices .....   | 35 |
| E) Cunhagem de moeda metálica .....  | 35 |
| F) Emissão de Obrigações de Guerra .....   | 35 |
| G) Emissão de comprovantes de recolhimento da Cota de<br>Obrigações de Guerra .....  | 35 |
| 4 — Considerações sobre a Receita .....  | 38 |
| A) Impôsto de Consumo .....  | 49 |
| B) Impôsto de Renda e Proventos de qualquer natureza ....                            | 54 |
| C) Impôsto de Importação e Afins .....   | 58 |
| D) Impôsto de Sêlo e Afins .....   | 64 |
| E) Impostos que competem à União nos Territórios .....                               | 66 |
| F) Rendas Patrimoniais .....   | 68 |
| G) Rendas Industriais .....  | 70 |
| H) Diversas Rendas .....   | 72 |
| I) Rendas Extraordinárias .....  | 74 |
| J) Plano de Obras e Equipamento .....  | 76 |
| 5 — Considerações sobre a Despesa .....  | 76 |

### CAPÍTULO II

|   |    |
|---|----|
| PLANO ESPECIAL DE OBRAS PÚBLICAS E APARELHAMENTO DA DEFESA NACIONAL ..... | 84 |
| 1 — Receita .....   | 84 |
| 2 — Despesa .....   | 85 |
| 3 — Restos a Pagar .....  | 85 |

### CAPÍTULO III

|   |     |
|---|-----|
| CONTAS PATRIMONIAIS .....                             | 86  |
| 1 — Os Bens da União .....                            | 88  |
| 2 — Os Valores Pertencentes à União .....             | 97  |
| 3 — Material em Estoque .....                         | 103 |
| 4 — Os créditos da União .....                        | 103 |
| A) Bancos e Correspondentes .....                     | 105 |
| B) Devedores por aquisição de próprios da União ..... | 117 |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
|     | C) Devedores por Empréstimos .....                        | 118 |
|     | D) Devedores por Serviços Telegráficos .....              | 120 |
|     | E) Diversos Responsáveis .....                            | 120 |
|     | F) Dívida Ativa .....                                     | 120 |
|     | G) Dívida dos Estados e Municípios .....                  | 121 |
|     | H) Operações decorrentes do Financiamento do Algodão .... | 124 |
| 5 — | Dívida Consolidada .....                                  | 124 |
|     | A) Dívida Externa .....                                   | 124 |
|     | B) Dívida Interna .....                                   | 134 |
| 6 — | Dívida Flutuante .....                                    | 137 |
|     | A) Dívida Externa .....                                   | 137 |
|     | B) Dívida Interna .....                                   | 137 |
|     | a) Caixas Econômicas .....                                | 137 |
|     | b) Consignações .....                                     | 138 |
|     | c) Depósitos de Diversas Origens .....                    | 139 |
|     | d) Diversos Fundos .....                                  | 140 |
|     | e) Letras do Tesouro .....                                | 140 |
|     | f) Promissórias do Tesouro .....                          | 141 |
|     | g) Restos a Pagar .....                                   | 141 |
| 7 — | Papel Moeda .....   | 143 |

## SEGUNDA PARTE — ECONOMIA E FINANÇAS

### CAPÍTULO I

|     |                             |     |
|-----|-----------------------------|-----|
|     | COMÉRCIO INTERNO .....      | 147 |
| 1 — | Comércio de Cabotagem ..... | 147 |

### CAPÍTULO II

|     |                         |     |
|-----|-------------------------|-----|
|     | COMÉRCIO EXTERNO .....  | 154 |
| 1 — | Exportação .....        | 164 |
| 2 — | Importação .....        | 169 |
| 3 — | Balança Comercial ..... | 176 |

### CAPÍTULO III

|     |                                    |     |
|-----|------------------------------------|-----|
|     | MOVIMENTO BANCÁRIO DO BRASIL ..... | 179 |
| 1 — | Depósitos .....                    | 179 |
| 2 — | Empréstimos .....                  | 181 |
| 3 — | Compensação de Cheques .....       | 183 |
| 4 — | Encaixas .....                     | 183 |

### CAPÍTULO IV

|     |  |     |
|-----|--|-----|
|     | CAIXAS ECONÔMICAS .....                          | 185 |
| 1 — | Situação econômica e financeira das caixas ..... | 185 |
| 2 — | Classificação das Caixas .....                   | 190 |

### CAPÍTULO V

|     |  |     |
|-----|--|-----|
|     | COMISSÃO DE CONTRÔLE DOS ACÓRDOS DE WASHINGTON .....                   | 191 |
| 1 — | Banco de Crédito da Borracha S. A. ....                                | 191 |
| 2 — | Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico .....              | 191 |
| 3 — | Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia ..... | 192 |

|  |     |
|--|-----|
| 4 — Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia ..... | 192 |
| 5 — Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará .....          | 192 |
| 6 — Serviço Especial de Saúde Pública .....  | 193 |
| 7 — Instituto Agrônômico do Norte .....  | 193 |
| 8 — Contrôlo de Artefatos de Borracha .....  | 194 |
| 9 — Recolhimento de Borracha usada .....   | 194 |
| 10 — Assistência Jurídica .....  | 195 |
| ACÓRDOS EM VIGOR   |     |
| 1 — Borracha .....   | 195 |
| 2 — Babaçu .....   | 195 |
| 3 — Arroz .....  | 196 |

CAPÍTULO VI

|   |     |
|---|-----|
| CARTEIRA DE REDESCONTOS E CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA ... | 197 |
|---|-----|

CAPÍTULO VII

|  |     |
|--|-----|
| COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO — ALGODÃO .....  | 204 |
| 1 — Cota Especial sobre o algodão .....  | 207 |
| 2 — Financiamento e garantia de preços mínimos aos gêneros de primeira necessidade .....                                     | 208 |
| 3 — Financiamento de feijão da safra de 1945/46 .....  | 208 |
| 4 — Comissão de Investimentos .....  | 208 |
| 5 — Movimento nos três exercícios de 1944, 1945 e 1946 .....   | 209 |
| 6 — Movimento somente no Exercício de 1946 .....   | 209 |
| 7 — Resumo das Vendas de algodão dos estoques do Governo Federal depositado em São Paulo — Das safras 1942-1944 e 1945 ..... | 211 |
| 8 — Produção de gêneros de primeira necessidade .....  | 212 |

CAPÍTULO VIII

|   |     |
|---|-----|
| DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ (EM LIQUIDAÇÃO) ..... | 213 |
| 1 — A questão dos preços .....                      | 213 |
| 2 — Contrôlo cambial .....                          | 217 |
| 3 — Supressão da taxa de exportação .....           | 217 |
| 4 — Extinção do D. N. C. .....                      | 218 |
| 5 — Atos diversos no setor cafeeiro .....           | 220 |
| 6 — Exportação .....                                | 222 |
| 7 — Preço .....                                     | 223 |

CAPÍTULO IX

|  |     |
|--|-----|
| DÍVIDA EXTERNA FEDERAL .....                           | 224 |
| 1 — Amortizações efetuadas em 1946 .....               | 224 |
| 2 — Remessas feitas para o serviço geral em 1946 ..... | 224 |

CAPÍTULO X

|   |     |
|---|-----|
| CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS                           |     |
| ATIVIDADES DESEMPENHADAS — SECRETARIA TÉCNICA .....               | 225 |
| 1 — Divisão da Dívida Externa .....                               | 225 |
| 2 — Divisão de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários ..... | 225 |
| 3 — Divisão de Divulgação .....                                   | 227 |

## CAPÍTULO XI

|  |     |
|--|-----|
| LEND AND LEASE BILL .....                          | 223 |
| 1 — Execução dos fornecimentos .....               | 223 |
| 2 — Apresentação das contas .....                  | 224 |
| 3 — Situação atual dos trabalhos da Comissão ..... | 230 |

## CAPÍTULO XII

|  |     |
|--|-----|
| CONVÊNIO ARGENTINO .....                         | 232 |
| 1 — Descongelamento dos dólares argentinos ..... | 232 |

## CAPÍTULO XIII

|   |     |
|---|-----|
| CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL ..... | 233 |
| 1 — Fundação e finalidade .....                 | 233 |
| 2 — Recursos e aplicações .....                 | 233 |
| 3 — Créditos em vigor em 31-12-46 .....         | 237 |

## G R Á F I C O S

|   |     |
|---|-----|
| Cunhagem de moeda metálica .....                        | 37  |
| Orçamento da Receita e sua execução .....               | 36  |
| Receita Orçamentária .....                              | 39  |
| Renda Ordinária .....                                   | 42  |
| Rendas Tributárias .....                                | 48  |
| Imposto de Consumo .....                                | 53  |
| Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza ..... | 57  |
| Imposto de Importação e Afins .....                     | 63  |
| Imposto do Sêlo e Afins .....                           | 65  |
| Impostos que competem à União .....                     | 67  |
| Rendas Patrimoniais .....                               | 69  |
| Rendas Industriais .....                                | 71  |
| Rendas Diversas .....                                   | 73  |
| Renda Extraordinária .....                              | 75  |
| Renda das Alfândegas .....                              | 43  |
| Renda das Coletorias .....                              | 44  |
| Renda das Recebedorias .....                            | 45  |
| Renda dos Correios e Telégrafos .....                   | 46  |
| Renda das Estradas de Ferro .....                       | 47  |
| Orçamento da Despesa e sua execução .....               | 80  |
| Despesa da União .....                                  | 81  |
| Despesa por Órgãos Administrativos .....                | 82  |
| Despesa segundo à natureza .....                        | 83  |
| Bens Científicos e Artísticos .....                     | 92  |
| Bens Imóveis .....                                      | 95  |
| Bens Móveis .....                                       | 96  |
| Bens de Natureza Agrícola .....                         | 93  |
| Bens de Natureza Industrial .....                       | 94  |
| Ouro Adquirido pela União .....                         | 101 |
| Ouro Adquirido pela União, em milhões de Cr\$ .....     | 102 |
| Dívida Consolidada Externa .....                        | 133 |
| Dívida Consolidada Interna .....                        | 136 |
| Papel Moeda em Circulação .....                         | 144 |

**PRIMEIRA PARTE**

**CONTAS PÚBLICAS**

# CONTAS DO EXERCÍCIO

## CAPÍTULO I

### CONTAS DO EXERCÍCIO

#### 1 — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Decreto-lei n.º 8.496, de 28 de dezembro de 1945, aprovou o Orçamento Geral da República para o exercício de 1946, com a Receita estimada em Cr\$ 10.010.148.000,00 e a Despesa fixada em Cr\$ 9.281.789.768,00, daí resultando o "superavit" inicial de Cr\$ 728.358.232,00.

Por Decreto-lei n.º 8.497, também de 28 de dezembro de 1946, foi aprovado o orçamento do Plano de Obras e Equipamento com a estimativa da receita em Cr\$ 1.000.000.000,00 e da despesa em importância equivalente. Este orçamento foi posteriormente, de conformidade com o art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.782, de 6 de setembro de 1946, incorporado ao Orçamento Geral, sem qualquer alteração na situação anterior, como se demonstra a seguir:

|                        | Cr\$              |
|------------------------|-------------------|
| Receita estimada ..... | 11.010.148.000,00 |
| Despesa fixada .....   | 10.281.789.768,00 |
| "Superavit" .....      | 728.358.232,00    |

No decurso do ano financeiro várias disposições legais reduziram a despesa autorizada à importância de Cr\$ 9.957.813.486,20, fato que determinou a elevação do "superavit" de mais Cr\$ . . . . 323.976.281,80, conforme se verifica do seguinte quadro explicativo:

| Retificação                | Para mais<br>Cr\$     | Para menos<br>Cr\$    |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Orçamento Geral .....      | 33.303.544,00         | 244.083.897,00        |
| Orç. Pl. Ob. e Equip. .... | 7.026.157,00          | 120.222.085,80        |
| Redução final .....        | 323.976.281,80        | —                     |
|                            | <u>364.305.982,80</u> | <u>364.305.982,80</u> |

Com a abertura, durante o exercício, de créditos suplementares, no montante de Cr\$ 2.061.838.184,50, a despesa orça-

mentária autorizada elevou-se a Cr\$ 12.019.651.670,70, transformando-se, em consequência, o "superavit" previsto de Cr\$ 1.052.334.513,80, em "deficit" correspondente a Cr\$ 1.009.503.670,70, assim demonstrado:

|                               | Cr\$              | Cr\$              |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita prevista .....        |                   | 11.010.148.000,00 |
| Despesa fixada .....          | 10.281.789.768,00 |                   |
| Menos retificação .....       | 323.976.281,80    |                   |
|                               | <hr/>             |                   |
|                               | 9.957.813.486,20  |                   |
| Mais créditos suplementares . | 2.061.838.184,50  | 12.019.651.670,70 |
|                               | <hr/>             |                   |
| Deficit resultante .....      |                   | 1.009.503.670,70  |

No decorrer do exercício de 1946 foram abertos créditos que, adicionados aos transferidos do exercício de 1945, atingem ao total de Cr\$ 3.714.978.251,70, assim discriminado:

|                                    | Cr\$             |
|------------------------------------|------------------|
| Créditos abertos em 1946.....      | 2.408.671.515,30 |
| Créditos transferidos de 1945..... | 1.306.306.736,40 |
|                                    | <hr/>            |
|                                    | 3.714.978.251,70 |

Muitos desses créditos não foram totalmente utilizados no exercício de 1946 e, na forma da lei (art. 41 do R.G.C.P.) tiveram seus saldos transferidos para 1947. O total desses saldos atinge a Cr\$ 1.601.332.282,70, reduzindo-se, em consequência, a Cr\$ 2.113.645.969,00 as autorizações utilizadas no exercício passado.

Assim, a despesa total autorizada elevou-se à importância de Cr\$ 14.133.297.639,70, levando-se em conta apenas a parte dos créditos utilizada no exercício de 1946.

A discriminação das contas, em seu desenvolvimento, é a seguinte:

|   | Cr\$              |
|---|-------------------|
| Orçamento da Despesa e Suplementações ..... | 12.019.651.670,70 |
| Créditos abertos e transferidos .....       | 2.113.645.969,00  |
|   | <hr/>             |
| Despesa autorizada .....                    | 14.133.297.639,70 |
|   | <hr/>             |
| Da comparação da                            |                   |
| Receita estimada .....                      | 11.010.148.000,00 |
| com a Despesa autorizada .....              | 14.133.297.639,70 |
|   | <hr/>             |
| resulta o "deficit" presumível de .....     | 3.123.149.639,70  |

O quadro a seguir é uma demonstração da despesa de diversos órgãos da Administração pública, fixada no orçamento:

| ÓRGÃOS   | PESSOAL                 | MATERIAL                | SERVIÇOS E ENCAARGOS    | EVENTUAIS           | DÍVITA PÚBLICA          | OBRAS, ETC. (P.O.P.)  | TOTAL                    |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Presidência da República...                              | 1.904.078,30            | 1.309.000,00            | ...                     | ...                 | ...                     | ...                   | 3.204.078,30             |
| Departamento Administrativo do Serviço Público           | 11.270.317,60           | 1.145.811,30            | 1.903.440,10            | ...                 | ...                     | ...                   | 17.288.569,00            |
| Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)         | ...                     | ...                     | 32.700.200,00           | ...                 | ...                     | ...                   | 32.700.200,00            |
| Conselho Federal de Comércio Exterior...                 | 2.537.43,00             | 416.806,30              | 145.201,00              | ...                 | ...                     | ...                   | 3.129.571,10             |
| Conselho de Imigração e Colonização                      | 714.478,50              | 329.529,10              | 100.473,90              | ...                 | ...                     | ...                   | 1.144.481,50             |
| Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica            | 1.274.995,60            | 273.079,70              | ...                     | 5.250,00            | ...                     | ...                   | 1.559.323,20             |
| Conselho Nacional do Petróleo                            | 198.600,00              | ...                     | 49.712.000,00           | ...                 | ...                     | ...                   | 64.910.500,00            |
| Conselho de Segurança Nacional...                        | 320.221,80              | 97.190,50               | ...                     | ...                 | ...                     | ...                   | 415.412,30               |
| Coordenação da Mobilização Econômica                     | 511.681,20              | 147.646,50              | 100.000,00              | ...                 | ...                     | ...                   | 759.307,70               |
| Comissão Central de Requisições                          | 133.540,50              | 34.959,70               | 17.000,00               | ...                 | ...                     | ...                   | 185.504,50               |
| Comissão de Readaptação dos Inválidos das Forças Armadas | 711.447,60              | 1.349.807,86            | 100.000,00              | ...                 | ...                     | ...                   | 2.161.255,40             |
| <b>Ministérios:</b>                                      |                         |                         |                         |                     |                         |                       |                          |
| Aeronáutica  | 493.801.877,00          | 334.794.469,20          | 67.162.883,40           | 521.962,70          | ...                     | 86.192.683,00         | 987.573.873,30           |
| Agricultura  | 245.032.499,70          | 83.560.590,00           | 62.336.814,00           | 70.947,09           | ...                     | 44.703.465,00         | 435.724.306,00           |
| Educação e Saúde   | 355.043.029,10          | 93.216.100,10           | 233.950.703,40          | 37.135,70           | ...                     | 55074.778,70          | 741.331.749,00           |
| Fazenda  | 997.986.861,00          | 49.171.868,00           | 422.536.315,00          | 27.390,40           | 1.357.745.583,40        | 5.017.998,00          | 1.742.448.976,50         |
| Guerra   | 1.751.283.580,00        | 522.242.393,80          | 124.746.916,80          | 814.153,30          | ...                     | 85.629.655,80         | 2.464.759.701,70         |
| Justiça e Negócios Interiores                            | 503.697.665,10          | 141.281.263,20          | 61.288.200,70           | 3.093,00            | ...                     | 32.990.151,90         | 709.159.373,90           |
| Marinha  | 565.100.612,00          | 263.535.152,80          | 25.589.330,00           | 49.678,10           | ...                     | 5.986.899,30          | 909.752.702,80           |
| Relações Exteriores                                      | 71.420.171,10           | 15.129.790,70           | 22.816.729,00           | 48.419,00           | ...                     | 3.072.819,00          | 112.517.872,80           |
| Trabalho, Indústria e Comércio                           | 81.458.093,00           | 13.501.953,00           | 269.567.732,80          | 100.000,00          | ...                     | 6.127.381,00          | 379.615.791,30           |
| Viagem e Obras Públicas                                  | 295.157.601,10          | 138.259.031,20          | 891.322.669,00          | ...                 | ...                     | 137.382.283,00        | 1.770.317.557,90         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.390.612.400,80</b> | <b>1.091.971.481,40</b> | <b>2.179.527.663,10</b> | <b>2.178.015,20</b> | <b>1.357.745.583,40</b> | <b>872.213.080,40</b> | <b>11.408.651.234,10</b> |



A receita prevista foi excedida grandemente, de acôrdo com a seguintẽ demonstraçãõ:

|                          | Cr\$              |
|--------------------------|-------------------|
| Receita arrecadada ..... | 11.569.575.689,20 |
| Receita prevista .....   | 11.010.148.000,00 |
|                          | <hr/>             |
| Maior arrecadação ..     | 559.427.689,20    |
|                          | <hr/>             |

A despesa realizada, não computados os créditos especiais e extraordinários, tendo sido inferior à fixada em Cr\$ ..... 611.000.436,60, transformou o "deficit" previsto em "superavit" de Cr\$ 160.924.455,10, como vai demonstrado a seguir:

|                            | Cr\$              |
|----------------------------|-------------------|
| Receita arrecadada .....   | 11.569.575.689,20 |
| Despesa realizada .....    | 11.408.651.234,10 |
|                            | <hr/>             |
| "Superavit" orçamentário . | 160.924.455,10    |
|                            | <hr/>             |

Essa demonstraçãõ pode apresentar também a forma seguinte:

|                             | Cr\$             |
|-----------------------------|------------------|
| Maior arrecadação .....     | 559.427.689,20   |
| Menor despesa efetuada ' .. | 611.000.436,60   |
|                             | <hr/>            |
|                             | 1.170.428.125,80 |
| <i>Menos:</i>               |                  |
| "Deficit" orçamentário ...  | 1.009.503.670,70 |
|                             | <hr/>            |
| "Superavit" verificado .... | 160.924.455,10   |
|                             | <hr/>            |

As dotações orçamentárias atribuídas aos diversos órgãos administrativos estão assim discriminadas:

| ÓRGÃOS  | ORÇAMENTO                | DESPESA REALIZADA        | + DESPESA<br>— DESPESA  |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Presidência da República...                                   | 3.067.400,00             | 8.204.078,30             | + 136.678,30            |
| Departamento Administrativo do Serviço Público...             | 20.006.063,60            | 17.288.569,00            | 2.717.494,60            |
| Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....          | 32.700.200,00            | 32.760.200,00            | --                      |
| Conselho Federal de Comércio Exterior.....                    | 3.486.548,30             | 3.120.571,10             | — 356.977,20            |
| Conselho de Imigração e Colonização, .....                    | 1.566.910,00             | 1.144.481,50             | -- 422.428,50           |
| Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.....            | 1.701.079,50             | 1.559.323,20             | — 141.756,30            |
| Conselho Nacional do Petróleo.....                            | 65.021.000,00            | 64.910.600,00            | — 110.400,00            |
| Conselho de Segurança Nacional.....                           | 548.390,00               | 415.412,30               | — 132.887,70            |
| Coordenação da Mobilização Económica.....                     | 1.192.792,00             | 759.890,70               | — 433.401,30            |
| Comissão Central de Requisições.....                          | 319.772,42               | 185.504,50               | -- 134.267,90           |
| Comissão de Readaptação dos Inválidos das Forças Armadas..... | 2.161.255,40             | 2.161.255,40             | —                       |
| <b>Ministérios:</b>   |                          |                          |                         |
| Aeronáutica.....  | 1.031.304.355,70         | 987.573.875,30           | — 43.820.480,40         |
| Agricultura.....  | 479.569.954,30           | 435.724.306,90           | — 34.845.647,40         |
| Educação e Saúde.....   | 788.052.241,80           | 741.331.749,00           | — 46.720.492,80         |
| Fazenda.....  | 3.083.684.410,70         | 2.742.448.976,50         | — 341.535.434,20        |
| Guerra.....   | 2.487.842.812,10         | 2.464.756.701,70         | — 23.086.110,40         |
| Justiça e Negócios Interiores.....                            | 790.235.547,70           | 749.153.373,90           | — 41.082.173,80         |
| Marinha.....  | 894.734.231,00           | 900.752.702,80           | + 6.018.471,70          |
| Relações Exteriores.....                                      | 120.090.968,50           | 112.517.872,80           | 7.579.095,70            |
| Trabalho, Indústria e Comércio.....                           | 401.838.335,40           | 376.615.701,80           | -- 25.222.544,10        |
| Viação e Obras Públicas.....                                  | 1.810.187.552,30         | 1.770.317.557,90         | — 48.810.094,40         |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>12.010.651.670,70</b> | <b>11.408.651.234,10</b> | <b>— 611.000.436,60</b> |

O excesso de arrecadação, no valor de Cr\$ 559.427.689,20 sôbre a receita prevista em 1946, distribui-se pela forma seguinte:

| Renda Ordinária                             | Cr\$              |
|---|-------------------|
| Impôsto, Importação-entrada e saída         | 1.404.033.177,60  |
| Impôsto de Consumo .....                    | 4.008.862.341,50  |
| Impôsto de renda .....                      | 2.751.220.733,80  |
| Impôsto de Sêlo e afins .....               | 1.194.443.864,50  |
| Impostos que competem à União ...           | 8.319.695,40      |
|   | 9.366.879.812,80  |
| Patrimoniais .....                          | 81.062.431,00     |
| Industriais .....                           | 502.411.103,80    |
| Rendas Diversas .....                       | 492.497.839,40    |
|   | 10.442.851.187,00 |
| Renda Extraordinária .....                  | 949.043.163,00    |
| Renda do Plano de Obras e Equipamento ..... | 177.681.339,20    |
| Total da arrecadação .....                  | 11.569.575.689,20 |

## 2 — RESULTADO DO EXERCÍCIO

O saldo de Cr\$ 160.924.455,10, obtido na execução do orçamento, a que anteriormente nos referimos, foi comprometido durante o exercício financeiro pela abertura e transferência de créditos especiais e extraordinários, como veremos a seguir:

|  | Cr\$                    |
|--|-------------------------|
| Receita arrecadada .....   | 11.569.575.689,20       |
| <i>Despesa efetuada:</i>   |                         |
| À conta do Orçamento e Suplementações .....                      | 11.408.651.234,10       |
| À conta de Créditos Especiais e transferidos .....               | 1.600.514.776,40        |
| À conta de Créditos Extraordinários abertos e transferidos ..... | 306.018.294,40          |
| À conta de exercícios anteriores .....                           | 380.845,00              |
| Sem crédito .....  | 886.978.804,80          |
|  | 14.202.543.954,70       |
| "Deficit" do exercício .....                                     | <u>2.632.968.265,50</u> |

Evidencia-se por essa demonstração que o "superavit" referido, de Cr\$ 160.924.455,10, transformou-se, em virtude dos créditos especiais e extraordinários mencionados, em "deficit" de Cr\$ 2.632.968.265,50, como resulta do confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Mostra o quadro seguinte a distribuição da despesa de Cr\$ 14.202.543.954,70 pelos diversos órgãos da administração:

| ÓRGÃOS   | ORÇAMENTO E SUPLEMENTAÇÃO | CRÉDITOS ESPECIAIS      |                       | CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS |                       | EXERCÍCIOS ANTERIORES | DEPESA SEM CRÉDITO    | TOTAL                    |
|--|---------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
|  |                           | ABERTOS EM 1946         | TRANSFERIDOS DE 1945  | ABERTOS EM 1946          | TRANSFERIDOS DE 1945  |                       |                       |                          |
| Presidência da República                           | 3.204.078,30              | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 3.204.078,30             |
| Departamento Administrativo do Serviço Público     | 17.288.569,00             | 4.340,00                | 2.467.706,20          | --                       | --                    | --                    | --                    | 19.760.615,20            |
| Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística    | 32.700.200,00             | 6.000.000,00            | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 38.700.200,00            |
| Conselho Federal de Comércio Exterior              | 3.129.571,10              | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 3.129.571,10             |
| Conselho de Imigração e Colonização                | 1.144.481,50              | 500.000,00              | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 1.644.481,50             |
| Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica      | 1.559.323,20              | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 1.559.323,20             |
| Conselho Nacional de Petróleo                      | 64.910.600,00             | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 64.910.600,00            |
| Conselho de Segurança Nacional                     | 415.412,30                | 42.900,00               | 11.142.032,50         | --                       | --                    | --                    | --                    | 11.600.344,50            |
| Coordenação da Mobilização Econômica               | 759.330,70                | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 759.330,70               |
| Comissão Central de Requisições                    | 185.534,50                | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 185.534,50               |
| Comissão de Readaptação dos Inválidos da F. Armada | 2.161.255,40              | --                      | --                    | --                       | --                    | --                    | --                    | 2.161.255,40             |
| Ministérios:                                       |                           |                         |                       |                          |                       |                       |                       |                          |
| Aeronáutica  | 957.573.875,30            | 139.829.232,00          | --                    | --                       | 167.382.616,20        | --                    | 21.654.491,20         | 1.316.410.324,70         |
| Agricultura  | 433.724.306,00            | 40.565.881,40           | 2.358.237,00          | --                       | --                    | 129,09                | 10.630.954,10         | 489.279.512,30           |
| Educação e Saúde                                   | 741.331.749,00            | 51.686.536,00           | 20.281.865,00         | --                       | --                    | 40.000,00             | 190.309,20            | 816.530.469,40           |
| Fazenda  | 2.742.448.970,50          | 529.405.881,10          | 40.382.949,40         | --                       | --                    | 333.669,00            | 849.982.767,70        | 4.171.553.970,70         |
| Guerra   | 2.404.750.701,70          | 70.353.619,40           | 23.681.900,70         | --                       | 121.034.505,50        | --                    | --                    | 2.679.796.757,60         |
| Justiça e Neg. Interiores                          | 749.153.373,99            | 27.731.004,70           | 19.653.535,70         | --                       | --                    | --                    | 6.200,00              | 796.544.114,30           |
| Marinha  | 990.762.702,80            | 198.746.255,30          | --                    | --                       | 11.630.972,40         | --                    | 7.354,40              | 1.114.137.914,90         |
| Relações Exteriores                                | 112.517.872,80            | 36.491.942,90           | 915.483,40            | --                       | --                    | --                    | 516.628,60            | 150.501.927,70           |
| Trabalho, Indústria e Comércio                     | 376.016.791,30            | 2.019.282,50            | 142.681,90            | --                       | --                    | 7.350,09              | 7.495,50              | 378.792.601,50           |
| Viação e Obras Públicas                            | 1.770.317.557,90          | 246.769.102,90          | 117.291.771,30        | 3.000.000,00             | --                    | --                    | 3.052.633,50          | 2.141.351.065,90         |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>11.408.651.234,10</b>  | <b>1.853.166.611,80</b> | <b>247.348.164,60</b> | <b>3.000.000,00</b>      | <b>303.018.294,40</b> | <b>380.845,00</b>     | <b>886.978.804,50</b> | <b>14.202.543.954,70</b> |

*Considerações:*

A análise do balanço geral, que consta das linhas precedentes, demonstra que:

- a) o orçamento foi aprovado com o "superavit" de Cr\$ 728.358.232,00;
- b) em consequência de alterações introduzidas na despesa prevista, foi o "superavit" acrescido de Cr\$ 323.976.281,80;
- c) os créditos suplementares aprovados, na importância de Cr\$ ..... 2.061.838.184,50 transformaram o "superavit" em "deficit" de Cr\$ ..... 1.009.503.670,70;
- d) na execução efetiva do orçamento conseguiu-se o "superavit" de Cr\$ 160.924.455,10;
- e) da maior arrecadação e menor despesa, cujas diferenças se expressam nas importâncias de Cr\$ 559.427.689,20 e Cr\$ 611.000.436,60, respectivamente, é que resultou a situação assinalada no balanço e, finalmente:
- f) o "deficit" verificado no encerramento do exercício, correspondente a Cr\$ 2.632.968.265,50, foi conseqüente às despesas realizadas à conta de autorizações extra-orçamentárias no total de Cr\$ 2.793.892.720,60.

Foram as seguintes, as despesas de maior vulto responsáveis pelo desequilíbrio das contas do exercício:

|   | Cr\$           |
|---|----------------|
| 1) Material adquirido nos EE.UU. para o Ministério da Aeronáutica .....   | 72.600.000,00  |
| 2) Obras do Hospital de Clínica da Faculdade de Medicina na Bahia .....   | 1.720.185,80   |
| 3) Material do Governo Americano, existente no Pacífico e cedido ao Governo Brasileiro, para o Ministério da Viação ..... | 19.800.000,00  |
| 4) Aquisição de 820.000 partes beneficiárias da Companhia Siderúrgica Nacional S. A. ....                                 | 820.000.000,00 |
| 5) Debentures da Companhia Vale do Rio Doce S. A. ..  | 4.864.530,50   |
| 6) Material adquirido do Governo Americano para o Ministério da Guerra (excedentes da Guerra) ....                        | 20.589.471,10  |
| 7) Máquinas agrícolas para revenda .....  | 8.264.358,40   |
|   | 947.838.545,80 |

Cabe ainda destacar outros gastos com serviços inadiáveis, no valor total de Cr\$ 942.612.338,40, discriminados a fls. 74, no título "Considerações sobre a Despesa".

Além dessas despesas, que importaram em Cr\$ ..... 1.890.450.844,20, abriram-se créditos suplementares no total de Cr\$ 1.937.423.777,90, conforme discriminação de fls. 75 do presente relatório.

3 — OPERAÇÕES DO EXERCÍCIO

A) *Decorrentes das atividades econômicas e financeiras normais do Governo, tendo-se em vista os seguintes saldos das operações realizadas durante o exercício:*

*Receita:*

|  |                | Cr\$              |
|--|----------------|-------------------|
| Renda arrecadada .....                             |                | 11.569.575.689,20 |
| Operações de crédito — Emissão e cunhagem .....    |                | 10.877.171.244,00 |
| Depósitos e Fundos Diversos .....                  |                | 1.432.791.649,90  |
| Ouro em depósito                                   |                |                   |
| vendido 10.097.438,141 grs .....                   |                | 238.039.980,50    |
| Operações de Financiamento de Algodão .....        |                | 267.050.247,50    |
| <i>Responsáveis:</i>                               |                |                   |
| Diversos Responsáveis .....                        | 84.202.059,50  |                   |
| Empréstimos .....                                  | 7.686.858,90   | 91.888.918,40     |
| <hr/>  |                |                   |
| Bancos e Correspondentes — Banco do Brasil S.A. .. |                | 2.749.823.943,40  |
| <i>Suprimentos</i>                                 |                |                   |
| Exercício de 1945 .....                            | 16.853.793,10  |                   |
| Exercício de 1947 .....                            | 181.894.405,10 | 198.748.198,20    |
| <hr/>  |                |                   |
| Soma da Receita .....                              |                | 27.425.089.871,10 |
| <i>Saldo de 1945</i>                               |                |                   |
| Das operações normais .....                        | 481.809.739,70 |                   |
| Das operações P. O. E. ....                        | 90.000,00      | 481.899.739,70    |
| <hr/>  |                |                   |
| Total .....  |                | 27.906.989.610,80 |
| <hr/>  |                |                   |

*Despesa:*

|   |                |                   |
|---|----------------|-------------------|
| Realizada à conta do orçamento e de Créditos Adicionais ..... |                | 14.202.543.954,70 |
| Operações de Créditos Prêmios de Apólices e Resgate .         |                | 9.628.958.392,90  |
| Depósitos e Fundos Diversos .....                             |                | 2.502.548.164,00  |
| Ouro em depósito adquirido no exercício gramas                |                |                   |
| 10.378.062,923 .....  |                | 219.334.107,50    |
| Operações de Financiamento .....                              |                |                   |
| De abastecimento da carne .....                               | 513.058,70     |                   |
| De gêneros de primeira necessidade. ....                      | 56.398.640,80  | 56.911.699,50     |
| <hr/>   |                |                   |
| <i>Responsáveis:</i>  |                |                   |
| Devedores por Empréstimos ....                                | 36.000.000,00  |                   |
| Diversos responsáveis .....                                   | 169.244.302,70 |                   |
| Estados e Municípios c/ Empréstimos Externos .....            | 8.275.400,80   | 213.519.703,50    |
| <hr/>   |                |                   |

|   |                |                   |
|---|----------------|-------------------|
| Dívidas dos Estados e Municípios Prefeitura do Distrito Federal ..... |                | 599.194,40        |
| Bancos e Correspondentes:   |                |                   |
| Outros Bancos e Correspondentes .....                                 |                | 491.666.641,00    |
| Suprimentos:  |                |                   |
| Exercício 1945 .....  | 52.313.042,60  |                   |
| Exercício 1947 .....  | 232.922.724,70 | 285.235.767,30    |
| Soma da Despesa .....   |                | 27.601.317.624,80 |
| Saldo para 1947 .....   |                | 305.671.986,00    |
| Total .....   |                | 27.906.989.610,80 |

### B) Letras e Promissórias do Tesouro

No decurso de 1946 foram emitidas letras no total de Cr\$ 1.022.453.000,00 autorizadas pelos Decretos-leis ns. 7.112.9.374 e 9.524 de, respectivamente, 4-12-944, 17-6-946 e 26-7-946.

Por força de resgates na importância de Cr\$ 250.891.500,00 efetuados dentre do exercício (art. 450 do R. G. C. P.), o total dessas emissões foi reduzido a Cr\$ 771.561.500,00.

De exercícios anteriores foram também resgatadas letras do Tesouro emitidas por antecipação da receita do Empréstimo de Guerra, no valor de Cr\$ 4.581.000.000,00, como se discrimina a seguir:

|                  |  |
|------------------|--|
| Cr\$             |  |
| 1.000.000.000,00 | — Decreto-lei n.º 6.559, de 6 de junho de 1944.    |
| 1.000.000.000,00 | — Decreto-lei n.º 6.667, de 10 de julho de 1944.   |
| 1.000.000.000,00 | — Decreto-lei n.º 6.834, de 28 de agosto de 1944.  |
| 1.581.000.000,00 | — Decreto-lei n.º 7.112, de 4 de dezembro de 1944. |

No exercício de 1946 não houve emissão de promissórias, atingindo o resgate das emissões anteriores ao total de Cr\$ .... 100.000.000,00.

### C) Papel Moeda

Elevaram-se à importância de Cr\$ 7.901.281.310,00 as emissões de papel-moeda durante o exercício de 1946, sendo:

|  |                  |
|--|------------------|
|  | Cr\$             |
| a) para a Carteira de Redescontos .....  | 2.870.000.000,00 |
| b) para a Caixa de Mobilização Bancária .....                                    | 500.000.000,00   |
| c) para os fins previstos no Decreto-lei n.º 9.067, de 15 de março de 1946 ..... | 4.531.000.000,00 |
| d) para resgate de notas da Caixa de Estabilização .....                         | 281.310,00       |
|  | <hr/>            |
|  | 7.901.281.310,00 |

De outra parte, foram resgatadas no exercício as emissões correspondentes a Cr\$ 4.942.700.629,00, conforme discriminação abaixo:

|   |                  |
|---|------------------|
| a) devolvido pela Carteira de Redescontos . . . . . | 4.831.000.000,00 |
| b) substituído por moeda-metálica . . . . .         | 111.419.219,90   |
| c) notas da Caixa de Estabilização . . . . .        | 281.410,00       |
|   | 4.942.700.629,90 |

*D) Emissão de Apólices*

Durante o exercício de 1946 foram emitidas apólices no valor total de Cr\$ 318.210.669,00 para atender as seguintes necessidades:

- Cr\$  
 199.000,00 — para auxílio à agricultura — Reajustamento Econômico — Decreto n.º 23.533, de 1 de dezembro de 1933.  
 54.057.669,00 — para pagamento de compromissos decorrentes da encampação de emprêsas da “Organização Henrique Lage” — Decreto-lei n.º 7.024, de 6 de novembro de 1944, sendo:

|  | Cr\$          | Cr\$          |
|--|---------------|---------------|
| Valor nominal . . . . .                | 59.253.000,00 |               |
| Menos — Prêmio concedido aos credores. | 5.195.331,00  | 54.057.669,00 |
|  |               |               |

- Cr\$  
 263.954.000,00 — para pagamento de contribuições devidas aos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, dos Bancários e dos Empregados em Transportes e Cargas — Decreto n.º 7.393, de 16 de dezembro de 1945.

*E) Cunhagem de Moeda Metálica*

No decorrer do exercício de 1946 foram postas em circulação divisionárias e subsidiárias no valor de Cr\$ 134.132.600,00, e retiradas da circulação moedas na importância de Cr\$ 62.432,90.

*F) Emissão de Obrigações de Guerra*

Durante o exercício de 1946 foram emitidos títulos definitivos no valor total de Cr\$ 267.940.500,00 e entregues a subscritores compulsórios.

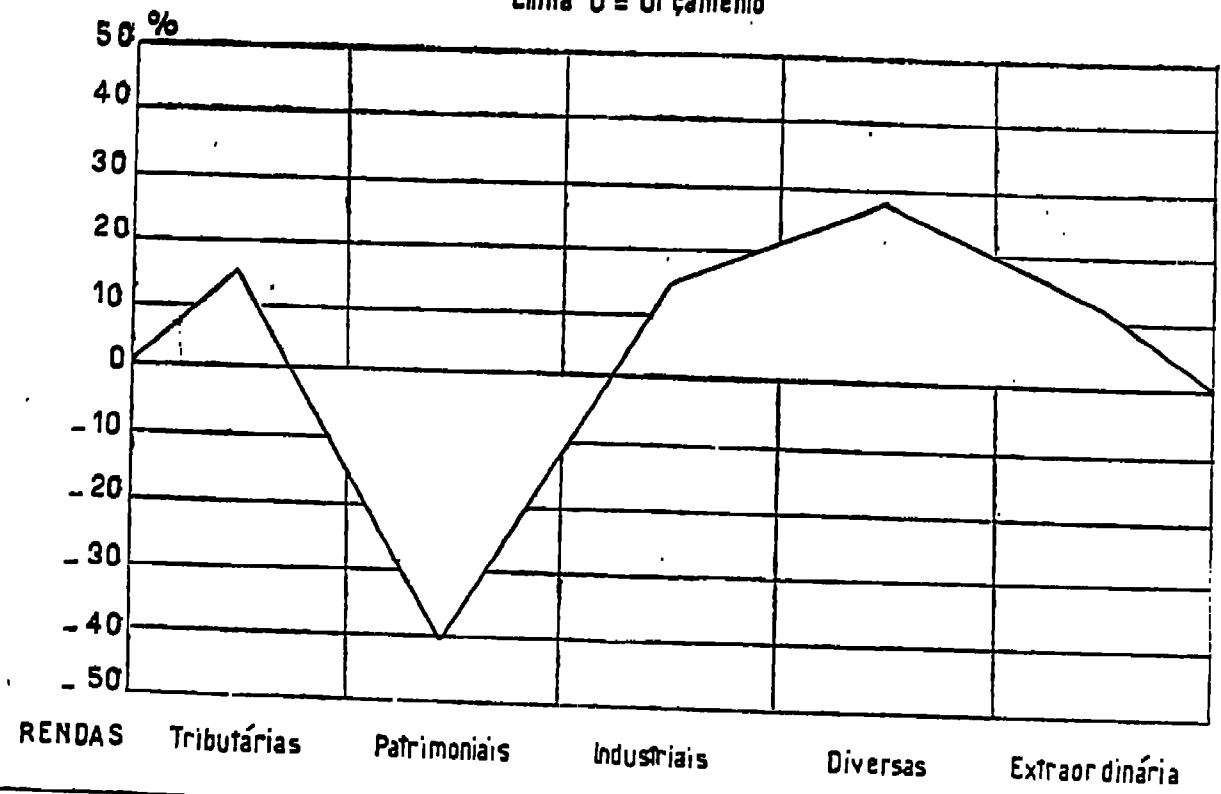
*G) Emissão de Comprovantes de Recolhimento da Cota de Obrigações de Guerra*

Para a regularização da Conta de “Depósitos” levou-se a crédito da conta acima o produto das inscrições de conformidade com o Decreto-lei n.º 9.138, de 5 de abril de 1946, no total de Cr\$ 1.478.849.334,00.



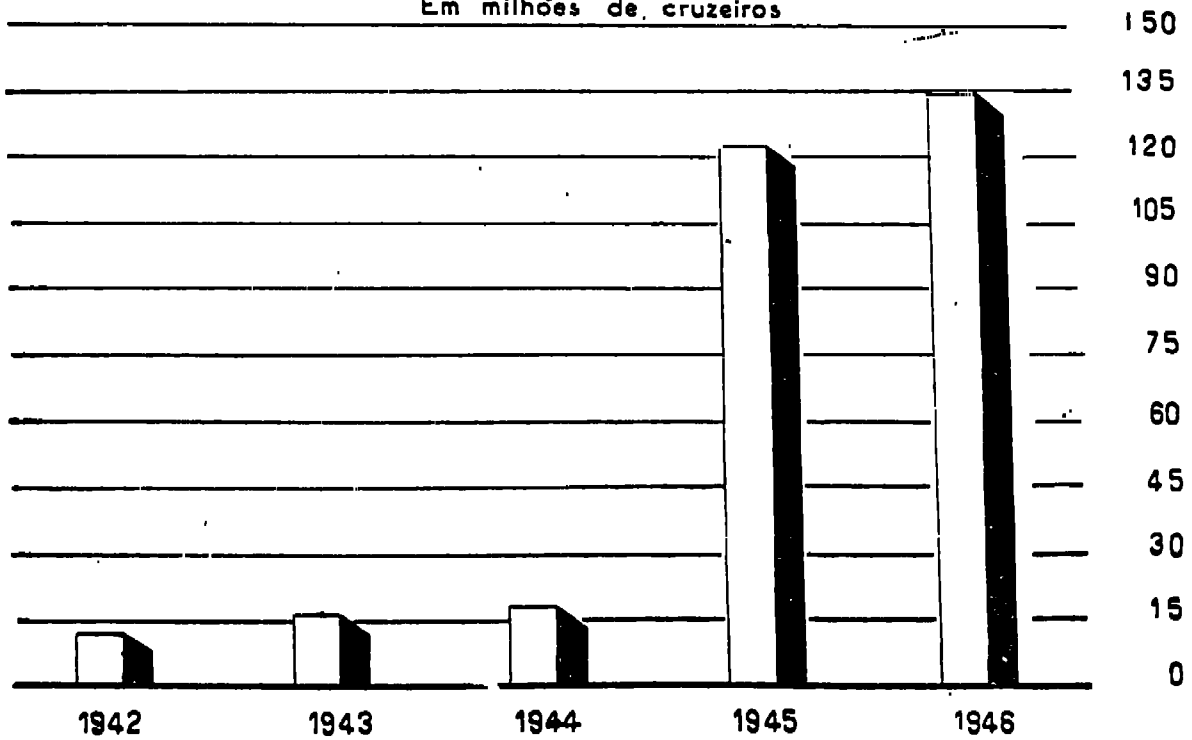
# ORÇAMENTO DA RECEITA E SUA EXECUÇÃO

Linha 0 = Orçamento



# CUNHAGEM DE MOEDA METÁLICA

Em milhões de cruzeiros



## 4 — CONSIDERAÇÕES SOBRE A RECEITA

A receita total da União em 1946 montou a Cr\$ ..... 11.569.575.689,20. A previsão para êsse exercício, de acôrdo com os Decretos-leis ns. 8.496 e 8.497, de 28 de dezembro de 1945 e 9.782, de 6 de setembro dêsse ano, foi de Cr\$ .... 11.010.148.000,00, verificando-se um aumento de arrecadação que se expressa em Cr\$ 559.427.689,20.

Distribuída pelas diversas rubricas do orçamento, obtem-se os seguintes resultados:

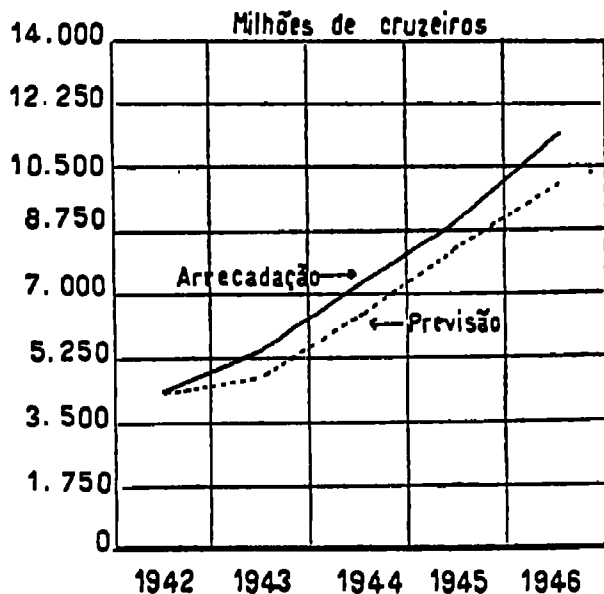
|                                 | Cr\$                     |
|---------------------------------|--------------------------|
| Rendas Tributárias .....        | 9.366.879.812,80         |
| Rendas Patrimoniais .....       | 81.062.431,00            |
| Rendas Industriais .....        | 502.411.103,80           |
| Diversas Rendas .....           | 492.497.839,40           |
| Renda Extraordinária .....      | 949.043.163,00           |
| Plano de Obras e Equipamento .. | 177.681.339,20           |
| <b>Total da Receita .....</b>   | <b>11.569.575.689,20</b> |

Os quadros anexos esclarecem suficientemente a origem da receita, em confronto com as estimativas, mencionando-se as diferenças para mais e para menos arrecadadas.

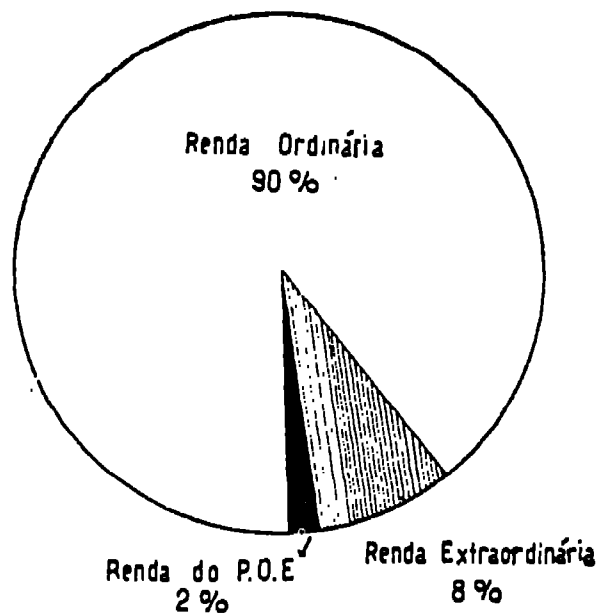
| TÍTULOS  | PREVISÃO<br>Cr\$         | ARRECADAÇÃO<br>Cr\$      | ARRECADAÇÃO<br>para + para -- |
|--|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| <b>RENDA ORDINÁRIA</b>   |                          |                          |                               |
| <i>Renda Tributária</i>  |                          |                          |                               |
| Impert. entr. saída e es-<br>tadia de navios, aéro-<br>naves e adicionais..... | 1.196.780.000,00         | 1.464.033.177,60         | + 207.253.177,60              |
| Imp. de Consumo.....   | 3.337.700.000,00         | 4.008.862.341,50         | + 671.162.341,50              |
| Imp. de Renda.....   | 2.705.500.000,00         | 2.751.229.733,80         | + 45.729.733,80               |
| Imp. de Sêlo e afins.....  | 954.140.000,00           | 1.194.443.864,50         | + 240.303.864,50              |
| Imp. que competem à<br>União.....  | 10.930.000,00            | 8.319.695,40             | -- 2.610.304,60               |
| Rendas Patrimoniais....  | 141.000.000,00           | 81.062.431,00            | -- 59.937.569,00              |
| Rendas Industriais.....  | 438.390.000,00           | 502.411.103,80           | + 64.021.103,80               |
| Rendas Diversas.....   | 384.876.000,00           | 492.497.839,40           | + 107.621.839,40              |
| <b>RENDA EXTRAORDINÁRIA.....</b>   | <b>840.913.000,00</b>    | <b>949.043.163,00</b>    | <b>+ 108.130.163,00</b>       |
| <b>RENDA DE PLANO DE OBRAS E<br/>EQUIPAMENTO.....</b>                          | <b>1.000.000.000,00</b>  | <b>177.681.339,20</b>    | <b>-- 822.318.660,80</b>      |
| <b>TOTAL RECEITA.....</b>  | <b>11.010.148.000,00</b> | <b>11.569.575.689,20</b> | <b>+ 559.427.689,20</b>       |

# RECEITA ORÇAMENTÁRIA

ARRECADAÇÃO NO QÜINQUÊNIO 42/46



PERCENTAGEM DA ARRECADAÇÃO EM 1946



Os Estados, os Territórios e a Delegacia do Tesouro Nacional em New York, concorreram para a receita com as parcelas seguintes:

| <i>Estados e Exterior</i>                             | 1946                     |
|---|--------------------------|
|   | Cr\$                     |
| Amazonas .....  | 50.235.408,50            |
| Pará .....  | 103.466.884,50           |
| Maranhão .....  | 36.413.122,60            |
| Piauí .....   | 18.227.220,40            |
| Ceará .....   | 113.761.330,90           |
| Rio Grande do Norte .....                             | 40.269.168,60            |
| Paraíba .....   | 44.399.164,60            |
| Pernambuco .....                                      | 437.438.099,30           |
| Alagoas .....   | 52.969.399,60            |
| Sergipe .....   | 37.634.928,90            |
| Bahia .....   | 282.876.062,70           |
| Minas Gerais .....                                    | 455.553.524,20           |
| Espírito Santo .....                                  | 34.629.450,20            |
| Rio de Janeiro .....                                  | 279.239.655,00           |
| Distrito Federal .....                                | 4.223.180.300,00         |
| São Paulo .....                                       | 4.139.012.459,70         |
| Paraná .....  | 176.863.512,20           |
| Santa Catarina .....                                  | 132.491.704,90           |
| Rio Grande do Sul .....                               | 653.565.783,70           |
| Goiás .....   | 18.562.128,70            |
| Mato Grosso .....                                     | 29.113.827,60            |
| Delegacia do Tesouro Brasileiro em<br>Nová York ..... | 209.672.552,40           |
| <b>Brasil .....</b>                                   | <b>11.569.575.689,20</b> |

Em confronto com o exercício anterior, demonstram apreciável aumento na Previsão e Arrecadação as seguintes rubricas:

PREVISÃO

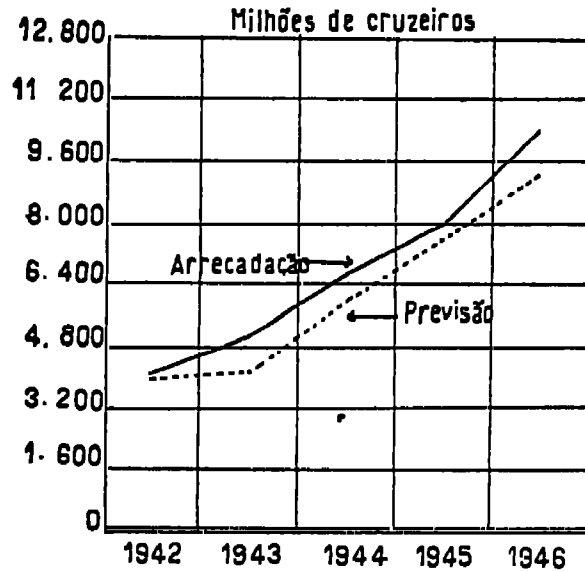
| RUBRICAS                                   | 1945             | 1946              | VALDO              |
|--|------------------|-------------------|--------------------|
| <b>RENDA TRIBUTÁRIA</b>                    |                  |                   |                    |
| Importação — entr. e saída..               | 851.685.000,00   | 1.196.780.000,00  | + 345.095.000,00   |
| Imp. de Consumo.....                       | 2.319.520.000,00 | 3.337.700.000,00  | + 1.018.180.000,00 |
| Imp. de Renda.....                         | 2.532.083.000,00 | 2.705.500.000,00  | + 113.417.000,00   |
| Imp. de Sêlo e afins.....                  | 862.930.000,00   | 954.140.000,00    | + 91.150.000,00    |
| Imp. que competem à União.                 | 10.922.000,00    | 10.930.000,00     | + 8.000,00         |
| Rendas Patrimoniais.....                   | 79.200.000,00    | 141.000.000,00    | + 61.800.000,00    |
| Rendas Industriais.....                    | 209.415.000,00   | 438.309.000,00    | + 28.894.000,00    |
| Rendas Diversas.....                       | 341.238.000,00   | 384.876.000,00    | + 43.638.000,00    |
| Rendas Extraordinárias.....                | 765.316.000,00   | 840.913.000,00    | + 75.567.000,00    |
| Renda do Plano de Obras e Equipamento..... | --               | 1.000.000.000,00  | + 1.000.000.000,00 |
|  | 8.232.399.000,00 | 11.010.148.000,00 | + 2.777.749.000,00 |

ARRECADAÇÃO

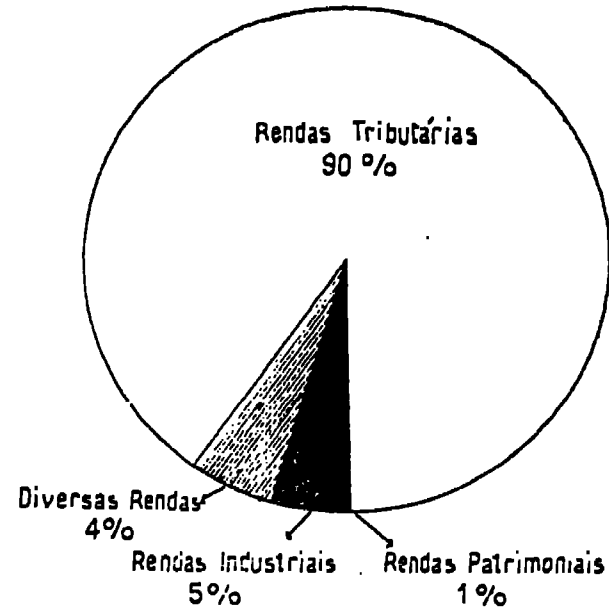
|  | 1945             | 1946              | ARRECADAÇÃO<br>para + para — |
|--|------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>RENDA TRIBUTÁRIA</b>                    |                  |                   |                              |
| Importação — entr. e saída..               | 1.020.038.690,80 | 1.404.033.177,60  | + 377.994.486,80             |
| Imp. de Consumo.....                       | 2.832.166.105,60 | 4.008.862.341,50  | + 1.176.696.235,90           |
| Imp. de Renda.....                         | 2.349.783.586,60 | 2.751.220.733,80  | + 401.437.147,20             |
| Imp. de Sêlo e afins.....                  | 865.602.364,80   | 1.194.443.864,50  | + 328.841.499,70             |
| Imp. que competem à União.                 | 6.813.221,00     | 8.319.695,40      | + 1.506.474,40               |
| Rendas Patrimon.....                       | 58.185.112,90    | 81.062.431,00     | + 22.877.318,10              |
| Rendas Industr.....                        | 430.523.174,30   | 502.411.103,80    | + 71.887.929,50              |
| Rendas Diversas.....                       | 361.004.790,30   | 492.497.839,40    | + 130.893.049,10             |
| Renda Extraordinária.....                  | 921.339.073,00   | 949.043.163,00    | + 27.704.090,00              |
| Renda do Plano de Obras e Equipamento..... | —                | 177.681.339,20    | 177.681.339,20               |
|  | 8.852.056.119,30 | 11.569.575.689,20 | + 2.717.519.569,90           |

# RENDA ORDINÁRIA

ARRECADAÇÃO NO QÜINQUÊNIO 42/46

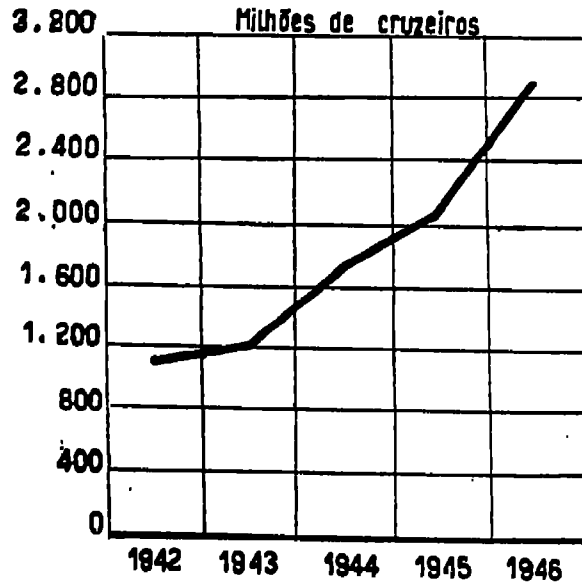


PERCENTAGEM DA ARRECADAÇÃO EM 1946



# RENDA DAS ALFÂNDEGAS

ARRECAÇÃO NO QUINTÊNIO 42/46



ARRECAÇÃO NOS ESTADOS EM 1946



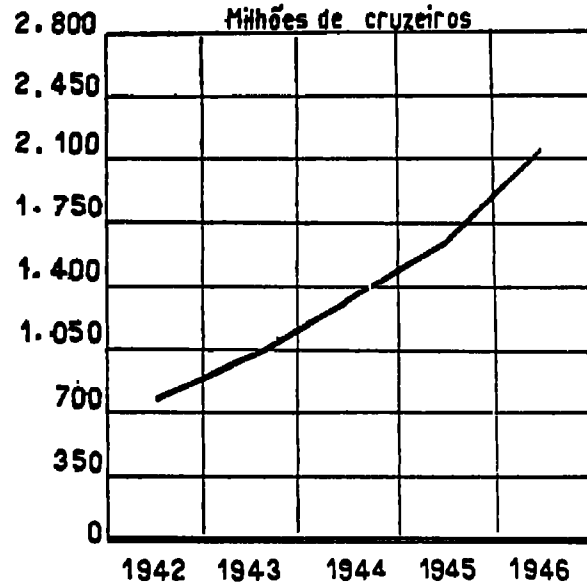
CONVENÇÃO

CADA SÍMBOLO ■ REPRESENTA 100 MILHÕES DE CRUZEIROS  
 CADA SÍMBOLO ● REPRESENTA 50 MILHÕES DE CRUZEIROS  
 CADA SÍMBOLO X REPRESENTA VALOR IMPÉRIOS 27 MILHÕES DE CRUZ.

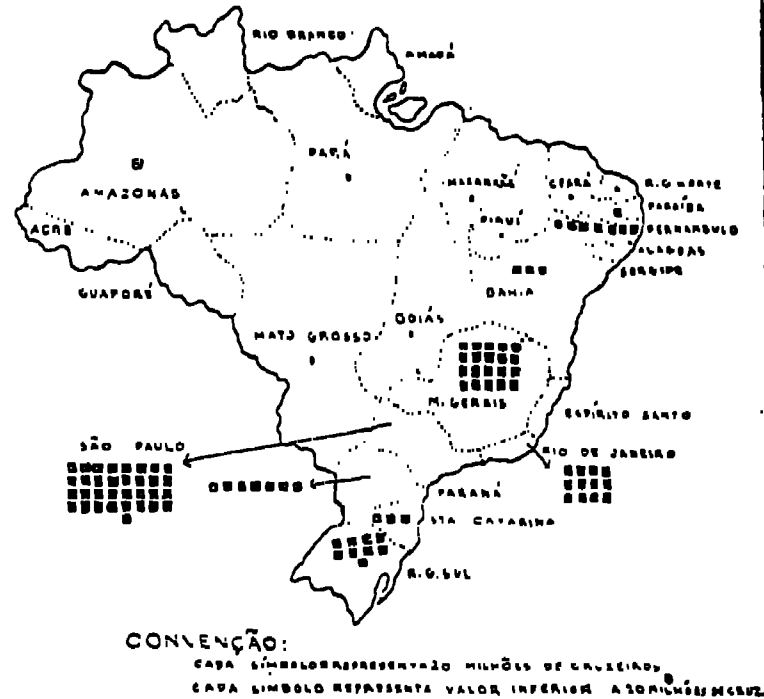


# RENDA DAS COLETORIAS

ARREGADAÇÃO NO QUINQUÊNIO 42/46

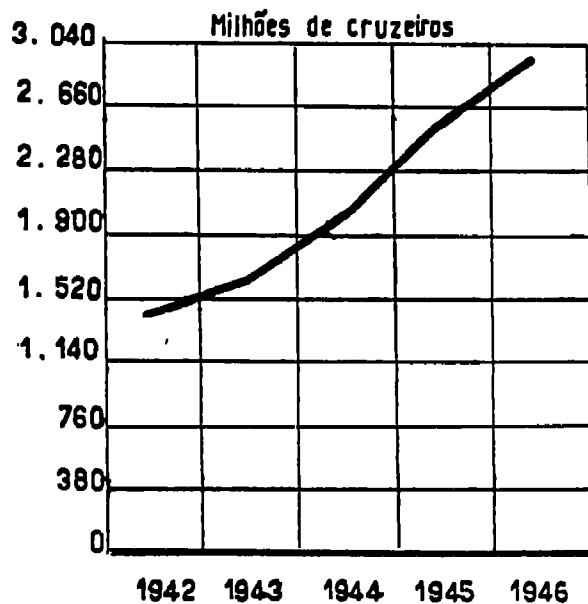


ARREGADAÇÃO NOS ESTADOS EM 1946

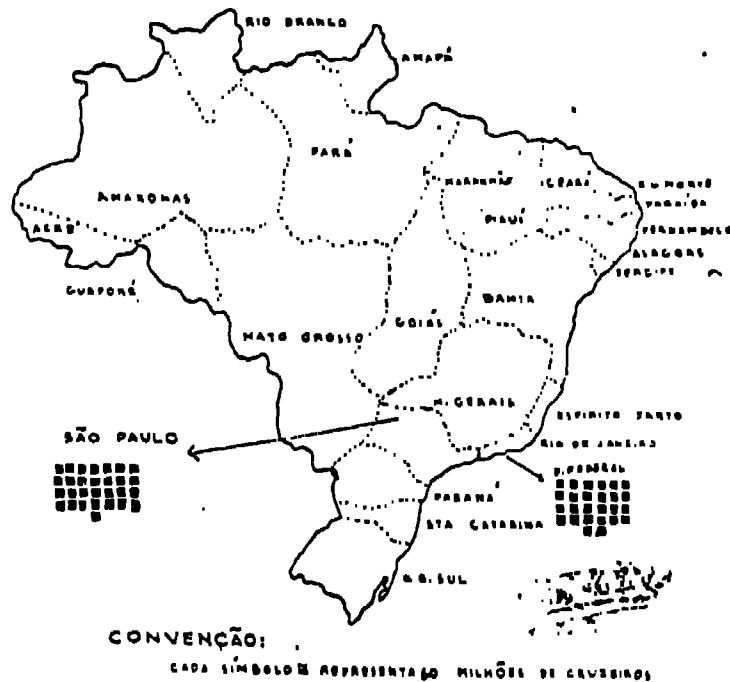


# RENDA DAS RECEBEDORIAS

ARRECAÇÃO NO QUINTÊNIO 42/46

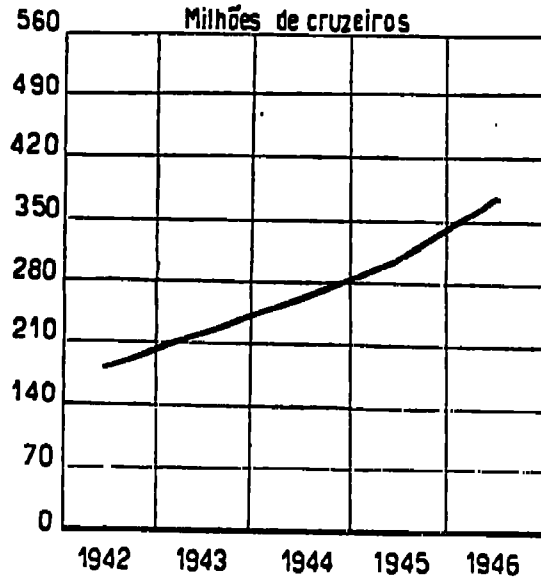


ARRECAÇÃO NOS ESTADOS EM 1946

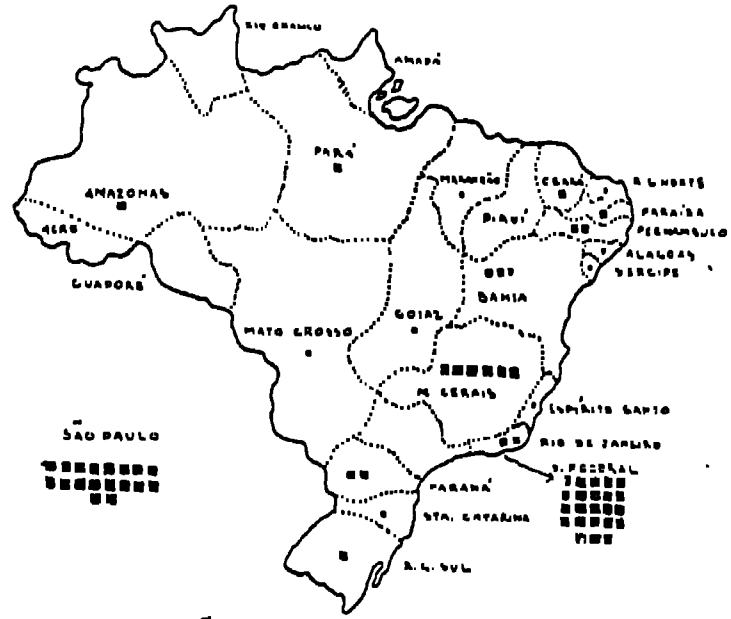


# RENDA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

ARRECADÇÃO NO QÜINQUÊNIO 42/46



ARRECADÇÃO NOS ESTADOS EM 1946

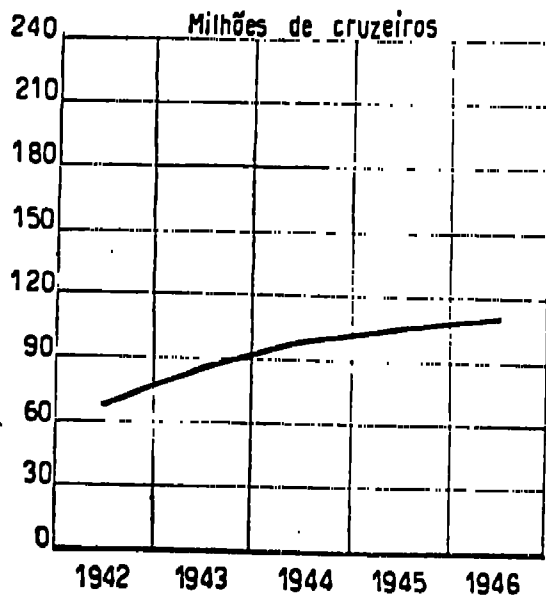


CONVENÇÃO

CADA SÍMBOLO ■ REPRESENTA 5 MILHÕES DE CRUZEIROS  
 CADA SÍMBOLO ◻ REPRESENTA VALOR INFERIOR A 5 MILHÕES DE CRUZEIROS

# RENDA DAS ESTRADAS DE FERRO

ARRECAÇÃO NO QUINQUÊNIO 42/46



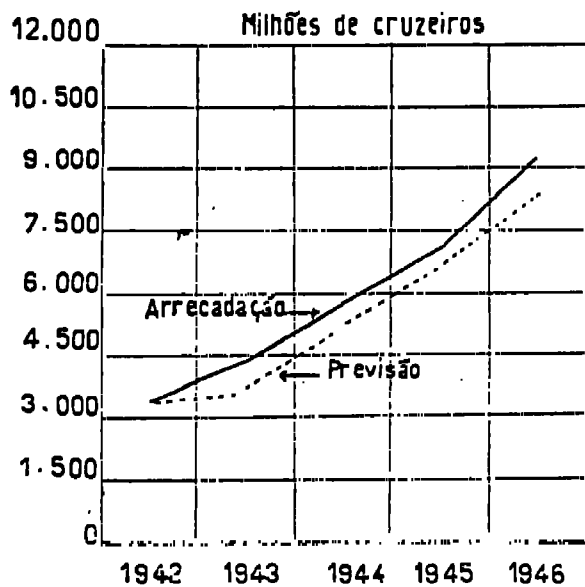
ARRECAÇÃO NOS ESTADOS EM 1946



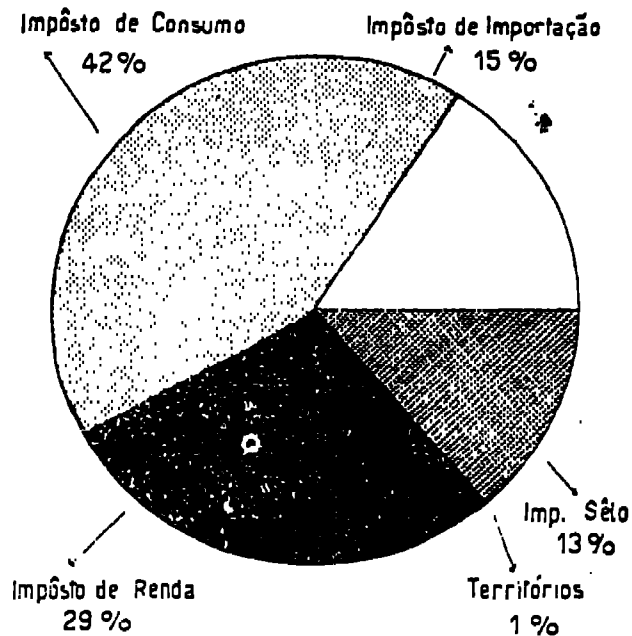
CONVENÇÃO:  
CADA SÍMBOLO ■ REPRESENTA 5 MILHÕES DE CRUZEIROS

# RENDAS TRIBUTÁRIAS

ARRECADAÇÃO NO QUINQUÊNIO 42/46



PERCENTAGEM DA ARRECADAÇÃO EM 1946



As rendas tributárias concorreram com mais de três quartas partes da receita geral, ou seja, como ficou dito Cr\$ .....  
9.366.879.812,80.

A) *Impôsto de Consumo*

Dos tributos cabe a importância de Cr\$ 4.008.862.341,50 ao Impôsto de Consumo, hoje a maior fonte de receita do país. A sua arrecadação, pelos Estados e Territórios, está distribuída pela seguinte forma:

|                           | Cr\$             |
|---------------------------|------------------|
| São Paulo .....           | 1.800.010.799,50 |
| Distrito Federal .....    | 1.018.553.589,40 |
| Rio Grande do Sul .....   | 284.284.610,20   |
| Pernambuco .....          | 199.622.276,00   |
| Rio de Janeiro .....      | 173.879.494,10   |
| Minas Gerais .....        | 150.645.496,30   |
| Bahia .....               | 83.879.844,60    |
| Paraná .....              | 68.864.805,80    |
| Santa Catarina .....      | 47.825.252,30    |
| Ceará .....               | 29.689.387,60    |
| Pará .....                | 28.753.584,20    |
| Alagoas .....             | 27.631.861,00    |
| Paraíba .....             | 19.406.112,40    |
| Sergipe .....             | 18.817.984,00    |
| Rio Grande do Norte ..... | 16.844.891,70    |
| Amazonas .....            | 10.466.541,40    |
| Maranhão .....            | 9.897.500,40     |
| Espírito Santo .....      | 8.477.107,50     |
| Mato Grosso .....         | 5.047.144,00     |
| Goiás .....               | 3.152.397,20     |
| Piauí .....               | 3.111.661,90     |
|                           | <hr/>            |
|                           | 4.008.862.341,50 |
|                           | <hr/>            |

A importância referida se distribui pelas vinte e nove espécies incluídas na Lei do Impôsto de Consumo — Decreto-lei n.º 7.404,

de 22 de março de 1945 e suas alterações posteriores -- apresentando o resultado seguinte:

## TABELA "A"

|   | Cr\$           |
|---|----------------|
| 01 — Aparelhos, máquinas e artefatos de metais . . . .                                  | 302.908.465,80 |
| 02 — Armas, munições e jogos de artifício . . . . .                                     | 9.897.437,30   |
| 03 — Artefatos de matérias de origem mineral e vegetal . . . . .                        | 124.998.480,60 |
| 04 — Brinquedos, artigos de esportes e juro . . . . .                                   | 8.142.344,40   |
| 05 — Cerâmica e vidro . . . . .   | 71.349.730,70  |
| 06 — Chapéus . . . . .  | 18.321.802,10  |
| 07 — Cimento e artigo de cimento, de gesso e de pedras naturais e artificiais . . . . . | 71.696.525,50  |
| 08 — Eletricidade . . . . .   | 30.377.890,40  |
| 09 — Escovas, espanadores e pincéis . . . . .   | 10.274.949,50  |
| 10 — Jóias, obras de ourives e relógios . . . . .                                       | 41.612.211,70  |
| 11 — Papel e seus artefatos . . . . .   | 31.093.588,30  |
| 12 — Produtos alimentares industrializados . . . . .                                    | 251.259.309,90 |
| 13 — Produtos farmacêuticos e medicinais . . . . .                                      | 93.497.334,90  |
| 14 — Tintas, esmaltes, vernizes e outras matérias . .                                   | 47.123.145,60  |
| 15 — Velas . . . . .  | 7.051.889,00   |

## TABELA "B"

|                         |                |
|-------------------------|----------------|
| 16 — Calçados . . . . . | 159.175.254,10 |
| 17 — Móveis . . . . .   | 64.072.823,10  |

## TABELA "C"

|   |                |
|---|----------------|
| 18 — Alcool . . . . .                         | 14.654.120,30  |
| 19 — Bebidas (inclusive adicionais) . . . . . | 680.689.533,50 |
| 20 — Cartas de jogar . . . . .                | 6.051.866,10   |
| 21 — Lâmpadas elétricas . . . . .             | 10.747.872,30  |
| 22 — Vinagre . . . . .                        | 6.919.688,70   |

## TABELA "D"

|  |                |
|--|----------------|
| 23 — Fósforos e isqueiros . . . . .  | 129.548.894,00 |
| 24 — Fumo . . . . .  | 923.654.868,90 |
| 25 — Gasolina, querosene, óleos e carbureto de cálcio.                                 | 8.698.164,20   |
| 26 — Guarda-chuvas . . . . .   | 8.024.848,80   |
| 27 — Perfumaria e artigos de toucador . . . . .  | 124.047.751,90 |
| 28 — Sal . . . . .   | 22.518.761,50  |
| 29 — Tecidos, malharias e seus artefatos, passamanarias, cordoalhas e linhas . . . . . | 730.452.788,40 |

---

4.008.862.341,50

---

A estimativa da arrecadação para o exercício de 1946 era de Cr\$ 3.337.700.000,00, observando-se, assim, a diferença para mais de Cr\$ 671.162.341,50.

A arrecadação do exercício de 1945 montando, como se vê dos quadros anexos, a Cr\$ 2.832.166.105,60, segue-se que, em 1946, ocorreu um aumento de Cr\$ 1.176.696.235,90, que é altamente expressivo. Para êsse aumento contribuíram tôdas as rubricas do impôsto.

#### CONSIDERAÇÕES SÔBRE O IMPÔSTO DE CONSUMO

A regulamentação do Impôsto de Consumo, instituída pelo Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, foi, sem dúvida, acertada sob o aspecto fiscal. A sorte do impôsto foi diretamente ligada situação reinante, determinada pelo conflito mundial. Na fase inflacionista, com a maior parte dos produtos tributados na base dos preços de venda, o impôsto acompanharia, como era fatal, a marcha ascendente da alta resultante da guerra. Não há dúvida, porém, de que foram simplificados os processos de pagamento, fiscalização e arrecadação, tornando-se esta mais econômica. Também a industrialização decorrente da guerra foi fator preponderante no vulto da receita do Impôsto de Consumo.

Não é possível ocultar a significação dêste impôsto e seus reflexos na vida do país, quando se verifica que êle atinge a todos os brasileiros, como imposições idênticas para as classes mais abastadas, como para as que lutam com dificuldades de meios de subsistência. E quando se sabe, por exemplo, que uma das mais expressivas rubricas dêsse impôsto — “Tecidos, malharia e seus artefatos, passamanarias, cordoalhas e linhas” (Tabela D. inciso XXIX da Lei) no exercício de 1946, contribuiu para os cofres públicos com a soma de Cr\$ 730.452.788,40, somente inferior à arrecadação do Fumo — Cr\$ 923.654.868,90; — que o ônus foi suportado exclusivamente pelo contribuinte nacional, pois não incide sôbre o produto destinado à exportação; que se trata de um produto indispensável à vida humana; quando, finalmente, se sabe que, até 1939, cêrca de 75% dos tecidos custavam menos de Cr\$ 4,00 o metro e que, de então a esta data, não há tecido de preço inferior a essa base, chega-se à evidência de



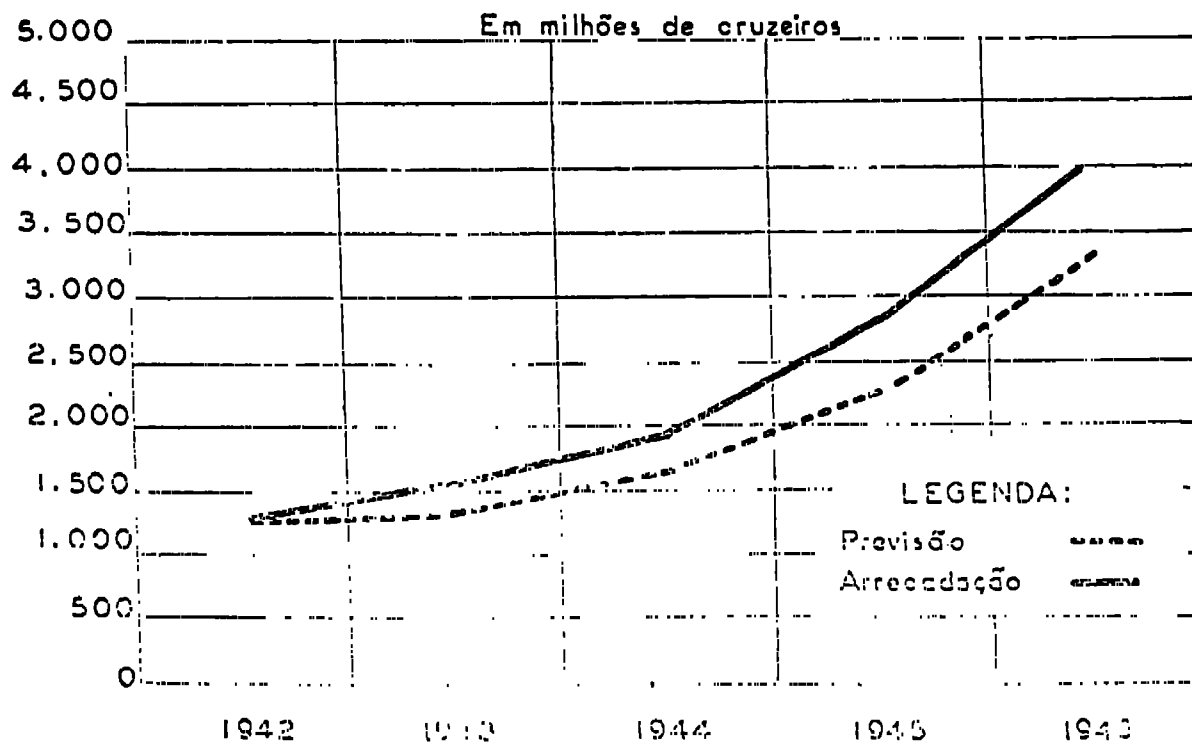
que as taxas de 6% e 9%, respectivamente, para produtos nacionais e estrangeiros, são um pesado encargo que está a exigir no regulamento atual um reajustamento capaz de aliviar o custo de artigos indispensáveis à vida humana, enquanto outros, inteiramente supérfluos — estão a reclamar taxas mais elevadas.

O assunto pende de estudo de órgãos dêste Ministério, incumbidos da reforma tributária.

Estamos certos de que, mediante regulamentação mais perfeita do impôsto de renda, se conseguirá maior arrecadação, que se elevará com o correr do tempo, permitindo a diminuição gradativa, até completa extinção, do impôsto de consumo, para a maior parte dos produtos que sofrem atualmente êsse gravame. Será necessário reduzir o número de rubricas — vinte nove atualmente — recaindo o tributo apenas sôbre algumas delas, sem que a receita pública sofra diminuição, libertando, como se impõe, a massa consumidora, o comércio e a indústria, não só do gravame como das exigências fiscais, que oneram e embaraçam a circulação dos produtos. Mas não se trata de matéria simples, capaz de ser encarada e resolvida sumária e isoladamente. Será mister atender, antes de tudo, às necessidades do erário, fortemente agravadas pela distribuição de percentagens da receita geral para atender aos Estados, ao plano de valorização econômica da Amazônia, ao aproveitamento da região do São Francisco, às obras contra as secas, etc. Será também prudente admitir uma baixa geral de preços, o retraimento do consumidor, a retenção de produtos, fatores que concorrerão, sem dúvida, para uma admissível diminuição da receita de certos impostos.

O ministério da Fazenda estuda, também, no momento, um projeto de lei cujas disposições permitam tornar mais eficiente a fiscalização geral dos impostos, em especial a do impôsto de consumo.

# IMPÔSTO DE CONSUMO



*B) Impôsto de Renda o Proventos de Qualquer Natureza*

Pela importância das somas arrecadadas, vem em segundo lugar o "Impôsto de Renda e Proventos de qualquer Natureza", que, no exercício findo, produziu Cr\$ 2.751.220.733,80. Na proposta orçamentária figurou com a estimativa de Cr\$ ..... 2.705.500.000,00. Houve, assim, uma arrecadação maior, no montante de Cr\$ 45.720.733,80. A receita de 1945 subiu a Cr\$ 2.349.783.586,60, evidenciando-se a arrecadação de Cr\$ .. 401.437.147,20 para mais no exercício de 1946.

As cifras de maior importância dêste impôsto são as seguintes: Impôsto sôbre a renda de pessoas físicas, Cr\$ 1.319.348.945,90, adicional para proteção à família, Cr\$ 28.557.810,50, e de pessoas jurídicas, orçado em Cr\$ 1.100.000.000,00, que atingiu apenas Cr\$ 845.704.525,50, ou seja, Cr\$ 254.295.474,50 a menos.

E' evidente a falta de fiscalização rigorosa do contribuinte. A regulamentação do impôsto, também, é deficiente e o pessoal técnico pouco pode produzir ante a falta de aparelhagem em recursos repressivos e de funcionários em número suficiente.

Para remover tão graves lacunas organizou-se projeto de lei, que Sua Excelência o Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso em março. Esse projeto estabelece medidas que concorrerão para a reorganização da Divisão do Impôsto de Renda, armando-a de elementos indispensáveis a uma boa arrecadação e a uma fiscalização mais perfeita.

A arrecadação do impôsto teve maior expressão no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, conforme se verifica dos seguintes dados;

IMPÔSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

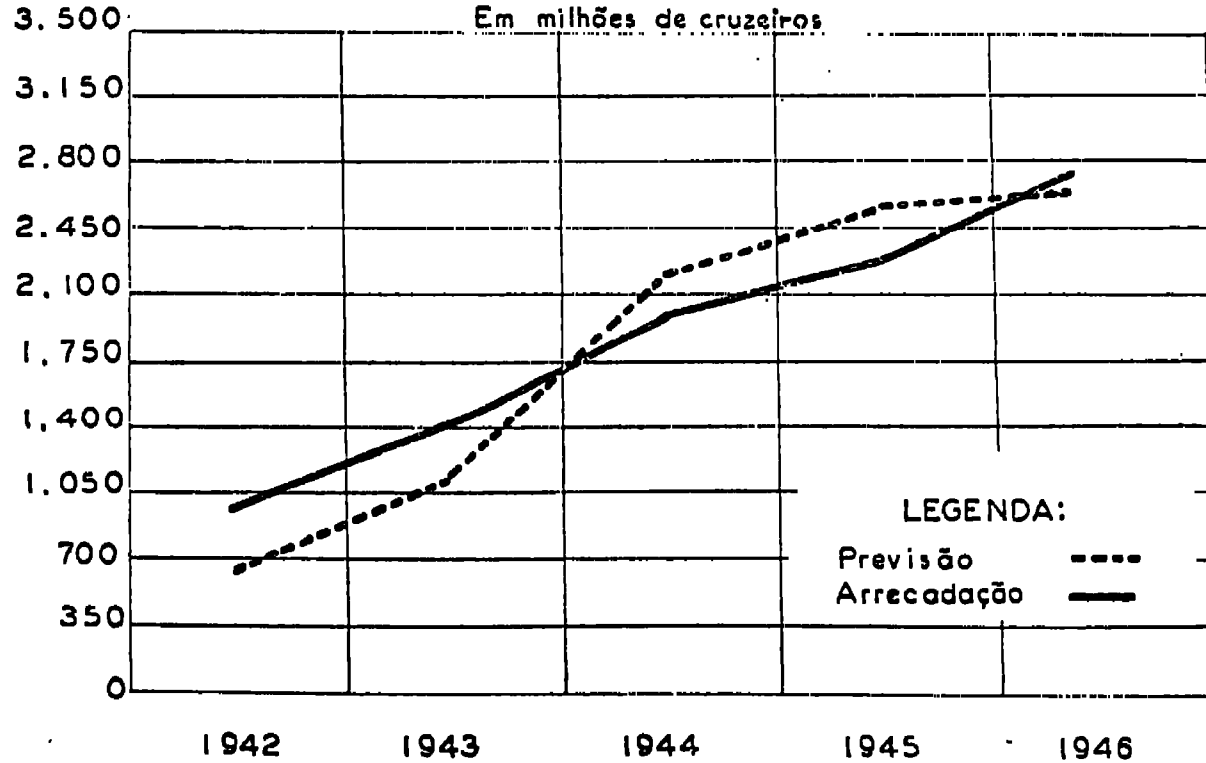
|                         | Cr\$           |
|-------------------------|----------------|
| São Paulo .....         | 987.389.851,90 |
| Distrito Federal .....  | 985.248.457,20 |
| Rio Grande do Sul ..... | 185.008.672,80 |

|  |                  |
|--|------------------|
| Minas Gerais .....                                   | 148.549.898,90   |
| Pernambuco .....                                     | 100.804.223,90   |
| Bahia .....  | 66.127.728,20    |
| Rio de Janeiro .....                                 | 55.736.754,10    |
| Paraná .....   | 52.974.628,20    |
| Santa Catarina .....                                 | 38.440.359,00    |
| Pará .....   | 21.343.371,00    |
| Ceará .....  | 19.470.283,00    |
| Alagoas .....  | 13.823.646,40    |
| Amazonas .....                                       | 12.370.730,60    |
| Sergipe .....  | 10.526.189,10    |
| Espírito Santo .....                                 | 10.178.671,50    |
| Paraíba .....  | 9.597.200,30     |
| Maranhão .....                                       | 9.199.090,50     |
| Mato Grosso .....                                    | 7.048.256,50     |
| Piauí .....  | 6.287.483,00     |
| Goiás .....  | 5.491.731,10     |
| Rio Grande do Norte .....                            | 5.043.775,70     |
| Delegacia do Tesouro Brasileiro no<br>Exterior ..... | 559.730,90       |
|  | <hr/>            |
|  | 2.751.220.733,80 |
|  | <hr/>            |

## IMPÓSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO                 | 1912<br>Cr\$          | 1913<br>Cr\$            | 1914<br>Cr\$            | 1915<br>Cr\$            | 1916<br>Cr\$            |
|---------------------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Amazonas.....                         | 5.574.571,70          | 8.575.870,30            | 12.725.310,30           | 11.212.616,10           | 12.370.730,60           |
| Pará.....                             | 9.215.901,00          | 15.702.376,40           | 22.728.377,90           | 23.231.721,00           | 21.343.371,00           |
| Matanhão.....                         | 2.765.630,60          | 4.615.321,30            | 7.692.031,30            | 8.517.811,50            | 9.199.030,50            |
| Piauí.....                            | 4.591.543,60          | 3.958.777,80            | 5.191.143,60            | 5.251.825,20            | 6.287.483,00            |
| Ceará.....                            | 9.070.219,60          | 10.806.437,40           | 15.627.991,20           | 16.606.149,90           | 19.470.283,00           |
| Rio Grande do Norte.....              | 1.054.400,10          | 2.684.892,20            | 4.658.380,30            | 4.953.401,90            | 5.043.775,70            |
| Paraíba.....                          | 2.555.147,20          | 4.690.617,50            | 7.269.795,40            | 9.216.865,00            | 9.597.260,30            |
| Pernambuco.....                       | 25.982.017,80         | 43.535.988,40           | 71.009.142,50           | 81.139.953,30           | 100.804.223,09          |
| Alagoas.....                          | 4.758.119,70          | 6.825.950,40            | 10.451.755,00           | 14.143.976,30           | 13.523.643,10           |
| Sergipe.....                          | 2.297.018,30          | 3.813.475,00            | 7.068.919,30            | 8.294.151,80            | 10.526.180,10           |
| Bahia.....                            | 26.097.539,60         | 40.378.520,60           | 55.959.456,30           | 59.983.575,20           | 66.127.728,20           |
| Esprito Santo.....                    | 2.350.975,30          | 2.682.927,50            | 5.832.655,90            | 8.081.326,70            | 10.178.671,50           |
| Rio de Janeiro.....                   | 15.922.688,80         | 27.688.722,50           | 47.140.522,50           | 43.843.619,10           | 55.736.751,10           |
| Distrito Federal.....                 | 417.675.284,80        | 568.056.366,80          | 725.207.035,10          | 800.609.326,50          | 945.248.457,20          |
| São Paulo.....                        | 320.375.003,10        | 533.937.482,50          | 733.114.223,30          | 853.513.271,80          | 937.359.851,90          |
| Paraná.....                           | 14.857.844,00         | 25.915.378,80           | 36.108.209,10           | 42.770.369,70           | 52.974.628,20           |
| Santa Catarina.....                   | 9.746.257,90          | 17.954.655,50           | 23.894.821,00           | 27.910.034,90           | 38.410.359,00           |
| Rio Grande do Sul.....                | 57.477.352,30         | 83.973.405,90           | 119.414.528,60          | 155.098.488,10          | 185.008.672,80          |
| Mato Grosso.....                      | 2.793.593,80          | 3.753.443,10            | 6.623.973,40            | 7.397.015,00            | 7.048.256,50            |
| Goiás.....                            | 1.814.046,40          | 3.964.597,90            | 6.690.917,30            | 5.623.439,50            | 5.191.731,10            |
| Minas Gerais.....                     | 49.559.180,70         | 83.145.254,20           | 112.715.327,10          | 133.151.491,90          | 148.549.838,90          |
| Delegacia do Tesouro no Exterior..... | 531.010,50            | 886.815,00              | 381.843,60              | 373.186,20              | 559.730,90              |
| <b>TOTAIS.....</b>                    | <b>988.335.366,80</b> | <b>1.497.547.247,00</b> | <b>2.037.506.360,00</b> | <b>2.349.783.586,60</b> | <b>2.751.230.733,80</b> |
| Números índices.....                  | 100                   | 152                     | 200                     | 238                     | 278                     |

# IMPÔSTO DE RENDA, ETC.



C) *Impôsto de Importação e Afins*

Concorreu esta rubrica com a soma de Cr\$ 1.404.033.177,60 para a receita geral. A previsão fôra de Cr\$ 1.196.780.000,00, resultando, portanto, o excesso de Cr\$ 207.253.177,60. Do confronto entre a arrecadação de 1946 e a de 1945, que atingiu a Cr\$ 1.026.038.690,80, evidencia-se, também, a diferença para mais de Cr\$ 377.994.486,80.

Das verbas subordinadas a êste título, apenas uma — “Expediente das Capatazias” — acusou decréscimo no valor de Cr\$ 13.222,70, aliás sem maior significação.

O surto de negócios do comércio exterior determinou êsse aumento de receita.

O regime tarifário em vigor não tem condições técnicas para nos fazer acreditar em arrecadação eficiente. Por isso, estamos cuidando da reforma das tarifas com esperanças no resultado concreto de entendimentos internacionais, nos quais o Brasil é parte, para firmar novas diretrizes e encarar objetivamente o problema.

Sua Excelência o Sr. Presidente da República abordou com clarividência o assunto, quando em sua mensagem de 15 de março, ao Poder Legislativo, acentuou:

“E’ preciso ficar bem esclarecido que não é propósito do Govêrno conduzir sua política tarifária no sentido de uma proteção desmedida; mas, para defender indústrias nascentes e legítimos interêsses de nossa economia, cuja produção agro-industrial urge diversificar por imperativos geo-econômicos, teremos de pôr em prática processo que assegure justo equilíbrio de preços entre o produto nacional e o estrangeiro”.

Foi a seguinte distribuição da receita proveniente do Impôsto de Importação e afins, pelas diversas alfândegas do país:

IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO E AFINS

ARRECADAÇÃO POR ESPÉCIE DE REPARTIÇÕES

| <i>Repartições</i>                          | 1946             |
|---|------------------|
| Agências Aduaneiras .....                   | 32.364,50        |
| Alfândegas .....                            | 1.387.410.727,50 |
| Coletorias .....                            | 50.472,60        |
| Delegacias Fiscais .....                    | 15.652.509,00    |
| Mesas de Rendas .....                       | 879.590,20       |
| Registros Fiscais .....                     | 7.513,80         |
| Outras Repartições da Capital Federal ..... | —                |
| Total .....                                 | 1.404.033.177,60 |

ARRECADAÇÃO POR OUTRAS REPARTIÇÕES

| <i>Repartições</i>                            | 1946      |
|---|-----------|
|   | Cr\$      |
| <i>Agências Aduaneiras:</i>                   |           |
| Amazonas .....                                | —         |
| Mato Grosso .....                             | 32.364,50 |
| <i>Registros Fiscais:</i>                     |           |
| Amazonas .....                                | 7.513,80  |
| <i>Outras Repartições da Capital Federal:</i> |           |
| Ministério da Educação e Saúde ..             | —         |
| Total .....                                   | 39.878,30 |

RENDA ORDINÁRIA

ARRECADAÇÃO PELAS ALFÂNDEGAS

| MUNICÍPIOS       | 1946          |
|------------------|---------------|
| <i>Amazonas:</i> |               |
| Manaus .....     | 3.268.239,20  |
| <i>Pará:</i>     |               |
| Belém .....      | 18.965.667,80 |
| <i>Maranhão:</i> |               |
| São Luís .....   | 1.403.278,20  |
| <i>Piauí:</i>    |               |
| Parnaíba .....   | 233.021,90    |
| <i>Ceará:</i>    |               |
| Fortaleza .....  | 13.467.860,50 |



|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| Rio Grande do Norte:        |                  |
| Natal .....                 | 2.316.059,20     |
| Paraíba:                    |                  |
| João Pessoa .....           | 1.529.142,30     |
| Pernambuco:                 |                  |
| Recife .....                | 68.596.041,20    |
| Alagoas:                    |                  |
| Maceió .....                | 1.297.142,50     |
| Sergipe:                    |                  |
| Aracaju .....               | 31.573,70        |
| Bahia:                      |                  |
| Salvador .....              | 23.720.859,60    |
| Espírito Santo:             |                  |
| Vitória .....               | 1.288.411,20     |
| Rio de Janeiro:             |                  |
| Niterói .....               | 2.831,10         |
| Distrito Federal:           |                  |
| Rio de Janeiro .....        | 598.705.628,50   |
| São Paulo:                  |                  |
| Santos .....                | 596.520.876,90   |
| Paraná:                     |                  |
| Paranaguá .....             | 4.864.731,40     |
| Santa Catarina:             |                  |
| Florianópolis .....         | 62.513,30        |
| São Francisco .....         | 206.441,20       |
| Rio Grande do Sul:          |                  |
| Jaguarão .....              | 382.407,10       |
| Pôrto Alegre .....          | 29.247.718,50    |
| Pelotas .....               | 316.991,10       |
| Rio Grande .....            | 18.380.857,30    |
| Santana do Livramento ..... | 1.925.212,60     |
| Uruguaiana .....            | 257.515,80       |
| Mato Grosso:                |                  |
| Corumbá .....               | 419.705,40       |
| Brasil .....                | 1.387.410.721,50 |

ARRECAÇÃO PELAS COLETORIAS

| ESTADOS                   | Cr\$      |
|---------------------------|-----------|
| Amazonas .....            | —         |
| Pará .....                | —         |
| Maranhão .....            | —         |
| Piauí .....               | —         |
| Ceará .....               | —         |
| Rio Grande do Norte ..... | —         |
| Paraíba .....             | —         |
| Pernambuco .....          | —         |
| Alagoas .....             | —         |
| Sergipe .....             | —         |
| Bahia .....               | —         |
| Minas Gerais .....        | 15.031,30 |
| Espírito Santo .....      | 115,20    |
| Rio de Janeiro .....      | 6.730,20  |
| Distrito Federal .....    | —         |
| São Paulo .....           | 10.769,70 |
| Paraná .....              | 2.309,70  |
| Santa Catarina .....      | 15.516,50 |
| Rio Grande do Sul .....   | —         |
| Goiás .....               | —         |
| Mato Grosso .....         | —         |
| Brasil .....              | 50.472,60 |

ARRECAÇÃO PELAS DELEGACIAS FISCAIS DO TESOURO NACIONAL

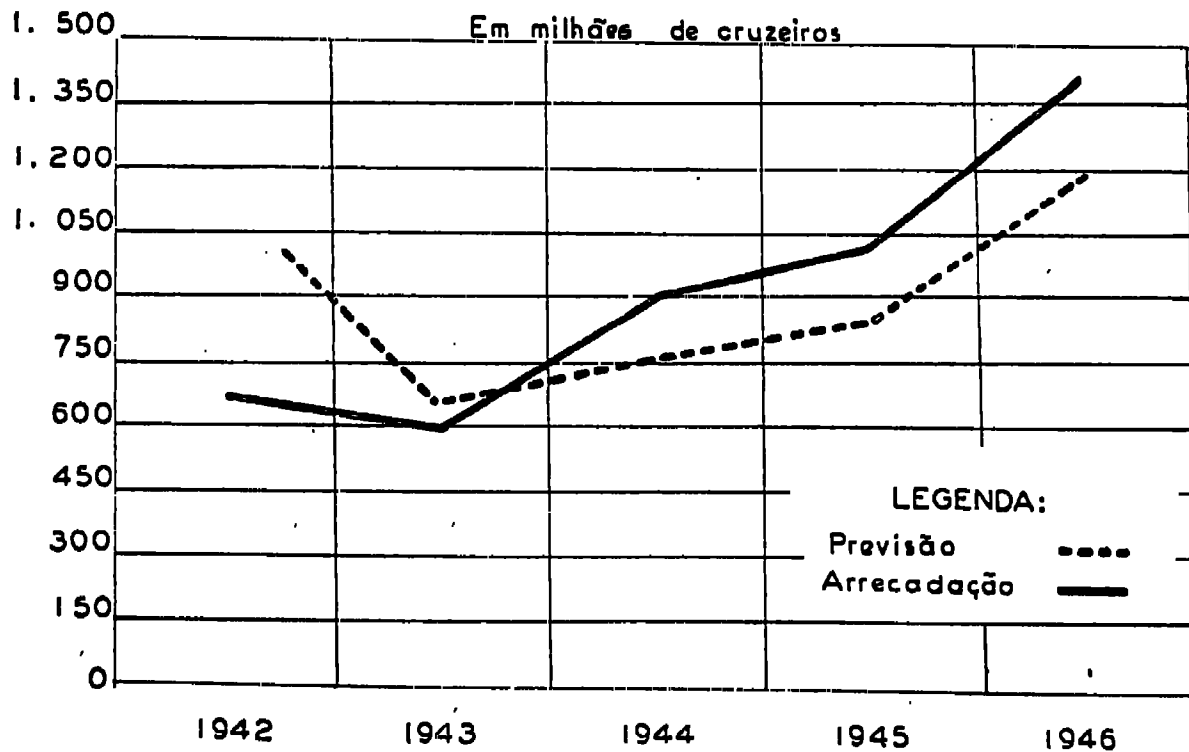
| ESTADOS                   | Cr\$       |
|---------------------------|------------|
| Amazonas .....            | —          |
| Pará .....                | —          |
| Maranhão .....            | —          |
| Piauí .....               | —          |
| Ceará .....               | —          |
| Rio Grande do Norte ..... | —          |
| Paraíba .....             | —          |
| Pernambuco .....          | —          |
| Alagoas .....             | —          |
| Sergipe .....             | —          |
| Bahia .....               | —          |
| Minas Gerais .....        | 180.224,20 |
| Espírito Santo .....      | —          |
| Rio de Janeiro .....      | —          |

|                         |               |
|-------------------------|---------------|
| Distrito Federal .....  | —             |
| São Paulo .....         | 15.300.370,50 |
| Paraná .....            | 171.460,50    |
| Santa Catarina .....    | —             |
| Rio Grande do Sul ..... | —             |
| Goiás .....             | 453,80        |
| Mato Grosso .....       | —             |
| Brasil .....            | 15.652.509,00 |

## ARRECAÇÃO PELAS MESAS DE RENDAS

| ESTADOS                   | 1946       |
|---------------------------|------------|
| Amazonas .....            | 165,00     |
| Pará .....                | —          |
| Maranhão .....            | 48.000,00  |
| Piauí .....               | —          |
| Ceará .....               | —          |
| Rio Grande do Norte ..... | —          |
| Paraíba .....             | —          |
| Pernambuco .....          | —          |
| Alagoas .....             | —          |
| Sergipe .....             | —          |
| Bahia .....               | —          |
| Minas Gerais .....        | —          |
| Espírito Santo .....      | —          |
| Rio de Janeiro .....      | 160.592,00 |
| Distrito Federal .....    | —          |
| São Paulo .....           | —          |
| Paraná .....              | 10.926,80  |
| Santa Catarina .....      | 587.704,30 |
| Rio Grande do Sul .....   | 20.333,50  |
| Goiás .....               | —          |
| Mato Grosso .....         | 51.868,60  |
| Brasil .....              | 879.590,20 |

# IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO E AFINS



D) *Impôsto de sêlo e afins*

Alcançou esta rubrica a cifra de Cr\$ 1.194.443.864,50. A previsão fôra de Cr\$ 954.140.000,00 e a arrecadação, em 1945, de Cr\$ 865.602.364,80.

Houve aumento sôbre a estimativa, no valor de..... Cr\$ 240.303.864,50 e sôbre a receita do exercício anterior de Cr\$ 328.841.499,70.

Decresceu o impôsto sôbre operações a têrmo em..... Cr\$ 381.572,30, e sôbre vales para brindes em Cr\$ 67.757,10, em confronto com a previsão.

O quadro que se segue demonstra, por Estados e Territórios, a arrecadação do exercício:

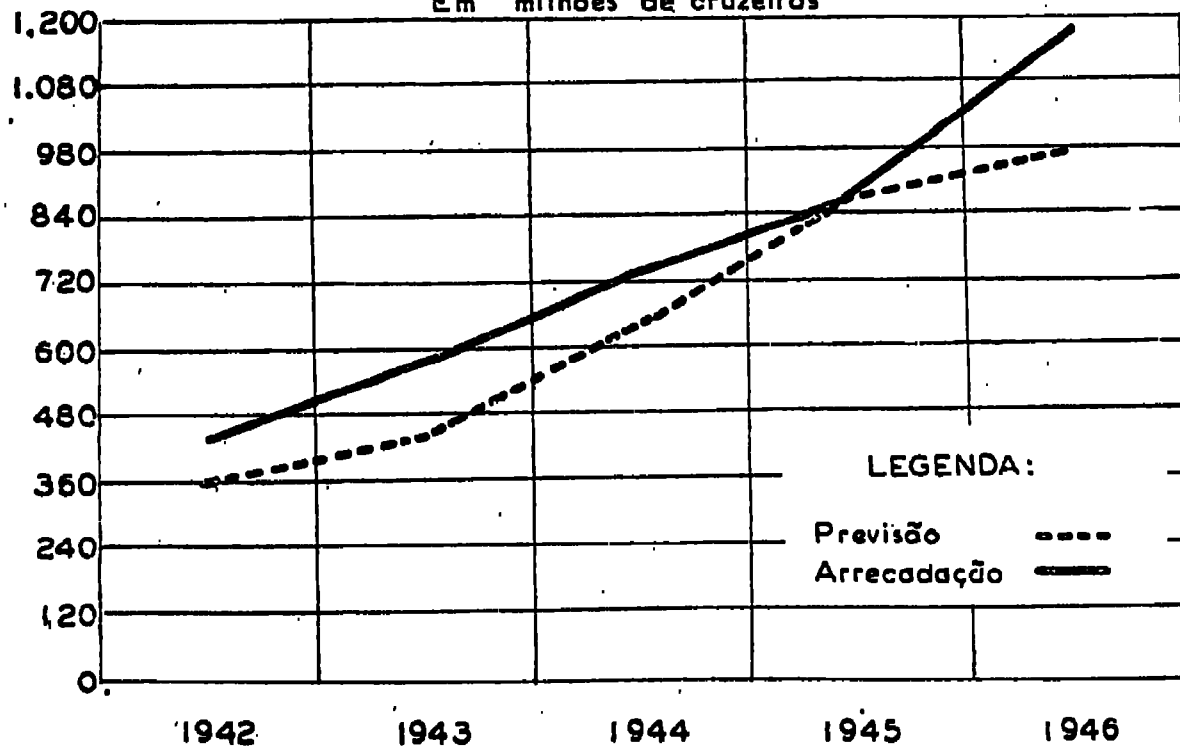
| ESTADOS E EXTERIOR                                   | 1946             |
|--|------------------|
| Amazonas .....                                       | 5.016.800,70     |
| Pará .....   | 8.090.289,10     |
| Maranhão .....                                       | 2.726.559,40     |
| Piauí .....  | 3.377.585,20     |
| Ceará .....  | 11.797.841,40    |
| Rio Grande do Norte .....                            | 3.368.338,50     |
| Paraíba .....  | 5.971.165,10     |
| Pernambuco .....                                     | 20.560.813,60    |
| Alagoas .....  | 3.204.890,90     |
| Sergipe .....  | 3.044.012,20     |
| Bahia .....  | 33.856.252,70    |
| Minas Gerais .....                                   | 75.693.693,40    |
| Espírito Santo .....                                 | 7.124.506,80     |
| Rio de Janeiro .....                                 | 24.003.025,70    |
| Distrito Federal .....                               | 540.205.666,00   |
| São Paulo .....                                      | 340.618.440,70   |
| Paraná .....   | 23.074.053,00    |
| Santa Catarina .....                                 | 12.973.397,90    |
| Rio Grande do Sul .....                              | 58.629.502,00    |
| Goiás .....  | 5.975.951,40     |
| Mato Grosso .....                                    | 5.131.078,80     |
| Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque ..... | —                |
|  | <hr/>            |
|  | 1.194.443,864,50 |

Cumpra salientar a posição que ocupam no orçamento da União os impostos sôbre "Operações a Têrmo" e sôbre "Vales para brindes". O primeiro alcançou Cr\$ 3.618.427,70 e o último Cr\$ 72.242,90.

É preciso, no intuito de simplificar o sistema tributário, incorporar os contratos de operações a têrmo ao regulamento da lei do sêlo", bem como o impôsto que grava os vales para brindes. Simplificar-se-á o processo de arrecadação e extinguir-se-á uma rubrica orçamentária, poupando-se encargos de fiscalização.

# IMPÔSTO DO SÊLO E AFINS

Em milhões de cruzeiros



**E) Impostos que competem à União nos Territórios**

Os tributos da União arrecadados nos Territórios alcançaram o total de Cr\$ 8.319.695,40, inferior à estimativa oficial de . . . Cr\$ 10.930.000,00. Daí a diferença para menos de . . . Cr\$ 2.610.304,60. No exercício de 1945 êsses impostos concorreram com o total de Cr\$ 6.813.221,00, havendo, assim, em 1946 o aumento de Cr\$ 1.506.474,40.

O quadro que se segue indica a receita de cada um dos Territórios:

| <i>Municípios</i>    | 1946         |
|----------------------|--------------|
| <i>Amazonas:</i>     |              |
| Rio Branco . . . . . | —            |
| Acre . . . . .       | 1.440.948,00 |
| <i>Pará:</i>         |              |
| Amapá . . . . .      | 371.205,00   |
| <i>Paraná:</i>       |              |
| Iguaçu . . . . .     | 3.071.985,40 |
| <i>Mato Grosso:</i>  |              |
| Ponta Porã . . . . . | —            |
| Guaporé . . . . .    | 3.435.557,00 |
| Brasil . . . . .     | 8.319.695,40 |

Dos diversos tributos pertencentes à União e recolhidos nos Territórios, o que incide sobre Vendas e Consignações apresentou as cifras mais apreciáveis, somando Cr\$ 4.202.284,20. O Território de Ponta Porã concorreu com a maior parcela, ou seja . . . Cr\$ 1.525.007,80.

Também no cômputo geral foi êsse Território o que ofereceu maior receita — Cr\$ 3.089.257,70.

O Território de Fernando de Noronha não aparece no Balanço Geral da República com qualquer parcela, pois a arrecadação se processa por intermédio da alfândega do Recife, Estado de Pernambuco.

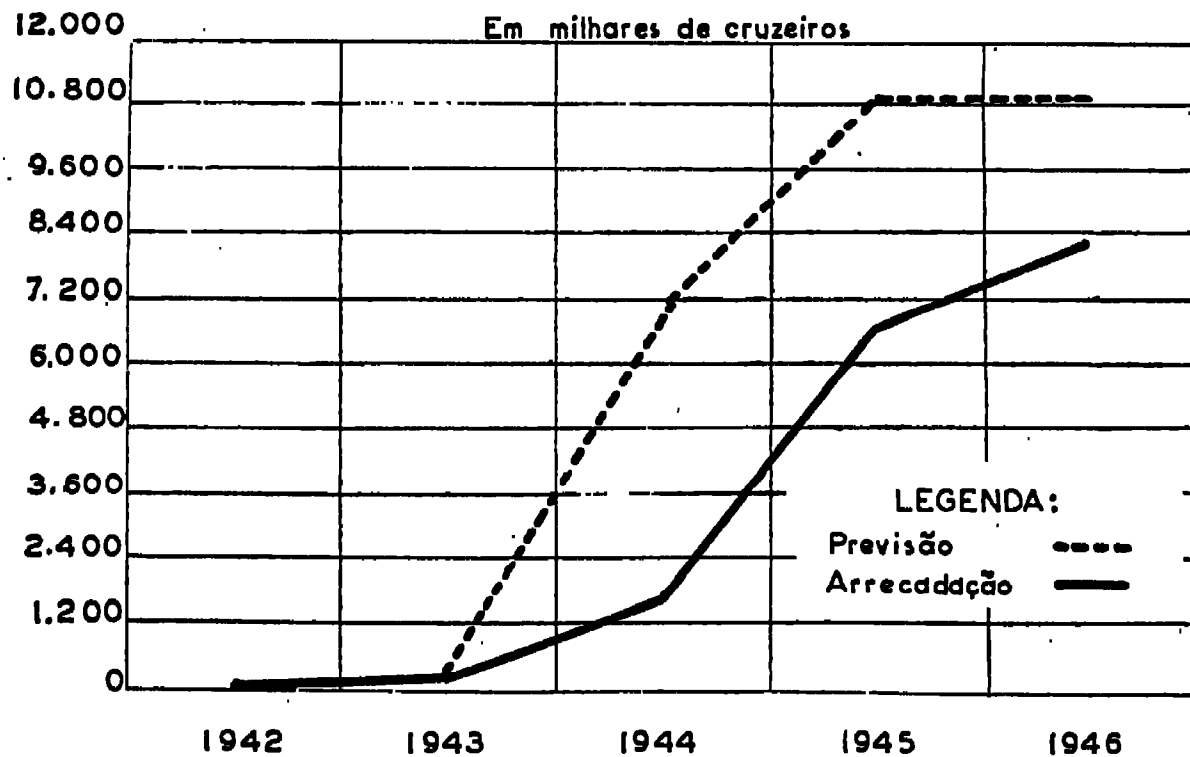
§

De acôrdo com o art. 8.º das Disposições Transitórias da Constituição foram extintos os Territórios de Ponta Porã e Iguaçu, os quais deixarão, assim de concorrer para a receita de 1947.

§

Os tributos que competem à União, recolhidos nos Territórios, são os seguintes: — Impôsto sobre a propriedade territorial, sobre transmissão de Propriedade "causa-mortis", transmissão de propriedade imóvel "inter-vivos", de Vendas e Consignações, de Indústrias e Profissões, de Exportação de Mercadorias e Diversas Rendas.

# IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO, ETC.

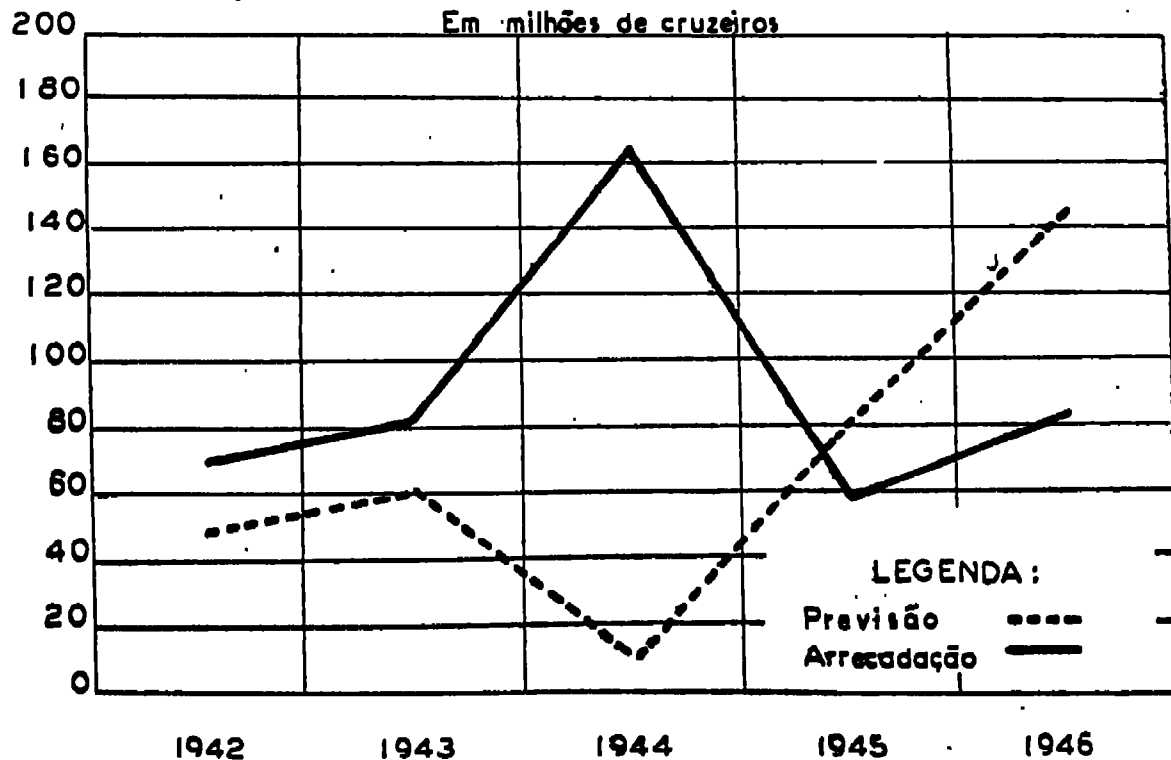




F) *Rendas patrimoniais*

A receita produziu Cr\$ 81.062.431,00, menos.....  
Cr\$ 59.937.569,00 que a prevista para o exercício, ou seja....  
Cr\$ 141.000.000,00. Com exceção da venda de próprios nacionais, que concorreu com Cr\$ 482.163,30 a mais sobre a estimativa, bem como da cota de arrendamento das estradas de ferro de propriedade da União, que a excedeu em Cr\$ 29.284,00 todas as outras rubricas ficaram aquém da previsão. A arrecadação, entretanto foi maior que a do exercício de 1945. Esse aumento foi de Cr\$ 22.877.318,10.

# RENDAS PATRIMONIAIS



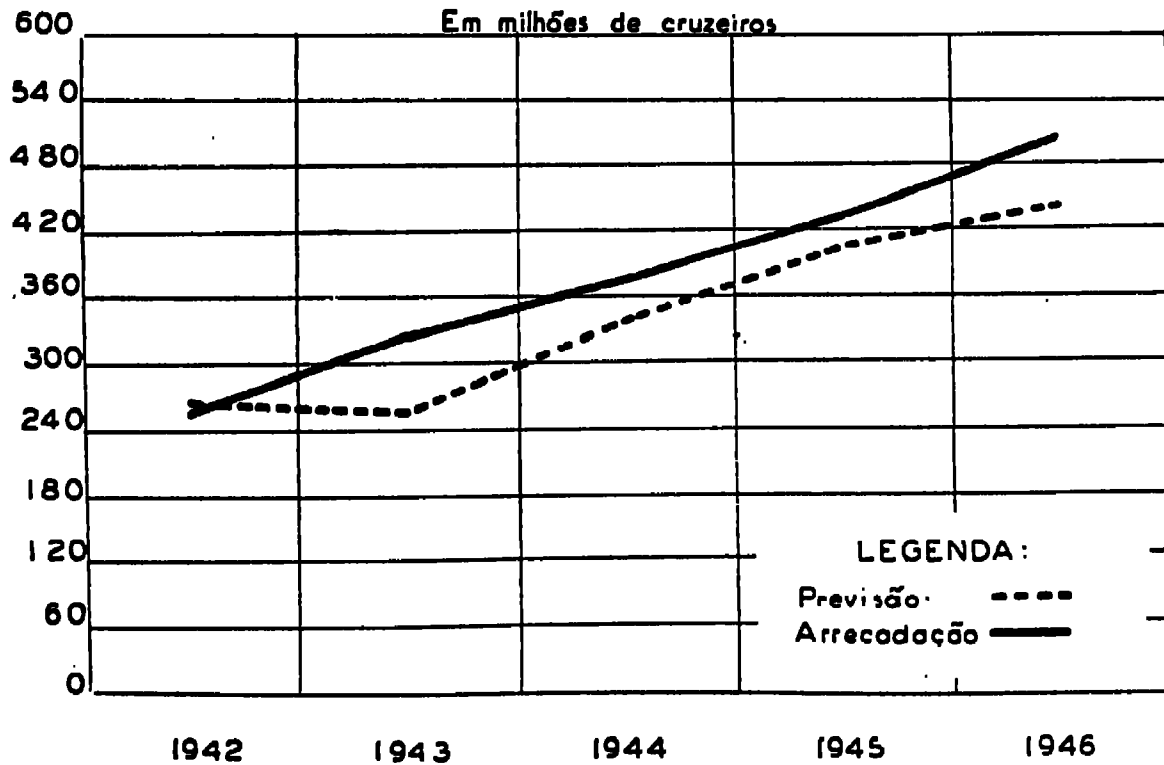
G) *Rendas industriais*

O total arrecadado elevou-se a Cr\$ 502.411.103,80 contra Cr\$ 438.309.000,00 que foi a estimativa. Houve o aumento de Cr\$ 64.102.103,80. Também a arrecadação de 1946 comparada com a do exercício anterior mostra o aumento de..... Cr\$ 71.887.929,50.

Foram os seguintes os órgãos por intermédio dos quais a arrecadação se processou:

|  | Cr\$                  |
|--|-----------------------|
| Conselho Nacional do Petróleo .....                | 922.202,50            |
| Ministério da Aeronáutica . . . . .                | 136.791,40            |
| Ministério da Agricultura . . . . .                | 133.521,50            |
| Ministério da Educação e Saúde .....               | 626.541,40            |
| Ministério da Fazenda . . . . .                    | 1.749.881,40          |
| Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....  | 18.527.269,20         |
| Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ..... | 274.170,00            |
| Ministério da Viação e Obras Públicas .....        | 480.040.726,40        |
| <b>Total . . . . .</b>                             | <b>502.411.103,80</b> |

# RENDAS INDUSTRIAIS



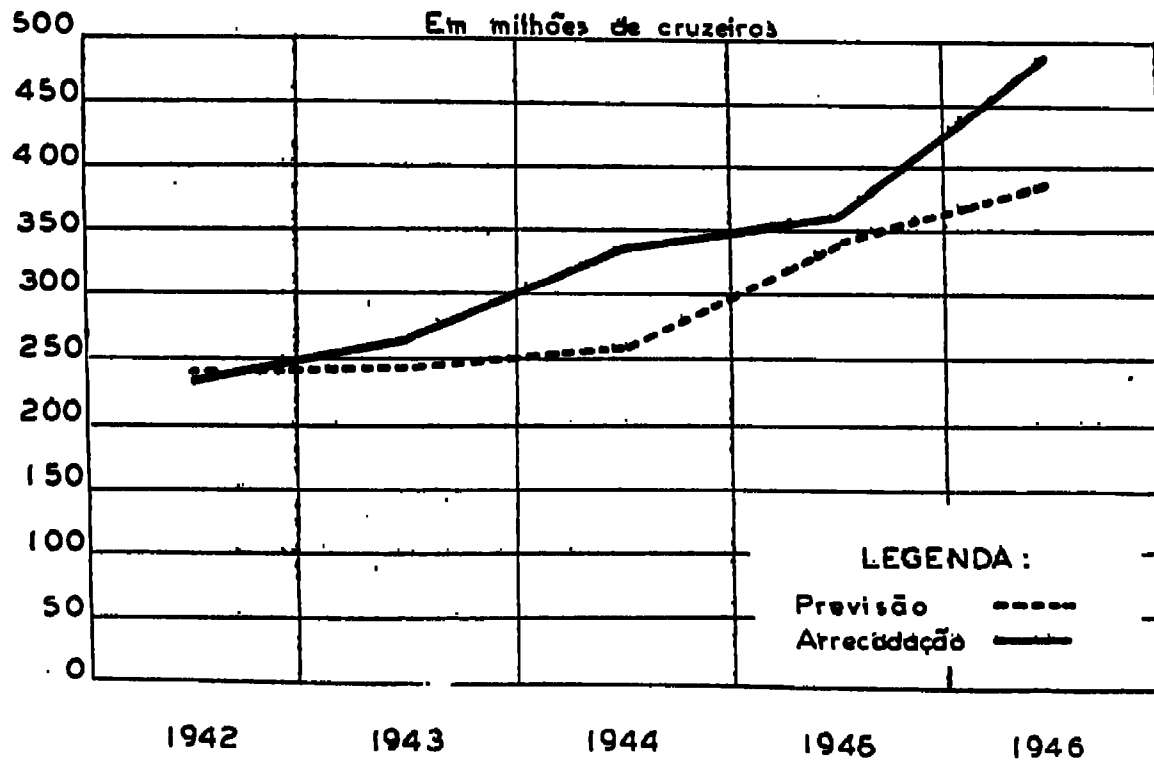
H) *Diversas rendas*

Acusa esta rubrica a parcela de Cr\$ 492.497.839,40. A previsão era de Cr\$ 384.876.000,00. A diferença para maior atingiu, portanto, a Cr\$ 107.621.839,40. A arrecadação de 1945 foi de Cr\$ 361.604.790,30 superada, portanto, pela de 1946 em Cr\$ 130.893.049,10.

Sob a designação "Diversas Rendas" encontram-se cêrca de trinta espécies de taxas e emolumentos os mais diversos sob setenta e nove verbas, distribuídas por todos os ministérios. Dessas verbas, quarenta e três (43) apresentaram maior receita em relação à prevista para o exercício de 1946, e trinta e seis (36) ficaram aquém da previsão.

A taxa de previdência social foi a que ofereceu aumento mais apreciável sôbre a estimativa. Rendeu em 1946..... Cr\$ 140.010.000,30, contra a estimativa de Cr\$ 95.000.000,00. Houve, portanto, o aumento de Cr\$ 45.010.000,30. Em seguida, vem a taxa de Educação e Saúde que, orçada em..... Cr\$ 66.800.000,00, rendeu Cr\$ 91.417.801,40 ou seja..... Cr\$ 24.617.801,40 a mais. Das que não atingiram a previsão orçamentária, o impôsto de Cr\$ 0,60 sôbre saço de farinha de trigo, foi o que se apresentou com maior *deficit* Cr\$ 15.902.115,00.

# DIVERSAS RENDAS



I) *Renda extraordinária*

A Renda Extraordinária chegou a Cr\$ 949.043.163,00, produzindo Cr\$ 27.704.020,00 a mais sobre a arrecadação de 1945, que foi de Cr\$ 921.339.073,00 e Cr\$ 108.130.163,00 sobre a estimativa orçamentária de Cr\$ 840.913.000,00.

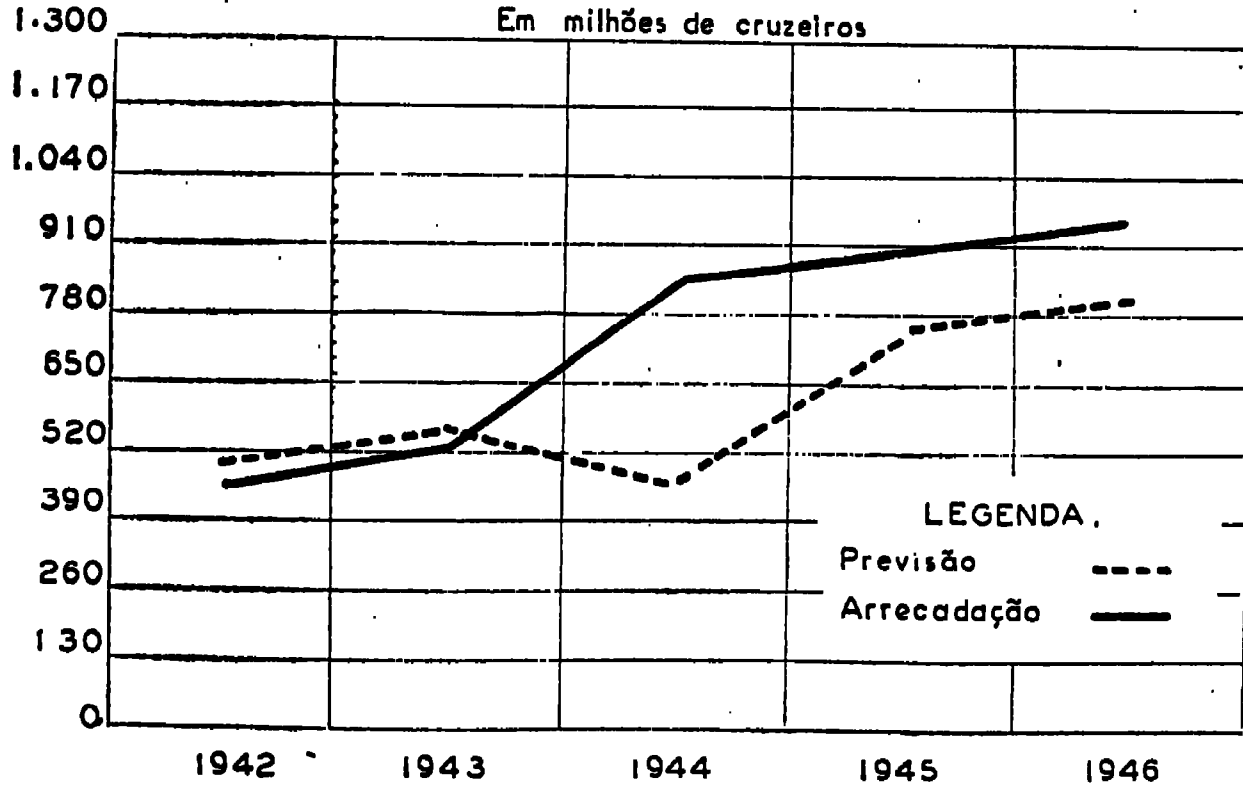
Sob esta rubrica, subdividida em 22 títulos, figuram inúmeras taxas, impostos da Municipalidade, diferenças de câmbio, impostos sobre lucros extraordinários, produto da dívida ativa da União, etc. Verificam-se sensíveis retraimentos em várias fontes. O imposto sobre lucros extraordinários, por exemplo estimado em..... Cr\$ 320.000.000,00 alcançou apenas Cr\$ 185.124.952,70, donde a diferença de Cr\$ 134.875.047,30. Vendas e Consignações, também, calculado em Cr\$ 155.000.000,00, atingiu apenas a..... Cr\$ 121.027.581,50, observando-se a diferença de..... Cr\$ 33.972.418,50 para menos!

Outras rendas, entretanto, concorreram para o resultado final, que ressaltámos. Assim, as diferenças de câmbio produziram... Cr\$ 97.306.012,80 a mais; as rendas eventuais..... Cr\$ 50.720.751,20; o imposto adicional de renda, instituído em 1946, Cr\$ 163.529.791,50; finalmente, a verba Indenizações.... Cr\$ 37.136.562,80.

Estas e outras parcelas menores anularam a diferença desfavorável, já referida, ultrapassando em Cr\$ 27.704.020,00 a estimativa orçamentária.

# RENDA EXTRAORDINÁRIA

Em milhões de cruzeiros





J) *Plano de obras e equipamento*

Foi de Cr\$ 177.681.339,20 a arrecadação subordinada a êste título. A receita foi estimada em Cr\$ 1.000.000.000,00. A diferença para menos chegou a Cr\$ 822.318.660,80.

Em 1945 essa rubrica figurou na lei de meios.

A previsão, como se vê, não foi atingida, nem correspondeu a valor aproximado da realidade em qualquer das fontes. Os "eventuais", estimados em Cr\$ 270.000.000,00, produziram, apenas, Cr\$ 18.926.103,20! As operações de crédito, no valor de..... Cr\$ 200.000.000,00 não se praticaram. A taxa sôbre operações cambiais, com o total previsto de Cr\$ 300.000.000,00, rendeu apenas Cr\$ 119.899.251,80, surgindo uma diferença para menos de Cr\$ 180.100.748,20. Os juros das contas do Plano do Banco do Brasil produziram menos Cr\$ 13.343.594,10. Os "dividendos de capitais da União" empregados em sociedades de economia mista e autarquias e na exploração comercial e industrial, de onde se esperava a cifra de Cr\$ 50.000.000,00, chegou apenas a..... Cr\$ 6.874.620,00!

Os quadros anexos (fls. 80/1) esclarecem detalhadamente a receita e a despesa desta rubrica.

## 5 — CONSIDERAÇÕES SÔBRE A DESPESA

A despesa do exercício de 1946 está representada pela soma de Cr\$ 14.202.543.954,70, assim distribuída pelos diversos órgãos da administração:

|   | Cr\$             |
|---|------------------|
| Presidência da República .....                                  | 3.204.078,30     |
| Departamento Administrativo do Serviço público ....             | 19.760.615,20    |
| Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....           | 38.700.200,00    |
| Conselho Federal do Comércio Exterior .....                     | 3.129.571,10     |
| Conselho de Imigração e Colonização .....                       | 1.644.481,50     |
| Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica ....              | 1.559.323,20     |
| Conselho Nacional do Petróleo .....                             | 64.910.600,00    |
| Conselho de Segurança Nacional .....                            | 11.600.344,80    |
| Coordenação da Mobilização Econômica .....                      | 759.330,70       |
| Comissão Central de Requisições .....                           | 185.504,50       |
| Comissões de Readaptação dos Inválidos das Forças Armadas ..... | 2.161.255,40     |
| <b>Ministérios:</b>   |                  |
| Aeronáutica . . . . .   | 1.316.440.324,70 |
| Agricultura . . . . .   | 489.279.512,30   |
| Educação e Saúde .....  | 816.530.460,40   |

Fazenda:

|  |                  |                   |
|--|------------------|-------------------|
| Despesa do Ministério ....               | 2.749.703.742,20 |                   |
| Despesa Dívida Pública ...               | 1.421.850.228,50 | 4.171.553.970,70  |
|  |                  | <hr/>             |
| Guerra . . . . .                         |                  | 2.679.796.757,60  |
| Justiça e Negócios Interiores . . . . .  |                  | 796.544.114,30    |
| Marinha . . . . .                        |                  | 1.114.137.914,90  |
| Relações Exteriores . . . . .            |                  | 150.501.927,70    |
| Trabalho, Indústria e Comércio . . . . . |                  | 378.792.601,50    |
| Viação e Obras Públicas . . . . .        |                  | 2.141.351.065,90  |
|  |                  | <hr/>             |
|  |                  | 14.202.543.954,70 |

O confronto entre os totais dispendidos no exercício de 1945 e 1946, revela que neste se registrou um aumento de..... Cr\$ 4.352.666.878,60.

Os Ministérios de maior despesa foram os seguintes:

Aeronáutica com Cr\$ 1.316.440.324,70; Fazenda com.... Cr\$ 2.749.703.742,20; Guerra com Cr\$ 2.679.796.757,60; Marinha com Cr\$ 1.114.137.914,90 e Viação e Obras Públicas com Cr\$ 2.141.351.065,90.

Confrontando-se os totais do exercício de 1945 com o de 1946 nota-se os seguintes aumentos:

|                                   | Cr\$             |
|-----------------------------------|------------------|
| Aeronáutica . . . . .             | 696.482.981,70   |
| Fazenda . . . . .                 | 697.503.337,20   |
| Guerra . . . . .                  | 1.564.754.198,30 |
| Marinha . . . . .                 | 495.784.024,20   |
| Viação e Obras Públicas . . . . . | 737.739.163,50   |

Das despesas de maior vulto que influíram no *deficit*, relacionamos, em seguida, as que não constavam do orçamento, correspondendo a aplicação de capitais:

|   |                |
|---|----------------|
| 1) Material adquirido no EE.UU. para o Ministério da Aeronáutica . . . . .  | 72.600.000,00  |
| 2) Obras do Hospital de Clínica da Faculdade de Medicina da Bahia . . . . .   | 1.720.185,80   |
| 3) Material do Governo Americano, existente no Pacífico e cedido ao Governo Brasileiro, para o Ministério da Viação . . . . . | 19.800.000,00  |
| 4) Aquisição de 820.000 partes beneficiárias da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. . . . .                                   | 820.000.000,00 |
| 5) Debêntures da Companhia Vale do Rio Doce S.A. . . . .  | 4.864.530,50   |
| 6) Material adquirido para o Ministério da Guerra, do Governo Americano (excedente da guerra) ..                              | 20.589.471,10  |
| 7) Máquinas agrícolas para revenda . . . . .  | 8.264.358,40   |
|   | <hr/>          |
| Total . . . . .   | 947.838.545,80 |

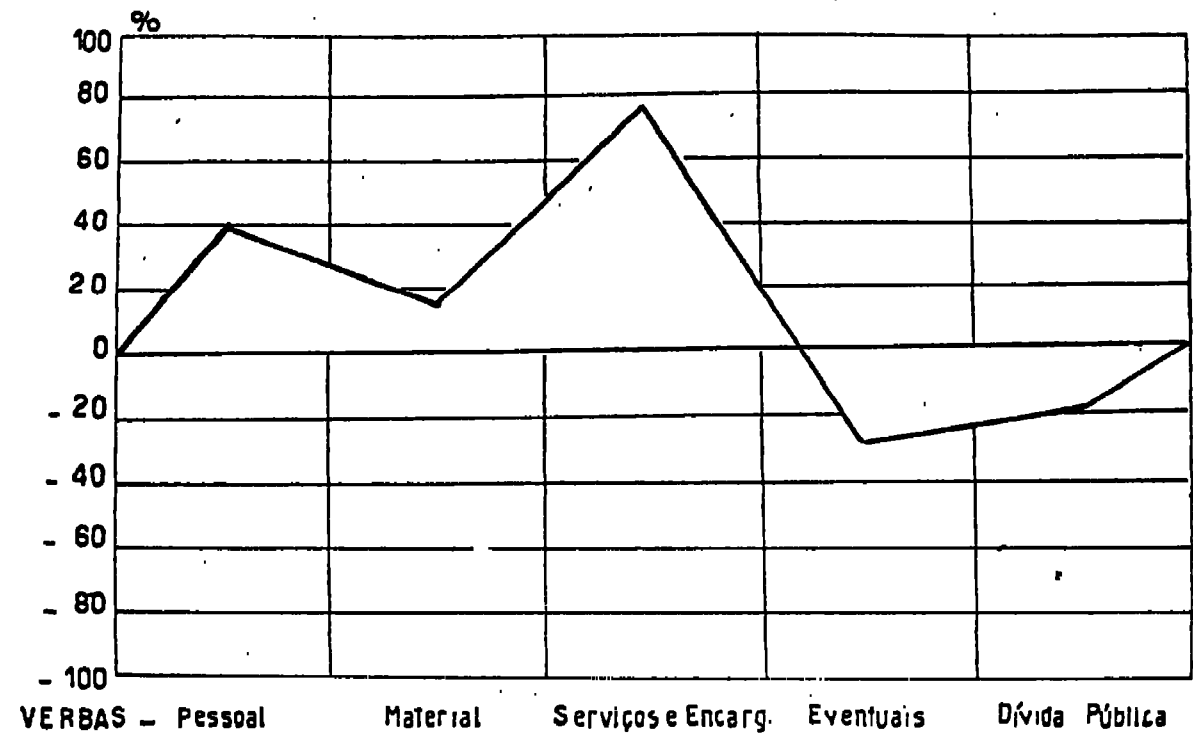
Cabe ainda destacar outros gastos especialmente atendidos para serviços ou necessidades inadiáveis, a saber:

|  | Cr\$           |
|--|----------------|
| 1) Comissão de Planejamento Econômico .....  | 11.142.032,50  |
| 2) Execução do plano geral para o estabelecimento do Centro Técnico de Aeronáutica .....                                 | 29.444.000,00  |
| 3) Plano de emergência, para o fomento da produção animal e vegetal .....  | 20.000.000,00  |
| 4) Combate aos gafanhotos .....  | 1.800.000,00   |
| 5) Auxílio à Academia Nacional de Medicina .....   | 1.500.000,00   |
| 6) Ampliação e melhoria do sistema escola primário em todo o país .....  | 10.699.986,00  |
| 7) Assistência aos tuberculosos .....  | 10.028.816,40  |
| 8) Subvenções a diversos .....   | 33.400.000,00  |
| 9) Reforço do abastecimento d'água a Santa Cruz ..   | 4.388.081,00   |
| 10) Liquidação de débitos da Organização Henrique Lage . . . . .   | 298.753.517,40 |
| 11) Aquisição de notas de papel moeda .....  | 5.382.012,60   |
| 12) 2. <sup>a</sup> contribuição para a Administração da Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (U.N.R.R.A.) ..... | 200.000.000,00 |
| 13) Adiantamento à Navegação Aérea Brasileira S.A.   | 10.000.000,00  |
| 14) Liquidação de débitos da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina .....  | 11.225.785,50  |
| 15) Pagamento de dívidas do Estado do Amazonas ..  | 9.787.431,00   |
| 16) Cunhagem de moedas e material de aparelhamento . . . . .   | 18.800.000,00  |
| 17) Desenvolvimento e melhoramentos da pecuária no Território Federal do Amapá .....                                     | 2.600.000,00   |
| 18) Despesa com os Órgãos da Justiça Eleitoral e realização das eleições de 2 de dezembro de 1946 ..                     | 33.306.519,20  |
| 19) Pagamento do adicional de 10%, aos concessionários de portos .....   | 43.567.634,30  |
| 20) Rodovia Ponta Grossa — Foz do Iguaçu (prosseguimento das obras) .....  | 10.000.000,00  |
| 21) Estrada de Ferro Goiás — trecho Leopoldo Bulhões a Goiânia .....   | 4.972.000,00   |
| 22) Auxílio ao Estado de Alagoas .....   | 6.814.522,50   |
| 23) II Congresso Panamericano de Minas e Geologia  | 2.000.000,00   |
| 24) Indenização de despesas feitas pela Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho Montes Claros-Monte Azul .....     | 130.000.000,00 |
| 25) Estudos para melhoramentos no rio São Francisco  | 13.000.000,00  |
| 26) Ligação rodoviária do Sul com o Norte do país, prosseguimento de obras .....   | 20.000.000,00  |
|  | 942.612.338,40 |

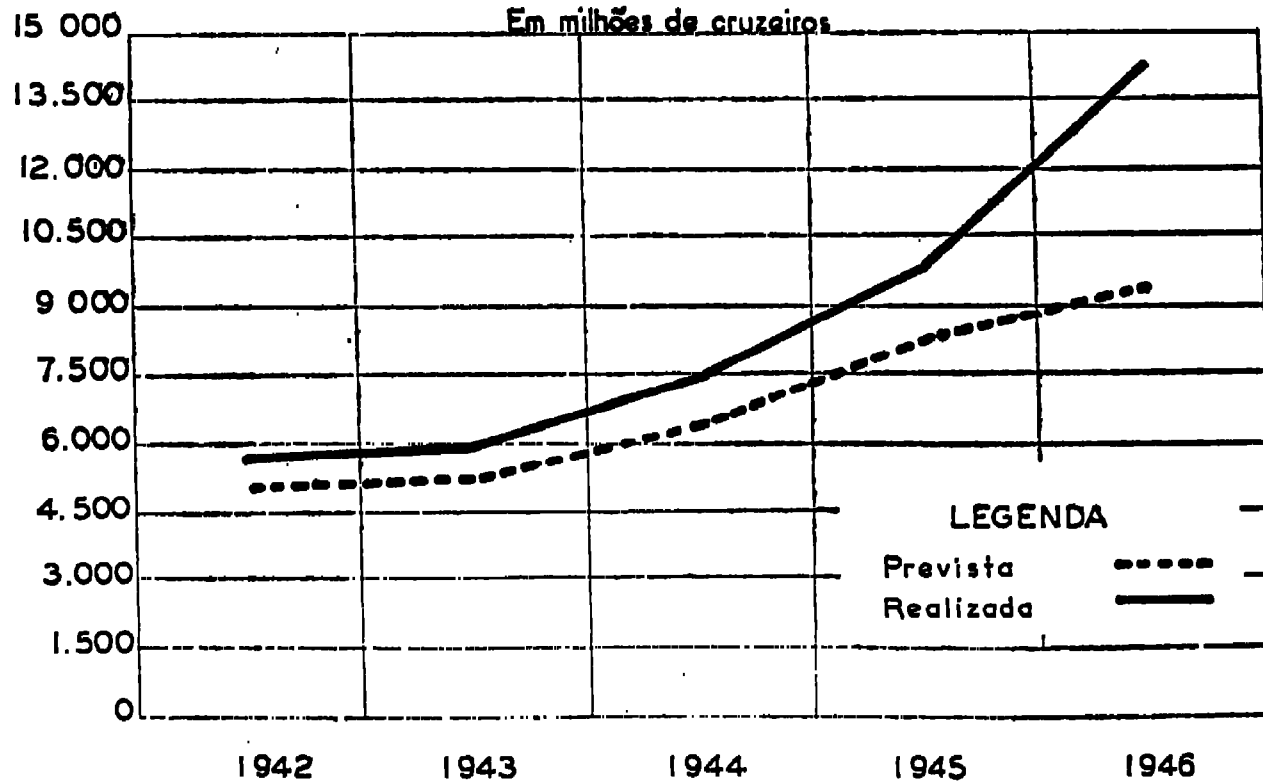
As duas relações acima mostram uma despesa de..... Cr\$ 1.890.450.844,20. No *deficit* ainda se incluem despesas relativas a créditos extraordinários reservados, abertos aos Ministérios Militares e o aumento de vencimentos dos servidores públicos, para cujo pagamento se abriram créditos suplementares no valor de Cr\$ 1.937.423.777,90. Atendendo ao vulto dessas verbas, é fácil imaginar, à vista do *deficit* verificado no exercício, quanto esforço custou a compreensão de despesas que o Governo realizou, no firme propósito de restauração das finanças públicas.

# ORÇAMENTO DA DESPESA E SUA EXECUÇÃO

Linha 0 = Orçamento

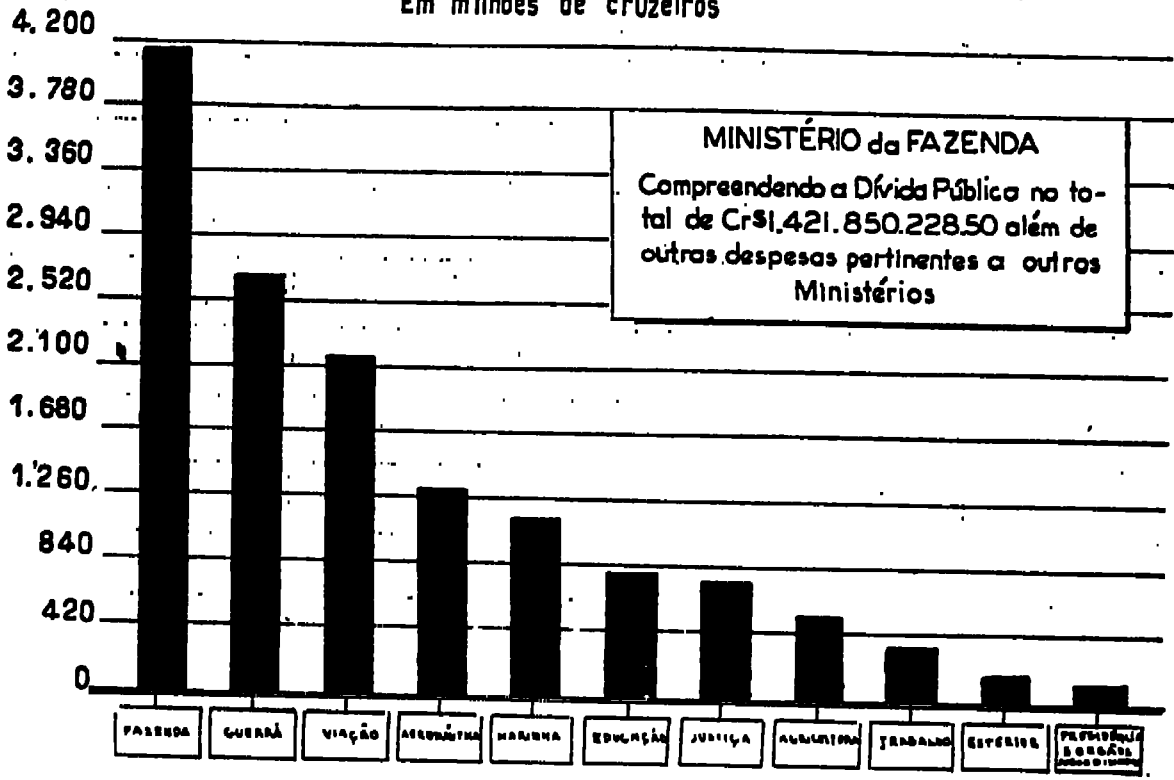


# DESPESA DA UNIÃO

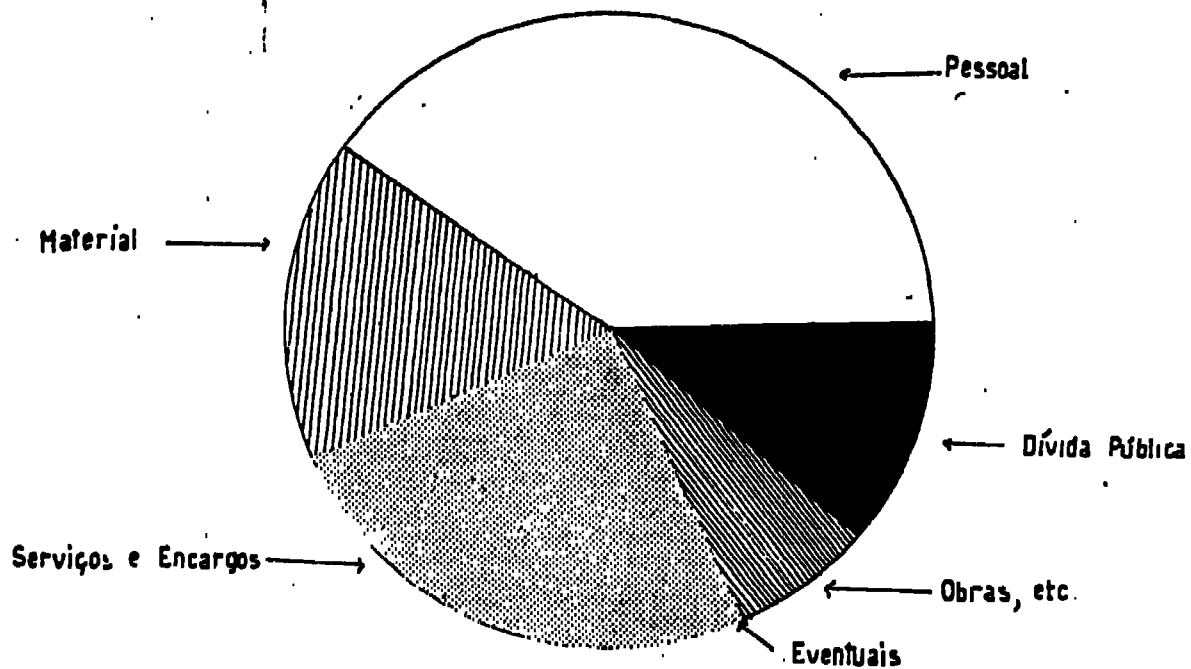


# DESPESA POR ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Em milhões de cruzeiros



## DESPESA SEGUNDO A NATUREZA





## CAPÍTULO II

### *Plano especial de obras públicas e aparelhamento da defesa Nacional*

#### 1 — RECEITA

Pelo Decreto-lei n.º 8.497, de 28 de dezembro de 1945, foi prevista a receita de Cr\$ 1.000.000.000,00 assim discriminada:

|   |                  |
|---|------------------|
| a) Taxa sobre operações cambiais .....  | 300.000.000,00   |
| b) Lucros das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação .....   | 150.000.000,00   |
| c) Juros das contas do Plano no Banco do Brasil ....  | 30.000.000,00    |
| d) Dividendos de capitais da União, empregados em sociedade de economia mista e autarquias de exploração comercial e industrial ..... | 50.000.000,00    |
| e) Produtos de operações de crédito .....   | 200.000.000,00   |
| f) Eventuais .....  | 270.000.000,00   |
| Total da receita .....  | 1.000.000.000,00 |

A arrecadação ficou muito aquém da previsão, em..... Cr\$ 822.318.660,80, conforme demonstra o quadro a seguir:

| RUBRICA DA RECEITA   | PREVISÃO<br>Cr\$ | ARRECADAÇÃO<br>Cr\$ | ARRECADAÇÃO<br>+ Maior<br>— Menor |
|--|------------------|---------------------|-----------------------------------|
| Taxas/operações cambiais.....  | 300.000.000,00   | 119.899.251,80      | — 180.100.748,20                  |
| Lucro das oper. banc. em que o Tes. tenha coparticipação.....  | 150.000.000,00   | 15.324.958,30       | — 134.675.041,70                  |
| Juros das Contas do Plano no Banco do Brasil.....  | 30.000.000,00    | 16.656.435,90       | — 13.343.564,10                   |
| Dividendos de capitais da União empregados em socied. de economia mista e aut. de expl. comerc. e indus..... | 50.000.000,00    | 6.874.620,00        | — 43.125.380,00                   |
| Prod. de operações de crédito.....   | 200.000.000,00   | —                   | — 200.000.000,00                  |
| Eventuais.....   | 270.000.000,00   | 18.926.173,20       | — 251.073.826,80                  |
|  | 1.000.000.000,00 | 177.681.331,20      | — 822.318.668,80                  |

2 — DESPESA

A despesa inicialmente fixada em Cr\$ 1.000.000.000,00 teve a seguinte distribuição:

|  | Cr\$             |
|--|------------------|
| Departamento Administrativo do Serviço Público . . . . | 500.000,00       |
| Conselho Nacional do Petróleo . . . . .                | 15.000.000,00    |
| <i>Ministérios:</i>                                    |                  |
| Aeronáutica . . . . .                                  | 90.000.000,00    |
| Agricultura . . . . .                                  | 74.666.303,00    |
| Educação e Saúde . . . . .                             | 60.458.697,00    |
| Fazenda . . . . .                                      | 7.000.000,00     |
| Guerra . . . . .                                       | 76.000.000,00    |
| Justiça e Negócios Interiores . . . . .                | 66.000.000,00    |
| Marinha . . . . .                                      | 16.000.000,00    |
| Relações Exteriores . . . . .                          | 5.375.000,00     |
| Trabalho, Indústria e Comércio . . . . .               | 7.000.000,00     |
| Viação e Obras Públicas . . . . .                      | 588.000.000,00   |
|  | 1.000.000.000,00 |

A despesa foi estimada em Cr\$ 886.804.071,20. A realizada foi, porém, de Cr\$ 872.213.080,40, como se demonstra no quadro abaixo:

3 — Restos a Pagar

| RUBRICA DA DESPESA                       | DOTAÇÃO<br>Cr\$ | DESPESA PAGA<br>Cr\$ | RESTOS A PAGAR<br>Cr\$ | TOTAL DA DESPESA |
|--|-----------------|----------------------|------------------------|------------------|
| Dep. Adm. Serv. Pub. . . . .             | 500.000,00      | —                    | —                      | —                |
| Cons. Nac. do Petr. . . . .              | 15.000.000,00   | 15.000.000,00        | —                      | 15.000.000,00    |
| <b>MINISTÉRIOS</b>                       |                 |                      |                        |                  |
| Aeronáutica . . . . .                    | 90.000.000,00   | 86.192.683,00        | —                      | 86.192.683,00    |
| Agricultura . . . . .                    | 44.703.465,00   | 42.410.346,60        | 2.293.118,40           | 44.703.465,00    |
| Educ. e Saúde . . . . .                  | 51.574.598,80   | 30.267.493,20        | 22.807.255,50          | 53.074.778,70    |
| Fazenda . . . . .                        | 5.168.847,00    | 1.300.198,70         | 3.717.700,00           | 5.017.958,70     |
| Guerra . . . . .                         | 75.416.223,70   | 65.028.546,90        | 641.108,90             | 65.669.655,80    |
| Justiça e Negócios Interiores . . . . .  | 38.380.154,90   | 14.180.486,80        | 25.790.668,10          | 39.980.154,90    |
| Marinha . . . . .                        | 15.990.000,00   | 15.631.930,60        | 354.968,70             | 15.986.899,30    |
| Relações Exteriores . . . . .            | 5.375.000,00    | 2.454.082,20         | 618.733,80             | 3.072.816,00     |
| Trabalho, Indústria e Comércio . . . . . | 7.000.000,00    | 2.600.000,00         | 3.627.356,00           | 6.127.386,00     |
| Viação e Obras Públicas . . . . .        | 637.695.781,80  | 499.813.798,50       | 37.573.484,50          | 537.387.283,00   |
|  | 886.804.071,20  | 774.779.566,50       | 97.433.513,00          | 872.213.080,40   |

### CAPÍTULO III

#### CONTAS PATRIMONIAIS

Eis, em conclusão, os resultados apurados no balanço patrimonial da União, em 1946:

##### *Patrimônio*

|                                    | Cr\$                     |
|------------------------------------|--------------------------|
| Bens da União .....                | 20.760.196.570,20        |
| Valores pertencentes à União ..... | 11.016.149.084,60        |
| Créditos da União .....            | 2.055.335.781,60         |
| Contas de Resultado Pendente ..... | 1.110.311.077,40         |
| Bancos e Correspondentes .....     | 4.368.190.008,80         |
| <b>Total .....</b>                 | <b>39.310.182.522,60</b> |

##### *Dívida pública*

|                   | Cr\$              |
|-------------------|-------------------|
| Consolidada ..... | 11.089.641.351,50 |
| Flutuante .....   | 7.676.308.371,50  |

##### *Papel moeda*

|  |                          |
|--|--------------------------|
| (Inclusive as notas da antiga caixa de Estabilização) .. | 20.493.850.061,00        |
| <b>Total .....</b>                                       | <b>39.259.799.784,00</b> |

Fazendo-se o confronto dessas verbas com as do exercício de 1945, verifica-se que o aumento do patrimônio da União ultrapassou dois bilhões de cruzeiros, e a Dívida Pública Federal sofreu decréscimo de Cr\$ 1.951.196.270,80. O aumento do papel-moeda foi de Cr\$ 2.958.580.681,00.

O quadro seguinte esclarece as flutuações havidas nos títulos componentes do patrimônio, no transcurso do exercício de 1946.

| TÍTULOS  | OSCILAÇÕES<br>para +    | OSCILAÇÕES<br>para -  | SALDO DE<br>CADA GRUPO    |
|--|-------------------------|-----------------------|---------------------------|
| <b>BENS DA UNIÃO</b>   |                         |                       |                           |
| Bens científicos e artísticos.....                             | 1.745.900,30            |                       |                           |
| Bens de Natureza Agrícola.....                                 |                         | 1.559.258,50          |                           |
| Bens de Natureza Autárquica...                                 | 1.127.901.359,00        |                       |                           |
| Bens de Natureza Industrial.....                               | 52.787.086,90           |                       |                           |
| Bens Imóveis.....  | 161.552,40              |                       |                           |
| Bens Móveis.....   | 12.067.201,70           |                       |                           |
|  | <b>1.194.743.160,90</b> | <b>1.559.258,50</b>   | <b>+ 1.193.183.908,40</b> |
| <b>VALORES PERTENCENTES A UNIÃO</b>                            |                         |                       |                           |
| Ações do B. Brasil S. A.....                                   | —                       | —                     | —                         |
| Ações do B. Crédito S. A.....                                  | —                       | —                     | —                         |
| Ações da Cia. Siderúrgica Nacional.....                        | —                       | —                     | —                         |
| Parte Beneficiárias da Cia. Siderúrgica Nac. S. A.....         | 820.000.000,00          | —                     | —                         |
| Ações da Cia. Vale do Rio Doce S. A.....                       | —                       | —                     | —                         |
| Debêntures da Cia. Vale do Rio Doce S. A.....                  | 4.804.530,50            | —                     | —                         |
| Apólices do Fundo de Amortização dos Empréstimos Internos..... | 14.515.100,00           | —                     | —                         |
| Algodão em custódia no B. Brasil                               | 104.454.778,30          | —                     | —                         |
| Algodão em estoque.....  | —                       | —                     | —                         |
| Gêneros em depósito.....                                       | 56.320.356,00           | —                     | —                         |
| Em espécie nas Tesourarias.....                                | —                       | 176.137.753,70        | —                         |
| Material em estoque.....                                       | 469.744,80              | —                     | —                         |
| Ouro em depósito.....  | —                       | 18.705.873,00         | —                         |
| Títulos e outros objetos.....                                  | —                       | 18.619.054,00         | —                         |
| Cr\$......   | <b>1.000.624.509,60</b> | <b>213.462.680,70</b> | <b>+ 787.161.828,90</b>   |

| TÍTULOS   | OSCILAÇÕES<br>para +  | OSCILAÇÕES<br>para - | SALDO DE<br>CADA GRUPO  |
|---|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| <b>CRÉDITOS DA UNIÃO</b>                          |                       |                      |                         |
| B. do Est. de S. Paulo c/emprest. externos.....   | —                     | 549.823,30           |                         |
| Consignações e descontos.....                     | —                     | —                    |                         |
| Devedores por aquisição de Próprios da União..... | —                     | 219.500,10           |                         |
| Devedores por empréstimos.....                    | 35.797.316,50         |                      |                         |
| Devedores por encomendas à Imprensa Nacional..... | 5.309.779,60          |                      |                         |
| Devedores por Multas e Indenizações.....          | 131.179,30            |                      |                         |
| Diversos responsáveis.....                        | 59.020.223,00         |                      |                         |
| Dívida Ativa.....                                 | 9.815.201,40          |                      |                         |
| Dívida dos Est. e Munic.....                      | 44.957.585,50         |                      |                         |
| Est. e Munic. c/emp. ext.....                     | 8.275.400,00          |                      |                         |
| Inst. do Café c/emp. ext.....                     | —                     | 2.024.231,60         |                         |
|   | <b>163.312.770,10</b> | <b>2.793.045,00</b>  | <b>— 160.519.131,10</b> |

## 1 — BENS DA UNIÃO

Em confronto com o resultado apurado no exercício anterior apresenta o quadro abaixo as seguintes flutuações para mais e para menos:

| TÍTULOS                       | 1945<br>Cr\$      | 1946<br>Cr\$      | OSCILAÇÕES       |                |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
|                               |                   |                   | PARA +           | PARA —         |
| Bens Cient. e Artísticos..... | 498.188.942,50    | 499.034.908,80    | 1.745.966,30     |                |
| Bens de Nat. Agrícola.....    | 198.966.471,60    | 197.407.213,10    |                  | — 1.559.258,50 |
| Bens de Nat. Autárquica...    | 11.246.319.401,00 | 12.374.310.700,00 | 1.127.991.350,00 |                |
| Bens de Nat. Industrial.....  | 3.847.050.140,10  | 3.899.837.227,00  | 52.787.068,90    |                |
| Bens Imóveis.....             | 3.618.016.725,60  | 3.618.168.278,00  | 151.552,40       |                |
| Bens Móveis.....              | 158.470.981,00    | 170.538.182,70    | 12.067.201,70    |                |
|                               | 19.567.012.661,80 | 20.760.106.570,20 | 1.194.743.166,90 | — 1.559.258,50 |

As variações para mais correspondem a novas revisões procedidas pela Contadoria Geral da República nos bens patrimoniais, e aquelas para menos, representam baixas na conta "Bens de Natureza Agrícola", de conformidade com a nova classificação adotada.

Essas verbas terão de sofrer nos exercícios futuros mais exatas apurações, de acordo com as providências que estão sendo tomadas para um levantamento tão completo quanto possível dos bens patrimoniais da União. Nesse sentido serão mobilizados técnicos do S.P.U., com os necessários recursos para a confecção do inventário e avaliação rigorosa dos mencionados bens.

\* \* \*

Distribuídos pelos diversos órgãos da administração, os bens da União apresentam no quinquênio de 1942 a 1946 valores cuja variação consta do quadro a seguir. A natureza dos mesmos bens e a variação dos respectivos valores está demonstrada em gráficos que sucedem ao referido quadro.

| ÓRGÃOS                  | 1942<br>Cr\$     | 1943<br>Cr\$     | 1944<br>Cr\$     | 1945<br>Cr\$      | 1946<br>Cr\$      |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 1 — Aeronáutica.....    | 192.770.295,00   | 192.822.150,00   | 220.609.203,50   | 220.609.203,70    | 220.609.203,70    |
| 2 — Agricultura.....    | 231.160.000,30   | 273.169.414,80   | 280.476.382,20   | 305.529.943,50    | 300.997.190,60    |
| 3 — Educ. e Saúde.....  | 769.208.050,40   | 775.086.170,80   | 763.098.925,30   | 763.098.925,30    | 763.098.925,30    |
| 4 — Fazenda.....        | 1.497.431.591,10 | 1.501.162.257,80 | 1.504.759.598,70 | 1.680.761.353,30  | 1.692.939.550,10  |
| 5 — Guerra.....         | 685.748.000,40   | 712.330.091,30   | 731.976.126,30   | 732.576.126,30    | 732.576.126,30    |
| 6 — Just. Neg. Int..... | 416.514.785,60   | 524.514.559,40   | 510.407.276,80   | 570.154.141,50    | 585.799.441,00    |
| 7 — Marinha.....        | 575.580.000,00   | 575.580.000,00   | 813.205.139,90   | 463.205.139,90    | 463.205.139,90    |
| 8 — Rel. Exter.....     | 50.040.716,40    | 50.040.716,40    | 51.001.077,50    | 55.609.575,90     | 56.026.640,30     |
| 9 — Trab. Ind. Com..... | 52.415.835,10    | 52.306.914,50    | 52.627.805,30    | 52.631.635,60     | 52.630.562,00     |
| 10 — Viaç. Ob. Pub..... | 4.778.839.337,70 | 4.515.131.924,80 | 4.916.371.836,50 | 3.385.171.687,80  | 3.428.712.528,00  |
| 11 — Diversos.....      | 97.774.712,10    | 82.838.178,00    | 91.343.628,00    | 91.343.628,00     | 89.290.501,80     |
| 12 — Autarquias.....    | —                | —                | —                | 11.246.319.401,00 | 12.374.310.760,60 |
| TOTAL.....              | 9.347.513.427,00 | 9.258.582.362,70 | 9.965.876.990,00 | 19.567.012.661,80 | 20.760.196.570,20 |

Os bens da União no exercício de 1946 elevavam-se a.... Cr\$ 20.760.196.570,20, estando nesta importância incluída a cifra correspondente a Entidades Autárquicas representada pelo valor de Cr\$ 12.374.310.760,60.

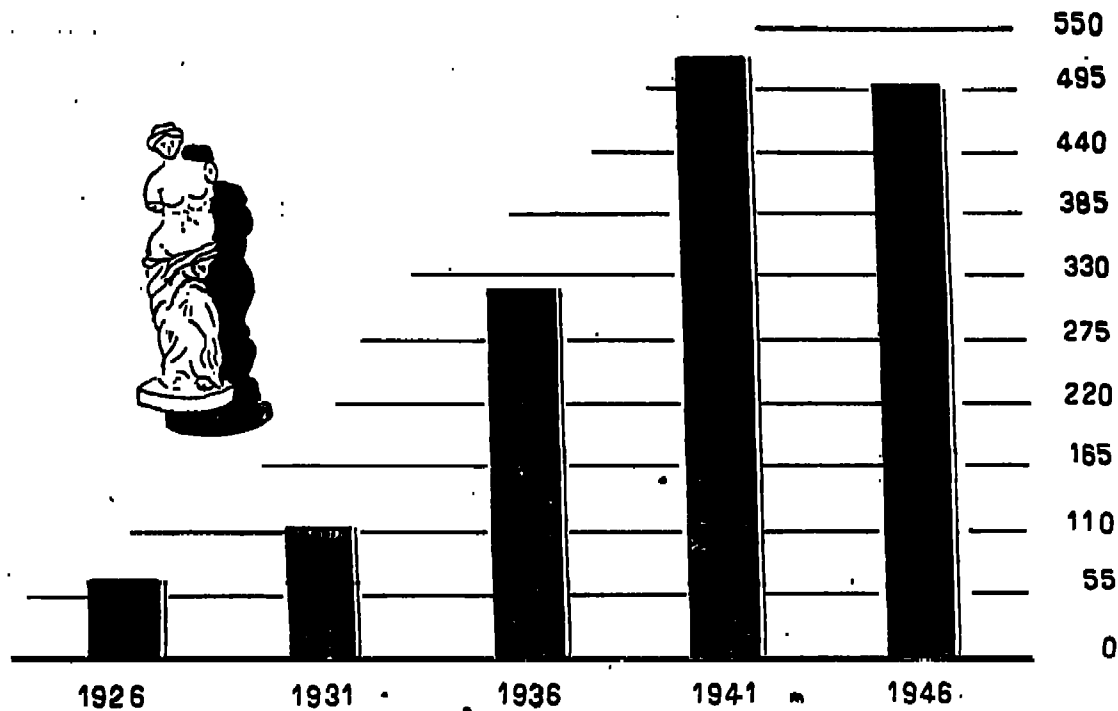
Damos abaixo o quadro elucidativo para melhor compreensão:

| ENTIDADES AUTÁRQUICAS      | IMÓVEIS<br>Cr\$         | MÓVEIS<br>Cr\$          | TÍTULOS<br>Cr\$         | DIREITOS E<br>CONCESSÕES<br>Cr\$ | TOTAL<br>Cr\$            |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| De Economia popular.....   | 229.844.598,30          | 73.312.039,00           | 594.602.468,70          | —                                | 897.759.106,00           |
| De Explor. Industrial..... | 5.228.028.392,40        | 2.723.458.938,30        | 57.520.200,20           | —                                | 8.009.007.530,90         |
| De Interv. Económica.....  | 199.809.881,20          | 180.265.238,80          | 32.193.793,30           | 4.765.025,00                     | 417.033.938,30           |
| De Previd. Social.....     | 1.142.923.974,90        | 145.507.212,90          | 1.762.078.997,60        | —                                | 3.050.510.185,40         |
| <b>TOTAL.....</b>          | <b>6.800.606.846,80</b> | <b>3.122.543.429,00</b> | <b>2.446.395.459,80</b> | <b>4.765.025,00</b>              | <b>12.374.310.760,60</b> |

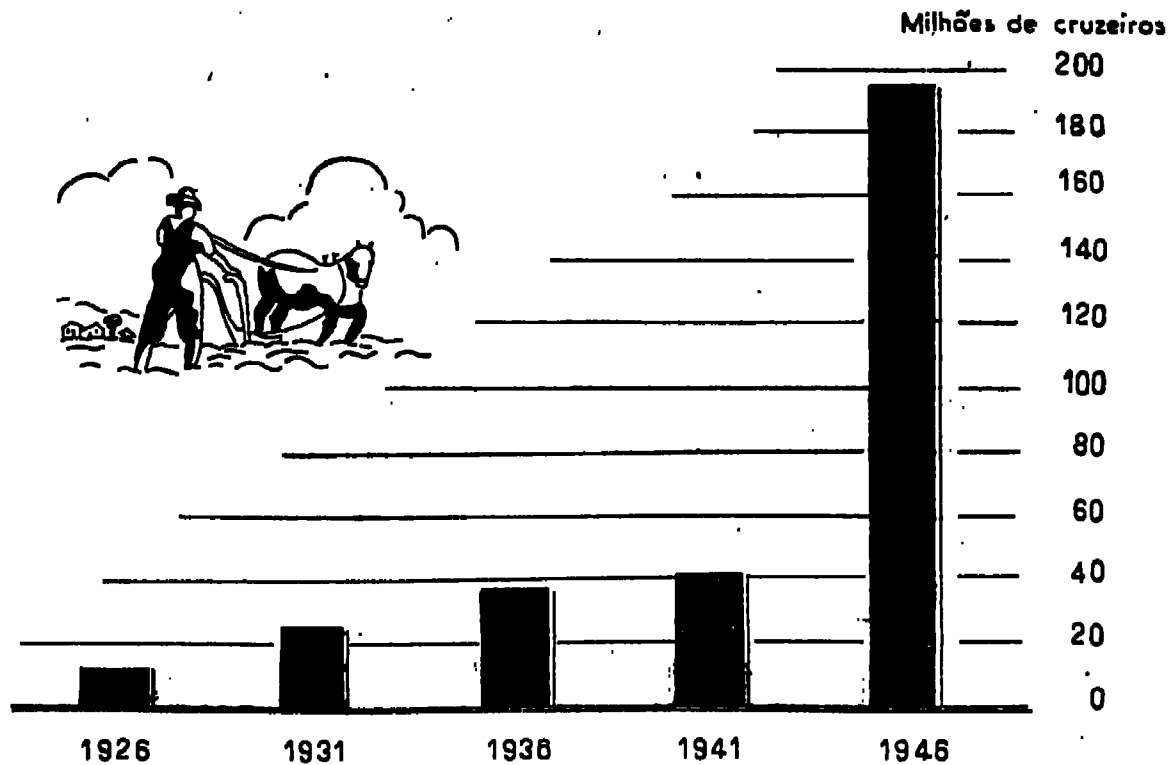


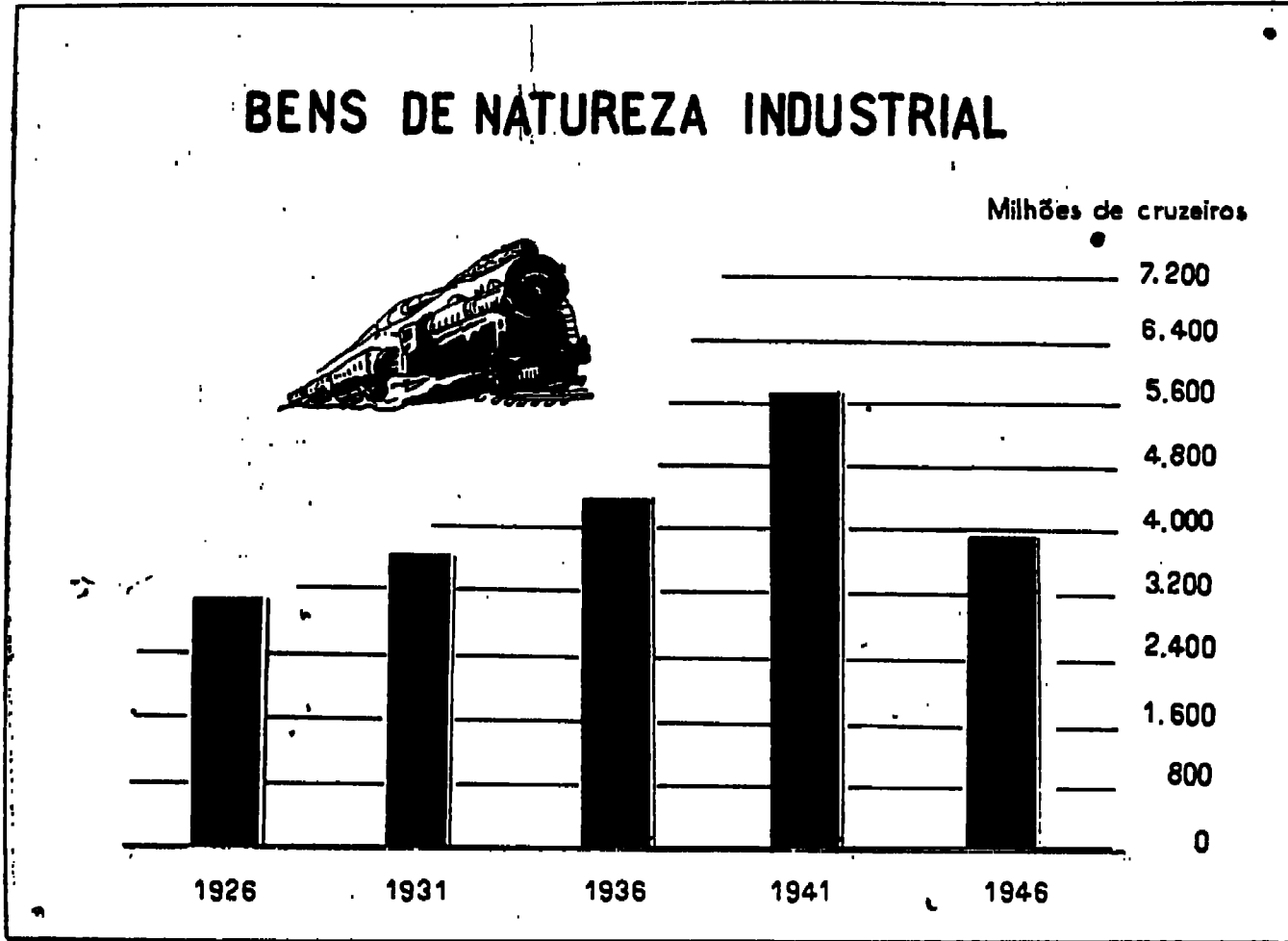
# BENS CIENTÍFICOS E ARTÍSTICOS

Milhões de cruzeiros



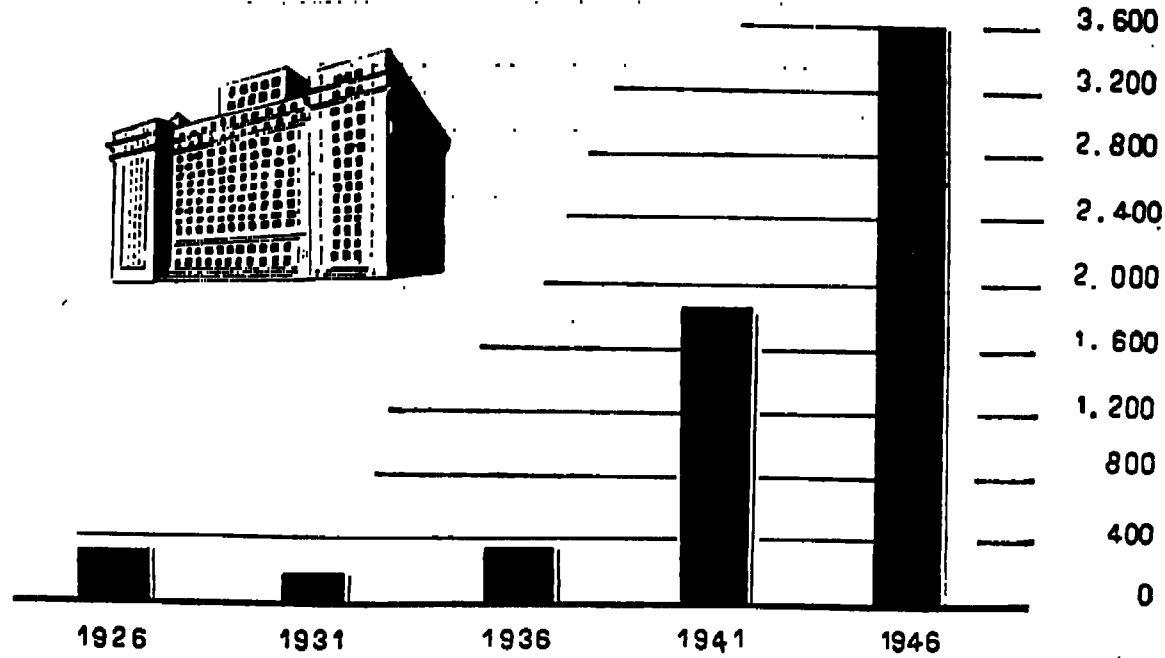
# BENS DE NATUREZA AGRÍCOLA

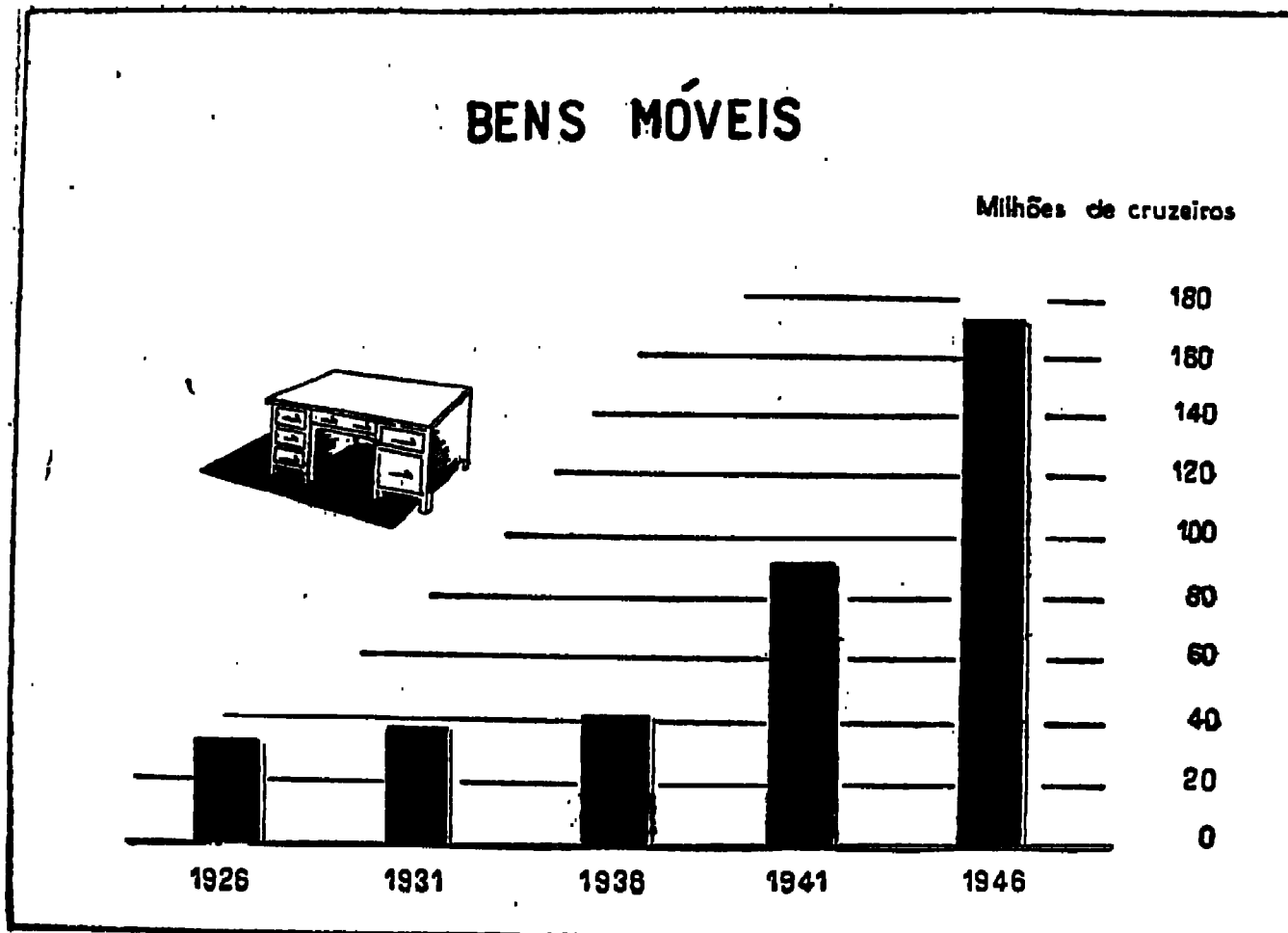




# BENS IMÓVEIS

Milhões de cruzeiros





2 — OS VALORES PERTENCENTES A UNIÃO

Estão discriminados no quadro abaixo, os valores de propriedade da União:

| <i>Discriminação</i>  | <i>Valores em Cr\$</i> |
|---|------------------------|
| Ações do Banco do Brasil S.A. ....  | 51.830.400,00          |
| Ações do Banco de Crédito de Borracha S.A. ....                                   | 89.874.000,00          |
| Ações da Companhia Siderúrgica Nacional .....                                     | 600.568.400,00         |
| Partes Beneficiárias da Companhia Siderúrgica Nacional<br>Sociedade Anônima ..... | 820.000.000,00         |
| Ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A. ....                                     | 203.660.000,00         |
| Debêntures da Companhia Vale do Rio Doce S.A. ....                                | 4.864.530,50           |
| Algodão em estoque .....  | 48.509.409,80          |
| Apólices do Fundo de Amortização dos Empréstimos<br>Internos . . . . .            | 182.546.800,00         |
| Algodão em custódia no Banco do Brasil .....                                      | 1.278.099.850,80       |
| Material em estoque .....   | 3.820.148,30           |
| Em espécie nas tesourarias .....  | 305.671.986,00         |
| Ouro em depósito .....  | 7.096.389.907,80       |
| Títulos e outros objetos .....  | 273.993.295,40         |
| Banco do Brasil c/gêneros em depósito .....                                       | 56.320.356,00          |
|   | <hr/>                  |
|   | 11.016.149.084,60      |
|   | <hr/>                  |

*Ouro em depósito*

No exercício de 1946, o ouro em depósito de propriedade da União foi elevado de 326.637.027,503 gramas no valor de.... Cr\$ 7.954.199.016,80, para 337.015.090,426 gramas correspondente a Cr\$ 8.214.861.586,70, em virtude da aquisição durante o exercício de 1946 de 10.378.062,923 gramas de ouro fino ao preço de Cr\$ 219.334.107,50. A esta importância devem ser acrescentadas despesas diversas e juros do Banco do Brasil S.A., levadas à conta de financiamento, o que a eleva a..... Cr\$ 260.662.569,90, como se demonstra:

|                          |                |
|--------------------------|----------------|
|                          | <i>Cr\$</i>    |
| Preço de aquisição ..... | 219.334.107,50 |
| Despesas . . . . .       | 124.830,90     |
| Juros . . . . .          | 41.203.631,50  |
|                          | <hr/>          |
| Total .....              | 260.662.569,90 |
|                          | <hr/>          |

E' a seguinte a posição da "Conta Compra de Ouro" ao findar o exercício:

DEMONSTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA COMPRA DE OURO

| DISCRIMINAÇÃO   | ATÉ 1945<br>Cr\$        | EM 1946<br>Cr\$       | ATÉ 1946<br>Cr\$        |
|---|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| <b>Recursos provenientes da emissão de papel-moeda autorizada pela seguinte legislação:</b>           |                         |                       |                         |
| Decreto-lei n.º 2.918 de 30-12-40....   | 700.000.000,00          | ---                   | 700.000.000,00          |
| Decreto-lei n.º 3.966 de 23-12-41....   | 300.000.000,00          | ---                   | 300.000.000,00          |
| Decreto-lei n.º 4.183 de 16-3-42....  | 200.000.000,00          | ---                   | 200.000.000,00          |
| Decreto-lei n.º 4.784 de 5-10-42....  | 600.000.000,00          | ---                   | 600.000.000,00          |
| Decreto-lei n.º 7.383 de 15-3-45....  | 4.500.000.000,00        | ---                   | 4.500.000.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>6.300.000.000,00</b> | <b>---</b>            | <b>6.300.000.000,00</b> |
| <b>Recursos provenientes das seguintes contas do Tesouro Nac. no B. Bras. S/A.:</b>                   |                         |                       |                         |
| Carteira de Redescontos.....  | 356.261.585,70          | ---                   | 356.261.585,70          |
| Convênio Francês.....   | 15.264.957,90           | ---                   | 15.264.957,90           |
| Convênio Inglês.....  | 893.324,90              | ---                   | 893.324,90              |
| Despesa da União.....   | 634.869.762,10          | -41.203.631,50        | 676.073.393,60          |
| Garantia de Débitos a Liquidar....  | 31.168.051,30           | ---                   | 31.168.051,30           |
| Liquidação.....   | 14.482.854,50           | ---                   | 14.482.854,50           |
| Recebimentos do Credit Foncier du Bresil.....   | 2.952.005,00            | ---                   | 2.952.005,00            |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>1.055.892.541,40</b> | <b>-41.203.631,50</b> | <b>1.097.096.172,90</b> |
| <b>Recursos provenientes da venda de ouro autorizada pelo Dec.-lei 8.220 de 28-4-45.....</b>          | <b>83.089.216,10</b>    | <b>238.039.980,50</b> | <b>321.129.196,60</b>   |
| Valor de 17.153.770 grs., conforme consta da nota que acompanha a demonstração do ouro adquirido..... | 411.391,60              | ---                   | 411.391,60              |
| <b>TOTAL pago no Banco do Brasil S/A.....</b>   | <b>7.439.393.149,10</b> | <b>279.243.612,00</b> | <b>7.718.636.761,10</b> |
| <b>Saldo dev. na conta de ouro pelos adiant. feitos pelo B. Bras. S/A.:</b>                           |                         |                       |                         |
| Em 1945.....  | 514.805.867,70          | ---                   | 496.224.825,60          |
| Em 1946.....  | ---                     | ---                   | ---                     |
| <b>TOTAL DO FINANCIAMENTO.....</b>  | <b>7.954.199.016,80</b> | <b>---</b>            | <b>8.214.861.586,70</b> |

No quadro abaixo se discrimina o "quantum" das aquisições mensais feitas pelo Tesouro Nacional durante o exercício de 1946 e os valores correspondentes em cruzeiros, com as despesas e juros do financiamento de ditas aquisições:

| DISCRIMINAÇÃO   | QUANTIDADE E VALOR DO OURO ADQUIRIDO |                  | DESPESA DE AQUISIÇÃO | JUROS DO BANCO DO BRASIL | CUSTO TOTAL DO OURO |
|---|--------------------------------------|------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
|   | Gramas                               | Cr\$             | Cr\$                 | Cr\$                     | Cr\$                |
| Até 1945.....   | 326.637.027,503                      | 7.357.520.835,50 | 12.378.224,40        | 584.299.956,90           | 7.954.199.016,90    |
| Em 1946:  |                                      |                  |                      |                          |                     |
| Janeiro.....  | 8.898.442,913                        | 201.991.619,30   | 1.202,70             | ---                      | 201.993.552,00      |
| Fevereiro.....  | 245.763,574                          | 5.505.741,60     | ---                  | ---                      | 5.505.740,64        |
| Março.....  | 55.005,415                           | 1.038.569,70     | ---                  | ---                      | 1.038.569,70        |
| Abril.....  | 105.784,027                          | 2.224.152,50     | ---                  | ---                      | 2.224.152,50        |
| Maior.....  | 55.000,200                           | 1.070.525,20     | 123.353,80           | ---                      | 1.193.879,00        |
| Junho.....  | 54.594,348                           | 1.057.857,90     | ---                  | 21.923.485,00            | 22.981.372,90       |
| Julho.....  | 741.399,837                          | 1.437.991,30     | 52,50                | ---                      | 1.438.043,80        |
| Agosto.....   | 101.859,148                          | 2.340.302,70     | 70,00                | ---                      | 2.380.372,70        |
| Setembro.....   | 61.119,402                           | 1.363.518,40     | 142,60               | ---                      | 1.363.691,00        |
| Outubro.....  | 55.958,566                           | 1.257.720,30     | 9,30                 | ---                      | 1.257.729,60        |
| Novembro.....   | ---                                  | ---              | ---                  | ---                      | ---                 |
| Dezembro.....   | 135,487                              | 3.075,60         | ---                  | 19.240.146,50            | 19.283.222,10       |
| TOTAL NO EXERCÍCIO.....   | 10.378.062,923                       | 219.334.107,50   | 124.830,90           | 41.203.631,50            | 260.662.569,90      |
| TOTAL GERAL.....  | 337.015.090,426                      | 7.576.854.043,00 | 12.503.055,30        | 625.503.588,40           | 8.214.861.549,70    |
| Menos:  |                                      |                  |                      |                          |                     |
| Ouro convertido em cambiais — 1938                              |                                      |                  |                      |                          |                     |
| Em 1939.....  | 6.044.097,509                        | 109.533.446,50   | ---                  | ---                      | 109.533.446,50      |
| Em 1940.....  | 2.711.059,081                        | 49.058.054,70    | ---                  | ---                      | 49.058.054,70       |
| Ouro vendido, de acordo com o Dec. lei 8.220, de 26-11-045..... | 13.823,704                           | 275.050,70       | ---                  | ---                      | 275.050,70          |
| Ouro recolhido no Museu Numismático da Casa da Moeda.....       | 13.355.038,817                       | 321.129.196,60   | ---                  | ---                      | 321.129.196,60      |
| Quebra.....   | 2.435,405                            | 46.930,30        | ---                  | ---                      | 46.930,30           |
| Acerto do Banco do Brasil S. A.....                             | 8.174,455                            | 215,00           | ---                  | ---                      | 215,00              |
| TOTAL.....  | 22.134.420,001                       | 480.465.035,20   | ---                  | ---                      | 480.465.035,20      |
| TOTAL GERAL.....  | 314.880.661,425                      | 7.096.369.007,80 | 12.503.055,30        | 625.503.588,40           | 7.734.393.551,50    |



*Resumo*

|                                    | <i>Até 1945</i>         | <i>Em 1946</i>        | <i>Total</i>            |
|------------------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Preço da Aquisição .               | 7.357.520.835,50        | 219.334.107,50        | 7.576.854.943,00        |
| Despesas com a aquisição .....     | 12.378.224,40           | 124.830,90            | 12.503.055,30           |
| Juros ao Banco do Brasil S.A. .... | 584.299.956,90          | 41.203.631,50         | 625.503.588,40          |
| <b>Total .....</b>                 | <b>7.954.199.016,80</b> | <b>260.662.569,90</b> | <b>8.214.861.586,70</b> |



Nota — No total do ouro adquirido até 1944 estão incluídos 30.216.449 gramas, das quais 17.153,770 se encontram contabilizados pelo valor de Cr\$ 411.391,60 a saber:

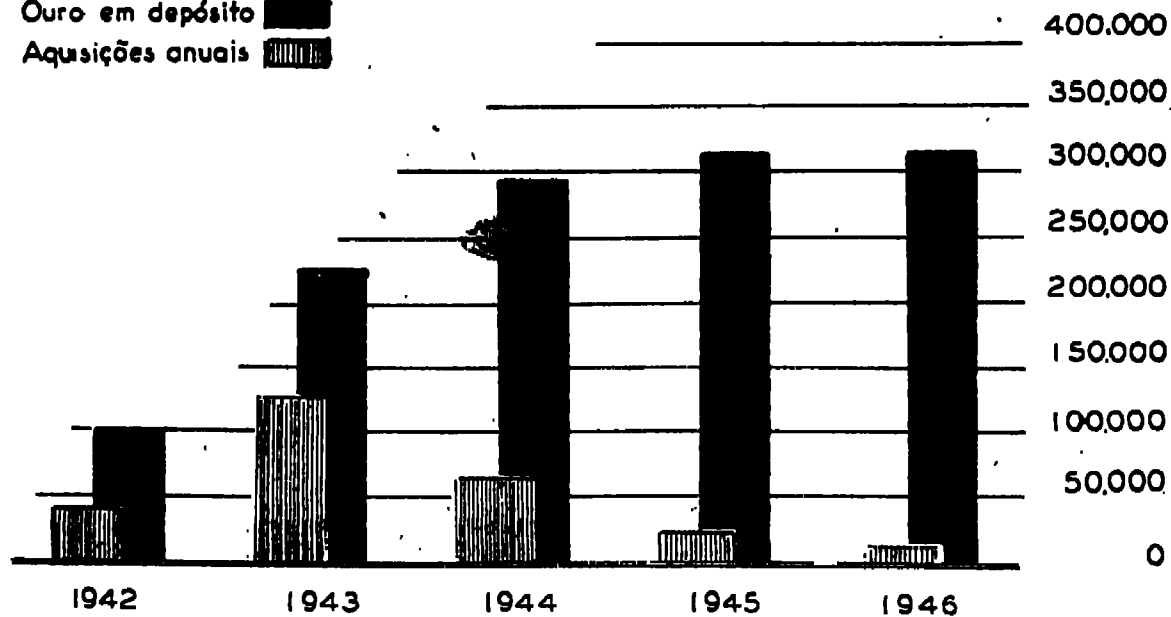
|  | <i>Grs.</i>       | <i>Cr\$</i>       |
|--|-------------------|-------------------|
| Uma pepita de ouro doada pelo Sr. Presidente da República Getúlio Vargas .....     | 298,800           | 6.872,40          |
| Recolhidas pela Casa da Moeda (1.488 moedas de ouro nacionais e estrangeiras) .... | 16.827,118        | 403.850,80        |
| Apreendidas pela fiscalização de ouro .....  | 27,852            | 668,40            |
| Excesso verificado nas refinações .....  | 13.062,679        | —                 |
| <b>Total .....</b>   | <b>30.216,449</b> | <b>411.391,60</b> |

# OURO ADQUIRIDO PELA UNIÃO

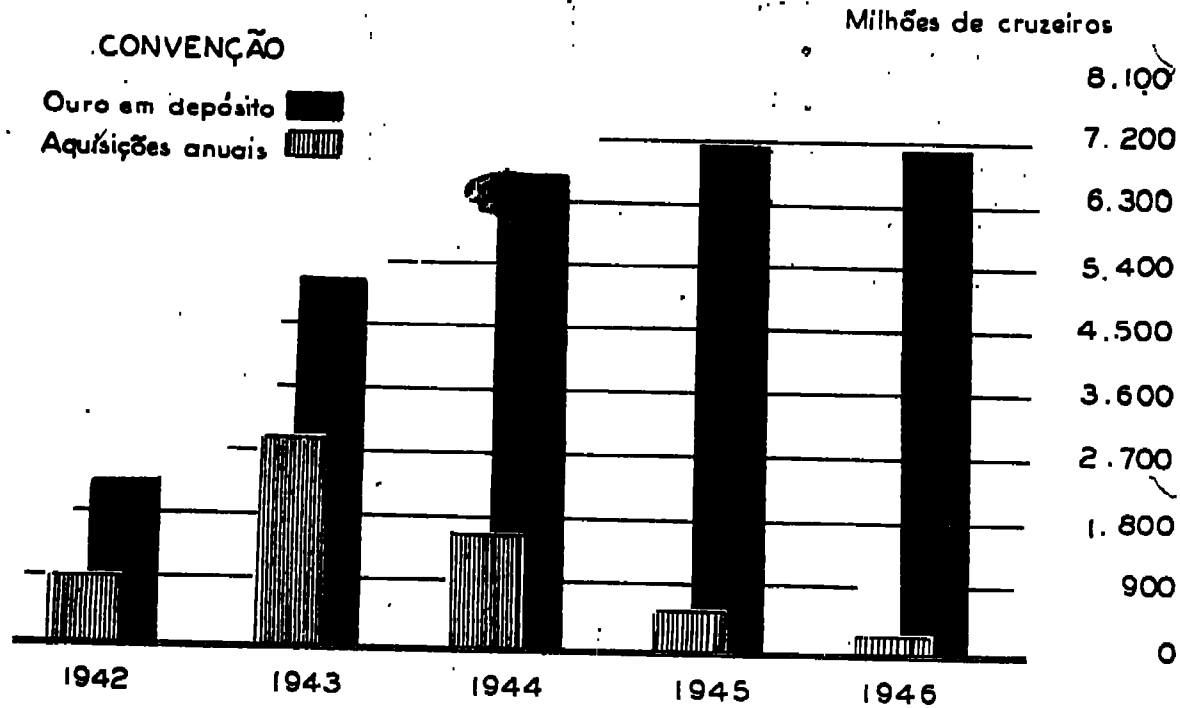
Quilogramas

## CONVENÇÃO

Ouro em depósito   
Aquisições anuais 



# OURO ADQUIRIDO PELA UNIÃO



3 ... MATERIAL EM ESTOQUE

O saldo desta conta, que em 31 de dezembro de 1945 se expressava em Cr\$ 3.350.403,50 elevou-se em igual data de 1946 a Cr\$ 3.820.148,30, registrando-se a diferença para maior de Cr\$ 469.744,80 assim demonstrada:

|                                       |              |
|---------------------------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 1946 ..... | 3.820.148,30 |
| Saldo em 31 de dezembro de 1945 ..... | 3.350.403,50 |
|                                       | <hr/>        |
| Diferença em Cr\$ .....               | 469.744,80   |
|                                       | <hr/>        |

4 — OS CRÉDITOS DA UNIÃO

As contas que integram o título acima foram encerradas ao término do exercício de 1946, com o saldo total de..... Cr\$ 2.055.335.781,60. Comparando-se o exercício anterior com êste verifica-se no seu total o aumento de Cr\$ 160.519.131,10, que se demonstra pela seguinte forma:

| DISCRIMINAÇÃO  | 1945             | 1946             | OSCILAÇÕES     |                |
|--|------------------|------------------|----------------|----------------|
|  |                  |                  | PARA +         | PARA -         |
| Banco do Est. de São Paulo e Empréstimos Externos..... | 6.619.160,20     | 6.009.336,90     | —              | —              |
| Consignações a descontar.....                          | 7.087,20         | 7.087,20         | —              | 549.823,30     |
| Devedores por Aquisição de próprios da União.....      | 3.249.590,40     | 3.030.000,30     | —              | —              |
| Devedores por empréstimos.....                         | 241.873.378,70   | 280.470.695,20   | 35.797.310,50  | 219.590,10     |
| Devedores por encomendas à Imprensa Nacional.....      | 13.220.417,10    | 18.530.196,70    | 5.309.779,60   | —              |
| Devedores por Multas e Indenizações.....               | 3.042.300,80     | 3.173.480,10     | 131.179,30     | —              |
| Devedores por Serviços Telegráficos.....               | 5.609,20         | 5.609,20         | —              | —              |
| Devedores responsáveis.....                            | 601.158.158,70   | 660.184.381,70   | 59.026.223,00  | —              |
| Dívida Ativa.....                                      | 117.336.232,10   | 127.151.523,50   | 9.815.291,40   | —              |
| Dívida dos Est. e Municípios.....                      | 472.603.900,60   | 517.564.486,10   | 44.957.585,50  | —              |
| Est. e Munic. e/emp. Externos.....                     | 384.892.419,50   | 393.167.820,30   | 8.275.400,80   | —              |
| Inst. do Café C/Empr. Externo.....                     | 48.005.396,00    | 45.981.164,40    | —              | 2.024.231,66   |
|  | 1.894.810.650,50 | 2.055.335.781,60 | 163.312.776,10 | 2.793.645,00   |
| DIFERENÇA.....   |                  | —                | —              | 160.519.131,10 |

*A) Bancos e correspondentes*

O balanço das contas que compõem o título acima demonstra o saldo a favor do Tesouro Nacional, de Cr\$ 1.720.082.277,70, conforme se verifica do quadro abaixo:

BANCOS E CORRESPONDENTES

| SUB-CONTAS   | SALDOS EM 1945 |                | MOVIMENTO DE 1946 |                | SALDOS PARA 1947 |                |
|--|----------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|----------------|
|  | DEVEDORES      | CREDORES       | DÉBITO            | CRÉDITO        | DEVEDORES        | CREDORES       |
|  | Cr\$           | Cr\$           | Cr\$              | Cr\$           | Cr\$             | Cr\$           |
| <b>BANCO DO BRASIL S. A.</b>   |                |                |                   |                |                  |                |
| <i>Em Espécies</i>   |                |                |                   |                |                  |                |
| Adiantamento sobre Ouro a Adquirir.....  | —              | 3.969,00       | 126.021,00        | 127.529,10     | —                | 5.478,00       |
| Adiantamento à Cia. Dei Cavi Telegrafici Sottomarini.                          | —              | —              | —                 | 7.273,00       | —                | 7.273,00       |
| Aquisição do Algodão.....  | —              | 77.049.627,20  | 91.053.066,30     | 4.274.404,70   | 9.728.974,40     | —              |
| Capital do Banco Rural.....  | 100.000.000,00 | —              | 2.534.706,00      | 52.534.706,00  | 50.000.000,00    | —              |
| Compra de Ouro.....  | —              | 514.805.867,70 | 279.243.612,00    | 260.662.569,90 | —                | 496.224.825,60 |
| Depósito Conselho Técnico de Economia e Finanças..                             | 25.028,60      | —              | 1.222.124,10      | 1.246.225,00   | 1.827,70         | —              |
| Dívida Externa Federal.....  | 32.040.771,40  | —              | —                 | —              | 32.040.771,40    | —              |
| Empréstimo de £ 1.000.000-00-00.....   | 60.000.000,00  | —              | —                 | 60.000.000,00  | —                | —              |
| Empréstimo ao Governo do Paraguai.....   | —              | 49.749.852,60  | 8.326.400,00      | 41.008.693,80  | —                | 82.430.146,40  |
| Funcionamento da Câmara de Reajustamento Econô-<br>mico.....                   | —              | —              | 21.275,00         | 2.450.400,70   | —                | 2.429.125,70   |
| Fundos de Guerra.....  | 1.894.899,40   | —              | 609.590,50        | 38.043,10      | 2.466.446,50     | —              |
| Fundo para Organização Defesa Passiva Anti-aérea do<br>Brasil.....             | 4.322,90       | —              | —                 | 4.322,90       | —                | —              |
| Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios.....                                 | 67.093.042,20  | —              | 13.467.562,50     | 103.979.862,40 | 6.600.742,30     | —              |
| Liquidação.....  | —              | 689.275.947,10 | 737.057.413,60    | 700.889.866,40 | —                | 953.108.399,90 |
| Liquidação do Acervo do Banco Francês e Italiano para<br>a América do Sul..... | 18.162.526,60  | —              | 2.582.852,00      | 3.411.653,10   | 17.333.725,50    | —              |
| Liquidação do Acervo do Banco Alemão Transatlântico.                           | 1.000.426,00   | —              | 3.260.194,40      | 5.160.620,40   | —                | —              |
| Liquidação do Acervo do Banco Germânico da América<br>do Sul.....              | 4.079.001,80   | —              | 157.948,30        | 1.009.932,20   | 3.227.017,90     | —              |

| SUB-CONTAS   | SALDOS EM 1945          |                         | MOVIMENTO DE 1946       |                         | SALDOS PARA 1947        |                         |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|  | DEVEDORES               | CREDORES                | DÉBITO                  | CRÉDITO                 | DEVEDORES               | CREDORES                |
|  | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    |
| Liquidação da Posição Câmbio Banco Francês e Italiano para a América do Sul..... | 2.539.635,60            | —                       | 36.739,50               | 602.375,30              | 2.274.000,30            | —                       |
| Liquidação da Posição Câmbio Banco Germânico da América do Sul.....              | 1.555.960,70            | —                       | —                       | 141,40                  | 1.555.855,30            | —                       |
| Notas da Caixa de Estabilização.....   | 68.833,70               | —                       | 245.737,00              | 266.015,00              | 48.575,70               | —                       |
| Produto de Obrigações do Tesouro Decreto nº. 10.412, de 19-11-630.....           | 53.536.688,20           | —                       | 1.086.876,00            | 50.441.040,80           | 4.182.523,40            | —                       |
| Produto de Vendas de Apólices Decreto n.º 1.067, de 15-9-937.....                | 33.829,50               | —                       | —                       | 33.829,50               | —                       | —                       |
| Recursos da Cidade Universitária do Brasil.....                                  | 194.061,40              | —                       | 230.970,00              | 420,00                  | 424.011,40              | —                       |
| Recursos do Plano de Obras e Aparelhamentos da Defesa Nacional.....              | 127.550.069,30          | —                       | 31.031,50               | 127.612.000,80          | —                       | —                       |
| Recursos do Plano de Obras e Equipamentos.....                                   | 247.567.523,50          | —                       | 496.560.219,00          | 744.147.742,50          | —                       | —                       |
| Recursos do Decreto-lei n.º 9.108, de 1-4-946.....                               | —                       | —                       | 420.648.467,00          | 125.422.111,30          | 295.225.555,70          | —                       |
| Recursos do Decreto-lei nº. 9.025, de 27-2-946.....                              | —                       | —                       | 400.324.112,30          | 25.354.561,00           | 374.939.551,30          | —                       |
| Saldo a liquidar do Exercício de 1946.....                                       | —                       | —                       | —                       | 1.092.763.696,30        | —                       | 1.092.763.696,30        |
| Serviço do Abastecimento da Carne.....   | —                       | 3.752.479,40            | —                       | 513.058,70              | —                       | 4.265.538,10            |
| Suprimento à Carteira de Redescontos.....  | 4.829.900.000,00        | —                       | 3.228.000.000,00        | 5.189.000.000,00        | 2.898.900.000,00        | —                       |
| Transferência de Proventos de Aposentadoria.....                                 | 9.953,70                | —                       | 51.781.137,60           | 55.693.173,50           | —                       | 3.902.082,20            |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>5.578.508.430,70</b> | <b>1.634.637.743,90</b> | <b>5.738.628.055,00</b> | <b>8.648.654.828,80</b> | <b>3.668.950.479,10</b> | <b>2.635.136.565,20</b> |
| <i>Em Objeto de Valor</i>  |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Fundo de Guerra.....   | 62.151,00               | —                       | 1,00                    | —                       | 62.152,00               | —                       |



BANCOS E CORRESPONDENTES

| SUB-CONTAS  | SALDOS EM 1945       |          | MOVIMENTO DE 1946 |                   | SALDOS PARA 1947     |          |
|---|----------------------|----------|-------------------|-------------------|----------------------|----------|
|   | DEVEDORES            | CREDORES | DÉBITO            | CRÉDITO           | DEVEDORES            | CREDORES |
|   | Cr\$                 | Cr\$     | Cr\$              | Cr\$              | Cr\$                 | Cr\$     |
| <i>Em Títulos</i>   |                      |          |                   |                   |                      |          |
| Ações do Banco do Brasil.....                                       | 7.947.014,40         | —        | —                 | —                 | 7.947.014,40         | —        |
| Apólices do Empréstimo Mineiro de Consolidação.....                 | 3.038.200,00         | —        | 85.488,30         | 122.698,30        | 3.601.030,00         | —        |
| Apólices do Estado de Minas Gerais.....                             | 888.000,00           | —        | 22.200,00         | 22.200,00         | 888.000,00           | —        |
| Apólices do Reajustamento Econômico de 1933-34.....                 | 85.500,00            | —        | —                 | 14.500,00         | 71.000,00            | —        |
| Apólices do Reajustamento Econômico de 1934/37.....                 | 207.000,00           | —        | —                 | 2.000,00          | 205.000,00           | —        |
| Apólices do Reajustamento Econômico de 1938.....                    | 405.500,00           | —        | 16.500,00         | 17.000,00         | 405.000,00           | —        |
| Apólices do Reajustamento Econômico de 1941.....                    | 236.000,00           | —        | —                 | 112.500,00        | 123.500,00           | —        |
| Apólices do Reajustamento Econômico de 1944.....                    | —                    | —        | 199.500,00        | 199.500,00        | —                    | —        |
| Conta n.º 4 — Vinculada.....  | 16.765.500,00        | —        | —                 | —                 | 16.765.500,00        | —        |
| Fundo de Guerra.....  | 2.250,00             | —        | 3.500,00          | —                 | 5.750,00             | —        |
| Títulos da Prefeitura Municipal de Petrópolis.....                  | 82.400,00            | —        | 2.884,00          | 11.064,00         | 74.200,00            | —        |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>30.257.964,40</b> | <b>—</b> | <b>330.072,30</b> | <b>501.472,30</b> | <b>30.056.564,40</b> | <b>—</b> |
| <b>OUTROS BANCOS E CORRESPONDENTES</b>                              |                      |          |                   |                   |                      |          |
| <i>Em Espécie</i>   |                      |          |                   |                   |                      |          |
| Banco de Crédito da Borracha.....                                   | 5.433.079,30         | —        | —                 | —                 | 5.433.079,30         | —        |
| Banco Português do Brasil, com Melhoramento da Baía Fluminense..... | 18.077.646,80        | —        | —                 | —                 | 18.077.646,80        | —        |
| Banque de Paris et des Pays Bas.....                                | 1.091.334,50         | —        | —                 | —                 | 1.091.334,50         | —        |
| Bank of England.....  | —                    | —        | 107.160.732,30    | 113.141.163,00    | —                    | —        |

| SUB-CONTAS   | SALDOS EM 1945          |                         | MOVIMENTO DE 1946       |                         | SALDOS PARA 1947        |                         |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|  | DEVEDORES               | CREDORES                | DÉBITO                  | CRÉDITO                 | DEVEDORES               | CREDORES                |
|  | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    | Cr\$                    |
| Caixa de Mobilização Bancária, c/Suportamentos.....        | 71.307.000,00           | —                       | 500.000.000,00          | —                       | 571.307.000,00          | —                       |
| Crédit Foncier du Brésil .....                             | 4.001.035,70            | —                       | —                       | —                       | 4.001.035,70            | —                       |
| Dillon Read — C/1 .....                                    | —                       | 13.449,50               | —                       | —                       | —                       | 13.449,50               |
| Dillon Read — C/3 .....                                    | 6.247.551,50            | —                       | —                       | 698.525,10              | 5.879.056,40            | —                       |
| Dillon Read — C/7 .....                                    | 2.021.622,50            | —                       | —                       | 336.053,30              | 2.585.569,50            | —                       |
| Dillon Read — C/10 .....                                   | 902.650,50              | —                       | —                       | 145.342,50              | 757.338,00              | —                       |
| Dillon Read & Cia. ....                                    | —                       | 6.806.227,20            | 116.316.887,00          | 116.526.934,90          | —                       | 7.016.275,10            |
| Reichsbank, C/Especial .....                               | 1.145.638,70            | —                       | —                       | —                       | 1.145.638,70            | —                       |
| Tesouro Norte Americano, c/Lend Lease Bill.....            | 17.535.000,00           | —                       | —                       | —                       | 17.535.000,00           | —                       |
| The National City Bank of New York .....                   | 14.934.845,80           | —                       | 271.076.504,80          | 272.108.813,70          | 13.902.896,90           | —                       |
| <b>TOTAL</b> .....   | <b>144.497.465,60</b>   | <b>6.810.676,70</b>     | <b>994.593.474,10</b>   | <b>502.926.833,10</b>   | <b>642.315.595,60</b>   | <b>12.971.163,90</b>    |
| <i>Em Titulos</i>  |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Banque Française et Italienne Pour l'Amérique du Sud ..... | 20.775.217,50           | —                       | —                       | —                       | 20.775.217,50           | —                       |
| <b>R E S U M O</b>   |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Banco do Brasil.....                                       | 5.608.828.546,10        | 1.634.637.743,00        | 5.728.058.129,20        | 8.649.156.301,10        | 3.069.099.155,50        | 2.635.176.563,20        |
| Outros Bancos e Correspondentes .....                      | 171.272.683,10          | 6.810.676,70            | 994.593.474,10          | 502.926.833,10          | 669.090.813,30          | 12.971.163,90           |
| <b>TOTAL GERAL</b> .....                                   | <b>5.780.101.229,20</b> | <b>1.641.457.420,60</b> | <b>6.733.551.603,30</b> | <b>9.152.113.134,20</b> | <b>4.368.190.068,80</b> | <b>2.648.107.731,10</b> |

Dou a seguir, para conhecimento de Vossa Excelência, sucinta apreciação dos saldos que se inscrevem nas verbas abaixo:

A FAVOR DO TESOUREO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S. A.

Em Espécie:

*Capital do Banco Rural:*

|   | Cr\$          | Cr\$ |
|---|---------------|------|
| <p>Importação destinada à constituição do Banco Nacional de Crédito Rural de acordo com o art. 20 do Decreto n.º 24.641, de 10 de julho de 1934, e reduzida a Cr\$. 50.000.000,00 de conformidade com a Resolução Ministerial em dezembro de 1937, em virtude do relatório apresentado pela Comissão de Exame das Contas do Tesouro Nacional no Banco do Brasil .....</p> | 50.000.000,00 |      |
| <p><i>Aquisição do Algodão:</i></p> <p>Saldo da conta instituída para registro das operações de que trata o processo número 39.808-45 .....</p>   | 9.728.974,40  |      |
| <p><i>Depósito Conselho Técnico de Economia e Finanças:</i></p> <p>Remanescente das contribuições a aplicar nos serviços afetos ao Conselho na conformidade dos Decretos números 22.089, de 16 de novembro de 1932, 24.583, de 3 de julho de 1934, e Decreto-lei n.º 14, de 25 de novembro de 1937 ....</p>   | 1.827,70      |      |
| <p><i>Dívida Externa Federal:</i></p> <p>Depósito para os fins do item 6 do art. 1.º do Decreto n.º 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, revigorado pelo Decreto-lei n.º 2.085, de 8 de março de 1940 ..</p>  | 32.040.771,40 |      |

*Fundo de Guerra:*

|   | Cr\$         | Cr\$         |
|---|--------------|--------------|
| Valor das contribuições voluntárias e compulsórias — em dinheiro, em títulos e em objetos de valor — para os Fundos de Guerra (Portaria n.º 124, de 8 de setembro de 1942, dêste Ministério): |              |              |
| a) Em espécie...  | 2.466.446,80 |              |
| b) Em títulos ..  | 5.750,00     |              |
| c) Em objetos de valor (considerados na base de Cr\$ 1,00 por objeto, até ulterior avaliação pelo B. Brasil S. A. ..  | 62.152,00    |              |
|   | <hr/>        | 2.534.348,80 |

*Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios:*

|  |              |
|--|--------------|
| Em depósito no Banco do Brasil S. A., nos termos do Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940 . | 6.600.742,30 |
|--|--------------|

*Liquidação do Acêrvo do Banco Francês e Italiano para América do Sul:*

|  |               |
|--|---------------|
| Responsabilidades pendentes do Banco acima, extinto por força do Decreto-lei número 4.612, de 24 de agosto de 1942 ..... | 17.333.725,50 |
|--|---------------|

*Liquidação da Posição de Câmbio do Banco Francês e Italiano para América do Sul:*

|                  |              |
|------------------|--------------|
| Idem, idem ..... | 2.274.000,30 |
|------------------|--------------|

*Liquidação do Acêrvo do Banco Germânico da América do Sul:*

|                  |              |
|------------------|--------------|
| Idem, idem ..... | 3.227.017,90 |
|------------------|--------------|

*Liquidação da Posição do Câmbio Germânico da América do Sul:*

|                  |              |
|------------------|--------------|
| Idem, idem ..... | 1.555.855,30 |
|------------------|--------------|

*Notas da Caixa de Estabilização:*

|   | Cr\$             | Cr\$             |
|---|------------------|------------------|
| Importância a entregar a Caixa de Amortização para resgate .....  | 48.575,70        |                  |
| <i>Produto de Obrigações do Tesouro — Dec. n. 19.412, de 19-11-1930:</i>  |                  |                  |
| Valor das obrigações vendidas, e juros respectivos, vinculado em garantia de operações realizadas no Banco do Brasil S. A. ....               | 4.182.523,40     |                  |
| <i>Recursos da Cidade Universitária do Brasil:</i>  |                  |                  |
| Saldo dos recursos provenientes da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937 .....   | 424.611,40       |                  |
| <i>Recursos do Dec.-lei n. 9.108, de 1 de abril de 1946:</i>  |                  |                  |
| “Cota especial” de Cr\$ 0,30 por quilo de algodão em pluma, destinada a financiamentos a cargo da Comissão de Financiamento da Produção ..... | 295.225.855,70   |                  |
| <i>Recursos do Dec.-lei n. 9.025, de 27 de fevereiro de 1946:</i>   |                  |                  |
| Produto da cota de 3% sem vendas de câmbio, cuja utilização ficou a cargo da Superintendência da Moeda e do Crédito .....                     | 374.939.551,30   |                  |
| <i>Suprimento à Carteira de Redescontos:</i>  |                  |                  |
| Saldo a resgatar dos suprimentos feitos em papel-moeda para as operações da carteira, na forma da lei ....                                    | 2.868.900.000,00 | 3.669.018.381,10 |
| <i>Em títulos:</i>  |                  |                  |
| <i>Ações do Banco do Brasil S.A.:</i>   |                  |                  |
| Valor de aquisição de 19.508 ações comprovadas pelo Tesouro Nacional em 1929 e 1930 .....   | 7.947.614,40     |                  |

*Apólices do Empréstimo Mincio de Consolidação:*

Cr\$ Cr\$

Remanescente das recebidas do Governo de Minas Gerais em pagamento de impostos da União ..... 3.601.000,00

*Apólices do Estado de Minas Gerais:*

Saldo de 1.000 apólices de 5% depositadas no Banco do Brasil S. A. e pertencentes ao Tesouro Nacional .... 888.000,00

*Apólices do Reajustamento Econômico de 1933-1934:*

Saldo dos títulos entregues ao Banco do Brasil S. A. para pagamento a agricultores de acôrdo com a legislação em vigor ..... 71.000,00

*Apólices do Reajustamento Econômico de 1934-1937:*

Idem, idem ..... 205.000,00

*Apólices do Reajustamento Econômico de 1938:*

Idem, idem ..... 405.000,00

*Apólices do Reajustamento Econômico de 1941:*

Idem, idem ..... 123.500,00

*Conta n.º 4 Vinculada*

Valor das apólices do Reajustamento Econômico, de propriedade do Tesouro Nacional, vinculadas com garantia de operações realizadas no Banco do Brasil S. A. .... 16.765.500,00

*Título da Prefeitura Municipal de Petrópolis:*

Saldo de 851 apólices da Emissão de 1921, de 7% a.a., recebidas a título de indenização do resgate efetuado pelo Tesouro Nacional de 3 promissórias emitidas pela Municipalidade ..... 74.200,00 30.080.814,40

*Outros Bancos e Correspondentes*

Cr\$

Cr\$

**Em Espécie:*****Banco de Crédito da Borracha  
Sociedade Anônima:***

Valor dos juros dos adiantamentos feitos pelo Tesouro Nacional, por conta da subscrição de ações a que se obrigou, na forma dos Decretos-leis ns. 4.451, de 9 de julho de 1942 e 5.651, de 5 de julho de 1943 ..

5.433.079,30

***Banco Português do Brasil com  
Melhoramentos da Baixada  
Fluminense:***

Saldo do depósito de Cr\$ ....  
45.000.000,00 em apólices,  
feito em 1921 para atender às despesas com os serviços da Baixada Fluminense .....

18.077.646,80

***Banque de Paris et des Pays  
Bas:***

Saldo das previsões feitas para o serviço de juros dos empréstimos de 1909-5%, 1910-4% e 1911-4%, correspondendo a Frs. ....  
5.689.527,18 a Cr\$ 0,35 ..

1.991.334,50

***Caixa de Mobilização Bancária  
com suprimento:***

Saldo dos suprimentos feitos em papel-moeda para as despesas da Caixa, na forma do art. 4 do Decreto número 21.449, de 9 de junho de 1932 .....

571.307.000,00

***Crédit Foncier du Brésil:***

Saldo do produto de apólices para as despesas a que se refere o Decreto n.º 16.288, de 26 de dezembro de 1933.

4.001.035,70

***Dillon Read & Co. c/3:***

Saldo do depósito permanente relacionado com o empréstimo de 1921-8% .....

5.579.056,40

|  |               |                  |
|--|---------------|------------------|
| <i>Dillon Read &amp; Co. c/7:</i>  |               |                  |
|  | Cr\$          | Cr\$             |
| Idem, idem, empréstimo de<br>1922-7% .....   | 2.585.569,50  |                  |
| <i>Dillon Read &amp; Co. c/10:</i>   |               |                  |
| Idem, idem, empréstimo de<br>1926-6% .....   | 757.338,00    |                  |
| <i>Reichsbank — c/ especial:</i>   |               |                  |
| Importe das operações realizadas<br>por intermédio do Banco<br>do Brasil S. A. ....  | 1.145.638,70  |                  |
| <i>Tesouro Norte Americano —<br/>c/ Lend Lease Bill:</i>   |               |                  |
| Valor correspondente à remessa<br>de u\$s 1.000.000,00, efe-<br>tuada em 1941, para ocor-<br>rer à compra de material<br>bélico, abrangida pelo<br>acôrdo firmado por força<br>do "Lend Lease Bill" e a<br>ser restituída pelo Tesouro<br>Norte-Americano .....  | 17.535.000,00 |                  |
| <i>The National City Bank of New<br/>York:</i>   |               |                  |
| Saldo dos suprimentos feitos<br>para o serviço da Dívida<br>Externa Federal .....  | 13.902.896,90 | 642.315.595,80   |
| Em títulos:  |               |                  |
| <i>Banque Française et Italiene<br/>pour l'Amerique du Sud:</i>  |               |                  |
| Importância relativa a Frs. ..<br>48.921.000,00 em títulos<br>depositados no banco acima<br>e que couberam ao Go-<br>vêrno Brasileiro na liqui-<br>dação da "Caisse Commer-<br>ciale et Industrielle de<br>Paris", conforme sentença<br>proferida, em 21 de junho<br>de 1932, pelo Tribunal de<br>Comércio do Sena ..... |               | 26.775.217,50    |
| Total Geral .....  |               | 4.368.190.008,80 |



## CONTRA O TESOUREIRO NACIONAL

*Banco do Brasil S. A.*

Em espécie:

*Adiantamento sobre Ouro a adquirir:*

|  | Cr\$             | Cr\$ |
|--|------------------|------|
| Saldo dos suprimentos efetuados pelo Banco do Brasil Sociedade Anônima à Casa da Moeda para compra de ouro .....   | 5.478,00         |      |
| <i>Adiantamentos à Cia. Dei Cavi Telegráfica Sottornarini:</i>   |                  |      |
| Saldo a liquidar dos adiantamentos feitos para o custeio da Cia. ....  | 7.273,00         |      |
| <i>Compra de Ouro:</i>   |                  |      |
| Importância a liquidar despendida com a aquisição de ouro pelo Banco do Brasil S. A., por conta e ordem do Tesouro Nacional, nos termos do Decreto número 23.535, de 4 de dezembro de 1933 ..... | 496.224.825,60   |      |
| <i>Empréstimo ao Governo do Paraguai:</i>  |                  |      |
| Valor dos saques e respectivos juros decorrentes das promissórias emitidas pelo Banco de La República Paraguay (Aôrdo aprovado pelo Decreto-lei n.º 4.534, de 30 de julho de 1942) ..            | \$2.430.146,40   |      |
| <i>Funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico:</i>   |                  |      |
| Débito pelo funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico durante o exercício de 1946 .....   | 2.429.125,70     |      |
| <i>Liquidação:</i>   |                  |      |
| Saldo das operações de financiamentos e empréstimos a terceiros .....  | 953.108.399,90   |      |
| <i>Saldo a liquidar do Exercício de 1946:</i>  |                  |      |
| Saldo resultante da comparação entre as contas de Receita e Despesa da União do exercício de 1946 .....  | 1.092.763.696,30 |      |

*Serviço do Abastecimento da Carne:*

|  | Cr\$         | Cr\$             |
|--|--------------|------------------|
| Débito proveniente do financiamento da importação de carne argentina .....   | 4.265.538,10 |                  |
| <i>Transferência de Proventos de Aposentadoria:</i>  |              |                  |
| Conta destinada a atender aos encargos da União resultantes da execução do Decreto n.º 3.768, de 28 de outubro de 1941 ..... | 3.902.082,20 | 2.635.136.565,20 |
|  | <hr/>        | <hr/>            |

OUTROS BANCOS E CORRESPONDENTES

Em espécie:

*Bank of England:*

|  |              |
|--|--------------|
| Diferença de câmbio a ser correspondida no exercício de 1947 ..... | 5.941.441,30 |
|--|--------------|

*Dillon Read & Co. c/1:*

|  |           |
|--|-----------|
| Importância a liquidar despendida pelos referidos banqueiros no pagamento de despesas decorrentes do serviço da dívida externa federal u\$s 890,63 ..... | 13.449,50 |
|--|-----------|

*Dillon Read & Co.*

|   |              |                              |
|---|--------------|------------------------------|
| Saldo de suprimento feitos para o serviço da Dívida Externa u\$s 539.713,47 ..... | 7.016.275,10 | 12.971.165,90                |
| Total Geral .....   |              | <hr/> 2.648.107.731,10 <hr/> |

**B) Devedores por Aquisição de Próprios da União**

O saldo de Cr\$ 3.030.000,30, relativo a esta verba, assim se desdobra:

|                                      | Cr\$                     |
|--------------------------------------|--------------------------|
| Ministério da Educação e Saúde ..... | 25.900,60                |
| <i>Ministério da Fazenda:</i>        |                          |
| Casa da Moeda .....                  | 28.500,00                |
| Tesouro Nacional .....               | 2.528.117,40             |
|                                      | <hr/> 2.556.617,40 <hr/> |

|   |                     |
|---|---------------------|
| Ministério da Guerra .....                        | 377.882,90          |
| Ministério da Justiça e Negócios Interiores ..... | 6.776,20            |
| Ministério da Marinha .....                       | 42.040,60           |
| Polícia Militar do Distrito Federal .....         | 20.782,60           |
| <b>Total</b> .....                                | <b>3.030.000,30</b> |

Tendo em vista que o saldo anterior, correspondente ao exercício de 1945, era de Cr\$ 3.249.590,40, resulta a diferença para menos de Cr\$ 219.590,10 que demonstra terem sido as baixas patrimoniais superiores aos lançamentos de novos débitos.

### C) *Devedores por Empréstimos*

Em confronto com o exercício anterior o saldo desta verba sofreu acréscimo de Cr\$ 35.797.316,50 proveniente de lançamentos efetuados durante o ano de 1946, de conformidade com a seguinte demonstração:

DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS

| DISCRIMINAÇÃO   | SALDO EM<br>31-12-15<br>Cr\$ | SALDO DO MOVIMENTO EM 1946 |                     | SALDO EM<br>31-12-46<br>Cr\$ |
|---|------------------------------|----------------------------|---------------------|------------------------------|
|   |                              | Cr\$<br>FINANCEIRO         | Cr\$<br>PATRIMONIAL |                              |
| Associação Comercial do Rio de Janeiro.....               | 32.825.647,00                | —                          | 60.000,00           | 32.765.647,00                |
| Caixa de Construção de casas do Ministério da Guerra..... | 7.792.113,00                 | —                          | 281.140,20          | 7.510.972,80                 |
| <b>Companhias:</b>  |                              |                            |                     |                              |
| Brasileira de Produtos Químicos.....                      | 1.267.892,10                 | —                          | —                   | 1.267.892,10                 |
| Carbonifera Rio Grandense.....                            | 1.179.488,70                 | —                          | 320.000,00          | 859.488,70                   |
| Eletro-Metalurgica Brasileira.....                        | 5.000.000,00                 | —                          | —                   | 5.000.000,00                 |
| Estrada de Ferro e Minas S. Jerônimo.....                 | 5.782.291,10                 | —                          | 400.000,00          | 5.382.291,10                 |
| Industrial de Algodão e Óleos.....                        | —                            | —                          | —                   | —                            |
| Industrial e Viação de Pirapóris.....                     | 92.451,90                    | —                          | —                   | 92.451,90                    |
| Minas do Carvão de Jacuf.....                             | 4.991.781,00                 | —                          | —                   | 4.991.781,00                 |
| Norte Paulista de Combustíveis.....                       | 401.982,80                   | —                          | —                   | 401.982,80                   |
| Fluminense Foot-Ball Club.....                            | 2.978.470,00                 | —                          | —                   | 2.978.470,00                 |
| Genuino d'Almeida & Cia.....                              | 164.352,00                   | —                          | 2.310.803,50        | 655.000,50                   |
| Governo da República do Paraguai.....                     | 57.600.000,00                | 30.980.000,00              | 29.670,00           | 134.670,00                   |
| Navegação Aérea Brasileira.....                           | 37.840.000,00                | —                          | 5.349.600,00        | 33.980.000,00                |
| Réde de Viação Paraná-Santa Catarina.....                 | 11.352.694,40                | —                          | 1.910.000,00        | 39.756.000,00                |
| Rodrigues Borges & Cia. Ltda. e outros.....               | —                            | 31.663,80                  | —                   | 11.321.030,60                |
| Sociedade de Mineração Morro do Fraga.....                | 1.671.744,10                 | 1.000.000,00               | —                   | 1.000.000,00                 |
| The Great Western of Brazil Railway Co.....               | 43.666.467,60                | —                          | —                   | 1.671.744,10                 |
| The Leopoldina Railway Co. Ltda.....                      | 30.000.000,00                | —                          | —                   | 43.666.467,60                |
| Usina Queiroz Junior Ltda.....                            | —                            | —                          | —                   | 30.000.000,00                |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>244.673.378,70</b>        | <b>30.887.196,00</b>       | <b>4.910.120,50</b> | <b>280.470.695,20</b>        |

Os novos débitos totalizaram em Cr\$ 39.239.600,00, enquanto que as baixas atingiram a importância de Cr\$ ..... 3.442.283,50, dos quais Cr\$ 60.000,00 correspondem a amortizações realizadas pela Associação Comercial do Rio de Janeiro; Cr\$ 281.140,20 pela Caixa de Construção da Casa do Ministério da Guerra; Cr\$ 320.000,00 pela Cia. Carbonífera Rio Grandense; Cr\$ 400.000,00 pela Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo; Cr\$ 2.319.803,50 pelo Fluminense Foot-Ball Club; Cr\$ 29.676,00 por Genuino d'Almeida & Cia; e Cr\$ 31.663,00 pela Rêde de Viação Paraná, Santa Catarina; tudo mediante recolhimentos em dinheiro aos cofres públicos na forma dos contratos em vigor.

#### D) *Devedores por Serviços Telegráficos*

O Saldo desta conta, que em 1945 se expressava em Cr\$... 5.609,20, não se modificou no decurso do exercício de 1946.

#### E) *Diversos Responsáveis*

No encerramento do exercício de 1946 os débitos de terceiros, a títulos diversos, perfaziam o montante de Cr\$ ..... 660.184.381,70, superior em Cr\$ 59.026.223,00 ao total apresentado em 1945.

#### F) *Dívida Ativa*

A Dívida Ativa da União atingiu em 1946 ao montante de Cr\$ 127.151.523,50, assim discriminada:

##### *Delegacias Fiscais:*

|                       | Cr\$         | Cr\$ | Cr\$ |
|-----------------------|--------------|------|------|
| Amazonas .....        | 869.493,90   |      |      |
| Pará .....            | 8.949.366,30 |      |      |
| Maranhão .....        | 420.760,30   |      |      |
| Piauí .....           | 209.304,50   |      |      |
| Ceará .....           | 2.416.109,10 |      |      |
| Rio G. do Norte ..... | 1.339.354,90 |      |      |

|                      |               |  |               |
|----------------------|---------------|--|---------------|
| Paraíba .....        | 4.544.570,90  |  |               |
| Pernambuco .....     | 7.586.990,80  |  |               |
| Alagoas .....        | 1.179.746,20  |  |               |
| Sergipe .....        | 1.250,00      |  |               |
| Bahia .....          | 7.495.833,10  |  |               |
| Rio de Janeiro ..... | 140.516,40    |  |               |
| Paraná .....         | 4.718.817,30  |  |               |
| Santa Catarina ..... | 2.020.360,40  |  |               |
| Rio G. do Sul .....  | 8.612.757,80  |  |               |
| Minas Gerais .....   | 13.955.911,50 |  |               |
| Goiás .....          | 1.166.550,10  |  |               |
| Mato Grosso .....    | 1.321.332,00  |  |               |
|                      |               |  | 66.949.025,40 |

*Ministérios:*

|                        |              |
|------------------------|--------------|
| Educação e Saúde ..... | 3.646.383,30 |
|------------------------|--------------|

*Fazenda:*

|                          |               |               |               |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Div. do Imp. de Renda .  | 51.000.451,70 |               |               |
| Receb. do Dist. Fed. ... | 5.555.663,10  | 56.556.114,80 | 60.202.498,10 |

|             |  |  |                |
|-------------|--|--|----------------|
| Total ..... |  |  | 127.151.523,50 |
|-------------|--|--|----------------|

Em relação ao exercício anterior, houve um aumento de CrS 9.815.291,40.

G) *Dívida dos Estados e Municípios*

O saldo da conta acima elevou-se de CrS 472.606.900,60 para CrS 517.564.486,10, de acordo com a seguinte demonstração:

DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

| DISCRIMINAÇÃO                     | SALDO EM<br>31-12-1945 | SALDO DO MOVIMENTO DE 1946 |                      | SALDO EM<br>31-12-1946 |
|-----------------------------------|------------------------|----------------------------|----------------------|------------------------|
|                                   |                        | FINANCEIRO                 | PATRIMONIAL          |                        |
|                                   | Cr\$                   | Cr\$                       | Cr\$                 | Cr\$                   |
| <b>DEVEDORES</b>                  |                        |                            |                      |                        |
| <b>GOVERNOS</b>                   |                        |                            |                      |                        |
| Amazonas.....                     | 10.514.005,10          | —                          | 45.402.225,50        | 64.916.590,60          |
| Pará.....                         | 44.181.543,30          | —                          | 1.952.632,60         | 46.134.176,10          |
| Maranhão.....                     | 120.000,00             | —                          | —                    | 120.000,00             |
| Piauí.....                        | 309.032,80             | —                          | —                    | 309.032,80             |
| Ceará.....                        | 5.003.089,40           | —                          | —                    | 309.032,80             |
| Rio Grande do Norte.....          | 2.362.408,80           | —                          | 145.898,70           | 2.508.307,50           |
| Paraíba.....                      | 4.086.250,00           | —                          | 140.000,00           | 4.226.250,00           |
| Pernambuco.....                   | 11.598.820,00          | —                          | —                    | 11.598.820,00          |
| Sergipe.....                      | 3.293.500,90           | —                          | —                    | 3.293.500,90           |
| Bahia.....                        | 19.478.365,20          | —                          | —                    | 19.478.365,20          |
| Espírito Santo.....               | 400.000,00             | —                          | —                    | 400.000,00             |
| Rio de Janeiro.....               | 3.534.033,80           | —                          | —                    | 3.534.033,80           |
| São Paulo.....                    | 161.897.389,60         | —                          | 3.360.000,00         | 165.257.389,60         |
| Paraná.....                       | 35.640.020,60          | —                          | 3.360.000,00         | 165.257.389,60         |
| Santa Catarina.....               | 8.830.020,60           | —                          | 105.000,00           | 8.935.020,60           |
| Goiás.....                        | 5.663.000,00           | —                          | —                    | 5.663.000,00           |
| Mato Grosso.....                  | 872.270,90             | —                          | —                    | 872.270,90             |
| <b>PREFEITURAS MUNICIPAIS</b>     |                        |                            |                      |                        |
| Distrito Federal.....             | 139.079.287,30         | 599.194,40                 | 7.998.471,10         | 131.680.010,60         |
| Alegrete — Rio Grande do Sul..... | 6.743.202,30           | —                          | 487.070,80           | 7.230.273,10           |
| <b>TOTAL.....</b>                 | <b>472.806.900,60</b>  | <b>599.194,40</b>          | <b>44.356.391,10</b> | <b>517.564.486,10</b>  |

OS DÉBITOS ACIMA ESTÃO INCLuíDOS OS EMPRÉSTIMOS EM OBRIGAÇÕES DO TESOUREO DEMONSTRADOS NO QUADRO SEGUINTE

| DISCRIMINAÇÃO               | EMPRÉSTIMOS EM OBRIGAÇÕES — DECRETO No. 15.412 de 19/11/930 | JUROS DEPOSITADOS    |                     |                     | TOTAL                 | PAGAMENTOS E DEVOLUÇÕES | SALDO DEVEDOR         |
|-----------------------------|---|----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
|                             |   | ATÉ 1944             | ATÉ 1945            | ATÉ 1946            |                       |                         |                       |
| <b>DEVEDORES</b>            |   |                      |                     |                     |                       |                         |                       |
| <b>GOVERNOS</b>             |   |                      |                     |                     |                       |                         |                       |
| Paraná .....                | 2.000.000,00  | 1.899.000,00         | 140.000,00          | 140.000,00          | 4.170.000,00          | ..                      | 4.170.000,00          |
| Paraná .....                | 5.000.000,00  | 4.900.000,00         | 350.000,00          | 350.000,00          | 10.600.000,00         | ..                      | 10.600.000,00         |
| Rio de Janeiro .....        | 6.000.000,00  | 3.990.000,00         | ..                  | ..                  | 9.990.000,00          | 8.055.930,20            | 1.934.069,80          |
| São Paulo .....             | 49.000.000,00   | 47.110.000,00        | 3.350.000,00        | 3.350.000,00        | 102.830.000,00        | 3.213.933,30            | 99.616.066,70         |
| Santa Catarina .....        | 1.500.000,00  | 1.470.000,00         | 105.000,00          | 105.000,00          | 3.180.000,00          | ..                      | 3.180.000,00          |
| <b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> |   |                      |                     |                     |                       |                         |                       |
| Distrito Federal .....      | 13.000.000,00   | 6.825.000,00         | ..                  | 433.000,00          | 19.370.000,00         | 13.000.000,00           | 6.370.000,00          |
| <b>TOTAL GERAL</b>          | <b>76.500.000,00</b>  | <b>66.155.000,00</b> | <b>3.535.000,00</b> | <b>3.500.000,00</b> | <b>150.140.000,00</b> | <b>21.269.919,50</b>    | <b>128.870.080,50</b> |



### H) Operações Decorrentes do Financiamento do Algodão

Esta verba apresenta o saldo de Cr\$ 253.869.573,30, tendo aumentado de Cr\$ 89.578.288,30 em relação ao ano anterior.

#### 5 — DÍVIDA CONSOLIDADA

No encerramento do exercício de 1946, a posição da Dívida Consolidada da União era a seguinte :

| EMPRÉSTIMOS   | 1945                    | 1946                     |
|---|-------------------------|--------------------------|
|   | Cr\$                    | Cr\$                     |
| <b>EXTERNOS</b>   |                         |                          |
| Títulos da Dívida Externa.....  | 1.173.173.644,80        | 1.124.182.817,50         |
| <b>INTERNOS:</b>  |                         |                          |
| Apólices da Dívida Pública.....   | 4.281.997.500,00        | 4.605.403.900,00         |
| Obrigações do Tesouro Nacional.....   | 828.867.000,00          | 828.867.000,00           |
| Obrigações Rodoviárias.....   | 68.000.000,00           | 68.000.000,00            |
| Obrigações Ferroviárias.....  | 125.191.000,00          | 125.191.000,00           |
| Obrigações de Guerra (títulos definitivos).....                                     | 2.481.251.400,00        | 2.753.259.200,00         |
| Obrigações de Guerra (títulos de subscrição).....                                   | 109.955.400,00          | 105.888.100,00           |
| Portadores de comprovantes de Recolhimento da<br>conta de Obrigações de Guerra..... | ---                     | 1.478.849.334,00         |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>9.068.736.344,80</b> | <b>11.089.641.351,50</b> |

Pelo exposto e fazendo-se a comparação dos exercícios de 1945 e 1946 verifica-se a diminuição nas seguintes rubricas :

|   | Cr\$          |
|---|---------------|
| Título da Dívida Externa de .....                 | 49.290.827,30 |
| Obrigações de Guerra (Títulos de subscrição ..... | 4.067.300,00  |

Da mesma forma o aumento nas seguintes :

Apólices da Dívida Pública, Obrigações de Guerra (Títulos definitivos) e Portadores de Comprovantes de Recolhimento da Conta de Obrigações de Guerra, respectivamente nos valores de Cr\$ 323.406.000,00, 272.007.800,00 e 1.478.849.334,00.

#### A) Dívida Externa Federal

Ao findar o exercício de 1946 a posição dos empréstimos externos federais era a seguinte:

DÍVIDA EXTERNA CONSOLIDADA

POSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS FEDERAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1945

| EMPRÉSTIMOS    |           |  | EMIÇÃO<br>REALIZADA      | CAPITAL AMORTIZADO      |                        |                        | CIRCULAÇÃO<br>EM 31-12-1945 |
|----------------|-----------|--|--------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------|
| ANOS           | TAXA<br>% | APLICAÇÃO                                |                          | ATÉ 31-12-1945          | EM 1946                | ATÉ 31-12-1946         |                             |
| <i>Ingêles</i> |           |  | £                        | £                       | £                      | £                      |                             |
| 1883           | 4,5       | Melhoramentos de Vias Férreas            | 4 593 000 00 00          | 3 134 000 00 00         | 180 000 00 00          | 3 314 000 00 00        | 1 285 550 00 00             |
| 1888           | 4,5       | Construção de Estradas de Ferro Federaes | 6 297 000 00 00          | 3 973 500 00 00         | 258 050 00 00          | 4 231 550 00 00        | 2 065 750 00 00             |
| 1889           | 4         | Conversão de Empréstimos Externos        | 19 837 000 00 00         | 7 327 050 00 00         | 1 009 250 00 00        | 8 327 300 00 00        | 11 509 700 00 00            |
| 1898           | 5         | Companhia Ocete de Minas                 | 7 442 000 00 00          | 2 732 000 00 00         | 348 750 00 00          | 3 681 750 00 00        | 4 361 250 00 00             |
| 1898           | 5         | 1.º Funding Loan                         | 8 613 734 00 00          | 4 176 374 00 00         | 283 610 00 00          | 4 459 713 00 00        | 4 154 021 00 00             |
| 1901           | 4         | Recuperação de Estradas de Ferro         | 16 619 324 00 00         | 10 451 539 00 00        | 497 859 00 00          | 10 988 380 00 00       | 5 630 619 00 00             |
| 1903           | 5         | Obras do Porto do Rio de Janeiro         | 8 701 000 00 00          | 2 523 781 00 00         | 183 831 00 00          | 2 709 580 00 00        | 3 790 429 00 00             |
| 1910           | 4         | Resgate de Títulos de Estradas de Ferro  | 10 500 000 00 00         | 4 108 650 00 00         | 283 750 00 00          | 4 393 400 00 00        | 5 065 600 00 00             |
| 1910           | 4         | 1.º Funding Loan                         | 1 000 000 00 00          | 730 400 00 00           | 38 750 00 00           | 769 150 00 00          | 830 800 00 00               |
| 1911           | 4         | Obras do Porto do Rio de Janeiro         | 4 701 000 00 00          | 2 788 000 00 00         | 117 000 00 00          | 2 905 000 00 00        | 1 504 000 00 00             |
| 1911           | 4         | Resgate de Títulos de Estradas de Ferro  | 2 491 000 00 00          | 1 197 900 00 00         | 24 169 00 00           | 1 141 120 00 00        | 1 228 880 00 00             |
| 1913           | 5         | Obras do Porto do Rio de Janeiro         | 11 000 000 00 00         | 4 409 400 00 00         | 201 870 00 00          | 4 703 360 00 00        | 6 209 940 00 00             |
| 1914           | 5         | 2.º Funding Loan                         | 14 502 000 00 00         | 3 76 900 00 00          | 328 860 00 00          | 4 105 838 00 00        | 10 389 788 00 00            |
| 1927           | 6,5       | Consolidação da Dívida Externa           | 8 750 000 00 00          | 1 513 880 00 00         | 118 109 00 00          | 1 631 989 00 00        | 7 118 020 00 00             |
| 1931           | 5         | 3.º Funding Loan                         |                          |                         |                        |                        |                             |
|                |           | Títulos de 20 anos                       | 2 618 938 10 00          | 1 255 931 10 00         | 135 076 00 00          | 1 390 719 10 00        | 1 258 228 00 00             |
|                |           | Títulos de 40 anos                       | 7 881 813 18 00          | 2 081 737 15 00         | 252 468 00 00          | 2 334 265 18 00        | 5 517 097 00 00             |
|                |           | <b>TOTAL</b>                             | <b>134 592 100 17 00</b> | <b>56 219 681 08 00</b> | <b>4 228 374 00 00</b> | <b>60 488 058 0800</b> | <b>74 194 045 00 00</b>     |

| EMPRÉSTIMOS |           |  | EMIÇÃO<br>REALIZADA | CAPITAL AMORTIZADO |              |                | CIRCULAÇÃO<br>EM 31-12-946<br>MOEDA ESTRANGEIRA |
|-------------|-----------|--|---------------------|--------------------|--------------|----------------|---|
| ANOS        | TAXA<br>% | APLICAÇÃO  |                     | ATÉ 31-12-1945     | EM 1946      | ATÉ 31-12-1946 |   |
|             |           | <i>Franceses — Ouro</i>                          | Frs. O.             | Frs. O.            | Frs. O.      | Frs. O.        | Frs. O.   |
| 1909        | 5         | Obras do Porto de Recife.....                    | 40.000.000.00       | 1.277.000.00       | —            | 1.277.000.00   | 38.723.000.00                                   |
| 1910        | 4         | Estrada de Ferro de Goiaz.....                   | 100.000.000.00      | 6.163.500.00       | —            | 6.163.500.00   | 93.836.500.00                                   |
| 1911        | 4         | Viação Baiana.....                               | 60.000.000.00       | 2.265.000.00       | —            | 2.265.000.00   | 57.735.000.00                                   |
| 1916        | 5         | Estrada de Ferro de Goiaz.....                   | 25.000.000.00       | 747.000.00         | —            | 747.000.00     | 24.253.00.00                                    |
| 1922        | 5         | Encampação do Ramal de Curralinho a Diamantina.. | 15.000.000.00       | 362.000.00         | —            | 362.000.00     | 14.638.000.00                                   |
|             |           | TOTAL.....                                       | 240.000.000.00      | 10.814.500.00      | —            | 10.814.500.00  | 229.185.500.00                                  |
|             |           | <i>Franceses — Papel</i>                         | Frs. P.             | Frs. P.            | Frs. P.      | Frs. P.        | Frs. P.   |
| 1908-1909   | 5         | Estrada de Ferro Itapura-Corumbá.....            | 100.000.000.00      | 3.818.500.00       | —            | 3.818.500.00   | 96.181.500.00                                   |
| 1931        | 5         | 3.º Funding Loan:                                |                     |                    |              |                |   |
|             |           | Títulos de 20 anos.....                          | 65.555.400.00       | 13.408.750.00      | —            | 13.408.750.00  | 52.146.650.00                                   |
|             |           | Títulos de 40 anos.....                          | 134.486.812.50      | 9.879.500.00       | —            | 9.879.500.00   | 124.550.312.50                                  |
|             |           | TOTAL.....                                       | 300.015.212.50      | 27.106.750.00      | —            | 27.106.750.00  | 272.905.462.50                                  |
|             |           | <i>Americanos</i>                                | u\$s                | u\$s               | u\$s         | u\$s           | u\$s  |
| 1921        | 8         | Compromissos do Tesouro.....                     | 50.000.000.00       | 29.209.400.00      | 1.220.200.00 | 29.519.600.00  | 20.450.400.00                                   |
| 1922        | 7         | Eletrificação da Estrada de Ferro C. B. ....     | 25.000.000.00       | 13.044.306.00      | 607.100.00   | 13.711.400.00  | 11.285.600.00                                   |
| 1926        | 6,5       | Consolidação da Dívida Flutuante.....            | 60.000.000.00       | 19.574.900.00      | 2.557.000.00 | 22.161.900.00  | 37.838.100.00                                   |
| 1927        | 6,5       | Consolidação da Dívida Flutuante.....            | 41.500.000.00       | 13.695.100.00      | 1.611.900.00 | 15.510.000.00  | 25.990.000.00                                   |
| 1931        | 5         | 3.º Funding Loan:                                |                     |                    |              |                |   |
|             |           | Títulos de 20 anos.....                          | 20.684.545.00       | 14.612.360.00      | 795.240.00   | 15.407.600.00  | 14.476.945.00                                   |
|             |           | TOTAL.....                                       | 206.384.545.00      | 80.429.060.00      | 6.581.440.00 | 96.310.500.00  | 110.074.045.00                                  |

O saldo dos empréstimos em libras e dólares, que era de £ 78.372.419-9-9 e US\$ 116.955.485,000, em 31 de dezembro de 1945, achava-se reduzido, em igual data de 1946, a £ 74.104.045-9-9 e US\$ 110.074.045,00, respectivamente, verificando-se, portanto, diminuição correspondente a £ 4.268.374-0-0 e US\$ 6.881.040,00.

Para atender ao serviço de juros e amortizações da dívida externa, remeteu o Tesouro Nacional, no decurso do exercício de 1946 as seguintes importâncias:

*Empréstimos Ingêleses:*

|   | £                      | Cr\$                  |
|---|------------------------|-----------------------|
| 1883 — 4 ½% .....                       | 88.790-01-06           | 6.003.629,70          |
| 1888 — 4 ½% .....                       | 204.500-12-06          | 13.827.514,20         |
| 1889 — 4 % .....                        | 375.298-12-09          | 25.376.192,70         |
| 1895 — 5 % .....                        | 184.733-13-06          | 12.490.952,10         |
| 1898 — 5 % — Funding .....              | 268.204-09-07          | 18.134.914,00         |
| 1901 — 4 % .....                        | 271.964-03-10          | 18.389.130,80         |
| 1903 — 5 % .....                        | 272.608-04-04          | 18.432.677,10         |
| 1910 — 4 % — Conversão .....            | 197.666-03-10          | 13.365.397,20         |
| 1910 — 4 % — Lloyd .....                | 20.434-00-03           | 1.381.666,20          |
| 1911 — 4 % .....                        | 162.608-02-00          | 10.994.909,30         |
| 1911 — 4 % — Rêde Viação Cearence ..... | 50.130-05-06           | 3.389.608,70          |
| 1913 — 5 % .....                        | 241.693-17-00          | 16.342.371,40         |
| 1914 — 5 % — Funding .....              | 590.686-06-07          | 39.939.846,80         |
| 1927 — 6 ½% .....                       | 313.822-11-03          | 21.219.426,40         |
| 1931 — 5 % — Funding 20 anos ..         | 179.175-18-10          | 12.115.160,50         |
| 1931 — 5 % — Funding 40 anos ...        | 356.637-14-08          | 24.114.417,00         |
| Funding de 1931 com despesas .....      | 2-10-04                | 203,50                |
| Despesas Decreto-lei n.º 6.019 .....    | 5.123-18-07            | 346.459,50            |
| <b>Total .....</b>                      | <b>3.784.081-06-10</b> | <b>255.864.477,10</b> |

*Empréstimos Americanos:*

|  | u\$                 | Cr\$                  |
|--|---------------------|-----------------------|
| 1921 — 8 % .....   | 1.568.687,62        | 26.197.083,20         |
| 1922 — 7 % .....   | 852.270,34          | 14.232.914,60         |
| 1926 — 6 ½% .....  | 3.483.610,48        | 58.176.295,00         |
| 1927 — 6 % .....   | 1.663.047,41        | 27.772.891,60         |
| 1931 — 5 % — Funding .....   | 1.119.944,54        | 18.703.073,70         |
| Despesas efetuadas com a execução do<br>Decreto-lei n.º 6.019, de 23-11-43 . | 106.959,71          | 1.786.227,10          |
| <b>Total .....</b>   | <b>8.794.520,10</b> | <b>146.868.485,20</b> |

Damos a seguir as amortizações realizadas no decurso do exercício de 1946.

DÍVIDA EXTERNA CONSOLIDADA

EMPRÉSTIMOS INGLÊSES

Amortização em 1948

| EMPRÉSTIMOS                                 | REDUÇÃO DO PLANO "B" | RESGATE                 |                         |                     | TOTAL AMORTIZADO £ |
|---|----------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|
|   |                      | AMORTIZAÇÃO PLANO "A" £ | AMORTIZAÇÃO PLANO "B" £ | AMORTIZAÇÃO TOTAL £ |                    |
| 1893 — 4,5 %                                | 122.833-00-00        | 24.709 01 00            | 32.459 01 01            | 57.150-01-00        | 150.020-01-00      |
| 1898 — 4,5 %                                | 175.530 00 00        | 23.501 01 00            | 39.019 01 00            | 62.500-01-00        | 258.050-00-00      |
| 1899 — 4 %                                  | 511.901 00 01        | 53.107-01 00            | 195.250 01 00           | 158.350 00-00       | 1.020.250-00-00    |
| 1898 — 5 %                                  | 277.830 00-00        | 22.207 01 00            | 48.701 01 01            | 70.908-00-00        | 348.730-01-00      |
| 1898 — 5 % 1.º Funding                      | 58.872 00-00         | 112.420 01-00           | 72.848 01-00            | 185.268-01-00       | 283.640 01-00      |
| 1901 — 4 % Rescisão                         | 310.230 01-00        | 47.603 00 00            | 140.020 00 01           | 187.620-00 00       | 497.550-00-00      |
| 1903 — 5 %                                  | 24.800 01 01         | 30.800-01 01            | 63.203 00 01            | 94.000-01-00        | 188.800-00-00      |
| 1910 — 4 % Conversão                        | 210.501-00 01        | 25.300-00 01            | 40.950-01 00            | 75.250-00-00        | 255.750-01-01      |
| 1910 — 4 % Lloyd                            | —                    | 38.000 01 01            | 150-00 00               | 38.150-01-00        | 38.150-00-00       |
| 1911 — 4 % Obras do Porto do Rio de Janeiro | 14.350-01-00         | 37.000 01 00            | 65.450 01-00            | 102.050-01-00       | 117.400-01-00      |
| 1911 — 4 % Rêde Vição Cearense              | 16.280-01 00         | 3.850 01 00             | 13.010 01 00            | 16.870 01 00        | 33.160-01-00       |
| 1913 — 5 %                                  | 102.370 01 00        | 33.230 01 00            | 65.240 01-00            | 101.500 01-00       | 203.870-01-00      |
| 1914 — 5 % 2.º Funding                      | 111.716 01 00        | 60.120 00 00            | 157.024-00 00           | 217.144 01-00       | 328.850-01-00      |
| 1927 — 6,5 %                                | 53.350-01 00         | 11.801-01 00            | 49.920 01 00            | 64.720 01-00        | 118.100-00-00      |
| 1931 — 5 % 3.º Funding 20 anos              | 9.450 00-01          | 44.920 00 00            | 81.296 00 00            | 126.216-00 00       | 135.676-00-00      |
| 1931 — 5 % 3.º Funding 40 anos              | 80.022 00 00         | 48.800 00 00            | 123.618 00 00           | 172.418 00 00       | 252.468 00-00      |
| TOTAL                                       | 2.516.670 01 00      | 621.550 00 00           | 1.130.121 00 00         | 1.751.704 01 00     | 4.268.374 00 00    |

EMPRÉSTIMOS AMERICANOS

| EMPRÉSTIMOS                           | REDCÇÃO DO PLANO "B" 20% — U\$S | RESGATE              |                      |                          |                   | TOTAL AMORTIZADO U\$S |
|---------------------------------------|---------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|-------------------|-----------------------|
|                                       |                                 | AMORTIZAÇÃO "A" U\$S | AMORTIZAÇÃO "B" U\$S | AMORTIZAÇÃO S'OPÇÃO U\$S | AMORTIZAÇÃO TOTAL |                       |
| 1921 — 6 %.....                       | 32.600                          | 534.500              | 651.100              | 2.000                    | 1.187.600         | 1.220.200             |
| 1922 — 7 %.....                       | 14.700                          | 319.000              | 331.400              | 2.000                    | 652.400           | 667.100               |
| 1926 — 6,5 %.....                     | 268.400                         | 1.048.500            | 1.218.100            | 52.000                   | 2.318.600         | 2.587.000             |
| 1927 — 6,5 %.....                     | 90.400                          | 721.500              | 781.000              | 19.000                   | 1.521.500         | 1.611.900             |
| 1931 — 5 % 3.º Funding — 20 anos..... | 22.740                          | 390.000              | 352.000              | 500                      | 742.500           | 765.240               |
| TOTAL.....                            | 428.840                         | 3.013.500            | 3.363.600            | 75.500                   | 6.452.600         | 6.891.440             |

Permanece inalterada a situação dos empréstimos franceses em virtude de não se ter ainda iniciado a execução do acôrdo financeiro assinado com o Govêrno da França.

Assim, os saldos dos diversos empréstimos continua a ser o seguinte :

|   | <i>Frs. Ouro</i><br>Cr\$ | <i>Frs. Papel</i><br>Cr\$ |
|---|--------------------------|---------------------------|
| 1909 — 5% — Pôrto de Pernambuco ..                                  | 38.723.000,00            |                           |
| 1910 — 4% — Estr. Ferro de Goiás ..                                 | 93.836.500,00            |                           |
| 1911 — 4% — Viação Bahiana .....                                    | 57.735.000,00            |                           |
| 1916 — 5% — Estr. Ferro de Goiás ..                                 | 24.253.000,00            |                           |
| 1922 — 5% — Encampação do ramal de<br>Curralinho a Diamantina ..... | 14.638.000,00            |                           |
| 1908 — 1909 — 5% .....  | —                        | 96.181.500,00             |
| 1931 — 5% — 3.º Funding 20 anos ....                                | —                        | 52.146.650,00             |
| 1931 — 5% — 3.º Funding 40 anos ....                                | —                        | 124.580.312,50            |
|   | 229.185.500,00           | 272.908.462,50            |

#### DÍVIDA EXTERNA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Destinado a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1944, o plano de pagamentos baixado com o Decreto-lei n.º 6.019, vai sendo executado com regularidade o serviço da Dívida Externa, após se terem vencido obstáculos decorrentes da aceitação desse plano, cujo êxito se pode hoje afirmar que foi completo.

Tomando por base as comunicações dos banqueiros e a escrituração da Secretaria Técnica, verifica-se que, dos empréstimos estaduais e municipais em libras, foram apresentados títulos para opção no valor nominal de £ 40.417.375, sendo £ 16.793.990 (42%) pelo plano A e £ 23.623.385 (58%) pelo plano B. Em Nova York, apesar de ter havido retardamento de seis meses para o início das opções, porque a legislação americana exige registro especial e existência de contrato entre os banqueiros e o Govêrno do Brasil, os totais consignados atingiram a \$S 62.460.400 pelo plano A e \$S 80.026.600 pelo B, correspondendo a 44% e 56%, respectivamente.

Cumprê ressaltar que, pelo § 2.º do art. 4.º daquele Decreto-lei, os títulos não apresentados para opção no prazo regulamentar serão automaticamente incluídos no plano A, o que elevará de muito o total acima, correspondente aos títulos desse plano.

Para atender ao serviço (juros, amortizações, comissões e outras despesas) dos empréstimos estaduais e municipais, foram efetuadas em 1946 remessas na importância de £ 1.659.145 e SS 4.038.430.

O total nominal amortizado durante a execução do Decreto-lei 6.019 (1944-1946), foi de £ 3.205.402 e SS 10.603.700, respectivamente. A redução obtida pela inclusão de títulos no plano B, foi de £ 11.224.712 e SS 38.682.100, o que eleva de £ 14.430.114 e SS 49.285.800 aqueles totais. Dessa forma, os saldos de £ 48.409.327 e SS 146.520.000, constantes dos anexos do referidos Decreto-lei, baixaram em dezembro de 1946 a £ 33.979.213 e SS 97.234.200.

Nos totais referidos não figuram os saldos dos empréstimos classificados no Grau VIII pelo Decreto n.º 23.829 de 5-2-1934, que estão sendo liquidados na base de 12% do valor nominal, com o cancelamento expresso dos respectivos coupons vencidos e a vencer. Em verdade, esses títulos já se podem considerar retirados da circulação porque os fundos para o resgate já estão em poder dos agentes pagadores, à disposição dos respectivos portadores. Já foram resgatados em Londres e no Brasil títulos no valor nominal de £ 3.797.049, equivalente a 45% do total relacionado no anexo 3 do Decreto-lei n.º 6.019, o qual, acrescido do saldo dos empréstimos de 1905 da Prefeitura de Belo Horizonte e 1912 da Prefeitura de Salvador, parte francesa importava em £ 8.434.363. Quanto à parte em dólares, representada pelo empréstimo de 1922 do Estado do Ceará, já foram resgatados títulos equivalentes a 85%, ou sejam SS 1.674.000 do total inicial de SS 1.980.000 cuja liquidação começou em 1945.

De acordo com o disposto no Decreto-lei 6.019, os Estados e Municípios, já tendo terminado o prazo de opção, deverão remeter para o integral cumprimento de suas obrigações no exterior, anualmente, £ 1.554.270 e SS 4.659.454, ou sejam £ 1.719.133. Pelos respectivos contratos, entretanto, as amortizações importariam em £ 11.084,200.

#### *Empréstimo Interno de Conversão*

Atendendo à circunstância de não poderem os Estados e Municípios dispôr, de imediato, de recursos para pagamento dos coupons atrasados; para pagamento da compensação, em dinheiro.



pela redução de capital determinada pelo plano B e para resgate dos empréstimos do Gráu VIII, tomou a si o Governo Federal a responsabilidade desses pagamentos; ficou assentado que o Governo Federal faria um empréstimo interno para conversão de tais adiantamentos. Com esse objetivo foi expedido o Decreto-lei n.º 7.253, de 18 de janeiro de 1945, que "autoriza a realização de um empréstimo interno em apólices da Dívida Pública Fundada, "Empréstimo de Conversão da Dívida Externa" e das outras providências".

Para satisfazer o compromisso assim assumido pelo Governo Federal, os Estados e Municípios fariam consignar nos respectivos orçamentos uma verba de 6% (5% para juros e 1% para amortização cumulativa) sobre a dívida inicial, até a extinção total desta. Essa providência começou a ser executada em 1945, quando foram pagas as primeiras prestações.

#### EMPRÉSTIMOS EM FRANCOS E FLORINS

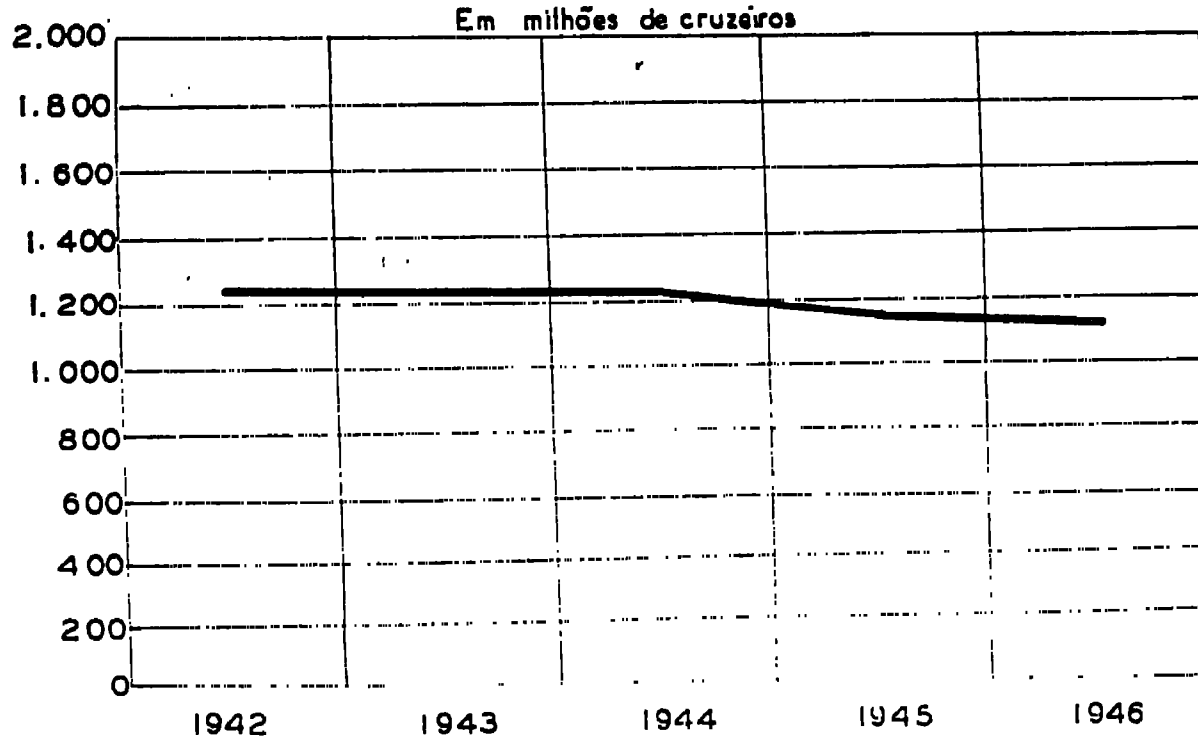
Reza o art. 10 do Decreto-lei n.º 6.019 :

"O Governo Federal, à medida que se torne prática, proporcionará aos portadores de títulos dos empréstimos estaduais e municipais emitidos em francos e florins, tratamento correspondente ao oferecido aos dos empréstimos equivalentes em dólares e libras".

Com relação aos empréstimos brasileiros em francos, realizou-se em 1940 um acordo entre os governos do Brasil e da França, o qual não pôde ser executado em virtude da invasão da França, em julho daquele ano. Em 1946 foram promovidos novos entendimentos para a liquidação daqueles compromissos, chegando-se por notas trocadas em 8 de março entre a França e o Brasil, ao Acórdão ora em execução, que abrange os empréstimos federais, estaduais e municipais.

Durante o ano de 1946, promoveram-se estudos sobre o empréstimo em florins do Estado de São Paulo, cujo serviço de juros e amortização foi suspenso em consequência da guerra. A retomada dos pagamentos depende do restabelecimento de nossas relações comerciais com a Holanda, esperando-se que, no correr do ano, seja o assunto solucionado.

# DÍVIDA CONSOLIDADA EXTERNA



## B) Dívida Interna

A circulação da Dívida Consolidada interna, em 31 de dezembro de 1946, apresentava o seguinte aspecto:

*Apólices:*

Diversas Emissões — 5 e 6%

|   | Cr\$             | Cr\$             |
|---|------------------|------------------|
| Nominativas .....                             | 1.054.222.900,00 |                  |
| Ao portador .....                             | 2.983.543.500,00 |                  |
| Ministério da Viação e Obras<br>Públicas — 5% |                  |                  |
| Ao portador .....                             | 18.000.000,00    |                  |
| Obras do Pôrto — 5%                           |                  |                  |
| Ao portador .....                             | 17.300.000,00    |                  |
| Uniformizadas — 5%                            |                  |                  |
| Nominativas .....                             | 529.737.100,00   |                  |
| Não uniformizadas<br>Nominativas .....        | 971.400,00       |                  |
| Tratado da Bolívia — 3%                       |                  |                  |
| Nominativas .....                             | 1.629.000,00     | 4.605.403.900,00 |

*Obrigações:*

Rodoviárias — 5%

|                   |                  |                  |
|-------------------|------------------|------------------|
| Nominativas ..... | 53.265.000,00    |                  |
| Ao portador ..... | 14.735.000,00    |                  |
| Ferrovárias — 7%  |                  |                  |
| Ao portador ..... | 125.191.000,00   |                  |
| Guerra — 6%       |                  |                  |
| Ao portador ..... | 4.337.996.634,00 |                  |
| Tesouro — 6%      |                  |                  |
| Ao portador ..... | 173.137.000,00   |                  |
| Tesouro — 7%      |                  |                  |
| Ao portador ..... | 655.730.000,00   |                  |
| Ao portador ..... | 655.730.000,00   | 5.360.054.634,00 |
| Total .....       |                  | 9.965.458.534,00 |

No decurso do exercício de 1946 emitiram-se títulos no valor de Cr\$ 2.070.195.834,00, sendo:

*Apólices:*

Diversas Emissões

|                   | Cr\$           | Cr\$             |
|-------------------|----------------|------------------|
| Nominativas ..... | 51.391.000,00  |                  |
| Ao portador ..... | 655.730.000,00 | 5.360.054.634,00 |

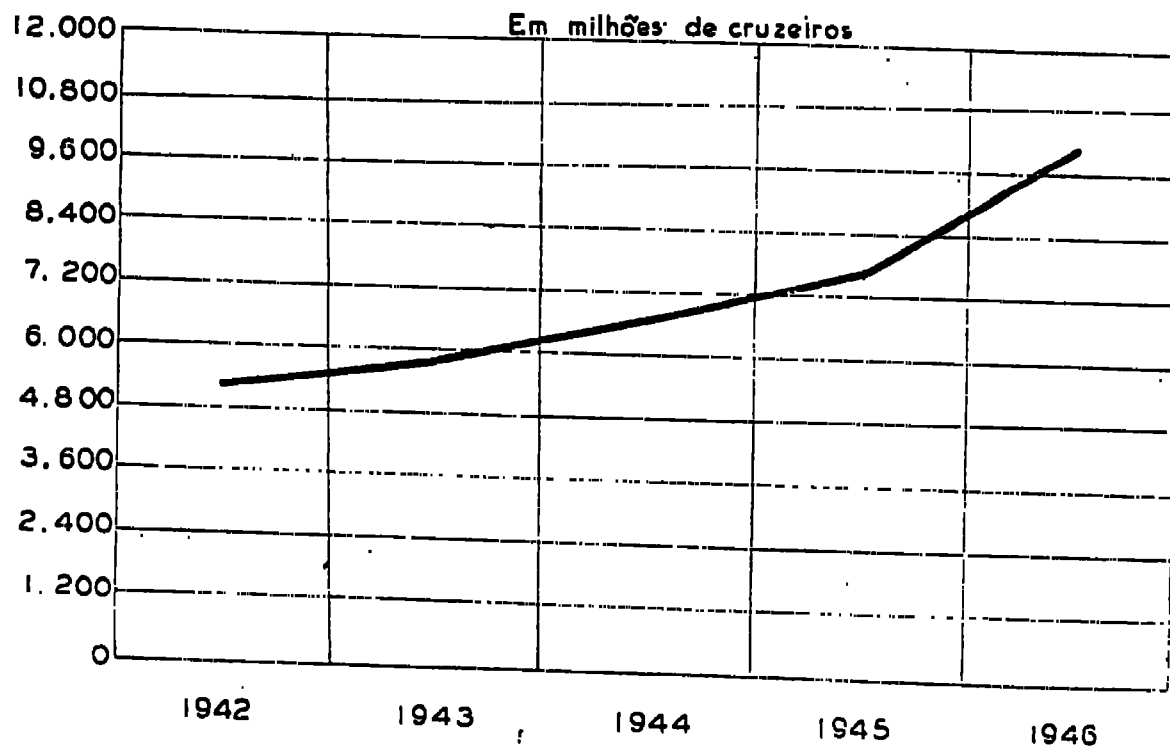
*Obrigações :*

|                   |                  |                  |
|-------------------|------------------|------------------|
| 1. Guerra         |                  |                  |
| Ao portador ..... | 1.746.789.834,40 | 1.746.789.834,00 |
|                   |                  | <hr/>            |
| Total .....       |                  | 2.070.195.834,00 |
|                   |                  | <hr/>            |

O saldo em circulação da Dívida Interna, que em 1945 era de Cr\$ 7.895.262.700,00, passou em 1946 a Cr\$ 9.965.458.534,00, assim demonstrado :

|                           |                  |
|---------------------------|------------------|
|                           | Cr\$             |
| Saldo em 31-12-1945 ..... | 7.895.262.700,00 |
| Emissões em 1946 .....    | 2.070.195.834,00 |
|                           | <hr/>            |
| Total .....               | 9.965.458.534,00 |
|                           | <hr/>            |

# DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA



6 --- DÍVIDA FLUTUANTE

A) *Dívida externa*

Em 31 de dezembro de 1946 o saldo da dívida externa Flutuante da União era de Cr\$ 12.971.165,90, correspondente às promissórias dos acôrdos financeiros, emitidas pelo Tesouro Nacional para atender à liquidação, no exterior, de depósitos feitos no país por diversas Companhias e Empresas inglesas e americanas, na forma do Decreto-lei n.º 2.456, de 26 de julho de 1940.

B) *Dívida interna*

Dos diferentes itens da dívida flutuante interna da União, merecem menção especial as seguintes:

|  | Cr\$                    |
|--|-------------------------|
| a) Caixas Econômicas .....             | 1.059.658.237,00        |
| b) Consignações .....                  | 24.430.560,70           |
| c) Depósitos de diversas origens ..... | 948.894.094,90          |
| d) Diversos fundos .....               | 125.098.725,70          |
| e) Letras do Tesouro .....             | 792.464.779,50          |
| f) Proissórias do Tesouro .....        | 100.000.000,00          |
| g) Restos a Pagar .....                | 1.203.202.190,20        |
| <b>Total</b> .....                     | <u>4.253.748.588,00</u> |

a) *Caixas Econômicas*

Verifica-se que no relatório presente, há uma diminuição de Cr\$ 97.813.863,30 no saldo desta verba, em confronto com as disponibilidades daquelas Instituições em poder do Tesouro Nacional no exercício anterior.

De fato, em 31 de dezembro de 1945 o saldo de tais disponibilidades era de Cr\$ 1.157.472.100,30, reduzindo-se, ao termo do exercício de 1946, a Cr\$ 1.059.658.237,00, total assim discriminado:

| <i>Estados</i>            | 1946          |
|---------------------------|---------------|
| Amazonas .....            | 3.861.641,90  |
| Para .....                | 11.625.970,10 |
| Maranhão .....            | 3.962.881,40  |
| Piauí .....               | 1.601.132,10  |
| Ceará .....               | 1.462.223,00  |
| Rio Grande do Norte ..... | 558.815,50    |
| Paraíba .....             | 2.395.846,20  |
| Pernambuco .....          | 3.897.311,60  |
| Alagoas .....             | 3.581.579,30  |

|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| Sergipe . . . . .           | 3.297.469,40     |
| Bahia . . . . .             | 24.301.377,90    |
| Espírito Santo . . . . .    | 5.020.119,60     |
| Rio de Janeiro . . . . .    | 10.149.322,90    |
| Distrito Federal . . . . .  | 114.627.898,70   |
| São Paulo . . . . .         | 683.485.673,20   |
| Paraná . . . . .            | 25.876.226,00    |
| Santa Catarina . . . . .    | 9.326.384,50     |
| Rio Grande do Sul . . . . . | 136.798.653,50   |
| Minas Gerais . . . . .      | 6.448.301,50     |
| Goiás . . . . .             | 1.001.065,50     |
| Mato Grosso . . . . .       | 6.378.352,80     |
|                             | <hr/>            |
| Brasil . . . . .            | 1.059.658.237,00 |

b) *Consignações*

Esta verba apresentava, em 31 de dezembro de 1946, o saldo de CrS 24.430.560,70, superior em CrS 7.163.344,30 ao do exercício de 1945, que era de CrS 17.267.216,40.

Aquela importância está discriminada da seguinte forma:

| <i>Órgãos administrativos</i>  | 1946         |
|--------------------------------|--------------|
| <i>Delegacias:</i>             |              |
| Amazonas . . . . .             | 251.148,50   |
| Pará . . . . .                 | 190.752,90   |
| Maranhão . . . . .             | 49.599,20    |
| Piauí . . . . .                | 4.108,20     |
| Ceará . . . . .                | 47.993,80    |
| Rio Grande do Norte . . . . .  | 157.507,80   |
| Paraíba . . . . .              | 6.644,40     |
| Pernambuco . . . . .           | 419.207,20   |
| Alagoas . . . . .              | 5.512,40     |
| Sergipe . . . . .              | 11.462,40    |
| Bahia . . . . .                | 546.127,50   |
| Espírito Santo . . . . .       | 29.139,50    |
| Rio de Janeiro . . . . .       | 401.079,00   |
| São Paulo . . . . .            | 1.345.172,40 |
| Paraná . . . . .               | 511.165,40   |
| Santa Catarina . . . . .       | 205.874,00   |
| Rio Grande do Sul . . . . .    | 674.353,80   |
| Minas Gerais . . . . .         | 321.489,00   |
| Goiás . . . . .                | 13.163,20    |
| Mato Grosso . . . . .          | 18.459,20    |
| Nova Iorque . . . . .          | 243.926,00   |
| <i>Ministérios:</i>            |              |
| Aeronáutica . . . . .          | 15.951,00    |
| Agricultura . . . . .          | 69.678,20    |
| Educação e Saúde . . . . .     | 1.228.742,40 |
| <i>Fazenda:</i>                |              |
| Alfândega . . . . .            | 401.985,00   |
| Caixa de Amortização . . . . . | 6.490,00     |

|   |                      |
|---|----------------------|
| Casa da Moeda .....                             | 10.176,60            |
| Recebedoria do Distrito Federal .....           | 19.814,00            |
| Tesouro Nacional .....                          | 8.987.117,60         |
| Guerra .....                                    | 215.564,10           |
| Justiça e Negócios Interiores .....             | 35.972,20            |
| Corpo de Bombeiros .....                        | 4.138,00             |
| Departamento Federal de Segurança Pública ..... | 1.862.157,10         |
| Imprensa Nacional .....                         | 6.112,60             |
| Polícia Militar do Distrito Federal .....       | 577.319,80           |
| Marinha .....                                   | 2.332.763,50         |
| Viação e Obras Públicas .....                   | 22.462,00            |
| Departamento dos Correios e Telégrafos .....    | 3.180.221,70         |
| <b>Total</b> .....                              | <b>24.430.560,70</b> |

c) *Depósitos de Diversas Origens*

Os saldos que representam esta verba somam.....  
 Cr\$ 948.894.094,90 verificando-se uma diferença para menos de  
 Cr\$ 1.342.019.181,10 em relação ao total do exercício de 1945,  
 em que a soma dos referidos saldos atingiu a.....  
 Cr\$ 2.290.913.276,00, de conformidade com a seguinte demons-  
 tração:

| <i>Órgãos administrativos</i> | 1946          |
|-------------------------------|---------------|
| <i>Delegacias:</i>            |               |
| Amazonas .....                | 3.836.131,20  |
| Paraná .....                  | 1.123.581,20  |
| Maranhão .....                | 1.844.871,80  |
| Piauí .....                   | 525.789,80    |
| Ceará .....                   | 3.371.456,90  |
| Rio Grande do Norte .....     | 2.126.749,60  |
| Paraíba .....                 | 636.216,10    |
| Pernambuco .....              | 9.136.340,10  |
| Alagoas .....                 | 905.343,20    |
| Sergipe .....                 | 877.479,50    |
| Bahia .....                   | 11.686.103,60 |
| Espírito Santo .....          | 1.255.635,90  |
| Rio de Janeiro .....          | 3.423.265,80  |
| São Paulo .....               | 66.084.238,30 |
| Paraná .....                  | 36.599.150,80 |
| Santa Catarina .....          | 1.643.605,50  |
| Rio Grande do Sul .....       | 14.572.594,50 |
| Minas Gerais .....            | 17.545.188,80 |
| Goiás .....                   | 563.591,40    |
| Mato Grosso .....             | 971.091,30    |
| Nova Iorque .....             | 3.986.279,90  |
| <i>Ministérios:</i>           |               |
| Aeronáutica .....             | 325.855,10    |
| Agricultura .....             | 729.889,40    |
| Educação e Saúde .....        | 5.125.980,70  |



|   |                       |
|---|-----------------------|
| <i>Fazenda:</i>                                     |                       |
| Alfândega . . . . .                                 | 26.216.321,10         |
| Caixa de Amortização . . . . .                      | 345.593.449,30        |
| Casa da Moeda . . . . .                             | 40.473,90             |
| Departamento Federal de Compras . . . . .           | 237.314,40            |
| Divisão do Impôsto de Renda . . . . .               | 5.550,50              |
| Recebedoria do Distrito Federal . . . . .           | 58.032.003,70         |
| Tesouro Nacional . . . . .                          | 257.154.036,50        |
| Guerra . . . . .                                    | 42.684.792,40         |
| Justiça e Negócios Interiores . . . . .             | 432.813,80            |
| Corpo de Bombeiros . . . . .                        | 269.653,20            |
| Departamento Federal de Segurança Pública . . . . . | 3.591.923,40          |
| Polícia Militar do Distrito Federal . . . . .       | 1.040.956,80          |
| Imprensa Nacional . . . . .                         | 2.426.313,50          |
| Marinha . . . . .                                   | 31.233,50             |
| Viação e Obras Públicas . . . . .                   | 200.349,80            |
| Departamento dos Correios e Telégrafos . . . . .    | 22.040.478,70         |
| <b>Total</b> . . . . .                              | <b>948.894.094,90</b> |

d) *Diversos fundos*

Esta verba compreende as seguintes contas:

|  | Cr\$                  |
|--|-----------------------|
| Fundo de indenizações — Decreto-lei n.º 4.166-42 . . . . . | 1.809.421,90          |
| Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios . . . . .        | 20.194.491,10         |
| Fundo Aeronáutico . . . . .                                | 48.583.445,40         |
| Fundo de Amortização dos Empréstimos internos . . . . .    | 21.852.068,70         |
| Fundo de Amortização de Máquinas e Ferramentas . . . . .   | 4.897.177,30          |
| Fundo para o estoque de mercadorias . . . . .              | 8.026.694,30          |
| Fundo Nacional do Ensino Primário . . . . .                | 479.640,60            |
| Fundo de Guerra . . . . .                                  | 2.557.776,40          |
| Fundo de Melhoramentos . . . . .                           | 7.793.993,50          |
| Fundo de Renovação Patrimonial . . . . .                   | 8.904.016,50          |
| <b>Total</b> . . . . .                                     | <b>125.098.725,70</b> |

e) *Letras do Tesouro*

Em 31 de dezembro de 1945 o saldo em circulação das letras emitidas pelo Tesouro era de Cr\$ 4.601.903.279,50, elevando-se no exercício de 1946 a Cr\$ 5.373.464.779,50, reduzindo-se porém no encerramento do exercício de Cr\$ 792.464.779,50, em virtude dos resgastes efetuados durante o exercício, no valor de . . . . . Cr\$ 4.581.000.000,00, de acôrdo com a seguinte demonstração:

Saldo em 31 de dezembro de 1945

|                             | Cr\$             | Cr\$             |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| a) fins de guerra . . . . . | 4.581.000.000,00 |                  |
| b) outros fins . . . . .    | 20.903.279,50    | 4.601.903.279,50 |

*Emissões*

|                                |                |                  |
|--------------------------------|----------------|------------------|
| Dec.-lei n.º 9.374, de 17-6-46 | 35.000.000,00  |                  |
| Dec.-lei n.º 9.524, de 26-7-46 | 736.561.500,00 | 771.561.500,00   |
|                                |                | <hr/>            |
|                                |                | 5.373.464.779,50 |

*Resgate*

|                                |                  |                  |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Dec.-lei n.º 6.559, de 6-6-44  | 1.000.000.000,00 |                  |
| Dec.-lei n.º 9.667, de 10-7-44 | 1.000.000.000,00 |                  |
| Dec.-lei n.º 6.834, de 28-8-44 | 1.000.000.000,00 |                  |
| Dec.-lei n.º 7.112, de 4-12-44 | 1.581.000.000,00 | 4.581.000.000,00 |
|                                |                  | <hr/>            |
| Saldo em 31-12-46              |                  | 792.464.779,50   |

*f) Promissórias do Tesouro*

Por seu turno, a circulação das promissórias emitidas pelo Tesouro Nacional, que em 31 de dezembro de 1945 se expressava em Cr\$ 200.000.000,00, baixou em igual época em 1946 a . . . . Cr\$ 100.000.000,00 em virtude do resgate, realizado durante o exercício, na importância de Cr\$ 100.000.000,00, correspondente às promissórias vencidas em 11 de agosto de 1946 e 9 de novembro de 1946, de Cr\$ 50.000.000,00 cada uma, de n.ºs 1 e 2, emitidas na conformidade e para os fins do Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944.

*g) Restos a pagar*

Esta verba compreende débitos a pagar relativos a exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 1945, o total desses débitos era de Cr\$ 1.160.145.753,90, compreendendo operações relativas ao "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional".

Em igual data de 1946, esse total elevou-se a . . . . .  
 Cr\$ 1.203.202.190,20, verificando-se aumento de . . . . .  
 Cr\$ 43.056.436,30.

O referido total de Cr\$ 1.203.202.190,20, assim se demonstra:

**RESTOS A PAGAR**

*Delegacias:*

|                               |              |
|-------------------------------|--------------|
| Amazonas . . . . .            | 699.245,20   |
| Pará . . . . .                | 1.561.410,30 |
| Maranhão . . . . .            | 1.496.686,20 |
| Piauí . . . . .               | 363.335,40   |
| Ceará . . . . .               | 2.746.134,00 |
| Rio Grande do Norte . . . . . | 816.104,10   |

|                             |                |
|-----------------------------|----------------|
| Paraíba . . . . .           | 366.854,40     |
| Pernambuco . . . . .        | 1.150.331,60   |
| Alagoas . . . . .           | 1.214.536,10   |
| Sergipe . . . . .           | 518.038,50     |
| Bahia . . . . .             | 9.653.808,60   |
| Espírito Santo . . . . .    | 330.582,90     |
| Rio de Janeiro . . . . .    | 793.615,50     |
| São Paulo . . . . .         | 6.704.895,80   |
| Paraná . . . . .            | 856.070,10     |
| Santa Catarina . . . . .    | 6.002.023,40   |
| Rio Grande do Sul . . . . . | 3.075.339,00   |
| Minas Gerais . . . . .      | 5.882.923,60   |
| Goiás . . . . .             | 532.141,40     |
| Mato Grosso . . . . .       | 1.130.941,50   |
| Nova Iorque . . . . .       | 129.140.157,70 |

*Ministérios:*

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| Aeronáutica . . . . .      | 66.459.429,30 |
| Agricultura . . . . .      | 10.665.840,80 |
| Educação e Saúde . . . . . | 43.796.515,90 |

*Fazenda:*

|   |                         |
|---|-------------------------|
| Alfândega do Rio de Janeiro . . . . .               | 37.739,30               |
| Caixa de Amortização . . . . .                      | 35.282.510,00           |
| Casa da Moeda . . . . .                             | 4.780,80                |
| Departamento Federal de Compras . . . . .           | 24.338.211,70           |
| Recebedoria do Distrito Federal . . . . .           | 295.734,00              |
| Tesouro Nacional . . . . .                          | 720.140.177,80          |
| Guerra . . . . .                                    | 18.326.342,70           |
| Justiça e Negócios Interiores . . . . .             | 7.551.502,80            |
| Departamento Nacional de Informações (1) . . . . .  | —                       |
| Imprensa Nacional . . . . .                         | 471.093,30              |
| Departamento Federal de Segurança Pública . . . . . | 937.153,90              |
| Polícia Militar do Distrito Federal . . . . .       | 152.983,30              |
| Marinha . . . . .                                   | 3.110.770,90            |
| Trabalho, Indústria e Comércio . . . . .            | —                       |
| Viagem e Obras Públicas . . . . .                   | 23.297.730,90           |
| Departamento dos Correios e Telégrafos . . . . .    | 11.993.227,50           |
| <b>Total . . . . .</b>                              | <b>1.141.896.920,20</b> |

*Restos a pagar c/material a receber**Ministério da Fazenda:*

|   |                         |
|---|-------------------------|
| Departamento Federal de Compras . . . . . | 61.305.270,00           |
| <b>Total geral . . . . .</b>              | <b>1.203.202.190,20</b> |

(1) O Departamento de Imprensa e Propaganda foi extinto pelo Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945, sendo criado em seu lugar o Departamento Nac. de Inf. (D.I.P.), tendo êste também sido extinto pelo decreto-lei n.º 9.788, de 6 de setembro de 1946.

7 -- PAPEL MOEDA

O movimento de emissão e resgate do papel-moeda foi o seguinte:

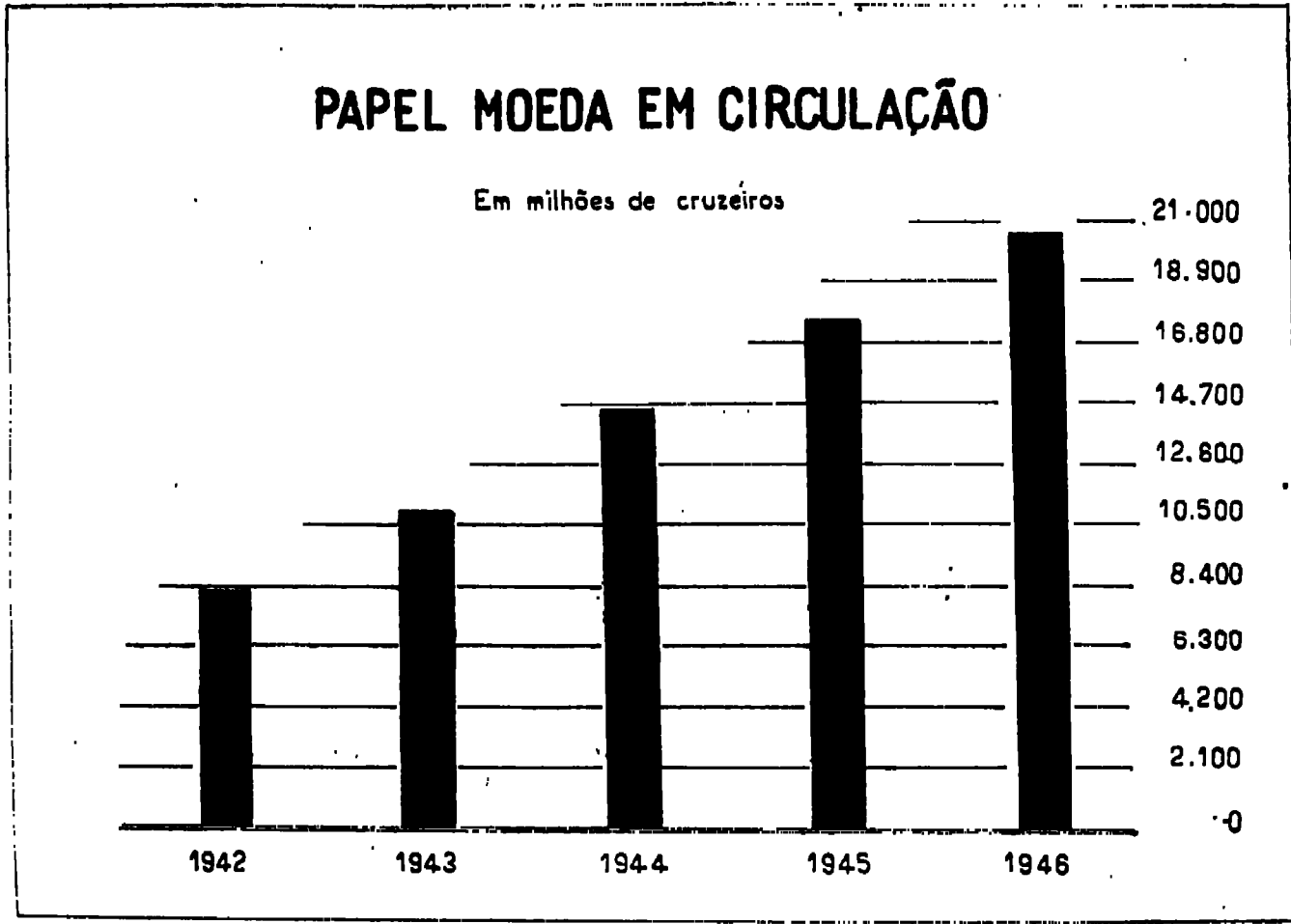
|   | Cr\$             | Cr\$              |
|---|------------------|-------------------|
| Circulação em 31 de dezembro de 1945 .....  |                  | 17.539.599.190,00 |
| <i>Emissão:</i>   |                  |                   |
| a) Para a Carteira de Redesconto, de acôrdo com a lei n.º 449, de 14 de junho de 1937 .....                                       | 2.870.000.000,00 |                   |
| b) Para a Caixa de Mobilização Bancária, de acôrdo com o Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932 .....                          | 500.000.000,00   |                   |
| c) Para resgate de letras do Tesouro, de acôrdo com o Decreto n.º 9.067, de 15 de março de 1946 .....                             | 4.531.000.000,00 |                   |
| d) Para resgate de notas da extinta Caixa de Estabilização, de acôrdo com o Decreto número 20.621, de 7 de novembro de 1931 ..... | 281.310,00       |                   |
|   | <hr/>            |                   |
|   | 7.901.281.310,00 |                   |
| <i>Resgate:</i>   |                  |                   |
| a) De notas devolvidas pela Carteira de Redescontos ..  | 4.831.000.000,00 |                   |
| b) Por moeda metálica ...   | 111.419.219,00   | 4.942.419.219,00  |
|   |                  | <hr/>             |
|   |                  | 2.958.862.091,00  |
| Circulação em 31 de dezembro de 1946 .....  |                  | <hr/>             |
|   |                  | 20.489.362.281,00 |
| <i>Notas da extinta caixa de estabilização</i>  |                  |                   |
| Circulação em 31 de dezembro de 1945 .....  |                  | 4.769.190,00      |
| Menos Resgate .....   |                  | <hr/>             |
|   |                  | 281.410,00        |
| Circulação em 31 de dezembro de 1946 .....  |                  | <hr/>             |
|   |                  | 4.487.780,00      |

RESUMO

Papel-moeda em circulação em 31 de dezembro de 1946:

|  | Cr\$              |
|--|-------------------|
| a) notas do Tesouro .....                        | 20.489.362.281,00 |
| b) notas da extinta Caixa de Estabilização ..... | 4.487.780,00      |
|  | <hr/>             |
| Total .....                                      | 20.493.850.061,00 |

O papel-moeda em circulação tem a garantia de ouro em depósito, na proporção de 25%, de conformidade com o disposto no Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942.



SEGUNDA PARTE

ECONOMIA E FINANÇAS

## CAPÍTULO I

# COMÉRCIO INTERNO

### I — COMÉRCIO DE CABOTAGEM — 1939, 1946

Durante o ano de 1946, o comércio de cabotagem atingiu a 3.523.315 toneladas e a Cr\$ 15.354.019.000,00. Houve, portanto, em relação ao ano anterior, o aumento de 191.441 toneladas e de Cr\$ 2.881.994.000,00 correspondente a mais 5,75% no volume e 23,11% no valor.

As cifras referentes a 1946 já revelam tendência de expansão quanto ao volume, estacionário entre 1941 e 1945. O aumento de 465.996 toneladas, observado no ano de 1944, o maior período 1939-1946, evidencia antes a baixa verificada no ano anterior, em contraste com a fase de normalização esboçada em 1944. Realmente, em 1943, o volume do comércio de cabotagem não atingiu sequer ao nível de 1939, apresentando, relativamente ao ano anterior, a diminuição de 191.631 toneladas.

Em 1944 regista-se o acréscimo de 430.976 toneladas relativamente a 1939, e de 465.996 toneladas, no confronto com o ano anterior, ou sejam mais 14,90% e 16,31%, respectivamente quanto a 1939 e 1943.

O volume do comércio de cabotagem não acompanhou a marcha ascendente dos valores, a partir do ano de 1939. O confronto do volume apurado em 1946, ano inicial da guerra, revela apenas a alta de 21,81%, correspondendo-lhe o notável acréscimo de 239,06% no valor. Em 1944, o valor de nossas trocas mercantis, por cabotagem, aumentou, em relação a 1939, de Cr\$ 6.527.719.000,00 ou 144,15%. Triplicou em 1945.

exprimindo-se no aumento de 175,42%, e de 239,06% em 1946. Eis o resumo do comércio de cabotagem de 1939 a 1946:

|           | QUANTIDADE<br>(Ton) | VALOR<br>(Cr\$ 1.000) | VALOR MÉDIO<br>(Cr\$) |
|-----------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1939..... | 2.892.550           | 4.528.417             | 1.566                 |
| 1940..... | 2.968.557           | 4.876.645             | 1.643                 |
| 1941..... | 3.215.044           | 6.256.424             | 1.946                 |
| 1942..... | 3.019.161           | 6.641.336             | 2.178                 |
| 1943..... | 2.857.530           | 7.340.303             | 2.569                 |
| 1944..... | 3.323.526           | 11.056.136            | 3.327                 |
| 1945..... | 3.331.874           | 12.472.025            | 3.743                 |
| 1946..... | 3.523.315           | 15.351.019            | 4.358                 |

Os dados seguintes mostram como oscilaram a quantidade, o valor e o valor médio no comércio de cabotagem de 1939 a 1946:

| A N O S            | EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR |         | EM RELAÇÃO A 1939 |          |
|--------------------|----------------------------|---------|-------------------|----------|
|                    | Números absolutos          | %       | Números absolutos | %        |
| QUANTIDADE (Ton)   |                            |         |                   |          |
| 1940.....          | + 76.007                   | + 2,63  | + 76.007          | + 2,63   |
| 1941.....          | + 246.487                  | + 8,30  | + 322.494         | + 11,15  |
| 1942.....          | - 165.883                  | - 5,16  | + 156.611         | + 5,42   |
| 1943.....          | - 191.631                  | - 6,28  | - 35.020          | - 1,21   |
| 1944.....          | + 465.996                  | + 16,31 | + 430.976         | + 14,90  |
| 1945.....          | + 8.348                    | + 0,25  | + 439.324         | + 15,20  |
| 1946.....          | + 191.441                  | + 5,75  | + 630.765         | + 21,82  |
| VALOR (Cr\$ 1.000) |                            |         |                   |          |
| 1940.....          | + 348.228                  | + 7,69  | + 348.228         | + 7,69   |
| 1941.....          | + 1.379.779                | + 28,29 | + 1.728.097       | + 38,38  |
| 1942.....          | + 381.912                  | + 6,15  | + 2.112.919       | + 46,67  |
| 1943.....          | + 698.967                  | + 10,52 | + 2.811.886       | + 62,29  |
| 1944.....          | + 3.715.833                | + 50,62 | + 6.527.719       | + 144,17 |
| 1945.....          | + 1.415.889                | + 12,81 | + 7.943.608       | + 175,42 |
| 1946.....          | + 2.881.994                | + 23,11 | + 10.825.692      | + 239,06 |
| VALOR MÉDIO (Cr\$) |                            |         |                   |          |
| 1940.....          | + 77                       | + 4,92  | + 77              | + 4,92   |
| 1941.....          | + 303                      | + 18,44 | + 380             | + 21,22  |
| 1942.....          | + 232                      | + 11,92 | + 612             | + 39,18  |
| 1943.....          | + 391                      | + 17,95 | + 1.003           | + 61,09  |
| 1944.....          | + 758                      | + 29,51 | + 1.761           | + 112,11 |
| 1945.....          | + 416                      | + 12,50 | + 2.177           | + 139,87 |
| 1946.....          | + 615                      | + 16,43 | + 2.792           | + 178,27 |

O preço médio da tonelada das mercadorias transportadas por cabotagem sofreu altas acentuada em 1941, registrando mais



Cr\$ 303,00 ou 18,44%, relativamente ao ano anterior. Em 1944, com o duplo do valor atingido em 1939, apresenta o aumento de Cr\$ 758,00 ou 29,51%. Em 1945 já não foi tão sensível a alta, expressa em Cr\$ 416,00 ou 12,50%.

Em 1946 o valor médio subiu de Cr\$ 2.792,00 em confronto com 1939, ou sejam mais 178,29%. Só êsse acréscimo supera o valor médio de qualquer dos anos de 1939 a 1943. Todavia, mostra-se menos acentuado do que o do ano de 1944, com Cr\$ 615,00 ou 16,43% a mais.

O comércio de cabotagem assim se distribue pelas grandes classes :

| ANOS                              | CLASSE I      | CLASSE II       | CLASSE III            | CLASSE IV |
|-----------------------------------|---------------|-----------------|-----------------------|-----------|
|                                   | ANIMAIS VIVOS | MATERIAS PRIMAS | GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS | MATERIAS  |
| QUANTIDADE Ton                    |               |                 |                       |           |
| 1939                              | 923           | 1.285.010       | 1.374.372             | 3.96.715  |
| 1940                              | 501           | 1.412.818       | 1.225.578             | 329.660   |
| 1941                              | 541           | 1.925.722       | 1.195.319             | 363.462   |
| 1942                              | 352           | 1.585.568       | 1.121.893             | 338.637   |
| 1943                              | 155           | 1.531.026       | 1.096.187             | 346.392   |
| 1944                              | 468           | 1.668.140       | 1.255.313             | 396.575   |
| 1945                              | 451           | 1.731.268       | 1.196.991             | 434.663   |
| 1946                              | 760           | 1.901.396       | 1.196.870             | 422.689   |
| VALOR Cr\$ 1.000                  |               |                 |                       |           |
| 1939                              | 1.996         | 1.939.578       | 1.467.630             | 2.058.813 |
| 1940                              | 2.595         | 1.217.094       | 1.419.285             | 2.237.971 |
| 1941                              | 2.929         | 1.739.613       | 1.578.372             | 2.931.510 |
| 1942                              | 1.638         | 1.886.235       | 1.731.687             | 3.018.776 |
| 1943                              | 1.118         | 2.040.875       | 1.975.315             | 3.322.065 |
| 1944                              | 11.193        | 3.007.071       | 3.089.167             | 4.248.395 |
| 1945                              | 8.317         | 3.236.813       | 3.037.341             | 5.588.554 |
| 1946                              | 9.019         | 4.217.886       | 4.231.599             | 6.896.524 |
| VALOR MÉDIO Cr\$                  |               |                 |                       |           |
| 1939                              | 3.201         | 819             | 1.105                 | 6.712     |
| 1940                              | 5.180         | 861             | 1.158                 | 6.788     |
| 1941                              | 5.414         | 1.065           | 1.320                 | 7.181     |
| 1942                              | 4.653         | 1.189           | 1.512                 | 8.930     |
| 1943                              | 9.312         | 1.330           | 1.943                 | 10.811    |
| 1944                              | 21.558        | 1.803           | 2.161                 | 12.383    |
| 1945                              | 18.441        | 1.870           | 3.039                 | 13.863    |
| 1946                              | 11.867        | 2.219           | 3.529                 | 16.339    |
| VARIACÕES RELATIVAS A 1939 E 1945 |               |                 |                       |           |

| GRANDES CLASSES | EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR |   | EM RELAÇÃO A 1939 |   |
|-----------------|----------------------------|---|-------------------|---|
|                 | Números absolutos          | % | Números absolutos | % |

## QUANTIDADE (Ton)

|  |           |         |           |         |
|--|-----------|---------|-----------|---------|
| Classe I — Animais vivos...            | + 309     | + 68,51 | + 137     | + 21,99 |
| Classe II — Matérias primas.           | + 169.228 | + 9,77  | + 615.486 | + 47,90 |
| Classe III — Gêneros alimentícios..... | + 2.879   | + 0,21  | + 100.302 | - 7,71  |
| Classe IV — Manufaturas....            | + 18.925  | + 4,69  | + 115.314 | + 37,60 |

## VALOR (Cr\$ 1.000)

|  |             |         |             |          |
|--|-------------|---------|-------------|----------|
| Classe I — Animais vivos...            | + 702       | + 8,44  | + 7.023     | + 351,85 |
| Classe II — Matérias primas.           | + 981.073   | + 30,31 | + 3.187.308 | + 309,27 |
| Classe III — Gêneros alimentícios..... | + 592.649   | + 16,29 | + 2.793.560 | + 191,10 |
| Classe IV — Manufaturas....            | + 1.397.570 | + 23,40 | + 4.837.711 | + 231,98 |

## VALOR MÉDIO (Cr\$)

|  |         |         |         |          |
|--|---------|---------|---------|----------|
| Classe I — Animais vivos...            | + 6.574 | + 35,65 | + 8.663 | + 270,38 |
| Classe II — Matérias primas.           | + 349   | + 18,66 | + 1.400 | + 170,94 |
| Classe III — Gêneros alimentícios..... | + 487   | + 16,03 | + 2.421 | + 219,10 |
| Classe IV — Manufaturas....            | + 2.476 | + 17,86 | + 9.627 | + 143,43 |

Na comparação com o ano de 1939 a única das grandes classes que sofreu a baixa no volume diz respeito aos gêneros alimentícios, com a diminuição de 100.302 toneladas ou menos 7,71% em 1946, É ao mesmo tempo a mais afetada pela alta do valor médio equivalente a Cr\$ 2.421,00 ou 219,10%. Apenas a classe dos animais vivos acusa maior aumento de preço unitário, ou seja mais 270,38.

As matérias primas e as manufaturas, na confronto com o ano de 1939, para o aumento de 47,90% e 37,60% no volume, apresentam, respectivamente, as altas de 309,27% e 234,98% no valor. Subiu o valor médio dessas classes, ainda no período em apreço, de 170,94% para as matérias prima se de 143,43% para as manufaturas.

Em 1945, figura ainda a classe dos gêneros alimentícios com menor aumento quantitativo, expresso em 0,24%. Na classe dos animais vivos a tonelagem cresceu de 68,51%; nas matérias primas, de 9,77%; nas manufaturas, de 4,69%.

Simultaneamente a maior aumento no volume e a pequeno acréscimo de 8,44% no valor, a classe dos animais vivos regista, quanto ao valor médio, a sensível diminuição de CrS.... 6.574,00 ou 35,65%. O aumento do preço unitário das outras grandes classes, em relação ao ano de 1945, flutuou em torno a 17%.

Seguem abaixo os quadros dos principais produtos do comércio de cabotagem, nos anos de 1939, 1945 e 1946:

| PRINCIPAIS PRODUTOS                                | QUANTIDADE (Ton) |           |           | % DO TOTAL |       |       |
|--|------------------|-----------|-----------|------------|-------|-------|
|  | 1939             | 1945      | 1946      | 1939       | 1945  | 1946  |
| Tecidos de algodão.....                            | 37 559           | 33 221    | 36 067    | 1,30       | 1,00  | 1,02  |
| Açúcar.....  | 426 408          | 411 247   | 432 213   | 14,74      | 12,45 | 12,27 |
| Produtos químicos, farmacêuticos e sementes.....   | 28 405           | 45 649    | 46 383    | 0,98       | 1,37  | 1,32  |
| Algodão em rama.....                               | 39 079           | 40 907    | 97 166    | 1,35       | 1,23  | 1,91  |
| Carne seca ou charque.....                         | 68 850           | 51 511    | 58 649    | 2,38       | 1,55  | 1,66  |
| Manufaturas de ferro e aço.....                    | 42 522           | 65 053    | 69 711    | 1,47       | 1,95  | 1,98  |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios..... | 16 211           | 16 625    | 17 224    | 0,56       | 0,0   | 0,49  |
| Borracha em bruto ou preparada.....                | 9 898            | 15 670    | 21 187    | 0,34       | 0,47  | 0,69  |
| Pêles e couros, em bruto ou preparadas.....        | 10 691           | 19 741    | 18 500    | 0,37       | 0,59  | 0,53  |
| Pinho em bruto ou preparado.....                   | 91 303           | 204 339   | 243 802   | 3,16       | 6,13  | 6,92  |
| Outros produtos.....                               | 2 121 924        | 2 424 181 | 2 509 313 | 73,35      | 72,76 | 71,21 |

VALOR (Cr\$ 1 000):

|  |           |           |           |       |       |       |
|--|-----------|-----------|-----------|-------|-------|-------|
| Tecidos de algodão.....                            | 500 578   | 1 572 331 | 2 252 712 | 11,05 | 12,61 | 14,67 |
| Açúcar.....  | 380 743   | 850 093   | 1 075 547 | 8,41  | 6,82  | 7,01  |
| Produtos químicos, farmacêuticos e sementes.....   | 229 394   | 796 367   | 869 978   | 5,07  | 6,39  | 5,67  |
| Algodão em rama.....                               | 142 519   | 292 828   | 562 047   | 3,15  | 2,35  | 3,66  |
| Carne seca ou charque.....                         | 179 388   | 416 442   | 522 202   | 3,96  | 3,34  | 3,40  |
| Manufaturas de ferro e aço.....                    | 132 001   | 415 770   | 49 235    | 2,91  | 3,33  | 3,19  |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios..... | 190 102   | 386 091   | 473 329   | 4,20  | 3,10  | 3,08  |
| Borracha em bruto ou preparada.....                | 38 381    | 302 397   | 463 578   | 0,85  | 2,42  | 3,03  |
| Pêles e couros, em bruto ou preparados.....        | 92 209    | 325 137   | 371 400   | 2,04  | 2,01  | 2,42  |
| Pinho em bruto ou preparado.....                   | 27 380    | 246 140   | 339 154   | 0,60  | 1,97  | 2,20  |
| Outros produtos.....                               | 2 615 722 | 6 868 409 | 7 932 837 | 57,76 | 55,06 | 51,67 |

| PRINCIPAIS PRODUTOS                                 | VALOR MÉDIO (Cr\$) |        |        |
|---|--------------------|--------|--------|
|   | 1939               | 1945   | 1946   |
| Tecidos de algodão.....                             | 13.328             | 47.329 | 62.159 |
| Açúcar.....   | 893                | 2.048  | 2.488  |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes..... | 8.070              | 17.445 | 18.756 |
| Algodão em rama.....                                | 3.647              | 7.158  | 8.398  |
| Carne seca ou charque.....                          | 2.605              | 8.084  | 8.903  |
| Manufaturas de ferro e aço.....                     | 3.104              | 6.388  | 7.018  |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios.....  | 11.727             | 23.223 | 27.480 |
| Borracha em bruto ou preparada.....                 | 3.878              | 19.297 | 19.249 |
| Peles e couros, em bruto ou preparados.....         | 8.025              | 16.470 | 20.075 |
| Pinho em bruto ou preparado.....                    | 300                | 1.204  | 1.391  |
| Outros produtos.....                                | 1.233              | 2.833  | 3.161  |

Entre os dez produtos que se destacaram em 1946, há dois gêneros alimentícios, quatro manufaturas e quatro matérias primas.

Os tecidos de algodão ocupam o primeiro lugar, representando 14,67% do valor total do comércio de cabotagem e 1,02% do volume. Em relação ao ano anterior figuram com o acréscimo de 2.846 toneladas e de Cr\$ 680.381.000,00, ou mais 8,57% e 43,27% quanto ao volume e ao valor.

Comparado com 1939, sofreu o volume dos tecidos de algodão o decréscimo de 3,97% simultâneo ao aumento de 350,02% no valor. O preço médio se elevou de 368,63%.

A alta dos tecidos de algodão, nos últimos oito anos, só foi ultrapassada pela borracha em bruto ou preparada, cujo valor médio subiu de mais 396,36% no confronto com 1939. Todavia, a tonelagem de borracha também cresceu de 144,36%, paralelamente ao notável aumento de 1.113,04% no valor.

O pinho em bruto ou preparado constitui o único produto principal que, como a borracha, ultrapassou no período 1939-46 o aumento de 100% no volume e de 100% no valor.

Relativamente a 1945, os principais produtos, com maior acréscimo de volume, foram o algodão em rama, com mais 64,19%; a borracha em bruto ou preparada, com mais 54,35%; o pinho em bruto ou preparado, com mais 19,31%. O único principal produto que sofreu diminuição no volume foi o grupo de peles e couros, com menos 6,29%.

Quanto ao valor, acusa o algodão em rama o aumento de 91,93%; a borracha de 53,96%. Esses produtos apresentaram as altas mais sensíveis. Todavia, a elevação do preço médio da tonelada de algodão em rama não passou de 16,90%. A tonelada de borracha em bruto ou preparada figura com a diminuição de 0,25%.

Excetuada a borracha, cujo preço decresceu no ano de 1946, apresentam os menores aumentos os grupos relativos aos produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes e às manufaturas de ferro e aço. Aquêlê figura com mais 7,52%; o último com mais 9,86% no preço médio da tonelada.

Eis as oscilações da quantidade, valor e valor médio dos principais produtos em relação a 1945 e a 1939:

| PRINCIPAIS PRODUTOS                                 | EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR |         | EM RELAÇÃO A 1939 |            |
|---|----------------------------|---------|-------------------|------------|
|   | Números absolutos          | %       | Números absolutos | %          |
| QUANTIDADE - Ton.                                   |                            |         |                   |            |
| Tecidos de algodão.....                             | 2.846                      | + 8,57  | 1.492             | - 3,97     |
| Açúcar.....   | 17.266                     | - 4,16  | 5.895             | + 1,39     |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes..... | 734                        | + 1,61  | 17.978            | - 63,29    |
| Algodão em rama.....                                | 26.259                     | + 64,19 | 28.087            | - 71,87    |
| Carne seca ou charque.....                          | 7.138                      | - 13,85 | 10.201            | - 14,82    |
| Manufaturas de ferro e aço.....                     | 4.628                      | + 7,11  | 27.189            | - 63,94    |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios.....  | 599                        | + 3,69  | 1.013             | - 6,25     |
| Borracha em bruto ou preparada.....                 | 8.517                      | + 54,35 | 14.289            | + 114,36   |
| Pele e couros, em bruto ou preparados.....          | 1.241                      | - 6,29  | 7.809             | - 73,04    |
| Pinho em bruto ou preparado.....                    | 39.163                     | - 19,31 | 152.499           | + 167,03   |
| Outros produtos.....                                | 85.132                     | - 3,51  | 387.689           | - 18,27    |
| VALOR - Cr\$ 1.000                                  |                            |         |                   |            |
| Tecidos de algodão.....                             | 680.381                    | + 43,27 | 1.752.134         | - 359,02   |
| Açúcar.....   | 225.451                    | + 26,52 | 694.804           | + 182,49   |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes..... | 73.591                     | + 9,24  | 640.581           | + 279,25   |
| Algodão em rama.....                                | 269.219                    | + 91,93 | 419.528           | + 294,37   |
| Carne seca ou charque.....                          | 105.760                    | + 25,40 | 342.814           | + 191,10   |
| Manufaturas de ferro e aço.....                     | 73.465                     | + 17,67 | 357.234           | + 270,63   |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios.....  | 87.238                     | + 22,60 | 283.227           | + 148,99   |
| Borracha em bruto ou preparada.....                 | 163.181                    | + 53,96 | 127.197           | + 1.113,04 |
| Pele e couros, em bruto ou preparados.....          | 46.263                     | - 14,23 | 279.191           | + 302,78   |
| Pinho em bruto ou preparado.....                    | 93.014                     | + 37,79 | 311.774           | + 1.138,69 |
| Outros produtos.....                                | 1.064.128                  | + 15,50 | 5.317.115         | + 203,28   |
| VALOR MÉDIO - Cr\$                                  |                            |         |                   |            |
| Tecidos de algodão.....                             | 15.130                     | + 31,97 | 49.131            | + 368,63   |
| Açúcar.....   | 440                        | + 21,48 | 1.595             | + 178,61   |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes..... | 1.311                      | + 7,52  | 10.680            | + 132,21   |
| Algodão em rama.....                                | 1.210                      | + 16,90 | 4.721             | + 129,45   |
| Carne seca ou charque.....                          | 819                        | + 10,13 | 6.298             | + 241,77   |
| Manufaturas de ferro e aço.....                     | 630                        | + 9,86  | 3.914             | + 126,10   |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios.....  | 4.257                      | + 18,33 | 15.753            | + 134,33   |
| Borracha em bruto ou preparada.....                 | 48                         | - 0,25  | 15.371            | + 396,36   |
| Pele e couros, em bruto ou preparados.....          | 3.605                      | + 21,89 | 11.450            | + 132,75   |
| Pinho em bruto ou preparado.....                    | 187                        | + 15,53 | 1.091             | + 363,67   |
| Outros produtos.....                                | 328                        | + 11,58 | 1.928             | + 156,37   |

## CAPÍTULO II

# COMÉRCIO EXTERIOR

No início da atual administração, a situação econômica do país caracterizava-se pela sub-produção de mercadorias e excesso de procura externa e interna. A deficiência de produção ainda mais se agravara pelo baixo nível da importação, inferior ao ano de 1938, e pelo vertiginoso ritmo de encarecimento dos valores.

Os fenômenos monetários exercem profunda influência na economia, tornando precárias quaisquer conclusões baseadas no valor dos artigos produzidos no país ou no conjunto da circulação das mercadorias, o movimento importador inclusive. Impossível é estabelecer paralelos com base em algarismos atuais, no que se refere à produção, mas é notória a deficiência desta para atender às necessidades do consumo interno, cada vez maiores em consequência do surto demográfico do país.

Mesmo sem levar em conta o contingente imigratório, é significativo o ritmo do crescimento vegetativo da população, circunstância que acentua o desnível entre as exigências do abastecimento e as possibilidades da produção.

Esse desequilíbrio provem em grande parte da segunda guerra mundial, em que o Brasil teve de sacrificar atividades vinculadas às exigências do consumo interno em benefício da produção de materiais estratégicos.

Cumpre-nos agora enfrentar os numerosos problemas do reajustamento, empenhando-se a administração em solucioná-los adequadamente.

Não cabe aqui a enumeração dos problemas de reajustamento. Convém todavia não esquecer que sendo o Brasil um país de economia baseada nas atividades do comércio exterior, esse intercâmbio absorve parcela considerável do rendimento nacional, pois ainda não atingimos a etapa em que se torne possível contar com a preponderância do mercado interno nas atividades econômicas, dado o nosso inexpressivo poder aquisitivo *per capita*.

Predominarão assim os efeitos econômicos e financeiros do comércio exterior no conjunto da vida nacional, enquanto não se desenvolver quantitativamente a produção interna, diversificando-se nos setores agro-pecuário, mineral e fabril, sobretudo pela transformação manufatureira das matérias primas nacionais.

Articulados o problema do comércio exterior e o da industrialização do país, o último deve ser resolvido sem que se imponham sacrifícios ao consumo interno. Urge empenhar esforços para que o nível da produção primária acompanhe o surto demográfico do país, quer quanto às safras de gêneros alimentícios, quer em relação às colheitas de matérias primas indispensáveis à alimentação e à produtividade manufatureira.

Ao iniciar-se o atual governo, a agravação de tais fatos deu origem à decretação de medidas excepcionais de franquia aduaneira para a entrada de gêneros alimentícios; mas as parcelas representativas dessas importações não poderiam mudar desde logo a situação dos suprimentos internos ou operar a baixa dos preços, e isto porque o nível geral de preços resulta da oferta de mercadorias produzidas ou importadas e da provisão de meios de pagamento. Se circunstâncias excepcionais determinam a ruptura da equação, flutuam irremediavelmente os preços. O volume da oferta há de corresponder às solicitações da procura e as excessivas disponibilidades de numerário, impulsionadas pela inflação e pelo engorgitamento do crédito não devem agravar desníveis.

O fato é que o Governo arrostou de início aqueles dois fatores: produção quantitativamente deficiente e superabundantes meios de pagamento. Quanto ao primeiro, tudo conjurou contra a estabilidade das condições sociais do país. No tocante a gêneros alimentícios, as safras foram inferiores às solicitações da procura, não se podendo contar com um surto favorável do movimento importador. Quanto à produção animal e à florestal, operaram-se recuos maiores, criando conjuntura difícil para o abastecimento interno, sobretudo porque durante algum tempo prevaleceram desaconselháveis franquias de exportação.

O planejamento da produção e da exportação, se oportunamente adotado, sem prejuízo da colaboração do Brasil com as nações unidas, teria contribuído para atenuar as repercussões da conflagração na economia interna.

Aproxima-se o momento em que os esforços devem convergir para o fortalecimento da iniciativa privada, o que tornará possível a recuperação das atividades produtoras. O que se verificou entre nós, com as intervenções do poder público no campo da

atividade particular, foi a escassês de mercadorias de primeira necessidade, ao mesmo tempo que o abuso do crédito facilitava a especulação em tôrno dos estoques.

O retôrno às normas do livre comércio, baseado em política econômica observadora da liberdade de iniciativa, recomporá o que foi destruído, criando clima de confiança propiciadora do aumento da produção, principalmente a primária, pois que nela se baseia a nutrição de uma população em aumento constante.

Se reconhecida por motivo de interêsse público a premência da intervenção do Estado, impõe-se que essa intervenção ajude, em vez de se opôr ao desenvolvimento das fôrças produtivas, visando criar condições propícias à recuperação econômica e à estabilidade social. Isto só será possível quando o país se libertar dos corrosivos efeitos do inflacionismo. O saneamento orçamentário, que requer ação compensadora das despesas e revigoreamento da arrecadação, marcará etapa decisiva para o restabelecimento de liberdade de transações.

Os processos intervencionistas, que deviam regular as relações entre produção e consumo, a ambos prejudicaram: a produção ficou sujeita a minúcias regulamentares incompatíveis com as finalidades da iniciativa privada, e, em consequência, viu-se o consumo sacrificado.

O planejamento da política econômico-financeira deverá inspirar-se na restrição dos gastos públicos, no revigoreamento da posição do Tesouro, evitando-se manobras bancárias oportunistas, e na disciplina do crédito, colimando o amparo de atividades produtoras, a fim de se restabelecer o equilíbrio entre as relações da oferta e da procura.

Estarão desta forma abertas as largas estradas que hão de conduzir o país ao retôrno da liberdade de comércio. O inflacionismo afetou o legítimo esforço produtivo e operou deslocamentos graves entre os preços dos artigos primários e os dos produtos manufaturados, ao mesmo tempo que escassejavam os aparelhos, instrumentos e utensílios necessários ao êxito do labor rural; por outra parte, os preços desses materiais tornaram-se sobremodo onerosos e isto não só retardou as colheita como elevou o custo da produção, de modo que o problema do reajustamento exige cuidados muito especiais.

As fôrças da produção têm sentido complexo; nelas se compreendem as atividades manufatureiras, que refletem os embaraços com que luta a agricultura, mesmo porque a produção primária é basilar.



O reconhecimento dessa interdependência e o desvêlo pela regularidade do trabalho produtivo corresponde a planejamento econômico-financeiro. De sua falta provieram os fundos desajustes que vêm perturbando a vida do Brasil, notadamente após a deflação da segunda guerra mundial.

Coube ao poder público articular medidas garantidoras do futuro industrial do país em função do mercado interno e do consumo de nossa produção no exterior, sem os extravasamentos que estavam singularizando a exportação, tais como a constante alta de preços e o sacrifício do mercado interno.

Há um termo médio de conciliação entre os interesses dos diversos ramos da produção entre si e nas suas relações com o mercado interno. Não atende ao bem estar coletivo criar e proteger indústrias dando-lhes caráter de monopólio.

A defesa dos interesses da economia de consumo, comportando estabilidade de preços e formação de nível compatível equivale a um plano de reconstrução, pois a produção passou a constituir atividade de caráter social.

Em última análise, tudo isto colima uma finalidade: a paz social, ou seja a democratização da economia em proveito do entendimento entre capital e trabalho — fatores básicos da produção.

A vida interna do país ressentiu-se das graves perturbações sofridas pelas trocas externas durante o período crítico da conflagração.

O surto quantitativo da exportação não acompanhou a marcha ascendente dos valores. Em 1945, a tonelagem de nossas vendas, para o exterior não só ficou abaixo do nível registrando um ano após o início da guerra, como ao volume de qualquer dos anos do quinquênio de 1936-1940.

Entre 1939 e 1945 as vendas ao estrangeiro baixaram mais de um milhão de toneladas, ao passo que na importação a diferença para menos é de cerca de 1/2 milhão. As situações de uma e outra época são, entretanto, diversas, pois em 1939 os mercados importadores estavam abertos em qualquer parte do mundo. A guerra desorganizou a maioria desses mercados; o café, por exemplo, ficou com as saídas restritas a poucos países. E se a importação se manteve em determinadas cifras, isto se deve a serem os Estados Unidos mercado supridor de grande resistência.

A política de comércio exterior do Brasil se desenvolveu durante a guerra ao sabor dos interesses privados, sacrificando-se dêsse modo nossa estabilidade econômica e financeira. O surto dos negócios de exportação desequilibrou sobremodo as relações do mercado interno, à atrofia de certas atividades correspondendo a hipertrofia de outras. A nação teve de apelar para a produção externa de gêneros alimentícios a fim de atenuar a crise de abastecimentos. Os preços, a que ascenderam os artigos exportáveis, mais precários tornaram o esforço para controlar os preços internos, já seriamente comprometidos pela inflação.

Esta a situação em que o atual Governo encontrou o país. O desencontro, entre as cifras da exportação livre de freios e as da importação travada de tôdas as maneiras, dera origem aos "superávits" do balanço mercantil, invocados como justificativa da plethora das emissões.

O comércio exterior resume e define a situação econômica e financeira no decurso da guerra e na época posterior, mesmo por efeito de êrros anteriormente cometidos, e os levantamentos estatísticos fortificam essa afirmativa. Assim é que o valor médio da tonelada cresceu em ritmo descompassado; de Cr\$ 1.342 em 1939, subiu a Cr\$ 4.083 em 1945, prosseguindo a elevação em 1946, sem que surgissem no movimento importador flutuações compensadoras.

Foi o país aumentando as provisões de divisas e deixando que o fenômeno repercutisse de maneira prejudicial, nas crescentes oscilações do meio circulante. A acumulação de haveres no estrangeiro refletiu nocivamente na situação interna, sem que ao menos utilizássemos para diminuir os compromissos da dívida externa, mediante sua gradativa nacionalização, conforme o exemplo de tantos países, mesmo do continente americano.

Em 1939 a exportação equivalia a Cr\$ 5.615.519.000,00, atingindo em 1945 a Cr\$ 12.197.510.000,00, e no ano passado a Cr\$ 18.229.532.000,00; no entanto, a tonelage assim variava: 4.183.042 em 1939, 2.987.221 em 1945 e 3.663.122 em 1946.

Vê-se que nesse período o movimento exportador desceu de volume. A diminuição da tonelage, de 1939 a 1945, foi de 40,03%, ao passo que o valor subiu de 117,21%, elevando-se em 1946 a 224,63%.

Não há economia capaz de suportar, sem grandes abalos flutuações de tamanha magnitude no valor de suas vendas ao estrangeiro. E se de um lado os "deficits" orçamentários provocam

novas emissões, de outro o rápido crescimento dos valores anuais da exportação contribuem no mesmo sentido pernicioso para a instabilidade das condições gerais.

O surto inopinado dos valores de exportação não decorre essencialmente da expansão de nossas vendas ao estrangeiro, se bem que no tocante aos gêneros alimentícios as vendas se tenham operado libertas de qualquer contrôlo, disto sobrevindo ao país dois sérios danos: as deficiências de que tanto se resente ainda o abastecimento interno, em virtude de saídas irrestritas de gêneros de primeira necessidade, e o conseqüente congestionamento de divisas, sem que encontrassem aplicação à falta de programa para redução da dívida externa. Os dados abaixo reproduzidos demonstram como os valores vieram influenciando na marcha dos negócios de exportação:

*Oscilações do valor médio da tonelada — CrS*

| <i>Ano</i> | <i>Em relação ao ano anterior</i> | <i>Em relação a 1939</i> |
|------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 1940 ..... | + 190                             | + 190                    |
| 1941 ..... | + 370                             | + 560                    |
| 1942 ..... | + 916                             | + 1476                   |
| 1943 ..... | + 419                             | + 1895                   |
| 1944 ..... | + 778                             | + 2673                   |
| 1945 ..... | + 68                              | + 2741                   |
| 1946 ..... | + 894                             | + 3635                   |

Só em 1945 declinou um pouco o valor médio da tonelada. Em 1939 uma tonelada exportada valia, em média, CrS 1.342, alteando-se desde então até o nível atingido em 1946. O aumento registrado nesse período corresponde a 270,86%.

Prósperos são, pois, os negócios de exportação; mas precisam ficar condicionados às necessidades do mercado interno, a fim de se evitarem as perturbações da vida econômica, financeira e social. Adotadas que sejam medidas assecuratórias da estabilidade das condições gerais, a nação poderá exportar tanto quanto lhe queiram comprar os outros países.

A iniciativa particular é estimulada pela idéia de ganho, que representa a essência do sistema de livre empreendimento. Em épocas normais nada haveria que lamentar; mas o Brasil enfrentara pela primeira vez as imprevisíveis responsabilidades da participação direta numa luta mundial, cujo vitorioso desfecho é equitativamente atribuído a fatores de ordem militar e de natureza econômico-financeira.

Se o país sofre em demasia as conseqüências da guerra, é por falta de oportuno planejamento da política econômico-financeira, — o que urge remediar, pois que apenas está aberta a fase de reajustamento.

A tonelage das mercadorias importadas não declinou no mesmo ritmo verificado nas vendas ao estrangeiro, nem os valores médios subiram em proporção paralela, resultando a série de "superavits" massivos a partir de 1941, até exprimir-se no *record* assinalado em 1946. De 1939 a 1945 a tonelage decresceu de 10,39%, mas o valor subiu de 72,91%.

Os dados infra mostram como se processou a importação de 1939 a 1946, bem como suas oscilações anuais.

*Importação — 1939-1946*

|            | <i>Toneladas</i> | <i>Cr\$ 1.000</i> |
|------------|------------------|-------------------|
| 1939 ..... | 4.788.646        | 4.983.632         |
| 1940 ..... | 4.336.133        | 4.964.149         |
| 1941 ..... | 4.049.338        | 5.514.417         |
| 1942 ..... | 3.012.426        | 4.692.721         |
| 1943 ..... | 3.302.975        | 6.161.741         |
| 1944 ..... | 3.841.697        | 7.997.147         |
| 1945 ..... | 4.291.096        | 8.617.320         |
| 1946 ..... | 5.061.382        | 13.028.716        |

*Oscilações anuais da importação*

|            | <i>Toneladas</i> | <i>Cr\$ 1.000</i> |
|------------|------------------|-------------------|
| 1939 ..... | — 124.524        | — 211.938         |
| 1940 ..... | — 452.513        | — 19.483          |
| 1941 ..... | — 286.795        | — 550.268         |
| 1942 ..... | — 1.036.912      | — 821.696         |
| 1943 ..... | + 290.549        | — 1.469.020       |
| 1944 ..... | + 538.722        | + 1.835.406       |
| 1945 ..... | + 449.399        | + 620.173         |
| 1946 ..... | + 770.286        | + 4.411.396       |

Não se pode examinar no citado período a posição do comércio exterior do Brasil, principalmente nos dois últimos anos, sem se ter em vista o decréscimo considerável das entradas de trigo, como resultante das condições internacionais de sua produção.

O trigo tem preponderância no volume da importação brasileira. Em 1944 sua entrada no país atingiu a 1.200.938 toneladas; em 1945, a 1.090.327 toneladas. Em 1946 reduziu-se a impor-

tação do trigo a 211.636 toneladas, representando apenas 4.18% do total das compras do país, quando sua participação no referido total fôra de 31,26% em 1944 e de 25,41% em 1945. O equilíbrio entre a oferta e a procura pode ser emergentemente corrigido em parte, com o estímulo proporcionado ao movimento importador, até que se estabeleça a capacidade normal de produção do país.

Quanto à importação, o Brasil, desequipado após a guerra, não poderia conseguir que o movimento importador se incrementasse segundo as exigências de recuperação do seu acêrvo de bens reprodutivos; mas acontece que os algarismos estatísticos acentuam entrada muito maior de bens de consumo imediato do que de materiais duráveis, decorrendo o fenômeno dos desequilíbrios que a inflação impôs à economia interna, notadamente o desestímulo às legítimas atividades produtoras e o temerário surto de especulação nos centros urbanos. Dessas circunstâncias anormais e da sensibilidade menor do valor médio da tonelada em relação a exportação, decorrem os impressionantes "superavits" verificados nos balanços anuais, conforme demonstram os dados abaixo discriminados.

*Oscilações do valor médio da tonelada — Cr\$*

| Ano        | <i>Em relação ao ano anterior</i> | <i>Em relação a 1939</i> |
|------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 1940 ..... | + 104                             | + 104                    |
| 1941 ..... | + 217                             | + 321                    |
| 1942 ..... | + 308                             | + 825                    |
| 1943 ..... | + 308                             | + 825                    |
| 1944 ..... | + 216                             | + 1041                   |
| 1945 ..... | — 74                              | + 967                    |
| 1946 ..... | + 566                             | + 1533                   |

O Brasil, país devedor, precisa obter pelos seus produtos de exportação muito mais do que paga pelas mercadorias importadas. Os excedentes do balanço mercantil constituem a coluna de resistência do balanço de contas da nação. Nosso comércio exterior assenta fundamentalmente no "deficit" do balanço quantitativo e no "superavit" do balanço monetário. Importamos volume de mercadorias bem superior à tonelagem exportada, e, além disso, vendemos artigos de alto valor unitário em confronto com o valor médio dos artigos importados. No primeiro caso temos, entre outros, o café, o algodão em rama e os tecidos de algodão; no segundo o carvão de pedra, óleos combustíveis, gasolina, trigo, cimento.

Os elementos infra refletem a estrutura do comércio exterior do Brasil.

|            | <i>Balanço Mercantil</i> |           | <i>ou — na exportação</i> |           |
|------------|--------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| 1939 ..... | —                        | 605.604   | ÷                         | 631.887   |
| 1940 ..... | —                        | 1.099.217 | —                         | 3.611     |
| 1941 ..... | —                        | 513.781   | +                         | 1.211.229 |
| 1942 ..... | —                        | 351.599   | +                         | 2.806.835 |
| 1943 ..... | —                        | 606.886   | +                         | 2.566.828 |
| 1944 ..... | —                        | 1.170.292 | +                         | 2.729.362 |
| 1945 ..... | —                        | 1.303.875 | +                         | 3.580.190 |
| 1946 ..... | —                        | 1.398.260 | +                         | 5.200.816 |

E' um depoimento impressionante. O país acumulou nesse período "superavits" que se exprimem na cifra global de Cr\$ .. 18.727.147.000,00.

Cumpre notar, todavia, que nem todos êsses "superavits" representam disponibilidades que o govêrno possa manejar livremente; efetuam-se trocas bilaterais sob regime especial, resultando a retenção, no exterior, dos saldos ativos apurados. Deve-se também considerar que em virtude de compromissos internacionais, uma parcela da exportação, embora não muito apreciável, refere-se à remessa de produtos ao estrangeiro sem contra-partida cambial, estando nesse caso os fornecimentos à U. N. R. R. A.

O rítimo, em que se apresentam os valores da exportação desproporcionalmente aos da importação, pode ser avaliado no confronto seguinte:

|            | <i>Valor médio da tonelada</i> | <i>na exportação</i> |
|------------|--------------------------------|----------------------|
| Anos       |                                | Cr\$                 |
| 1939 ..... |                                | 301                  |
| 1940 ..... |                                | 387                  |
| 1941 ..... |                                | 540                  |
| 1942 ..... |                                | 1260                 |
| 1943 ..... |                                | 1371                 |
| 1944 ..... |                                | 1933                 |
| 1945 ..... |                                | 2075                 |
| 1946 ..... |                                | 2403                 |

Impõe-se aqui um registro: com uma tonelada exportada o Brasil pagava em 1939 uma tonelada importada e dispunha ainda de um excedente que equivalia a Cr\$ 301. Valorizando-se sempre, êsse excedente atingiu a Cr\$ 2.075 em 1945 e a Cr\$ 2.403, em 1946.

Outro confronto poderá melhor expressar as repercussões da guerra no comércio exterior do Brasil. Em 1937 e 1938 a expor-

tação global do País atingiu, respectivamente a Cr\$ 5.092.060.000,00 e a Cr\$ 5.096.890.000,00; entretanto, só o aumento registrado no ano de 1946, expresso em Cr\$ 5.200.816.000,00 ultrapassa o total do valor da exportação em qualquer dos dois anos ora considerados, não devido ao volume da tonelagem, mas porque os valores unitários se elevaram aceleradamente. Nos dois anos referidos, o valor médio da tonelada fôra de Cr\$ 1.545 e Cr\$ 1,296; em 1946 atingiu a Cr\$ 4.977. Exportando no ano passado mais 366.777 toneladas do que em 1937 e 270.748 menos do que em 1938, o Brasil obteve em 1946, quanto ao valor, mais 257,99% do que em 1937 e mais 257,66% do que em 1938.

De todo o expôsto se deduz que o comércio exterior passou a exercer influência ainda mais decisiva na vida interna, influência refletida na enorme preponderância dos valores da exportação, sem correspondência com as flutuações registradas no seu volume.

O intercâmbio por via marítima e fluvial constitui uma das fontes de abastecimento dos grandes centros urbanos do país, visto que por êsse meio se escôa, em grande parte, até às zonas mais distantes do interior, a produção manufatureira instalada nas unidades de maior densidade econômica.

No biênio 1944-1945 o volume das trocas se manteve praticamente estável, com uma diferença, entre um e outro, de apenas 8,348 em tonelagem e Cr\$ 1.415.889.000,00 em valor global. E' claro o que isso representa, ante as dificuldades em que se processa o movimento importador em face ao escoamento para o estrangeiro de gêneros alimentícios de primeira necessidade, imprescindíveis ao consumo interno. Declinaram em 1945 as cifras referentes ao volume da classe dos gêneros alimentícios, não cessando de subir os respectivos valores. E' fenômeno característico da anormalidade sobrevinda à economia nacional a redução da quantidade de trocas, enquanto a marcha dos valores se processa em sentido progressivo. Ainda assim os algarismos indicam melhoria de tendência nas permutas realizadas internamente por meio do comércio de cabotagem, pois em 1946 registra-se o aumento de 191.341 toneladas, em contraste com a alta quase nula de 1944, para 1945.

A guerra perturbou drásticamente o movimento de permutas entre as unidades federadas; a campanha submarina quase separou diversas regiões do país. Ao decréscimo da produção interna, afetada por causas relacionadas ao esforço bélico, correspondeu a diminuição no ritmo das trocas mercantis.

Estimular essas permutas, com base no incremento da produção, constitui um dos objetivos do Governo.

Nesse decisivo setor das atividades produtivas, as oscilações processadas nas tarifas de transporte, visando melhorar as condições financeiras das emprêsas interessadas, influiu de maneira a agravar ainda mais o custo da produção e a acelerar a marcha ascensional dos preços. A alteração abusiva dos fretes, sem atenção à natureza das mercadorias, sua capacidade de suportá-la e às deficiências da produção, exerce repercussões que redundam na instabilidade geral da vida do país. Acrescenta-se a isto a irregularidade dos transportes marítimos, verificada em apreciáveis reduções na tonelagem de registro da marinha mercante nacional — e concluir-se-á que não é possível o florescimento do comércio de cabotagem sem meios de comunicação e com a alta indiscriminada dos fretes. Ao findar-se 1945, não cessara de decrescer a tonelagem relativa à navegação nacional. As fainas da produção esmorecem ante o receio de que as colheitas fiquem impedidas de atingir os centros consumidores, deteriorando-se nas próprias zonas produtivas, quando já se mostra muito sensível o desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Aparelhar o sistema de transportes, fortalecer o crédito e organizar o regime tributário constituem medidas cujo alcance há de repercutir no estímulo das trocas internas realizadas através das comunicações marítimas, terrestres e fluviais. Pela disciplina da exportação estímulo do movimento importador, aparelhamento da economia interna, na produção e na circulação, atingirá o Governo as finalidades de sua missão administrativa em benefício da Nação.

## I — EXPORTAÇÃO

Seis anos de guerra produziram profunda repercussão no comércio exterior do Brasil afetando-o sob múltiplos aspectos. Mais acentuadas se fizeram sentir as suas repercussões no comércio importador, na distribuição geográfica das compras e das vendas do país ao estrangeiro. Perturbaram a posição dos principais artigos exportáveis, gerando "deficits" consideráveis nos suprimentos de mercadorias essenciais: combustível e equipamento, notadamente.

Como contrapartida, as flutuações dos preços passaram a exercer, no mesmo período, influência de tal modo acentuada ao ponto de tornar ilusórias quaisquer apreciações baseadas nos valores, com exclusão das quantidades. Em 1939, a exportação



atingiu a 4.183.042 toneladas, equivalentes a Cr\$ 5.615.519.000,00. A balança mercantil fôra de Cr\$ 631.887.000,00. Nesse ano, assim se distribuiu a exportação do país, por continentes, comparada com 1946:

| <i>Continentes</i>           | 1939             | 1946              |
|------------------------------|------------------|-------------------|
| 1. Quantidade (ton.):        |                  |                   |
| África .....                 | 42.263           | 74.226            |
| América do Norte e Central . | 1.116.922        | 1.375.435         |
| América do Sul .....         | 735.868          | 801.743           |
| Ásia .....                   | 156.363          | 180.582           |
| Europa .....                 | 2.130.749        | 1.225.405         |
| Oceania .....                | 877              | 5.691             |
| <b>Total .....</b>           | <b>4.183.042</b> | <b>3.663.122</b>  |
| 2. Valor (Cr\$ 1.000):       |                  |                   |
| África .....                 | 75.764           | 514.421           |
| América do Norte e Central . | 2.060.537        | 8.036.453         |
| América do Sul .....         | 406.275          | 2.251.475         |
| Ásia .....                   | 488.433          | 855.059           |
| Europa .....                 | 2.580.883        | 6.515.729         |
| Oceania .....                | 3.627            | 56.395            |
| <b>Total .....</b>           | <b>5.615.519</b> | <b>18.229.532</b> |

Durante a guerra, a distribuição geográfica do comércio exterior do Brasil sofreu alterações de largo alcance. Fecharam-se numerosos mercados, por um lado; por outro, a política de solidariedade e de defesa econômica do Continente foi operando uma verdadeira concentração das nossas permutas mercantis externas dentro da própria América.

No ano do início da guerra absorviam os Estados Unidos, aproximadamente uma quarta parte do valor da produção exportável do Brasil. Quanto ao valor, naturalmente devido à preponderância do café, artigo de custo unitário elevado, atingira a 36% do total a participação norte-americana na exportação do país.

Logo no primeiro ano subsequente à abertura da segunda conflagração mundial, subira para 40%, no volume, e 42%, no valor, a proporção atinente a êsse mercado no consumo de nossa produção exportável. Essa participação foi subindo até exprimir-se em 46,55% e 47,38%, respectivamente, do total da tonelagem exportada em 1944 e 1945, atingindo a 53,08% e a 49,35% do valor total, no mesmo biênio. Com o gradativo reaparecimento dos antigos mercados consumidores da produção brasileira, no

Velho Continente, a cota relativa ao mercado norte americano desceu para 35,44% do volume e 42.20% do valor de tôda a exportação realizada no ano findo.

O Brasil constitui, como se sabe, um país cuja economia continua a basear-se no comércio exterior. Durante a guerra, a exportação se desenvolveu sob o estímulo da necessidade e da procura externa, quanto ao preço dos produtos e ao seu valor total. Mas, quantitativamente, declinaram as vendas do país ao estrangeiro durante o período compreendido de 1939 a 1946, conforme abaixo se vê:

| Anos           | Toneladas | Cr\$ 1.000 |
|----------------|-----------|------------|
| 1939 . . . . . | 4.183.042 | 5.615.519  |
| 1940 . . . . . | 3.236.916 | 4.960.538  |
| 1941 . . . . . | 3.535.557 | 6.725.646  |
| 1942 . . . . . | 2.660.827 | 7.499.556  |
| 1943 . . . . . | 2.696.089 | 8.728.569  |
| 1944 . . . . . | 2.671.405 | 10.726.509 |
| 1945 . . . . . | 2.987.221 | 12.197.510 |
| 1946 . . . . . | 3.663.122 | 18.229.532 |

Enquanto o volume exportado caiu de 519.920 toneladas, no decurso desses oito anos, o valor global subiu de . . . . . Cr\$ 12.614.013,00, como consequência da considerável melhoria dos preços dos nossos produtos exportáveis.

*Valor médio da tonelada (Cr\$)*

|                |       |
|----------------|-------|
| 1939 . . . . . | 1.342 |
| 1940 . . . . . | 1.532 |
| 1941 . . . . . | 1.902 |
| 1942 . . . . . | 2.818 |
| 1943 . . . . . | 3.237 |
| 1944 . . . . . | 4.015 |
| 1945 . . . . . | 4.083 |
| 1946 . . . . . | 4.977 |

A exportação registra, no valor, novo "record" em 1946. De um para o outro ano o seu aumento foi de Cr\$ 6.032.022.000,00. A diferença para mais, assim registrada em 1946, ultrapassou todo o valor da exportação no ano que precedeu a guerra, bem como no ano em que a luta se desencadeou na Europa, para irradiar-se depois pelo mundo inteiro.

O surto do movimento exportador, no ano passado, resulta substancialmente das contribuições trazidas nesse sentido pelo café e pelo algodão em rama, visto como diminuiram as saídas de tecidos de algodão, os quais foram, em 1945, o segundo produto expor-

tável do país, em ordem decrescente de valor. Eis como se processaram as exportações de café, de algodão em rama e de tecidos de algodão nos dois quadriênios que se estendem de 1939 a 1946:

1. Café

| A N O S   | QUANTIDADE<br>(saca) | VALOR<br>Cr\$ 1.000 | VALOR MÉDIO<br>Cr\$ |
|-----------|----------------------|---------------------|---------------------|
| 1939..... | 16.498.525           | 2.834.280           | 135                 |
| 1940..... | 12.045.715           | 1.589.248           | 131                 |
| 1941..... | 11.052.484           | 2.017.116           | 183                 |
| 1942..... | 7.280.028            | 1.965.869           | 270                 |
| 1943..... | 10.111.817           | 2.802.734           | 277                 |
| 1944..... | 13.555.484           | 3.879.343           | 286                 |
| 1945..... | 14.172.003           | 4.260.340           | 301                 |
| 1946..... | 15.504.581           | 6.441.463           | 415                 |

2. Algodão em rama

| A N O S   | QUANTIDADE<br>(ton.) | VALOR<br>Cr\$ 1.000 | VALOR MÉDIO<br>Cr\$ |
|-----------|----------------------|---------------------|---------------------|
| 1939..... | 323.539              | 1.159.420           | 3.583               |
| 1940..... | 224.265              | 837.955             | 3.136               |
| 1941..... | 288.274              | 1.010.355           | 3.505               |
| 1942..... | 153.954              | 644.382             | 4.186               |
| 1943..... | 77.962               | 413.118             | 5.307               |
| 1944..... | 107.640              | 667.941             | 6.205               |
| 1945..... | 164.456              | 1.049.058           | 6.379               |
| 1946..... | 352.752              | 2.937.584           | 8.328               |

3. Tecidos de algodão

|           |        |           |        |
|-----------|--------|-----------|--------|
| 1939..... | 1.982  | 29.387    | 14.829 |
| 1940..... | 3.958  | 67.904    | 17.155 |
| 1941..... | 9.238  | 208.649   | 22.586 |
| 1942..... | 25.539 | 797.285   | 31.218 |
| 1943..... | 26.434 | 1.194.246 | 41.774 |
| 1944..... | 20.070 | 1.046.193 | 52.128 |
| 1945..... | 24.216 | 1.396.762 | 57.607 |
| 1946..... | 14.103 | 703.021   | 49.850 |

De 1945 a 1946, a exportação aumentou de 22,63% no volume e de 49,45% no valor global. O valor médio da tonelada subiu de 21,90%. Para o aumento de Cr\$ 6.032.022.000,00

registrado na exportação, no biênio de 1945 a 1946, contribuíram o café com Cr\$ 2.181.123.000,00 e o algodão com..... Cr\$ 1.888.526.000,00. Na exportação de tecidos de algodão houve, pelo contrário, o declínio de Cr\$ 693.741.000,00, estabelecido o confronto dentro do mesmo biênio.

Carece o país de exportar visto como, sòmente por esta forma normalmente adquire os recursos, em moeda internacional, indispensável para atender aos seus compromissos no estrangeiro. Favorece-o uma circunstância especial: os produtos exportáveis alcançam valor unitário muito maior do que os produtos de importação. Como país devedor, a exportação representa a viga mestra do ativo da nossa balança de pagamento.

O café e o algodão em rama absorveram, no ano passado, um pouco mais da metade de todo o valor a que atingiu a exportação no Brasil. Os seus dez principais produtos componentes representam cêrca de 60,06% do volume global exportado mas alcançam 75,72% do respectivo valor total. Êsses produtos são os seguintes: café em grão, algodão em rama, pinho em bruto ou preparado, tecidos de algodão, cacau em amêndoas, peles e couros em bruto ou preparados fumo, cêra de carnaúba, arroz e carnes em conserva.

Eis as cotas atinentes a cada um dêsses principais produtos na tonelagem e no valor da exportação realizada durante o ano passado:

| PRINCIPAIS PRODUTOS                        | QUANTIDADE<br>(ton.) | VALOR<br>Cr\$ 1.000 | % DO TOTAL |        |
|--|----------------------|---------------------|------------|--------|
|  |                      |                     | VOLUME     | VALOR  |
| Café em grão (15.504.581 sacas).....       | 930.275              | 6.441.463           | 25,40      | 35,34  |
| Algodão em rama.....                       | 352.752              | 2.937.584           | 9,63       | 16,12  |
| Pinho em bruto em preparado.....           | 474.956              | 706.021             | 12,97      | 3,87   |
| Tecidos de algodão.....                    | 14.103               | 703.021             | 0,38       | 3,86   |
| Cacau em amêndoas.....                     | 130.460              | 651.114             | 3,56       | 3,57   |
| Peles e couros, em bruto ou preparados.... | 37.062               | 650.852             | 1,01       | 3,57   |
| Fumo.....                                  | 53.843               | 492.765             | 1,47       | 2,70   |
| Cêra de carnaúba.....                      | 10.019               | 492.075             | 0,27       | 2,70   |
| Arroz.....                                 | 152.051              | 385.478             | 4,15       | 2,11   |
| Carnes em conserva.....                    | 44.497               | 342.087             | 1,22       | 1,88   |
| Outros produtos.....                       | 1.463.104            | 4.420.442           | 39,94      | 24,28  |
| TOTAL.....                                 | 3.663.122            | 18.229.532          | 100,00     | 100,00 |

Bem mais da metade da exportação de 1946 se destinou ao próprio continente americano que absorveu 59,44% do volume e 56,44% do valor. Figura a Europa, respectivamente, com 33,45% e 35,74%.

Por unidade federada, predomina São Paulo, com 42,12% no volume e 52,91% no valor, seguindo-se-lhe o Distrito Federal, com 13,84% do volume e 13,33% do valor. Ao Rio Grande Sul cabe quantitativamente maior parcela do que o Distrito Federal, na tonelagem exportada. Todavia, a parte que lhe compete no valor é bem menor, correspondendo apenas a 8,68%. Seis unidades federadas absorvem cêrca de 75% de tôda a tonelagem exportada e mais 88% do valor global a que correspondem as vendas do país no estrangeiro no ano passado.

## II — IMPORTAÇÃO

No ano em que explodiu a guerra, a importação do Brasil havia atingido a 4.788.646 toneladas, equivalentes a..... Cr\$ 4.983.632.000,00. Do conjunto da tonelagem de mercadorias adquiridas no estrangeiro em 1939, 27% representam aquisições feitas nos Estados Unidos, correspondendo-lhes 33,55% do valor total.

Em 1940, a importação de procedência americana se elevou de 75,07% do volume e de 53,97% do valor. Assim, a guerra foi logo exercendo profunda influência na distribuição geográfica do comércio externo do Brasil, principalmente no que diz respeito ao movimento importador.

Em nenhum setor da economia nacional positivaram-se mais profundamente do que aí as repercussões econômico-financeiras da segunda conflagração. Econômicamente, o país se viu privado do fornecimento de materiais imprescindíveis à continuidade do seu esforço de produção. Financeiramente, a receita federal sofreu muito com o colápsio da arrecadação dos direitos e taxas que incidem sôbre a entrada de mercadorias estrangeiras.

Já em 1941, 43,44% e 60,30%, relativamente, do volume e do valor da importação do Brasil representam aquisições efetuadas nos mercados norte americanos. O fenômeno de concentração do movimento importador se operou assim dentro do nosso continente até ao ponto de participar a América com 93,32% da tonelagem importada e 92,77% do valor total a que essa tonelagem corresponde, em 1944.

A cota relativa aos Estados Unidos chegou a ser de 61,20% de todo o valor da importação realizada nesse ano. Daí por diante, à medida em que se normaliza o comércio exterior do Brasil, começam a reaparecer os antigos mercados fornecedores dos artigos que o país precisa adquirir no exterior. Desta sorte, na importação, a cota do continente americano baixou de 93,32% a 84,84% no total da tonelagem importada em 1944 e em 1945.

Quanto ao valor, eis como diminui a participação do continente americano: em 1945, 89,90%; e m1946, 76,19%.

É certo que os mercados supridores mundiais se acham ainda sob as influências da segunda guerra mundial, sem que possam, retomar o antigo nível de sua capacidade fornecedora. Os quadros abaixo reproduzidos mostram como se deslocou, geograficamente, a importação do Brasil entre 1939 e 1946:

| <i>Continentes</i>                   | 1939             | 1946              |
|--------------------------------------|------------------|-------------------|
| 1. <i>Quantidade</i>                 | ( <i>ton.</i> )  | ( <i>ton.</i> )   |
| África . . . . .                     | 8.628            | 139.724           |
| América do Norte e Central . . . . . | 1.834.248        | 3.678.210         |
| América do Sul . . . . .             | 1.269.177        | 615.944           |
| Ásia . . . . .                       | 50.410           | 14.282            |
| Europa . . . . .                     | 1.625.689        | 612.958           |
| Oceania . . . . .                    | 494              | 264               |
| <b>Total . . . . .</b>               | <b>4.788.646</b> | <b>5.061.382</b>  |
| 2. <i>Valor (Cr\$ 1.000)</i>         |                  |                   |
| África . . . . .                     | 20.722           | 98.643            |
| América do Norte e Central . . . . . | 1.942.609        | 8.536.383         |
| América do Sul . . . . .             | 556.438          | 1.390.337         |
| Ásia . . . . .                       | 146.735          | 91.833            |
| Europa . . . . .                     | 2.315.010        | 2.908.246         |
| Oceania . . . . .                    | 2.118            | 3.274             |
| <b>Total . . . . .</b>               | <b>4.983.632</b> | <b>13.028.716</b> |

Nos primeiros anos da guerra, a economia nacional foi muito afetada por tudo quanto sobreveiu à exportação dos nossos principais produtos, a exemplo do que ocorreu, de início, com o café e o algodão. No tocante ao movimento importador, os seus efeitos foram drásticos. Basta atentar para a amplitude das flutuações ocorridas na entrada de combustível e de automóveis de toda espécie, a fim de que se forme uma idéia acerca do que se verificou.

Quase que o país se viu atingido por uma crise de incalculáveis proporções, como decorrência da gravidade a que chegou a conjuntura dos transportes. Na maquinária também as repercussões atingiram fundamente a eficiência da economia nacional. Da mesma maneira como destacamos acima as cifras atinentes aos três principais produtos exportáveis — café, algodão e tecidos de algodão — fixaremos os algarismos relativos à importação de combustíveis no seu conjunto, importação essa formada de carvão de pedra, de gasolina, de óleos combustíveis e querosene.

## COMBUSTÍVEIS

## 1. Carvão de pedra

| Anos | (ton.)<br>Quantidade | (Cr\$)<br>Valor |
|------|----------------------|-----------------|
| 1939 | 1.200.784            | 198.227.607     |
| 1940 | 1.149.544            | 269.426.700     |
| 1941 | 1.012.689            | 246.934.113     |
| 1942 | 592.760              | 212.737.869     |
| 1943 | 538.148              | 206.768.920     |
| 1944 | 467.666              | 176.218.207     |
| 1945 | 698.278              | 254.781.387     |
| 1946 | 1.037.504            | 348.072.250     |

## 2. Gasolina

| Anos | Quantidade<br>(ton.) | Valor<br>(Cr\$) |
|------|----------------------|-----------------|
| 1939 | 370.087              | 168.095.710     |
| 1940 | 368.398              | 198.370.278     |
| 1941 | 366.641              | 223.513.524     |
| 1942 | 251.038              | 182.152.408     |
| 1943 | 274.994              | 232.968.552     |
| 1944 | 303.709              | 198.393.559     |
| 1945 | 411.583              | 238.405.309     |
| 1946 | 623.849              | 354.782.931     |

## 3. Óleos combustíveis (Fuel e Diesel)

| Anos | Quantidade<br>(ton.) | Valor<br>(Cr\$) |
|------|----------------------|-----------------|
| 1939 | 724.441              | 124.809.247     |
| 1940 | 694.092              | 171.100.944     |
| 1941 | 516.455              | 147.344.035     |
| 1942 | 382.970              | 144.954.372     |
| 1943 | 368.048              | 191.760.685     |
| 1944 | 293.956              | 110.005.610     |
| 1945 | 401.034              | 131.487.581     |
| 1946 | 810.172              | 267.996.131     |

## 4. Querosene

| Anos | Quantidade<br>(ton.) | Valor<br>(Cr\$) |
|------|----------------------|-----------------|
| 1939 | 94.562               | 39.753.666      |
| 1940 | 101.647              | 49.348.584      |
| 1941 | 91.149               | 47.899.621      |
| 1942 | 52.625               | 31.805.492      |
| 1943 | 69.357               | 45.854.462      |
| 1944 | 64.226               | 31.339.369      |
| 1945 | 54.166               | 24.362.809      |
| 1946 | 107.472              | 51.444.722      |

## TOTAL DOS COMBUSTÍVEIS

| <i>Anos</i>    | <i>Quantidade</i><br>(ton.) | <i>Valor</i><br>(Cr\$) |
|----------------|-----------------------------|------------------------|
| 1939 . . . . . | 2.389.874                   | 530.886.230            |
| 1940 . . . . . | 2.313.681                   | 688.246.506            |
| 1941 . . . . . | 1.986.934                   | 665.691.293            |
| 1942 . . . . . | 1.279.393                   | 571.650.141            |
| 1943 . . . . . | 1.250.547                   | 677.352.619            |
| 1944 . . . . . | 1.129.557                   | 515.956.745            |
| 1945 . . . . . | 1.565.061                   | 649.037.086            |
| 1946 . . . . . | 2.578.997                   | 1.022.296.034          |

5. *Automóveis* (de tôda espécie)

| <i>Anos</i>    | <i>Número</i> | <i>Valor</i> |
|----------------|---------------|--------------|
| 1939 . . . . . | 12.706        | 166.823      |
| 1940 . . . . . | 23.495        | 312.819      |
| 1941 . . . . . | 25.179        | 367.642      |
| 1942 . . . . . | 7.877         | 132.633      |
| 1943 . . . . . | 741           | 36.532       |
| 1944 . . . . . | 1.713         | 42.996       |
| 1945 . . . . . | 7.889         | 176.762      |
| 1946 . . . . . | 28.592        | 717.047      |

Sem dívida, a melhoria das condições do mercado interno depende muito da recuperação do movimento importador. É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados.

Sob o aspecto do consumo e da produção, a guerra afetou enormemente a vida do Brasil em consequência de dificuldades às vezes quase insuperáveis sobrevindas à importação. Carecem os de equipamento em quantidade e qualidade que só os povos eminentemente industriais se encontram em condições de fornecer-nos. Apesar de país essencialmente agrícola, a nossa capacidade de produção alimentar não basta, por um lado, para suprir o consumo interno. Por outro lado, dependemos de gêneros alimentícios de procedência preponderantemente estrangeira, conforme o caso do trigo.



1. *Trigo em grão*

| <i>Anos</i>    | <i>Quantidade</i><br>(ton.) | <i>Valor</i><br>(Cr\$ 1.000) |
|----------------|-----------------------------|------------------------------|
| 1939 . . . . . | 966.835                     | 353.592                      |
| 1940 . . . . . | 857.937                     | 471.309                      |
| 1941 . . . . . | 894.895                     | 482.653                      |
| 1942 . . . . . | 945.733                     | 572.967                      |
| 1943 . . . . . | 1.042.601                   | 772.904                      |
| 1944 . . . . . | 1.200.938                   | 1.097.323                    |
| 1945 . . . . . | 1.090.327                   | 1.224.535                    |
| 1946 . . . . . | 211.636                     | 406.380                      |

2. *Farinha de trigo*

| <i>Anos</i>    | <i>Quantidade</i><br>(ton.) | <i>Valor</i><br>(Cr\$ 1.000) |
|----------------|-----------------------------|------------------------------|
| 1939 . . . . . | 33.738                      | 18.411                       |
| 1940 . . . . . | 18.029                      | 15.926                       |
| 1941 . . . . . | 17.962                      | 17.705                       |
| 1942 . . . . . | 15.610                      | 16.653                       |
| 1943 . . . . . | 25.588                      | 29.283                       |
| 1944 . . . . . | 72.841                      | 117.423                      |
| 1945 . . . . . | 141.693                     | 243.990                      |
| 1946 . . . . . | 244.268                     | 534.529                      |

Aparelham-nos com o objetivo de diminuir esse grau de dependência do mercado externo. É preciso, porém, não esquecer que a importação e a exportação constituem duas conchas de uma só balança. Para vender, precisamos comprar. A recíproca também é verdadeira. Não poderemos comprar sem que a produção exportável nos assegure o poder aquisitivo necessário nos mercados internacionais.

No ano passado, apesar da conjuntura que tanto prejudicou a normalidade das entradas de trigo no país, a importação atingiu um novo "record". A tendência da importação é para crescer sempre, porque isso muito influi no sentido do aproveitamento da enorme reserva de riquezas potenciais, tão características da estrutura econômica do Brasil.

Enquanto a tonelagem exportada, no biênio de 1945 a 1946, cresceu de 22,63%, na importação o seu aumento ficou limitado a 17,95%. No valor deu-se o contrário. A sua alta foi de 49,45% na exportação e de 51,19% na importação.

Evidentemente, isso reflete as oscilações registradas no valor médio da tonelada, o qual acusa a alta de 21,90% quanto aos produtos exportados, e de 28,19% no que diz respeito aos artigos de importação. Se não fôsse a superveniência de semelhante circunstância, mais ainda se teria elevado o "supravit" da balança.

mercantil. Mesmo assim cresceu o excedente do poder de compra da tonelada exportada, depois de paga cada tonelada de importação.

A recuperação do movimento importador, pelo seu caráter predominantemente reprodutivo, ressalta do quadro seguinte em que se faz a decomposição do volume e do valor de nossas compras nos mercados externos, durante o biênio de 1945 a 1946, com as diferenças para mais ou para menos, registradas por grandes classes:

| CLASSES                          | 1945      | 1946       | + ou -<br>em 1946 |
|----------------------------------|-----------|------------|-------------------|
| 1. QUANTIDADE (ton.)             |           |            |                   |
| I — Animais vivos.....           | 21.209    | 12.487     | -- 11.722         |
| II — Matérias primas.....        | 2.346.142 | 3.566.686  | + 1.220.542       |
| III -- Gêneros alimentícios..... | 1.356.710 | 670.169    | -- 686.541        |
| IV -- Manufaturas.....           | 564.035   | 812.040    | + 248.005         |
| TOTAL.....                       | 4.291.096 | 5.061.322  | + 770.226         |
| 2. VALOR (Cr\$ 1.000)            |           |            |                   |
| I — Animais vivos.....           | 71.693    | 55.194     | -- 16.499         |
| II — Matérias primas.....        | 2.418.529 | 3.424.071  | + 1.005.542       |
| III -- Gêneros alimentícios..... | 2.156.576 | 2.494.034  | + 337.458         |
| IV -- Manufaturas.....           | 3.870.522 | 7.055.417  | + 3.084.895       |
| TOTAL.....                       | 8.617.320 | 13.028.716 | + 4.411.396       |

Em 1946, dez principais produtos ou agrupamentos absorveram cêrca de 59% do volume importado; aproximadamente, 57% do valor total. Essa percentagem teria sido bem maior, se não fôsse a influência negativa peculiar ao trigo, bastando assinalar que a importação do referido cereal baixou de 1.090.327 em 1945, a 211.636, em 1946, acusando o declínio de 878.691 toneladas.

As máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios absorveram 21,32% do conjunto da importação em cruzeiros. O aumento ocorrido no biênio foi de 91,64%. Portanto, quase duplicou, em cruzeiros, a importação relativa a êsse grande agrupamento formado por materiais reprodutivos tão indispensáveis ao surto da economia brasileira.

Também na importação de automóveis de tôda espécie a recuperação se fez sentir em proporções consideráveis. Essas compras quase triplicaram no volume; mais do que triplicaram no valor. Relativamente à farinha de trigo, o maior volume recebido atenuou, em parte, os efeitos decorrentes da drástica baixa

que muito afetou os suprimentos de trigo no nosso país. Eis como percentualmente se distribuiu o movimento importador do Brasil segundo as dez mercadorias ou grupos preponderantes.

| PRINCIPAIS PRODUTOS                               | QUANTIDADE<br>(TON.) | VALOR<br>(Cr\$ 1.000) | % DO TOTAL |        |
|---|----------------------|-----------------------|------------|--------|
|   |                      |                       | VOLUME     | VALOR  |
| Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios...  | 107.620              | 2.777.075             | 2,13       | 21,32  |
| Manufaturas de ferro e aço.....                   | 287.084              | 911.731               | 5,67       | 7,00   |
| Automóveis de toda espécie (28.592 unidades)...   | 50.895               | 717.017               | 1,01       | 5,50   |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes... | 175.826              | 593.057               | 3,47       | 4,50   |
| Farinha de trigo.....                             | 244.268              | 534.529               | 4,83       | 4,15   |
| Ferro e aço em bruto ou preparado.....            | 169.400              | 412.628               | 3,35       | 3,17   |
| Trigo em grão.....                                | 211.636              | 406.380               | 4,18       | 3,12   |
| Gasolina.....                                     | 623.846              | 354.783               | 12,33      | 2,72   |
| Carvão de pedra.....                              | 1.037.504            | 348.072               | 20,50      | 2,67   |
| Papel e suas aplicações.....                      | 73.939               | 332.151               | 1,46       | 2,55   |
| Outros produtos.....                              | 2.079.361            | 5.641.263             | 41,07      | 43,30  |
| TOTAL.....  | 5.061.382            | 13.023.716            | 100,00     | 100,00 |

Essa importação proveiu dos Estados Unidos na proporção de 46,79% e 58,21%, respectivamente, do volume e do valor totais. A Europa começa a recuperar a sua antiga e tradicional capacidade de fornecimento dos materiais de que o Brasil carece. Assim, em 1946, já 12,11% e 22,32%, respectivamente do volume e do valor da importação têm procedência européia; principalmente da Grã-Bretanha. Pode-se dizer que todo o movimento importador do Brasil em 1946, se concentra em dois continentes: a América e a Europa. No conjunto, essas duas partes do mundo forneceram ao Brasil 96,95% e 98,51% do volume e do valor em que montam as nossas aquisições externas, no ano passado. Essa referência se torna necessária para justificar porque a análise do movimento importador ficou circunscrita apenas à América e à Europa.

Por sua vez, em 1946, São Paulo e o Distrito Federal absorveram mais de quatro quintos do volume e do valor da importação do Brasil. Depois dessas duas unidades federadas vêm o Rio Grande do Sul e Pernambuco, mas com percentagens consideravelmente menores. Couberam a São Paulo 39,88% do volume e 42,89% do valor, sendo que ao Distrito Federal 43,68% do volume e 42,30% do valor, relativos à importação realizada em 1946.

O fenômeno de concentração geográfica é aí muito mais pronunciado, conforme se vê. Em sete unidades federadas — São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará e Ceará se concentram 98,39% da tonelagem importada, restando para as demais unidades federadas apenas 1,61%. No

valor as cotas são, as seguintes: 97,91%, para cinco unidades federadas e somente 2,9% para as unidades restantes.

Esses algarismos não refletem, na realidade, o consumo geográfico da importação do Brasil. Basta ver que aí não se acha referido o Estado de Minas Gerais. O Distrito Federal constitui um grande centro redistribuidor das mercadorias que recebe do estrangeiro. Por seu turno, São Paulo conta igualmente com uma vasta zona que lhe é tributária e à qual destina, em apreciáveis proporções, artigos de produção externa.

### III — BALANÇA COMERCIAL

Cumpre-nos agora fixar as repercussões de tudo quanto se acha exposto sobre a posição da balança comercial do Brasil no decurso desse anômalo período que vai de 1939 a 1946. É da estrutura do comércio exterior do Brasil a balança quantitativa deficitária, simultaneamente à posição superavitária no valor. Isso ocorre por dois motivos básicos. De um lado, o país exporta principalmente produtos de valor unitário superior ao da importação. De outro lado, sendo uma nação devedora precisamos de receber do estrangeiro muito mais do que lhe pagamos através das permutas mercantis.

Quando se fixam os algarismos da balança comercial, deve-se ter em vista a circunstância de que, sua posição, não entram os mesmos elementos que formam o intercâmbio econômico do Brasil com o estrangeiro. Vêm contribuindo para o crescente vulto dos "superavits" apurados a partir de 1941, conforme as cifras abaixo referidas, três fatores que atuam concomitantemente: a) procura cada vez maior do nosso produto exportável; b) obstáculos decorrentes da guerra, em prejuízo da livre entrada, no país, de mercadorias de procedência internacional; c) apereçamento ininterrupto e muito progressivo do valor médio da tonelada exportada. Esse fato ressalta igualmente dos dados infra, complementares dos algarismos que se referem propriamente à balança comercial.

#### + OU — NA EXPORTAÇÃO

| Ano  | Quantidade<br>(ton.) |   | Valor<br>(Cr\$ 1.000) |
|------|----------------------|---|-----------------------|
| 1939 | 605.604              | + | 631.887               |
| 1940 | 1.099.217            | — | 3.611                 |
| 1941 | 513.781              | + | 1.211.229             |
| 1942 | 351.599              | + | 2.806.835             |
| 1943 | 606.886              | + | 2.566.828             |
| 1944 | 1.170.292            | + | 2.729.362             |
| 1945 | 1.303.875            | + | 3.580.190             |
| 1946 | 1.398.260            | + | 5.200.816             |

VALOR MÉDIO DA TONELADA

| Anos           | + na exportação<br>Cr\$ |
|----------------|-------------------------|
| 1939 . . . . . | 301                     |
| 1939 . . . . . | 387                     |
| 1941 . . . . . | 540                     |
| 1942 . . . . . | 1.260                   |
| 1943 . . . . . | 1.371                   |
| 1944 . . . . . | 1.933                   |
| 1945 . . . . . | 2.075                   |
| 1946 . . . . . | 2.403                   |

No decurso dos seis anos compreendidos entre 1941 a 1946, o Brasil acumulou "superavit" comerciais no montante de Cr\$ 18.095.260.000,00. Bem mais relevante ainda é assinalar que o saldo da balança mercantil do país, no ano passado, corresponde a uma quantia que ultrapassa o valor de tóda e exportação num ano inteiro, conforme se verifica cotejando as cifras relativas a 1938 e a 1940.

Tudo isso é muito significativo e produz repercussões do maior alcance na economia nacional, tanto no consumo como na produção; principalmente na economia de consumo. O cotejo entre o valor médio da tonelada, na exportação e na importação, nos últimos oito anos determina resultados de significação não menos apreciável. Assim, em 1939, uma tonelada exportada pagou uma tonelada importada, deixando ao país o excedente de Cr\$ 301,00 por tonelada. Em 1946, êsse excedente subiu de tal modo até ao ponto de atingir o nível de Cr\$ 2.403,00 em média, por tonelada. O aumento corresponde, portanto, a 698,34%.

Eis aí, em resumo, as repercussões produzidas pela segunda conflagração mundial no mecanismo do comércio exterior do Brasil. Considerando mais de perto a sua posição, para ressaltar as variações ocorridas no último biênio, verifica-se que, no balanço quantitativo, o "deficit" registrado em 1946 é ligeiramente maior do que em 1945, ao passo que no valor, o aumento foi considerável. O "superavit" da balança mercantil cresceu de Cr\$ . . . . . 3.580.190.000,00 para Cr\$ 5.200.816.000,00, ou sejam 45,27% a mais. Ao mesmo tempo, o excedente do poder de compra da tonelada exportada em confronto com a tonelada importada, subiu de Cr\$ 328,00 ou sejam 15,81% a mais.

Em 1946, a balança comercial do Brasil manteve-se ainda mais superavitária nas permutas com o continente africano. Torna-se deficitária no intercâmbio com a América do Norte e Central, pois, aí, o saldo ativo com os Estados Unidos desceu de Cr\$ 1.270.843.000,00, em 1945, a Cr\$ 109.667.000,00, em 1946.

As trocas de comércio com a América do Sul se foram ampliando no biênio, de modo a duplicar o "superavit" da balança mercantil. Isso, porém, é devido essencialmente à anormalidade sobrevinda ao intercâmbio argentino-brasileiro em consequência da conjuntura do trigo.

Na troca de mercadorias com a Ásia, o "superavit" de Cr\$ 763.226.000,00<sup>a</sup> registrado no ano findo, tem caráter anormal devido à súbita progressão do movimento exportador para a China, sem contrapartida da importação dessa proviniência. No intercâmbio com a Europa, o "superavit", que já apreciável no ano de 1945, duplicou em 1946, para isso contribuindo surto da exportação destinada aos vários países do velho continente,

Assim, os saldos ativos com a Itália e a União Belgo-Luxemburguesa, isoladamente considerados, superam os excedentes em favor do Brasil, registados na balança de comércio com a Grã Bretanha. Insistimos em assinalar que nem sempre o balanço do intercâmbio econômico coincide com a balança propriamente mercantil, resultante do encontro entre as vendas e as compras de produtos, com natural exclusão de parcelas extrínsecas às trocas de mercadorias.

A situação que acabamos de escrever, certamente se modificará no corrente exercício de 1947, em virtude do extraordinário surto das importações, determinado pela absoluta necessidade de artigos de toda sorte, de que ficamos privados durante o período da guerra, e pela facilidade de satisfazer a essa necessidade pelo restabelecimento, que já se torna sensível, dos mercados em que anteriormente nos abastecíamos.

### CAPÍTULO III

## MOVIMENTO BANCÁRIO DO BRASIL — 1939-1946

O movimento bancário do país pode ser fixado mediante o exame de quatro séries fundamentais de algarismos: a) *depósitos*; b) *empréstimos*; c) *compensação de cheques*; d) *encaixes*. À medida que se processa o aumento do volume do meio circulante, o crédito bancário vai se dilatando.

Nem sempre o surto dos depósitos e dos empréstimos avulta paralelamente ao ritmo do aumento da massa de papel — moeda em circulação. É fenômeno cuja marcha pode ser fixada mediante cotejo das estatísticas internacionais, notadamente o boletim mensal até então distribuído pelo Departamento Técnico da Liga das Nações e ora divulgado, em nova série, pela Organização das Nações Unidas. Para que a expansão do meio circulante deixe de repercutir com a mesma intensidade no volume do crédito bancário, faz-se indispensável a interferência de medidas governamentais com o objetivo de neutralizar semelhantes repercussões.

Entre 1939 e 1946, o total dos *depósitos bancários* elevou-se de 289,4%. A massa dos empréstimos expandiu-se de 301,3%. No que diz respeito ao meio circulante, a sua progressão foi de 312,3%.

Quanto aos depósitos bancários, feita a sua discriminação por estabelecimentos nacionais e estabelecimentos estrangeiros, as flutuações, no período de 1939 a 1946, estão assim, representadas:

#### 1 — Depósitos — (Cr\$ 1.000)

| Ano  | Bancos<br>nacionais | Bancos<br>estrangeiros | Total      |
|------|---------------------|------------------------|------------|
| 1939 | 10.384.748          | 2.138.246              | 12.522.994 |
| 1940 | 11.659.830          | 2.004.542              | 13.664.372 |
| 1941 | 14.487.058          | 2.044.893              | 16.531.951 |
| 1942 | 19.628.511          | 1.912.053              | 21.540.564 |
| 1943 | 29.055.817          | 2.514.411              | 31.570.228 |
| 1944 | 37.098.722          | 2.604.769              | 39.703.491 |
| 1945 | 42.171.835          | 3.113.969              | 45.285.804 |
| 1946 | 45.637.068          | 3.130.863              | 48.767.931 |

A linha ascensional não se acentuou tanto relativamente aos bancos estrangeiros. A sua verticalidade é flagrante no caso dos bancos nacionais.

A segunda conflagração mundial afetou de maneira sensível as operações dos bancos estrangeiros aqui estabelecidos, as quais se reduziram ao mínimo, contribuindo êsse fato para evitar maior crescimento de depósitos.

Enquanto nos estabelecimentos nacionais os depósitos subiram de 339,5%, nos estabelecimentos estrangeiros a sua alta ficou limitada a 46,4%.

É a seguinte a discriminação dos depósitos, em 31 de dezembro de 1946, em confronto com igual período de 1945:

Movimento bancário

|                                   | Valor (Cr\$ 1.000) |                   |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------|
|                                   | 1945               | 1946              |
| <i>Depósitos a vista</i> .....    | 30.748.035         | 33.485.739        |
| Depósitos de entidades públicas . | 3.161.425          | 6.885.357         |
| Depósitos bancários .....         | 3.579.969          | 3.638.752         |
| Depósitos do público a vista ..   | 24.006.969         | 22.951.630        |
| <i>Depósitos a prazo</i> .....    | 14.537.769         | 15.282.192        |
| Depósitos a prazo fixo .....      | 8.512.968          | 8.300.945         |
| Depósitos com aviso prévio .      | 4.118.981          | 4.655.448         |
| Depósitos compulsórios .....      | 1.905.820          | 2.325.799         |
| <b>Total</b> .....                | <b>45.285.804</b>  | <b>48.767.931</b> |

Revelam êsses algarismos que os depósitos a vista figuram, em 1946, com 68,7% do total geral, cabendo aos depósitos a prazo 31,3%. Avultou muito, no ano findo, a parcela representativa dos depósitos das entidades públicas. A sua proporção passou de 7%, em 1945, a 14,1%, em 1946.

A relação percentual dos depósitos efetuados por estabelecimentos bancários quase não oscilou. Os depósitos a vista, efetuados por particulares, baixaram. Enquanto o total geral dos depósitos a vista elevou-se de Cr\$ 30.748.031.000,00, em 1945, e Cr\$ 33.485.739.000,00, em 1946, ou sejam 8,9%, os depósitos a vista, pertencentes a particulares, oscilaram de Cr\$ 24.006.969.000,00 a Cr\$ 22.951.630.000,00, no mesmo período o que corresponde a uma redução de 4,5%.

Menos sensível foi a progressão registrada no tocante aos depósitos a prazo, cujo crescimento atingiu apenas a 5,1%. Nos depósitos a prazo fixo houve baixa. Essa massa de numerário le-



vada aos estabelecimentos de crédito, pelos depositantes de diversas origens, constitui a massa dos recursos sôbre os quais estabelecimentos de crédito operam normalmente.

Nada demonstra melhor o rumo seguido pela política de crédito que os algarismos referentes à massa dos empréstimos movimentados pelos estabelecimentos bancários que operam no país. Assim, o total dos empréstimos aumentou de 301,3%, no período de 1939 a 1946. Nêsse período, o sistema bancário funcionou sem atender às mais elementares normas de prudência, de tal forma que o volume dos empréstimos ultrapassou ao próprio nível dos depósitos. Foi o que ocorreu em 1944, quando o total dos empréstimos, em confronto com o dos depósitos, apresenta o índice de 101%.

É significativo assinalar que, embora tenham se elevado os depósitos no exercício de 1946, a relação entre empréstimos e depósitos baixou apreciavelmente no mesmo período. O índice de 101%, que representava essa relação em 1945, baixou a 92,8%, em 1946.

A restrição do crédito só pode ser comprovada pela estatística bancária. É princípio axiomático subordinar a política do crédito às necessidades gerais da economia do país, utilizando-a como instrumento de controle.

Os algarismos referentes a depósitos e empréstimos assumem, assim, grande importância porque indicam até onde o crédito se ajusta às conveniências de sadia política econômico-financeira.

Sabe-se que o crédito bancário aumenta a capacidade geral de compra. Assim, ao mesmo tempo que pode constituir fator decisivo de estabilização dos preços, pode influir no sentido de sua ininterrupta ascensão. Eis como se expandiram os *empréstimos bancários* nos dois quadriênios compreendidos entre 1939 e 1946, feita a sua discriminação por bancos nacionais e bancos estrangeiros:

2 — Empréstimos — (Cr\$ 1.000)

| Ano        | Bancos nacionais | Bancos estrangeiros | Total      |
|------------|------------------|---------------------|------------|
| 1939 ..... | 9.553.405        | 1.728.263           | 11.281.668 |
| 1940 ..... | 11.256.748       | 1.579.952           | 12.836.700 |
| 1941 ..... | 14.235.081       | 1.659.064           | 15.894.145 |
| 1942 ..... | 16.893.523       | 1.312.813           | 18.206.336 |
| 1943 ..... | 26.800.636       | 1.955.951           | 28.756.587 |
| 1944 ..... | 38.125.079       | 1.981.459           | 40.106.538 |
| 1945 ..... | 41.589.605       | 2.270.414           | 43.860.019 |
| 1946 ..... | 42.351.606       | 2.924.817           | 45.276.423 |

No total, o aumento registrado nêsse período foi de 301,3%. Relativamente aos bancos nacionais, o volume dos empréstimos elevou-se de 343,3%. Nos bancos estrangeiros cresceu apenas de 69,2%. Prevalecem aqui as observações anteriores a propósito das repercussões da guerra nos estabelecimentos de crédito estrangeiros aqui estabelecidos cuja participação foi de 6,5% do total dos empréstimos e de 6,4% no total dos depósitos.

É digno de nota o fato de haver descido de 15,7%, no biênio de 1945 a 1946, o volume dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil; nos outros bancos nacionais houve o declínio de 1,8% no movimento dos empréstimos, paralelamente à alta de 28,8%, no tocante aos bancos estrangeiros, dentro do biênio citado. Decresceram também os empréstimos efetuados pelas casas bancárias na proporção de 9,2%. É a seguinte a posição dessas duas contas fundamentais — depósitos e empréstimos — em 31 de dezembro de 1946:

Valor (Cr\$ 1.000)

| <i>Bancos</i>                              | <i>Depósitos</i>  | <i>Empréstimos</i> |
|--|-------------------|--------------------|
| Banco do Brasil .....                      | 15.354.487        | 14.395.097         |
| Outros bancos .....                        | 29.037.018        | 27.000.858         |
| Casas bancárias .....                      | 1.245.563         | 955.651            |
| Total dos estabelecimentos nacionais ..... | 45.637.068        | 42.351.606         |
| Bancos estrangeiros .....                  | 3.130.863         | 2.924.817          |
| <b>Total .....</b>                         | <b>48.767.931</b> | <b>45.276.423</b>  |

O Banco do Brail participa com 31,5% do total dos depósitos e com 31,8% do total dos empréstimos. Cabem aos outros bancos nacionais as seguintes percentagens: depósitos, 59,5%; empréstimos, 59,6%. É relativamente mínima a parcela referente aos bancos estrangeiros. As variações registradas no movimento bancário nacional segundo a posição levantada em 31 de dezembro de 1946, feito o cotejo com a situação apurada na mesma data em 1945, pode ser assim resumida:

Valor (Cr\$ 1.000)

| <i>Bancos</i>                              | <i>Depósito</i>    | <i>Empréstimos</i> |
|--|--------------------|--------------------|
| Banco do Brasil .....                      | + 623.097          | — 2.685.117        |
| Outros bancos .....                        | + 2.528.789        | + 3.543.383        |
| Casas bancárias .....                      | + 313.347          | — 96.265           |
| Total dos estabelecimentos nacionais ..... | + 3.465.233        | + 762.001          |
| Bancos estrangeiros .....                  | + 16.894           | + 654.403          |
| <b>Total .....</b>                         | <b>+ 3.482.127</b> | <b>+ 1.416.404</b> |

A relação entre o numerário em caixa e o valor total dos depósitos, assim como a relação percentual dos empréstimos em cotejo com os depósitos constituem elementos para se julgar da situação de segurança ou insegurança de um sistema bancário.

Esses três valores indicam, não só a prudência com que operam os estabelecimentos de crédito, como revelam muito caracteristicamente os rumos seguidos pela política de crédito. Antes de fixar os algarismos que exprimem as relações ora mencionadas, convem reproduzir dados relativos ao *movimento de compensação de cheques*, aos encaixes bancários durante o mesmo período a que se referem os confrontos estatísticos precedentemente estabelecidos.

Assim, temos:

### 3 — COMPENSAÇÃO DE CHEQUES (Cr\$ 1.000)

|            | <i>Bancos<br/>nacionais</i> | <i>Bancos<br/>estrangeiros</i> | <i>Total</i> |
|------------|-----------------------------|--------------------------------|--------------|
| 1939 ..... | 507.332                     | 289                            | 507.621      |
| 1940 ..... | 686.888                     | 211                            | 687.099      |
| 1941 ..... | 534.447                     | 203                            | 534.650      |
| 1942 ..... | 782.060                     | 139                            | 782.199      |
| 1943 ..... | 884.051                     | 19                             | 884.070      |
| 1944 ..... | 913.029                     | —                              | 913.029      |
| 1945 ..... | 1.082.762                   | —                              | 1.082.762    |
| 1946 ..... | 1.094.281                   | —                              | 1.094.281    |

### 4 — ENCAIXES — (Cr\$ 1.000)

|            | <i>Bancos<br/>nacionais</i> | <i>Bancos<br/>estrangeiros</i> | <i>Total</i> |
|------------|-----------------------------|--------------------------------|--------------|
| 1939 ..... | 842.065                     | 274.738                        | 1.116.803    |
| 1940 ..... | 847.031                     | 243.681                        | 1.090.712    |
| 1941 ..... | 1.073.620                   | 263.872                        | 1.337.492    |
| 1942 ..... | 1.859.847                   | 248.597                        | 2.108.444    |
| 1943 ..... | 2.118.159                   | 320.625                        | 2.438.784    |
| 1944 ..... | 2.490.818                   | 309.570                        | 2.800.388    |
| 1945 ..... | 2.844.714                   | 369.223                        | 3.213.937    |
| 1946 ..... | 3.386.053                   | 287.695                        | 3.673.748    |

As operações de compensação de cheques foram exclusivamente praticadas pelos bancos nacionais a partir de 1944. Antes dessa data mínimas eram as quantias representativas de compensação de cheques efetuadas por bancos estrangeiros.

Quanto aos encaixes, a sua alta global corresponde a 228,9%, de 1939 a 1946. O seu aumento, nos bancos nacionais, foi de 302,1%. Nos bancos estrangeiros quase não houve aumento, pois as cifras subiram apenas de 4,7%.

De 1945 a 1946 declinaram os encaixes dos bancos estrangeiros, considerados no seu conjunto, enquanto não cessou a sua alta nos bancos nacionais. Eis as percentagens que exprimem as variações dos encaixes em função dos depósitos a vista e do total dos depósitos, bem como do volume dos dos depósitos em confronto com os empréstimos:

## CAIXA EM RELAÇÃO

| Anos       | Aos depósitos a vista | Aos depósitos a prazo | Empréstimos em relação ao total dos depósitos |
|------------|-----------------------|-----------------------|---|
| 1939 ..... | 12,4                  | 8,9                   | 90,1  |
| 1940 ..... | 11,6                  | 8,0                   | 93,9  |
| 1941 ..... | 12,1                  | 8,1                   | 96,1  |
| 1942 ..... | 13,9                  | 9,8                   | 84,5  |
| 1943 ..... | 10,7                  | 7,7                   | 91,1  |
| 1944 ..... | 10,0                  | 7,1                   | 101,0   |
| 1945 ..... | 10,5                  | 7,1                   | 96,9  |
| 1946 ..... | 11,0                  | 8,5                   | 92,8  |

O govêrno está empenhado em dotar o país de um sistema bancário ajustado às suas conveniências e às suas necessidades. Só assim será possível a supervisão do crédito a ser exercida pelo instituto central, provido dessa faculdade em condições tais que lhe assegurem eficiente e oportuno controle do mercado de dinheiro.

Devido à falta de um regime bancário moderno, a nação atravessou a segunda guerra mundial sofrendo tôdas as desvantagens decorrentes do descontrole das atividades relacionadas com o crédito. Essa experiência tem alcance decisivo. Sugere ao Govêrno ação vigorosa e imediata no sentido de uma reforma bancária, que permita ao Brasil acelerar o seu preparo e tomar o lugar que lhe compete ao lado das nações economicamente organizadas.

As atividades econômicas financeiras poderão, assim, se processar em ritmo seguro, sem as marchas e contramarchas que enchem tôda a história do crédito no Brasil, especialmente considerada sob o aspecto do mecanismo bancário.

## CAPÍTULO IV

### CAIXAS ECONÔMICAS

O movimento das Caixas Econômicas Federais durante o período 1944-46, como aconteceu nos anos anteriores, se manteve em ascensão acentuadas, conforme dão testemunho os quadros que, a partir de junho de 1944 a dezembro de 1946, foram levantados na seguinte ordem: Ativos Realizáveis, Valores Disponíveis, Empréstimos, Empréstimos a longo prazo, Valores Patrimoniais; Depósitos, Rendas Brutas e Despesas Brutas.

#### CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944-1946

##### I - ATIVOS REALIZÁVEIS (\*)

(Valores em Cruzeiros)

| CAIXAS ECONÔMICAS<br>FEDERAIS | 1944                    | 1945                     | 1946                     |
|-------------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Rio de Janeiro.....           | 3.486.330.451,00        | 4.359.582.447,00         | 5.319.069.793,00         |
| São Paulo.....                | 2.923.175.401,00        | 3.572.226.710,00         | 4.700.333.098,00         |
| Rio Grande do Sul.....        | 852.351.074,00          | 1.164.022.413,00         | 610.022.663,00           |
| Bahia.....                    | 304.355.051,00          | 328.641.973,00           | 172.862.360,00           |
| Paraná.....                   | 321.711.120,00          | 426.634.902,00           | 378.867.755,00           |
| Pernambuco.....               | 239.640.144,00          | 131.696.722,00           | 196.713.873,00           |
| Minas Gerais.....             | 343.164.746,00          | 434.626.063,00           | 512.752.219,00           |
| Est. do Rio.....              | 493.198.313,00          | 518.759.065,00           | 302.341.285,00           |
| <b>TOTAL.....</b>             | <b>8.903.986.393,00</b> | <b>10.936.190.295,00</b> | <b>12.519.513.046,00</b> |

(\*) — Representado por Valores Disponíveis, Empréstimo e outras aplicações.

## CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944/1946

## II - VALORES DISPONÍVEIS (\*)

(Valores em Cruzeiros)

| CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS | 1944             | 1945             | 1946             |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Rio de Janeiro.....        | 922.035.020,00   | 1.079.557.094,00 | 827.461.770,00   |
| São Paulo.....             | 1.653.531.816,00 | 1.798.020.831,00 | 2.171.684.090,00 |
| Rio G. do Sul.....         | 510.426.258,00   | 617.458.112,00   | 313.093.840,00   |
| Bahia.....                 | 108.497.255,00   | 114.416.198,00   | 56.730.413,00    |
| Paraná.....                | 154.692.509,00   | 212.421.132,00   | 293.765.591,00   |
| Pernambuco.....            | 56.738.962,00    | 13.572.094,00    | 17.920.651,00    |
| Minas Gerais.....          | 129.725.141,00   | 133.663.975,00   | 125.599.953,00   |
| E. do Rio.....             | 127.242.427,00   | 77.971.681,00    | 57.779.363,00    |
| TOTAL.....                 | 3.653.802.418,00 | 4.047.084.117,00 | 3.774.044.671,00 |

(\*) -- Representa: Dinheiro em caixa, depósitos em Bancos e no Tesouro Nacional.

## CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944/1946

## III - EMPRÉSTIMOS (\*)

(Valores em Cruzeiros)

| CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS | 1944             | 1945             | 1946             |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Rio de Janeiro.....        | 1.917.791.759,00 | 2.339.871.254,00 | 3.366.741.442,00 |
| São Paulo.....             | 603.841.726,00   | 1.061.129.091,00 | 1.865.918.223,00 |
| Rio G. do Sul.....         | 273.653.423,00   | 406.113.937,00   | 285.513.821,00   |
| Bahia.....                 | 162.303.540,00   | 180.622.485,00   | 99.362.908,00    |
| Paraná.....                | 132.810.492,00   | 107.285.507,00   | 310.928.847,00   |
| Pernambuco.....            | 101.193.765,00   | 60.158.018,00    | 127.813.204,00   |
| Minas Gerais.....          | 201.017.905,00   | 279.327.750,00   | 363.595.763,00   |
| E. do Rio.....             | 308.256.330,00   | 356.034.029,00   | 192.656.858,00   |
| TOTAL.....                 | 3.710.504.940,00 | 4.910.542.074,00 | 6.618.531.156,00 |

(\*) -- Representa o saldo a haver pelas Caixas Econômicas por empréstimos concedidos:

- I -- Hipotecas; II -- Garantias simultâneas; III -- Consignações; IV -- Cauções de Títulos  
V -- Penhores.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944-1946

IV — REPRESENTAÇÃO A LONGO PRAZO

(Com hipóteses e quantias simultâneas)

(Valores em cruzeiros)

| CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS | 1944                    | 1945                    | 1946                    |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Rio de Janeiro.....        | 1.316.231.309,00        | 1.671.579.690,00        | 2.287.258.107,00        |
| São Paulo.....             | 486.281.010,00          | 899.223.919,00          | 1.706.619.150,00        |
| Rio G. do Sul.....         | 223.203.612,00          | 405.517.607,00          | 246.637.997,00          |
| Bahia.....                 | 142.107.053,00          | 155.933.853,00          | 82.947.854,00           |
| Paraná.....                | 120.719.029,00          | 150.166.773,00          | 287.379.907,00          |
| Pernambuco.....            | 81.841.201,00           | 52.153.671,00           | 110.060.329,00          |
| Minas Gerais.....          | 183.865.861,00          | 256.550.539,00          | 335.318.923,00          |
| E. do Rio.....             | 283.791.841,00          | 329.432.703,00          | 177.179.512,00          |
| <b>TOTAL.....</b>          | <b>2.871.043.929,00</b> | <b>3.919.659.755,00</b> | <b>5.233.431.779,00</b> |

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944-1946

V — VALORES PATRIMONIAIS (\*)

(Valores cruzeiros em

| CAIXAS ECONOMICAS FEDERAIS | 1944                  | 1945                  | 1946                  |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Rio de Janeiro.....        | 188.926.284,00        | 241.982.029,00        | 282.463.984,00        |
| São Paulo.....             | 76.329.110,00         | 77.223.004,00         | 83.148.732,00         |
| Rio G. do Sul.....         | 41.970.160,00         | 43.624.825,00         | 22.749.017,00         |
| Bahia.....                 | 5.897.731,00          | 5.869.128,00          | 2.913.341,00          |
| Paraná.....                | 12.201.698,00         | 12.742.901,00         | 13.783.743,00         |
| Pernambuco.....            | 2.974.917,00          | 1.683.235,00          | 3.377.800,00          |
| Minas Gerais.....          | 12.513.036,00         | 7.361.208,00          | 7.729.715,00          |
| E. do Rio.....             |                       |                       |                       |
| <b>TOTAL.....</b>          | <b>340.815.846,00</b> | <b>393.489.329,00</b> | <b>416.196.362,00</b> |

(\*) Representa a parcela das contas Patrimoniais invertida em bens patrimoniais.

## CAIXAS ECONOMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944, 1946

## VI — DEPÓSITOS (\*)

(Valores em cruzeiros)

| CAIXAS ECONOMICAS FEDERAIS | 1944                    | 1945                     | 1946                     |
|----------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Rio de Janeiro.....        | 3.166.973.678,00        | 3.942.044.518,20         | 4.838.086.481,00         |
| São Paulo.....             | 2.893.434.444,00        | 3.536.497.086,00         | 4.740.125.948,00         |
| Rio Grande do Sul.....     | 805.407.524,00          | 1.111.425.037,00         | 611.835.512,00           |
| Bahia.....                 | 297.740.814,00          | 323.967.207,00           | 170.737.847,00           |
| Paraná.....                | 294.907.940,00          | 387.435.740,00           | 494.694.117,00           |
| Pernambuco.....            | 207.770.583,00          | 98.784.279,00            | 196.017.267,00           |
| Minas Gerais.....          | 297.565.213,00          | 341.231.417,00           | 398.063.507,00           |
| E. do Rio.....             | 457.226.486,00          | 457.851.268,00           | 266.273.412,00           |
| <b>TOTAL.....</b>          | <b>8.421.026.682,00</b> | <b>10.190.236.542,00</b> | <b>11.715.831.091,00</b> |

(\*) — Representa o saldo a favor dos depositantes.

## CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944-1946

## VII — RENDAS BRUTAS

(Valores em cruzeiros)

| CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS | 1944                  | 1945                  | 1946                  |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Rio de Janeiro.....        | 118.570.085,00        | 157.297.656,00        | 196.654.708,00        |
| São Paulo.....             | 79.942.711,00         | 106.154.478,00        | 146.090.554,00        |
| Rio Grande do Sul.....     | 25.434.130,00         | 34.317.739,00         | 19.929.923,00         |
| Bahia.....                 | 10.099.414,00         | 11.156.287,00         | 5.776.243,00          |
| Paraná.....                | 9.796.361,00          | 12.068.576,00         | 17.153.149,00         |
| Pernambuco.....            | 5.916.949,00          | 6.152.864,00          | 6.225.133,00          |
| Minas Gerais.....          | 12.178.859,00         | 19.187.201,00         | 21.950.012,00         |
| E. do Rio.....             | 13.593.820,00         | 14.085.148,00         | 7.944.500,00          |
| <b>TOTAL.....</b>          | <b>275.532.329,00</b> | <b>360.419.940,00</b> | <b>421.724.222,00</b> |



CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS NO PERÍODO DE 1944-1946

VIII - DESPESAS BRUTAS

(Valores em Cruzeiros)

| CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS | 1944           | 1945           | 1946           |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Rio de Janeiro.....        | 96.357.340,00  | 120.269.654,00 | 164.123.769,00 |
| São Paulo.....             | 78.775.554,00  | 100.133.579,00 | 134.851.251,00 |
| Rio Grande do Sul.....     | 21.487.693,00  | 28.959.904,00  | 18.056.730,00  |
| Bahia.....                 | 10.490.221,00  | 12.299.082,00  | 6.028.079,00   |
| Paraná.....                | 8.970.064,00   | 11.837.828,00  | 16.094.647,00  |
| Pernambuco.....            | 5.886.564,00   | 6.076.810,00   | 6.277.198,00   |
| Minas Gerais.....          | 9.949.392,00   | 15.066.668,00  | 19.148.750,00  |
| E. do Rio.....             | 15.226.911,00  | 16.737.367,00  | 8.696.652,00   |
| TOTAL.....                 | 247.113.739,00 | 311.371.922,00 | 373.277.016,00 |

Em 31 de dezembro de 1945 os depósitos das Caixas Econômicas no Tesouro Nacional montavam a CrS 1.157.472.100,30, total que, em igual data de 1946 se reduziu a CrS ..... 1.059.658.237,00, conforme a seguinte discriminação:

| Estados                   | 1946             |
|---------------------------|------------------|
| Amazonas .....            | 3.861.641,90     |
| Pará .....                | 11.625.970,10    |
| Maranhão .....            | 3.962.881,40     |
| Piauí .....               | 1.601.132,10     |
| Ceará .....               | 1.462.223,00     |
| Rio Grande do Norte ..... | 558.815,50       |
| Paraíba .....             | 2.395.846,20     |
| Pernambuco .....          | 3.897.311,60     |
| Alagoas .....             | 3.581.579,30     |
| Sergipe .....             | 3.297.469,40     |
| Bahia .....               | 24.301.377,90    |
| Espírito Santo .....      | 5.020.110,60     |
| Rio de Janeiro .....      | 10.149.322,30    |
| Distrito Federal .....    | 114.627.898,70   |
| São Paulo .....           | 683.485.673,20   |
| Paraná .....              | 25.876.226,00    |
| Santa Catarina .....      | 9.326.384,50     |
| Rio Grande do Sul .....   | 136.798.653,50   |
| Minas Gerais .....        | 6.448.301,50     |
| Goiás .....               | 1.001.065,50     |
| Mato Grosso .....         | 6.378.352,80     |
| Brasil .....              | 1.059.658.237,00 |

## CONSELHO SUPERIOR DAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Classificação das Caixas Econômicas Federais* — em 31 de dezembro de 1946

Classe especial — Rio de Janeiro e São Paulo

1<sup>oa</sup> Classe — Rio Grande do Sul.

2.<sup>a</sup> Classe — Bahia, Estado do Rio, Minas Gerais e Paraná.

3.<sup>a</sup> Classe — Pernambuco.

4.<sup>a</sup> Classe — Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás; Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

## CAPÍTULO V

# COMISSÃO DE CONTRÔLE DOS ACÓRDOS DE WASHINGTON

Os acórdos celebrados com o Governo Norte-Americano, denominados Acórdos de Washington, para o desenvolvimento da produção e exportação de materiais estratégicos, são em número de trinta e oito, porém apenas três se encontram em vigor. Faremos referências, entretanto, não só a êstes, como aos principais, em bora não mais em vigor.

### 1 — BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S. A.

Capital — Cr\$ 150.000.000,00 dividido em 150.000 ações nominativas, sendo 87.500 subscritas pelo Tesouro Nacional, 60.000 pela Rubber Development Corporation e 2.500 por pessoas físicas e jurídicas brasileiras. A direção do Banco está afeta a um presidente, de livre nomeação do Presidente da República, e cinco diretores eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, sendo três brasileiros e dois norte-americanos, indicados pela Rubber Development Corporation. A finalidade do Banco é assistir financeiramente aos produtores e comerciantes de borracha e incentivar o desenvolvimento da indústria de artefatos.

### 2 — SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO DO VALE AMAZÔNICO

Com jurisdição nos Estados do Amazonas e do Pará, Territórios do Acre e Guaporé, regiões do sul do Maranhão e norte de Goiás, visou a SAVA o abastecimento das zonas produtoras de borracha, providenciando sôbre o transporte, tabelamento de preços e determinação de medidas tendentes a assegurar o aprovisionamento de gêneros e instrumentos essenciais à exploração da borracha em todo o Vale Amazônico.

### 3 — SERVIÇO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA (SEMTA)

O SEMTA, criado em virtude de Portaria do Coordenador da Mobilização Econômica, destinou-se a recrutar trabalhadores, provindos de regiões assoladas pela seca, encaminhando-os para os seringais. Através desse órgão foram transportados para Belém 10.123 homens que, posteriormente foram colocados nas zonas produtoras.

### 4 — COMISSÃO ADMINISTRATIVA DO ENCAMINHAMENTO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA (CAETA)

Diante da necessidade da unificação do problema imigratório para a Amazônia, que vinha sendo atendido desde as zonas de recrutamento até Belém pelo Serviço de Encaminhamento e Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia e, de Belém aos seringais, pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, foi criada, em 14 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei n.º 5.813, a Comissão Administrativa do Encaminhamento dos Trabalhadores para a Amazônia.

Por essa Comissão foram recrutados, encaminhados e colocados no Vale Amazônico 16.235 trabalhadores e 8.065 dependentes, num total de 24.300 pessoas.

Em estreita colaboração com esta Comissão, tiveram ação destacada na execução dos Acôrdos, os seguintes órgãos já existentes:

### 5 — SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ (SNAPP)

O material flutuante da bacia Amazônica, apesar da cessão pela Rubber Development Corporation de seus navios, encontrava-se com a tonelagem reduzida a um terço da existente em 1910. Além daqueles navios foram entregues ao SNAPP quatro rebocadores e várias embarcações menores. Revela notar que tal auxílio foi prestado em época de difícil obtenção daquele material. Como auxílio a organização a Rubber Development Corporation subvencionava as embarcações na razão de Cr\$ 50,00 por milha navegada, Cr\$ 30,00 por tonelada transportada para aquela agência do Governo norteamericano, pagando os fretes com a majoração de 50%, além de Cr\$ 4,00 por dia por passageiro de 3.ª classe transportado. Comprometeu-se ainda a Rubber Development Corporation a entregar ao Snapp o carvão necessário aos preços de Cr\$ 400,00 e Cr\$ 480,00 a tonelada, nos portos de Belém e Manaus, respectivamente.

Poude assim a SNAPP aumentar de 26.832 para 45.000 a tonelagem transportada nos anos de 1940 a 1943 num dos períodos mais difíceis da guerra mundial.

#### 6 — SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA (SESP)

Em obediência aos Acórdos de Wshington foi o SESP estabelecido em 1942, mediante convênio firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Coordenador dos Negócios Inter-Americanos. As atividades dêsse órgão, abrangendo a bacia amazônica e a do Rio Doce, empregaram para mais de 3.000 funcionários, dos quais 98% brasileiros e os restantes americanos. Os serviços médico-sanitários compreendem um programa a desenvolver-se até o fim do ano de 1948, devendo o Governo Brasileiro dispende Cr\$ 109.280.000.00 e o Americano US\$ 8.000.000.00.

Os planos elaborados prevêm a retirada gradual do pessoal norte-americano, devendo em 1948 estar sob a direção de brasileiros, a fim de ser mantido em caráter permanente. Os serviços do SESP estendem-se a 32 localidades, onde funcionam postos dirigidos por médicos especializados, providos de laboratórios, medicamentos e meios de transporte para percorrer a região. Em Belém, Manáus e Porto Velho vêm sendo executadas importantes obras sanitárias de drenagem em larga escala. Possui o SESP seis embarcações para os grandes rios, dezoito para os médios, treze com motor à pôpa, para os igarapés, e seis de carga, inspeções e treinamento.

#### 7 — INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE (IAN)

O Instituto Agronômico do Norte, sob dependência do Ministério da Agricultura, vem, desde a sua fundação, estudando a melhoria das espécies de seringueira que se pretende empregar no cultivo nacional, a fim de poder o Brasil competir com o Oriente nos mercados mundiais. A essa instituição foi entregue o acêrvo da concessão Ford, cuja aquisição se fêz com meios fornecidos pelo Fundo Especial, criado pelo Decreto-lei n.º 4.451 de 9 de julho de 1942. Êsse fundo é constituído por prêmios pagos pelo Governo Americano sôbre a exportação de borracha brasileira, lucros do Banco de Crédito da Borracha S. A. que ultrapassem a 12% ao ano e produto da venda de borracha proveniente de naufrágios ocorridos no litoral brasileiro em virtude da ação submarina.

## 8 — CONTRÔLE DE ARTEFATOS DE BORRACHA

Tendo em vista a necessidade de borracha natural para fins bélicos, durante o desenrolar da guerra, foi organizado um órgão — Contrôles de Artefatos de Borracha, ao qual ficou afeto o fornecimento de matéria prima às fábricas e de fiscalização da produção. Para esse fim, os artefatos foram classificados de acordo com a sua utilidade, sendo proibida a fabricação de objetos considerados supérfluos. Com a terminação da guerra, cessaram as restrições impostas à indústria, restando apenas sob regime de controle a distribuição ao consumo de pneumáticos e câmaras de ar, dada a sua importância na economia nacional.

Os pneumáticos não sofreram majoração de vulto, em face das demais utilidades, principalmente porque se estabeleceram medidas severas para a sua distribuição. As guias de trânsito que os acompanhavam até os pontos de destino conseguiram impedir a sua evasão pelo contrabando, incentivado pelos altos preços atingidos em países vizinhos.

Perdura ainda a necessidade de se manter esse controle, apesar do aumento da produção de pneumáticos, que de 459.000 unidades em 1943, passou a 750.000 em 1946, porque o número de veículos em tráfego passou de 120.000 a 210.000, não tendo a indústria conseguido atingir, em 1946, a produção prevista de 830.000 pneumáticos. Para isso contribuíram as greves ocorridas no início daquele ano, bem como a suspensão temporária do mesmo controle pelo Decreto-lei n.º 8.148, de 29 de outubro de 1945. Da falta de controle resultou grande evasão de pneumáticos pelo contrabando.

As medidas postas em prática, através das Portarias 1, 2, 3 e 4, em vigor, com o auxílio de autoridades federais, estaduais e municipais, têm contribuído para evitar maiores dificuldades ao tráfego rodoviário.

## 9 — RECOLHIMENTO DE BORRACHA USADA

Pelo Decreto n.º 14.834, de 23 de janeiro de 1946, estabeleceu-se que, para a aquisição de pneumáticos, se faria necessária a devolução de pneumáticos usados de produção nacional, em número equivalente. O material assim obtido era coletado pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington, que o distribuía à indústria de regeneração da borracha, para nova aplicação, ou

entregava às fábricas de calçado popular, de extenso emprêgo entre as populações menos favorecidas do país.

Os recursos obtidos com aquela venda têm sido empregados na manutenção dos serviços da Comissão.

#### 10 --- ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Tornou-se imperativa a necessidade da criação de um serviço jurídico para velar pela perfeita execução dos Acôrdos assinados e Leis conseqüentes.

Incumbe a êsse serviço não só opinar sôbre a interpretação jurídica daqueles diplomas, como orientar os trabalhos concernentes à perfeita observância dos preceitos legais nas diferentes atividades da Comissão.

#### ACÔRDOS EM VIGOR

##### 1 -- BORRACHA

O primitivo Acôrdo sôbre borracha fixou o preço de 39 centavos, moeda americana, por libra-pêso. Muito embora representasse um aumento de 30% sôbre os preços então vigorantes, houve necessidade de aumentá-lo posteriormente para 45 centavos, tendo sido, mais tarde, a título de bonificação, majorado ainda de 15 centavos, além do prêmio ao Governo brasileiro de 2 1/2 centavos por libra-pêso pela produção de 10.000 a 15.000 toneladas e de 5 centavos pelo que excedesse dessa tonelagem. Êsse prêmio era concedido como estímulo à produção.

O Acôrdo deveria extinguir-se em junho de 1946, porém foi prorrogado até junho de 1947. A prorrogação foi vantajosa porque a produção do Oriente logo após a terminação da guerra começou a influir, pelo seu baixo preço, no mercado internacional.

##### 2 — BABAÇU

Tendo sido devidamente estudada a possibilidade de renovação do Acôrdo sôbre êste produto, a expirar em 24 de julho de 1946, foi, em conjunto com as interventorias nos Estados produtores, representantes da indústria nacional e dos órgãos diretamente interessados, decidida a sua prorrogação até 30 de junho de 1947, nas seguintes bases:

1.º Exportação de 50% da produção de amêndoas ou de óleo para os Estados Unidos da América, em vez de 70% como no primitivo Acôrdo.

2.º Majoração dos preços em cêrca de 13 1/2%.

3.º A retenção de 5% do valor da exportação até final realização das compras passou a 3%.

### 3 — ARROZ

O Acôrdo inicial, firmado em 1943, após os devidos estudos, realizados em conjunto com o Instituto Rio Grandense do Arroz, foi prorrogado por duas vêzes.

Em 20 de junho de 1945, por um ano, elevando-se o preço de 10%.

Em 21 de maio de 1946 nova prorrogação por um ano e majoração de 12 1/2%. Últimamente foi proposto e aceito um aumento de 5%, devendo o Govêrno estudar a possibilidade da renovação do acôrdo para a safra 1947-1948.

Releva notar que, mercê da fixação de preços compensadores, vem-se desenvolvendo a cultura do arroz, principalmente no Estado de São Paulo, que, de importador, passou a exportador do produto.

No sentido de dar execução ao acôrdo, a Comissão vem realizando reuniões regulares e tem mantido entendimentos com os órgãos próprios e com os representantes diplomáticos estrangeiros.



## CAPÍTULO VI

# CARTEIRA DE REDESCONTOS E CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Durante o exercício de 1946 foram particularmente intensas as atividades da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária, que desempenharam papel altamente construtivo, amparando institutos atingidos pela crise bancária desencadeada em abril último, sem prejuízo da assistência normal aos demais estabelecimentos de crédito.

Foi, realmente, uma fase difícil, pois a crise não se restringiu a alguns pequenos bancos, parecendo, em certo momento, que iria generalizar-se.

A situação era esperada e inevitável, pois as facilidades anteriores determinaram a inflação do crédito e a criação de novos Bancos, cujas administrações não primavam pela observância das mais elementares normas de prudência, procurando atender a interesses em oposição às suas finalidades precípuas.

Para conter a inflação de crédito teve o Governo de enfrentar problema de delicada complexidade: — promover o saneamento das transações bancárias, eliminando gradativamente aplicações duvidosas e assegurando, por outro lado, menos adequados, de proteção aos depositantes.

A orientação das Autarquias e Caixas Econômicas, procurando retirar de súbito grandes somas, anteriormente depositadas com certa imprevidência, o que serviu de exemplo para procedimento semelhante de depositantes particulares, determinou assustadora diminuição dos encaixes.

A compensação de Cheques do Banco do Brasil diariamente acusava descobertos nas contas dos estabelecimentos mais duramente atingidos pela crise.

A falta de acolhimento de qualquer cheque, como é óbvio, determinaria o imediato fracasso do Banco sacado, com repercussões imprevisíveis na economia nacional.

Diante dessa situação de inescandível gravidade, coube à Caixa de Mobilização Bancária e à Carteira de Redescontos a tarefa de amparar os bancos, removendo as dificuldades.

Cabe-nos, aqui, justificar a intervenção desses aparelhos de crédito, examinando-lhes o mecanismo e estabelecendo, por essa forma, seus contactos com a realidade.

Naquele conjuntura, em que vários Bancos da praça estavam enfrentando baixa acentuada de depósitos, a Caixa, seguindo orientação traçada pelo Governo, os amparou, dentro das prescrições legais, cercando os empréstimos de garantias que asseguram normal liquidação.

Não exageramos afirmando que, sem a assistência financeira desses órgãos, seria inteiramente impossível conjurar a crise.

O movimento da Carteira de Redescontos durante o ano de 1946 foi o seguinte:

1.º Semestre

*Títulos Redescontados:*

|                   |              | Cr\$                   |
|-------------------|--------------|------------------------|
| Na praça .....    | 10.971       | 889.463.645,60         |
| Nos Estados ..... | 10.210       | 418.065.662,10         |
| Agrícola .....    | 5.815        | 906.226.033,30         |
|                   | <hr/> 26.996 | <hr/> 2.213.755.341,00 |

*Empréstimos a Bancos:*

|                  |   |                        |
|------------------|---|------------------------|
| Concedidos ..... | 6 | 1.515.000.000,00       |
|                  |   | <hr/> 3.728.755.341,00 |

2.º Semestre

*Títulos Redescontados:*

|                   |              |                        |
|-------------------|--------------|------------------------|
| Na praça .....    | 14.156       | 926.720.076,70         |
| Nos Estados ..... | 10.459       | 644.027.859,80         |
| Agrícola .....    | 28.449       | 2.949.832.998,50       |
|                   | <hr/> 53.064 | <hr/> 4.520.580.935,00 |

*Empréstimos a Bancos:*

|                  |   |                        |
|------------------|---|------------------------|
| Concedidos ..... | 1 | 15.896.000,00          |
|                  |   | <hr/> 4.536.476.935,00 |

Os resultados obtidos foram os que a seguir discriminamos:

1.º Semestre

| <i>Receita</i>                        | Cr\$          | Cr\$                      |
|---------------------------------------|---------------|---------------------------|
| Redescontos .....                     | 21.828.286,20 |                           |
| Juros .....                           | 29.921.236,40 | 51.749.522,60             |
|                                       | <hr/>         |                           |
| <i>Despesa</i>                        |               |                           |
| Juros .....                           | 16.497.342,20 |                           |
| Provisão para despesas de notas ..... | 3.000.000,00  |                           |
| Diversas, durante o semestre .....    | 974.674,10    |                           |
| Gratificação ao pessoal .....         | 258.690,00    | 20.730.706,30             |
|                                       | <hr/>         |                           |
| Lucro líquido .....                   |               | <hr/> 31.018.816,30 <hr/> |
| <i>Distribuição do lucro:</i>         |               |                           |
| Fundo de Reserva (legal) .....        | 25 %          | 7.754.704,10              |
| Fundo de Reserva Especial             |               |                           |
| parte do Tesouro .....                | 50 %          | 15.509.408,20             |
| parte do Banco do Brasil, menos as    |               |                           |
| percentagens a distribuir ....        | 25 %          | 7.694.704,00              |
| percentagens a distribuir .....       |               | 60.000,00                 |
|                                       |               | <hr/> 31.018.816,30 <hr/> |

2.º Semestre

| <i>Receita</i>                        | Cr\$          | Cr\$                      |
|---------------------------------------|---------------|---------------------------|
| Redescontos .....                     | 54.931.801,10 |                           |
| Juros .....                           | 627.298,00    | 55.559.099,10             |
|                                       | <hr/>         |                           |
| <i>Despesa</i>                        |               |                           |
| Juros .....                           | 15.336.386,00 |                           |
| Diversas, durante o semestre .....    | 1.015.306,60  | 16.351.692,60             |
|                                       | <hr/>         |                           |
| Lucro líquido .....                   |               | <hr/> 39.207.406,50 <hr/> |
| <i>Distribuição do lucro:</i>         |               |                           |
| Fundo de Reserva (legal) .....        | 25 %          | 9.051.851,70              |
| Fundo de Reserva Especial             |               |                           |
| parte do Tesouro .....                | 50 %          | 18.103.703,20             |
| parte do Banco do Brasil, menos as    |               |                           |
| percentagens a distribuir ....        | 25 %          | 8.961.851,00              |
| Percentagens a distribuir .....       |               | 90.000,00                 |
|                                       |               | <hr/> 3.000.000,00 <hr/>  |
| Provisão para despesas de notas ..... |               | <hr/> 39.207.406,50 <hr/> |

O balanço encerrado em 31-12-1946 revelou o seguinte:

*Ativo*

|                             | Cr\$             |
|-----------------------------|------------------|
| Títulos Redescontados ..... | 3.109.374.034,60 |
| Empréstimos a Bancos .....  | 15.325.000,00    |
| Valores em Garantia .....   | 15.325.000,00    |
|                             | 3.140.024.034,60 |

*Passivo*

|   | Cr\$             |
|---|------------------|
| Tesouro Nacional .....                  | 2.868.900.000,00 |
| Fundo de Reserva .....                  | 114.144.769,20   |
| Fundo de Reserva Especial .....         | 50.247.167,00    |
| Provisão para despesas de notas .....   | 26.000.000,00    |
| Banco do Brasil S. A. C/Corrente .....  | 17.406.241,80    |
| Depositantes de Valor em Garantia ..... | 15.325.000,00    |
| Percentagens a Distribuir .....         | 90.000,00        |
| Redescontos do semestre futuro .....    | 47.773.188,10    |
| Juros do semestre futuro .....          | 137.668,50       |
|   | 3.140.024.034,60 |

Durante o último semestre, encerrado em 31 de dezembro do ano próximo findo, a Carteira apurou uma renda bruta de Cr\$ 103.469.955,70, da qual, deduzida a parte pertencente ao semestre futuro — num montante de Cr\$ 47.910.856,60, sendo de redescontos Cr\$ 47.773.188,10 e de juros Cr\$ 137.668,50 — resultou o lucro bruto de Cr\$ 55.559.099,10.

Com as despesas verificadas no mesmo período, no valor global de Cr\$ 16.381.692,60, correspondente a Despesas Gerais, cujo saldo era de Cr\$ 1.045.306,60, e a juros creditados ao Banco do Brasil S. A., Cr\$ 11.427,70, e ao Tesouro Nacional, Cr\$ 15.324.958,30, aquele resultado ficou reduzido ao líquido de Cr\$ 39.177.406,50.

Na forma da legislação vigente, 25% Cr\$ 9.044.351,70 — foram transferidos ao “Fundo de Reserva”. Para atender, futuramente, a despesas com emissão de notas, destinou-se, a exemplo dos balanços anteriores, a importância de Cr\$ 3.000.000,00 à conta “Provisão para Despesas de Notas”, cujo saldo foi elevado a Cr\$ 26.000.000,00.

A importância do lucro líquido que caberia ao Tesouro Nacional (50% — Cr\$ 18.088.703,20) e ao Banco do Brasil S. A. (25% — Cr\$ 8.954.351,60) foi creditada à conta “Fundo de Reserva Especial”, para distribuição oportunamente, caso não seja esse fundo eventualmente utilizado para cobrir prejuízos.

Assim o saldo do "Fundo de Reserva" foi elevado de CrS . . 105.100.417,50 a CrS 114.144.769,20 e o do "Fundo de Reserva Especial" de CrS 23.204.112,20 a CrS 50.247.167,00.

Em 31 de dezembro de 1946 as operações da Carteira montavam a CrS 3.109.374.034,60, sendo:

|  | CrS              |
|--|------------------|
| De responsabilidade do Banco do Brasil ..... | 2.612.266.261,00 |
| Idem de Bancos situados nos Estados .....    | 184.073.347,40   |
| Idem de Bancos instalados nesta praça .....  | 313.034.426,20   |

Pelo valor das operações é fácil verificar que a praça mais atingida pela crise foi a do Rio de Janeiro. E, não fôsem as acertadas medidas do Governo amparando os bancos, não se teriam restabelecido a confiança e a tranqüilidade no comércio bancário.

Para fazer face a eventuais prejuízos, possui a Carteira recursos próprios no montante de CrS 164.391.936,20, representados pelos saldos do "Fundo de Reserva" e do "Fundo de Reserva Especial".

Embora não encaremos com pessimismo o grau de liquidez das aplicações, por certo a existência de tão substancial reserva consolidada, sobretudo, a posição de segurança da Carteira.

#### EMISSÕES

|   |                  |
|---|------------------|
| Saldo a favor do Tesouro Nacional em 31-12-945 ....   | 4.829.900.000,00 |
| Valor das emissões realizadas durante o ano de 1946 ..  | 2.870.000.000,00 |
|   | 7.699.900.000,00 |
| Importância transferida para responsabilidade do Tesouro Nacional, de acordo com o Decreto-lei n.º 9.067, de 15 março de 1946 ..... | 4.531.000.000,00 |
|   | 3.168.900.000,00 |
| Importância entregue em 30-10-946 pelo Banco do Brasil à Caixa de Amortização para ser incinerado .                                 | 300.000.000,00   |
|   | 2.868.900.000,00 |
| Saldo em 31 de dezembro de 1946 .....   | 2.868.900.000,00 |

## CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

Transcrevemos, a seguir, o balanço encerrado em 31-12-946:

*Ativo**Disponível:*

|                                   |  |               |
|-----------------------------------|--|---------------|
|                                   |  | Cr\$          |
| Depósito no Banco do Brasil ..... |  | 45.368.480,80 |

*Realizável:*

|  |                |                |
|--|----------------|----------------|
| Empréstimos a Bancos                   |                |                |
| De emergência (Decreto-lei n.º 8.493). | 94.142.055,20  |                |
| De mobilização (Decreto n.º 21.499).   | 516.058.349,10 | 610.200.404,30 |

*Contas de Compensação:*

|                                      |                |                         |
|--------------------------------------|----------------|-------------------------|
| Valores em Garantia .....            | 952.011.499,80 |                         |
| Suprimentos por emissão .....        | 559.549.000,00 |                         |
| Créditos Autorizados .....           | 560.631.180,90 |                         |
| Depósitos de Valor em Garantia ..... | 718.764.519,00 | 2.790.956.199,70        |
|                                      |                | <u>3.446.525.084,80</u> |

*Passivo**Não exigível:*

|                        |  |               |
|------------------------|--|---------------|
|                        |  | Cr\$          |
| Fundo de Reserva ..... |  | 29.132.141,70 |

*Exigível:*

|   |                |                |
|---|----------------|----------------|
| Banco do Brasil — Conta de Financiamento .....    | 42.409.857,90  |                |
| Banco do Brasil — Conta de Juros dos Bancos ..... | 8.241.546,40   |                |
| Tesouro Nacional — Conta de suprimentos .....     | 559.549.000,00 | 610.200.404,30 |

*Contas de Resultado Pendente:*

|                                  |               |               |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Juros do semestre futuro .....   | 16.114.567,40 |               |
| Gratificações a distribuir ..... | 80.000,00     |               |
| Percentagens a distribuir .....  | 41.771,70     | 16.236.339,10 |

*Contas de Compensação:*

|  |                |                         |
|--|----------------|-------------------------|
| Bancos — Conta de Garantias .....      | 952.011.499,80 |                         |
| Financiamentos por emissão .....       | 559.549.000,00 |                         |
| Créditos Utilizáveis .. 2.072.184,50   |                |                         |
| Créditos Utilizados ... 558.558.996,40 | 560.631.180,90 |                         |
| Valores em depósito à n/ordem .....    | 12.180.000,00  |                         |
| Valores caucionados em cobrança .....  | 706.584.519,00 | 2.790.956.199,70        |
|  |                | <u>3.446.525.084,80</u> |

Verifica-se que os empréstimos concedidos a Bancos se elevam a Cr\$ 610.200.404,30 e que as garantias correspondentes foram estimadas em Cr\$ 952.011.499,80.

O "Fundo de Reserva" apresenta o saldo de Cr\$ 29.132.141,70, a que já está incorporado o lucro líquido de Cr\$ 7.747.435,80 apurado no último semestre.

O prazo das operações realizadas pela Caixa de Mobilização Bancária, variável de um a cinco anos, e o estado de congelamento das garantias, em grande parte constituídas de imóveis ou negócios imobiliários e industriais de lenta liquidação, não autorizam seguro prognóstico sobre a liquidez das aplicações.

Considerados, porém, os valores atuais das garantias, a estabilidade comercial dos devedores e principalmente a manifesta preocupação dos Bancos no sentido de conseguirem, gradativamente, a desmobilização das quantias adiantadas aos seus clientes, agora devedores indiretos da Caixa, parece não correr grandes riscos a recuperação das importâncias adiantadas.

### EMISSÕES

|  | Cr\$           |
|--|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 1945 .....  | 59.549.000,00  |
| Importância fornecida pela Caixa de Amortização para pagamento de débitos desta Caixa no Banco do Brasil durante o ano de 1946 ..... | 500.000.000,00 |
|  | 559.549.000,00 |

## CAÍTULO VII

# COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

### ALGODÃO

As modificações registradas na situação do algodão em 1946, em parte devidas à terminação da guerra, com a reabertura do comércio internacional, em parte devidas à elevação de preços mundiais, decorrentes de vários fatores, entre os quais se destaca a queda da produção nos dois últimos anos, permitiram melhores condições de venda para esse produto, assegurado aos interessados remuneração compensadora.

De fato, enquanto em 1945, o preço médio do algodão em São Paulo foi de aproximadamente Cr\$ 90,00, por arrôba de 15 quilos, base tipo 5 em 1946 as cotações subiram acentuadamente, passando a níveis antes desconhecidos nos mercados nacionais, como se verificou em meados desse ano, quando o tipo 5 passou a valer, em São Paulo, mais de Cr\$ 170,00 por 15 quilos.

Contribuiu também para essa melhoria de preços a queda acentuada da produção algodoeira, a qual passou de 594.000 toneladas em 1944 a 340.000 e 300.000 em 1945 e 1946, respectivamente.

O quadro abaixo da idéia precisa das modificações da situação de 1939 a 1946, inclusive:

| Anos       | Produção<br>(toneladas) | Consumo<br>(toneladas) | Exportação<br>(toneladas) |
|------------|-------------------------|------------------------|---------------------------|
| 1939 ..... | 428.523                 | 150.000                | 323.539                   |
| 1940 ..... | 468.695                 | 160.000                | 224.265                   |
| 1941 ..... | 503.003                 | 170.000                | 288.274                   |
| 1942 ..... | 376.954                 | 180.000                | 153.954                   |
| 1943 ..... | 496.444                 | 190.000                | 77.962                    |
| 1944 ..... | 594.000                 | 200.000                | 107.640                   |
| 1945 ..... | 340.000                 | 200.000                | 164.000                   |
| 1946 ..... | 300.000                 | 190.000                | 365.000                   |



Se bem que os dados de 1945 e 1946, no tocante à produção e consumo sejam ainda provisórios, as modificações posteriores, resultantes da apuração definitiva das safras, não alterarão sensivelmente os totais apresentados.

Enquanto baixava a produção de algodão durante os dois últimos anos, subia a exportação com a reabertura do comércio internacional e o aumento do consumo mundial, o que impediu a acumulação de maiores estoques desafogando o mercado.

As condições precárias da produção do Norte durante os últimos anos, quando as colheitas desceram a 100.000 e 130.000 toneladas, em vez de 140.000 e até 160.000 como em anos anteriores, bem assim o aumento do consumo interno, impediram que se acumulassem naquela região sobras exageradas.

Essas alterações favoráveis da situação geral permitiram ao Governo, através da Comissão de Financiamento da Produção, iniciar a venda dos estoques acumulados no país, especialmente no Estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, considerava-se dispensável o financiamento oficial da safra de 1945-46, cujo objetivo primordial era assegurar preços razoáveis à produção, porque o reatamento dos negócios de exportação e outras causas já apontadas determinaram acentuada melhoria de preços em todos os mercados do país.

Abriu-se apenas, em começo de 1946, exceção para a safra do Norte do país, iniciada em julho de 1945, cuja colocação era então julgada precária, concedendo-se pelo Decreto-lei 8.999 de 18-2-46 as mesmas vantagens anteriormente asseguradas a outras safras.

A crescente procura pelos mercados do exterior, coincidindo com colheita de pequeno volume e má qualidade, aconselhava a venda dos estoques entregues ao Governo e armazenados na Capital paulista, os quais já atingiam a cerca de 15.000.000 de arrôbas, aproximadamente. A forma e condições de venda foram aprovadas pelo Ministro da Fazenda, em março de 1946.

Procurou-se, tanto quanto possível, manter estável o preço fixado, suspendendo-se as vendas desde que se apresentavam indícios de baixa das cotações.

Assim foram vendidas em São Paulo, em março e abril de 1946, 1.749.452.890 arrôbas de algodão, cujo valor de financiamento, exclusive despesas de armazenagem, foi de 158.668.721 cruzeiros.

Essas transações, devidamente aprovadas pela Comissão de Financiamento da Produção, permitiram, com sobras, a recuperação do custo do algodão e das despesas de armazenagem, juros, seguro, etc.

A pedido do Sindicato de Exportadores de Algodão do Estado de São Paulo, resolveu a Comissão de Financiamento da Produção modificar o sistema de vendas que então vinha sendo aplicado passando a incluir em cada novo negócio de exportação, registrado na Fiscalização Bancária, 40% de algodões do estoque pertencente ao Governo.

Essa modificação visou inspirar maior confiança no mercado, afastando dúvidas de quando em vez levantadas sobre os objetivos do Governo quanto à colocação dos estoques acumulados. Ficou, assim, demonstrado, que esse objetivo não era o de fazer concorrência ao comércio legítimo, mas apenas providenciar para a colocação gradual e metódica dos estoques, pela melhor forma possível. Não desejava o Governo ser concorrente do comércio livre, mas cooperar na expansão das vendas para o exterior, fornecendo aos exportadores em certos casos, o próprio algodão impossível de ser obtido no mercado livre, pela má qualidade da safra colhida.

As novas vendas foram reguladas pela Portaria 232, de 15-5-46, do Ministro da Fazenda. Os seus principais pontos foram previamente discutidos e aprovados pelo Sindicato de Exportadores de Algodão de São Paulo.

Dentro do sistema posto em vigor, venderam-se mais 3.035.508.217 arrôbas de algodão das safras de 1944 e 1945, cujo valor de financiamento, de acordo com os dados fornecidos pelo Banco do Brasil, se elevava a 482.711.265 cruzeiros, excluindo despesas de armazenagem e seguro.

Tendo o mercado de algodão sofrido, em julho de 1946, fortes perturbações em virtude de ocorrências verificadas na Bolsa de New York, onde se verificaram quedas especulativas de grande porte, resolveu a Comissão de Financiamento, atendendo à solicitação do comércio algodoeiro de São Paulo, interromper as vendas, até que se normalizasse a situação.

Restabelecida, entretanto, a normalidade do mercado, foi resolvido reiniciar as vendas em 14 de dezembro de 1946.

Dos estoques recebidos em São Paulo, no montante de 1.095.000 fardos, com 13.305.762.960 arrôbas, foram vendidos 534.215 fardos, com 6.348.221.650 arrôbas, havendo, portanto, em depósito, nos armazens gerais do mesmo Estado, em 8-1-47, 6.957.541.310 arrôbas de 15 quilos.

Além desses estoques, deverão ser ainda entregues pelo Banco do Brasil 1.500.000 arrôbas, aproximadamente, o que eleva o montante de todas as entregas, desde 1941-42 até 1944-45, a 15.000.000 de arrôbas aproximadamente.

As vendas referidas compreendem apenas algodões recebidos e armazenados no Estado de São Paulo. No Norte e Nordeste do país também foram entregues grandes quantidades de algodão, os quais se acham armazenados em várias localidades daquela região.

Relativamente aos estoques do Norte e Nordeste, na falta de mercados locais e cotações regulares, proceder à venda, mediante concorrência pública, cujos termos foram divulgados pelo Diário Oficial da União, de 25 de julho de 1946.

Não satisfazendo aos interesses do Governo as propostas apresentadas, resolveu a Comissão anular a concorrência e proceder a novo estudo para a colocação desses algodões, o que está sendo feito no momento por técnicos do Serviço de Contrôlo.

Embora as condições gerais não sejam tão favoráveis, como em São Paulo, para colocação desses estoques, não temos dúvida de que tais operações se liquidarão normalmente.

O quadro anexo n.º 1 apresenta o resumo do movimento de vendas acima descrito.

Com a liquidação dos estoques recebidos pelo Governo em virtude dos dispositivos dos Decretos-leis 4.217, 5.360, 6.397, 6.938 e 8.999, encerrou-se a fase da intervenção do poder público na defesa da economia do produto.

#### 1 — COTA SÔBRE O ALGODÃO

Para cobrir os riscos das operações de financiamento do algodão criou o Governo, pelo Decreto-lei n.º 5.582, de 17-6-43, uma cota especial sôbre algodão consumido no país e sôbre o exportado.

Posteriormente, esta cota foi objeto de diversas modificações através de vários decretos, consolidando-se afinal no Decreto-lei n.º 9.180, de 1-4-46.

Tendo em vista a acentuada valorização do algodão e o conceito universal de que as receitas públicas devem provir das fontes — produtos ou pessoas — mais capazes de as pagar, reduziu, unificou os valores dessa cota e estabeleceu que o resultado de sua arrecadação fosse aplicado nos encargos — riscos, despesas e serviços — decorrentes das operações de financiamento de algodão, bem como das relativas ao financiamento e garantia de preços mínimos dos gêneros de primeira necessidade.

A arrecadação da referida cota, de 1943 até o presente, cuja aplicação o Decreto-lei n.º 9.108 especificou, já produziu a importância de cerca de trezentos e sete milhões de cruzeiros.

## 2 — FINANCIAMENTO E GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS AOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Em 1945, para atenuar a elevação de preços e a carência de gêneros alimentícios resultantes do encarecimento das utilidades necessárias aos trabalhos agrícolas, do êxodo da população rural para as cidades em busca de salários mais elevados e da intensa procura dos mercados exteriores, expediu o Governo o Decreto-lei n.º 7.774, de 24-7-45, estabelecendo preços mínimos para o feijão, arroz, milho, amendoim, a soja e o girassol.

## 3 — FINANCIAMENTO DE FEIJÃO DA SAFRA DE 1945/46 (até 9-1-1947)

*Produto financiado*

Cr\$

|  |         |                   |               |
|--|---------|-------------------|---------------|
| Em São Paulo, Minas Gerais e           |         |                   |               |
| Paraná .....                           | 810.937 | sacas no valor de | 84.487.185,00 |
| <i>Liquidações normais</i> .....       | 201.959 | sacas no valor de | 10.439.141,00 |
| <i>Transferido ao Governo Federal.</i> | 618.978 | sacas no valor de | 63.741.066,00 |

De todos os produtos amparados pelo Decreto-lei n.º 7.774 de 24-7-45, apenas o feijão, na quantidade acima indicada, foi entregue ao Governo. Os demais produtos se escoaram pelos canais normais do comércio.

O anexo n.º II mostra o movimento das safras de arroz, feijão e milho nos últimos três anos e o aumento verificado após a vigência de decreto que estabelece o financiamento e preços mínimos para o produto.

## 4 — COMISSÃO DE INVESTIMENTOS

Esta Comissão, que também funciona sob a presidência do Ministro da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei n.º 6.567, de 8-6-44, com o objetivo de regularizar a liberação antecipada dos "Certificados de Equipamento" e dos "Depósitos de Garantia", enquanto não se restabelecesse a normalidade do comércio internacional.

Os referidos documentos de crédito, foram emitidos pelo Banco do Brasil com garantia do Governo, em favor das empresas que depositaram importâncias correspondentes ao dobro do respectivo imposto sobre lucros extraordinários, caso em que ficaram dispensadas do pagamento desse imposto. Qualquer empresa, mesmo não sendo devedora do imposto, pode adquiri-los,

A criação dos "Certificados" teve como finalidade promover a formação de reservas destinadas ao reaparelhamento das empresas mediante aquisição de equipamento no estrangeiro.

Os "Depósitos de Garantia" destinados a aplicações no país depois de reduzida a intensidade da inflação, podem, não obstante esse critério, ser liberados antecipadamente para fazer face a prejuízos dos depositantes, ou para aplicações em empreendimentos que tenham por fim a produção de combustíveis, a melhoria dos transportes, o barateamento de gêneros alimentícios ou de produtos que interessem à saúde pública e ao aproveitamento de matérias primas nacionais.

O Decreto-lei n.º 9.159, de 10-4-46, criou, em seu artigo 14, o "Depósito Compulsório" e permitiu pelo artigo 20 sua conversão em "Certificado de Equipamento".

O Decreto-lei n.º 9.376, de 17-6-46, permitiu o resgate de metade do valor dos "Certificados de Equipamento", mediante condições que especifica, bem como criou condições amplas de utilização e resgate dos "Depósitos de Garantia".

A emissão decertificados de equipamento e depósitos em garantia atingiu aos valores abaixo mencionados :

5 — EXERCÍCIOS DE 1944, 1945 e 1946

| <i>Importâncias lançadas — (Cr\$ 1.000)</i> |         |           |
|---|---------|-----------|
| Certificados de Equipamento .....           | 846.357 |           |
| Depósitos de Garantia .....                 | 380.482 | 1.226.839 |
|   | <hr/>   |           |
| Imposto sobre lucros extraordinários .....  | 804.296 |           |
| Multas .....                                | 19.285  | 823.581   |
|   | <hr/>   |           |
| Total lançado .....                         |         | 2.050.420 |
| <i>Importâncias arrecadadas:</i>            |         |           |
| Certificados de Equipamento .....           | 688.168 |           |
| Depósitos de Garantia .....                 | 271.839 | 960.007   |
|   | <hr/>   |           |
| Imposto sobre lucros extraordinários .....  | 522.105 |           |
| Multas .....                                | 2.695   |           |
| Dívida Ativa .....                          | 18.774  | 543.574   |
|   | <hr/>   |           |
| Total arrecadado .....                      |         | 1.503.581 |

6 — MOVIMENTO SÔMENTE NO EXERCÍCIO DE 1946

| <i>Importâncias lançadas:</i>     |        |         |
|-----------------------------------|--------|---------|
| Certificados de Equipamento ..... | 88.816 |         |
| Depósitos de Garantia .....       | 43.414 | 132.230 |
|                                   | <hr/>  |         |

|  |        |         |
|--|--------|---------|
| Imposto sobre lucros extraordinários ..... | 90.612 |         |
| Multas .....                               | 7.133  | 97.745  |
|  | <hr/>  | <hr/>   |
| Total lançado .....                        |        | 229.975 |
| <i>Importâncias arrecadadas:</i>           |        |         |
| Certificados de Equipamento .....          | 62.577 |         |
| Depósitos de Garantia .....                | 21.970 | 84.547  |
| Imposto sobre lucros extraordinários ..... | 41.547 |         |
| Multas .....                               | 1.107  |         |
| Dívida Ativa .....                         | 13.653 | 56.307  |
|  | <hr/>  | <hr/>   |
| Total arrecadado .....                     |        | 140.854 |

Em face do Decreto-lei n.º 9.159, de 10-4-46, que regula a distribuição dos lucros e institui o "Depósito Compulsório", o exercício de 1946 apresenta os seguintes resultados.

1946

|   |            |
|---|------------|
| <i>Depósitos Compulsórios</i>                       | Cr\$ 1.000 |
| Importâncias lançadas no exercício de 1946 .....    | 915.489    |
| Importâncias arrecadadas até novembro de 1946 ..... | 359.941    |

Desde sua instalação, em abril de 1945, até 31 de dezembro de 1946 foram submetidos a estudo da Comissão 1.937 documentos, dos quais 1.180 constituíram processos, elevando-se a 1.100 o número dos que já foram resolvidos. Foram liberados cerca de Cr\$ 513.000.000,00 (quinhentos e treze milhões de cruzeiros), de "Certificados de Equipamento" e "Depósitos de Garantia", para importação e outras aplicações previstas na legislação respectiva. Esse valor aproximado será elevado pelas despesas de embarque, frete, fatura consular, seguros e comissão bancária.

RESUMO DAS VENDAS DE ALGODÃO DOS ESTOQUES DO GOVÊNRO FEDERAL DEPOSITADO EM SÃO PAULO,  
DAS SAFRAS 1942, 1944 e 1945

(de 26-8-43 a 8-1-47)

ANEXO I

| S A F R A         | FARDOS  | ARRÔBAS       | VALOR DO FINANCIAMENTO CR\$ | VALOR BRUTO DA VENDA | DIFERENÇA ENTRE OS VALORES DO FINANCIAMENTO E DA VENDA (CR\$) |
|-------------------|---------|---------------|-----------------------------|----------------------|---|
| 1) 1942.....      | 73.804  | 916.918,300   | 48.509.409,80               | 62.783.241,40        | 14.273.831,60   |
| 2) 1944-1945..... | 144.328 | 1.749.452,800 | 158.666.721,60              | 200.563.908,50       | 41.897.186,90   |
| 3) 1944-1945..... | 264.863 | 3.035.508,217 | 286.340.910,40              | 482.711.265,00       | 196.370.324,60  |
| 4) 1945.....      | 51.220  | 646.342,243   | 56.701.560,20               | 91.059.605,30        | 34.358.045,10   |
| TOTAL.....        | 534.215 | 6.348.221,650 | 550.218.632,00              | 837.118.020,20       | 286.899.388,20  |

NOTA: 1) Vendas autorizadas pela Comissão de Financiamento em sessão de 26-8-43, em virtude do disposto no Decreto-lei n.º 4.217 de 30-3-42.

- 2) Vendas feitas nos termos da Portaria n.º 232, de 15-5-46, e antecipação de vendas aprovada em 8-7-46, pelo Senhor Ministro da Fazenda, conforme officio n.º 37, de 13-2-46, do Sr. Secretário da Comissão de Financiamento da Produção.
- 3) Venda à U. N. R. R. A., autorizada pelo Senhor Ministro da Fazenda em despacho de 8-8-46, exarado no officio 391 de 8-7-46, deste Serviço — Processo n.º 265/46 da Comissão de Financiamento da Produção.

## 8 -- PRODUÇÃO DE GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

| PRODUTOS      | ÁREA CULTIVADA<br>(h a) | QUANTIDADE<br>PRODUZIDA<br>(sc de 69kg) | VALOR DA PRO-<br>DUÇÃO (CRU-<br>zeiros) |
|---------------|-------------------------|---|---|
| <b>ARROZ</b>  |                         |   |   |
| 1944.....     | 1.427.515               | 35.174.449                              | 2.122.042.891                           |
| 1945.....     | 1.438.117               | 35.782.745                              | 2.441.353.052                           |
| 1946.....     | 1.681.159               | 46.198.634                              | 3.117.016.482                           |
| <b>FEIJÃO</b> |                         |   |   |
| 1944.....     | 1.349.505               | 17.375.339                              | 1.100.197.755                           |
| 1945.....     | 1.432.190               | 16.707.439                              | 1.177.967.942                           |
| 1946.....     | 1.402.576               | 17.016.590                              | 1.255.924.701                           |
| <b>MILHO</b>  |                         |   |   |
| 1944.....     | 4.101.315               | 92.912.355                              | 3.151.959.924                           |
| 1945.....     | 4.092.054               | 80.775.944                              | 3.380.416.551                           |
| 1946.....     | 4.323.334               | 95.059.969                              | 4.015.052.168                           |

Os dados constantes d'este quadro mostram o aumento da produção consequente das medidas consubstanciadas no Decreto-lei n.º 7.774 de 24-7-45



## CAPÍTULO VIII

# DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ

(em liquidação)

Ao iniciar-se o presente ciclo governamental, apresentava a política econômica do café vários problemas de suma importância, a reclamarem solução pronta e eficaz. Dentre eles sobleva notar a questão dos preços do produto no mercado internacional e a situação do Departamento Nacional do Café, autarquia cujas finalidades primordiais haviam desaparecido.

### 1 — A QUESTÃO DOS PREÇOS

Os preços do café nos Estados Unidos foram congelados a 8 de dezembro de 1941. Tais preços a êsse tempo (base de 13 cents e 3/8 para o tipo 4 Santos), eram considerados satisfatórios.

Logo depois, porém, começaram a subir, em nosso país, os preços de tôdas as utilidades, da mão de obra e de tudo quanto se relaciona com a lavoura, razão principal talvez da queda acentuada da produção cafeeira.

Para se aquilatar da gravidade a que chegou a situação da lavoura de café, basta que se considere o caso do Estado de São Paulo, cujas safras, de 19.490.000 e 21.850.000 sacas em 1943-1944, passaram a 5.934.000 e 3.887.000 sacas em 1944-1945.

Ao fim do primeiro semestre de 1944 já ninguém mais podia vender café pelos preços vigentes. A vista disso os países produtores pleitearam do Governo americano o aumento dos "ceilings", o que lhes foi negado. Tinha-se a impressão, porém, de que, vencidos certos obstáculos, o assunto seria resolvido favoravelmente aos nossos interesses.

Na esperança de que em princípio de 1945 os "ceilings" seriam majorados, os preços internos melhoraram, pois o comércio

passou a adquirir o produto em bases mais elevadas, aguardando a auspiciosa e esperada medida. No entanto, um novo pedido de aumento dos "ceilings", formulado pelos países produtores por intermédio da Junta Interamericana do Café, não logrou deferimento.

Para resolver, então, a situação interna, em face do desnivelamento entre os mercados do Brasil e dos Estados Unidos, foi convocado um Convênio dos Estados Cafeeiros, que se realizou nesta Capital, em março de 1945.

No objetivo de auxiliar a lavoura, cuja safra era diminuta, e de reparar em parte os prejuízos dos comerciantes, que haviam adquirido o produto por preços superiores aos que poderiam obter na exportação, o Convênio resolveu instituir prêmios em dinheiro aos cafés da safra 45-46, a iniciar-se dentro em pouco, e aos das safras anteriores, prêmios êsses que oscilaram entre Cr\$ 15,00 e Cr\$ 65,00 por saca, conforme a safra e a procedência.

A 4.<sup>a</sup> Conferência Pan-Americana do Café, realizada no México em setembro de 1945, e que fora convocada pelo Bureau Panamericano do Café, examinou, entre outros problemas, a questão dos preços, tendo apresentado ao Governo americano um substancioso memorial pleiteando a eliminação, suspensão ou modificação do contrôle de emergência sôbre os preços do café.

Em quatro ocasiões diversas negara-se o Governo dos Estados Unidos, naturalmente por motivos de sua política econômica interna, a atender às solicitações formais dos países produtores sôbre a questão dos preços tetos: — a 15 de novembro de 1944, a 19 dezembro do mesmo ano e a 22 de março de 1945, pedidos da Junta Interamericana do Café e em data mais recente, pedidos dos 14 Ministros das Relações Exteriores das nações interessadas, em carta dirigida ao Secretário de Estado dos Estados Unidos quando se realizava, na cidade do México, a Conferência Interamericana sôbre Problemas da Guerra e da Paz.

Em outubro de 1945, o Departamento Nacional do Café premido pela necessidade de uma solução para o problema, entrou em entendimento confidencial com a Embaixada Americana, nesta Capital, objetivando um acôrdo para a retirada do "ceiling", mediante a garantia de um suprimento mínimo por parte do Brasil, durante certo número de meses, a preços prefixados. Êsses entendimentos, porém, foram interrompidos com a mudança do regime governamental no Brasil.

Em fins de 1945 o Governo Americano, na impossibilidade de conseguir pelos preços do "ceiling", o abastecimento do café, necessário ao consumo do país, resolveu subsidiar os cafés importados, com três cents por libra-pêso, até um total de 6.000.000

de sacas. Tal subsídio, num montante de 24.000.000 de dólares, ou sejam aproximadamente Cr\$ 480.000.000,00, vigoraria até a aquisição desse volume de café ou, se não se completasse o total previsto, até o dia 31 de março de 1946.

Como nesse mesmo dia 31 de março de 1946 devesse terminar o regime de prêmios internos instituído pelo Governo de 1945, o qual exigiu do Departamento Nacional do Café um dispêndio de cerca de Cr\$ 1.300.000.000,00, a situação se apresentava com caráter de alarmante gravidade. Teve, assim, o atual Governo, logo no início de sua gestão, de considerar o dia 31 de março de 1946 como ponto crucial da nossa economia cafeeira. Realmente com o desaparecimento simultâneo dos prêmios e do subsídio, os preços dos cafés brasileiros estavam na eminência de sofrer uma queda acentuada. A dos cafés paulistas, por exemplo, deveria atingir a Cr\$ 137,00 por saca:

|                           | Cr\$        |
|---------------------------|-------------|
| Subsídio de 3 cents ..... | 72,00       |
| Valor do prêmio .....     | 65,00       |
|                           | <hr/>       |
| Total .....               | 137,00      |
|                           | <hr/> <hr/> |

Tratou o Governo Federal desde logo, para exame da situação, de convocar para 7 de março de 1946 uma reunião de Delegados dos Estados Cafeeiros, ao mesmo passo que, dada a premência de tempo, procedia a gestões no sentido de obter a manutenção do subsídio de 3 cents, de forma a permitir o estudo de certas medidas tendentes a solucionar o caso sem repercussões depressivas no mercado. Felizmente a nossa atuação foi coroada de êxito. Na própria reunião dos Delegados dos Estados Cafeeiros, o Sr. Ministro da Fazenda pôde anunciar que o Governo americano restabelecera o subsídio de 3 cents, agora para 7.000.000 de sacas. Essa providência, aliada aos propósitos demonstrados pelo Governo Federal de pugnar pela melhoria dos preços do produto nos mercados internacionais, incutiu a indispensável confiança nos detentores da mercadoria, de modo que pudemos atravessar o dia 31 de março de 1946 sem qualquer depressão nas cotações internas do café.

Daí por diante passou o Governo a empregar esforços para uma solução definitiva. Reconhecendo a insuficiência dos preços em vigor, em relação ao elevado custo da produção, e tendo em vista a necessidade de maior amparo à lavoura, para salvação do nosso precioso patrimônio agrícola, concedeu entendimentos diretos

com o Governo Americano, por intermédio de nossa Embaixada em Washington, para obtenção da medida máxima, da aspiração legítima dos nossos cafeicultores, que era justamente a retirada do café da lista de controle de preços daquele importante mercado consumidor.

Os nossos argumentos junto à grande nação democrática haviam de produzir os efeitos colimados, pois desejávamos apenas o reconhecimento da liberdade comercial, restabelecendo-se o regime de preços resultante da lei econômica da oferta e da procura.

Dentro desse objetivo firmou-se com o Governo dos Estados Unidos, em 22 de junho de 1946, um acordo para a elevação de 5 cents nos "ceilings" do café, mediante garantia de nossa parte, de um suprimento máximo de 3.000.000 de sacas, à base de 500.000 sacas mensais pelos preços do "ceiling" majorado. Esse acordo constituía um passo decisivo para o desconrole dos preços, pois o limite reduzido da garantia de suprimento haveria de provocar, dentro em pouco, a medida extrema da retirada do preço teto. Além disso, os nossos argumentos junto ao Governo do presidente Truman, de que não era justa a exigência de garantia de suprimento, foram bem acolhidos. E nesse longo período de entendimentos demonstramos com dados insofismáveis, que a situação mundial do café, sem carências nem excessos, permitia o restabelecimento da liberdade de comércio, com exclusão do risco de preços exorbitantes.

O acordo de 22 de junho de 1946 não chegou a entrar em execução na parte relativa à garantia de suprimento, pois a 7 de outubro de 1946 o diretor do Escritório da Administração de Preços (OPA) comunicava que, a partir do dia 17 do mesmo mês, ficava o café excluído do controle de preços.

Considerando-se objetivamente a situação, é fácil verificar que, a 31 de março de 1946, data que se pronunciava fatídica para a economia cafeeira, o café tipo 4, Santos, estava cotado a Cr\$ 60,00 por dez quilos, ou sejam Cr\$ 360,00 por saca. Atualmente essa cotação atinge a Cr\$ 90,00 por dez quilos, ou Cr\$ 540,00 por saca. Assim, em vez da esperada queda de Cr\$ 137,00 por saca, tivemos um aumento de Cr\$ 180,00 que representa, considerada apenas a exportação pelo porto de Santos no período de um ano, para a economia cafeeira, a vultosa contribuição de dois bilhões, cento e sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ ..... 2.160.000.000,00).

## 2 — CONTRÔLE CAMBIAL

Atendendo a uma sugestão apresentada na reunião dos Delegados dos Estados Cafeeiros, extinguiu o Governo Federal o sistema de venda compulsória de certa porcentagem das letras de exportação. A medida foi recebida com grande satisfação, pois veio simplificar grandemente as operações de exportação do café.

## 3 — SUPRESSÃO DA TAXA DE EXPORTAÇÃO

Seria imperdoável contrasenso, justamente quando se pleiteava junto ao Governo dos Estados Unidos a abolição dos "ceilings" para o café, persistir na cobrança de uma taxa sobre cada saca exportada.

Coerentes com o nosso ponto de vista, devíamos desonerar o café desse gravame, de sorte a proporcionar ao produtor remuneração mais compensadora. Além disso, no regime de preços máximos, em que nos achavamos, qualquer redução de ônus sobre o café representaria uma correspondente melhoria interna nos preços do produto, permitindo aos agricultores maior resistência para aguardar o advento de melhores dias.

A extinção dessa taxa encontrava, porém, sérias dificuldades, pois o seu produto se destinava a ocorrer às despesas do DNC, aos serviços do empréstimo de £ 20.000.000 e a outras responsabilidades da referida autarquia. A única solução seria destinar uma parte do patrimônio do DNC ao pagamento dessas despesas, pois esse patrimônio deve ser aplicado em benefício da lavoura e a taxa nada mais representava que uma contribuição a ser prestada pela própria lavoura. E foi o que se fez.

O art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.410, de 28 de junho de 1946 dispôs:

"Fica extinta a taxa de 15 shillings, de que tratam o art. 2.º do Decreto n.º 20.760, de 7 de dezembro de 1931, e art. 1.º do Decreto n.º 23.498, de 24 de novembro de 1933, e que vinha sendo cobrada à taxa fixa, em moeda nacional de Cr\$ 12,00, segundo o disposto na letra a do art. 4.º do Decreto-lei n.º 2, de 13 de novembro de 1937".

E o art. 3.º do mesmo Decreto-lei acrescentou:

"O produto da realização do ativo do Departamento Nacional do Café, em que se incluem os estoques de cafés apenhados ao empréstimo de £ 20.000.000,

ocorrerá às despesas de custeio do referido Departamento na sua fase de liquidação, aos serviços do mesmo empréstimo, bem como à solução de outras responsabilidades”.

Ficou, assim, o café, desde 1.º de julho de 1946, livre de um ônus que durante muitos anos o colocou em situação de inferioridade relativamente ao produto de outras procedências, ônus êsse que constituiu principal incentivo ao plantio do café nos demais países produtores.

#### 4 — EXTINÇÃO DO DNC

A lavoura cafeeira vinha pleiteando de longa data como uma de suas magnas aspirações, a extinção do Departamento Nacional do Café, cuja subsistência, com a amplitude de funções a que atingira, não mais se justificava.

A extinção dessa autarquia deveria dar-se a 30 de junho de 1946, segundo dispunha a cláusula 14.ª do Convênio dos Estados Cafeeiros de 31 de maio de 1943, aprovado pelo Decreto-lei n.º 5.874, de 2 de outubro do mesmo ano. No entanto, o Decreto-lei n.º 7.623, de 11 de junho de 1945, prorrogara o termo de existência do referido órgão para 30 de junho de 1947.

A vista dos insistentes pedidos da lavoura, reiterados na reunião dos Delegados dos Estados Cafeeiros, de 7 de março do corrente ano, resolveu o Governo restabelecer o termo de existência do Departamento Nacional do Café fixado pelo mencionado Convênio de 31 de maio de 1943. Assim, o Decreto-lei n.º 9.068, de 15 de março de 1946, fixou a data de 30 de junho do corrente ano para a extinção do Departamento Nacional do Café e início de sua liquidação.

Procurando disciplinar os trabalhos da liquidação do DNC, expediu o Governo o Decreto-lei n.º 9.410, de 28 de junho de 1946, que criou uma Comissão Liquidante para dirigir os trabalhos propriamente de liquidação, bem como para superintender outras funções específicas da autarquia.

Ao novo órgão, incumbido de realizar o ativo e liquidar o passivo da instituição, deu o referido decreto-lei a sua natural configuração jurídica, dentro do espírito de nossas formas judiciárias, de modo a poder-se ultimar a liquidação da autarquia em prazo relativamente curto.

Os trabalhos dessa liquidação estão sendo executados com bastante rapidez, tendo sido dispensados e indenizados, de acôrdo

com o disposto nos Decretos-leis ns. 9.272 e 9.784, de 22-5-946 e 6-9-946, nada menos de 3.231 funcionários, conservando-se para os serviços em curso, somente 850.

Foram ainda aposentados 35 funcionários, por invalidez ou em virtude de precárias condições de saúde, que os inhabilitavam para o serviço normal. Embora êsse direito à aposentadoria não estivesse assegurado em lei, o Governo Federal, atendendo à situação desses servidores, o instituiu pelo Decreto-lei n.º 9.514, de 25-7-946, mediante a constituição de um fundo especial, com recursos do DNC, cuja renda ocorrerá ao pagamento dos respectivos vencimentos, até sua final liberação.

Na fase de liquidação do DNC já foram extintos:

*No Exterior e nos Estados*

- o Escritório do DNC em Buenos Aires
- o Escritório do DNC em Cape Town
- o Escritório do DNC em New Orleans
- o Escritório do DNC em New York
- o Escritório do DNC em São Francisco da Califórnia
- a Agência da Bahia
- a Agência de Recife
- a Agência do Rio de Janeiro
- a Agência de São Paulo
- a Sub-agência de Angra dos Reis
- a Inspeção Regional de Fiscalização em Belo Horizonte
- a Inspeção Regional de Fiscalização em Juiz de Fora
- a Inspeção Regional de Fiscalização em Pôrto Alegre

*Na Sede*

- a Consultoria Jurídica
- a Inspeção Geral de Serviços
- a Inspeção Geral de Armazéns e Incineração
- a Inspeção Geral de Cafelito
- a Seção de Compras
- a Seção de Contabilidade
- a Seção de Correspondência Epistolar
- a Seção de Estatística
- a Seção de Propaganda e Publicidade
- a Seção de Torrefações e Moagens
- a Seção de Transportes, Estoques e Eliminação
- a Seção de Usinas

- o Serviço de Contrôles da Cota de Equilíbrio
- o Serviço de Declarações de Vendas
- o Serviço de Inquéritos
- o Serviço de Seguros
- o Serviço Telegráfico e Telefônico.

Da liquidação do DNC, solvidas tôdas as suas responsabilidades, inclusive o resgate do empréstimo de £ 20.000.000, contraído pelo Estado de São Paulo, resultará, provavelmente, apreciável saldo, cuja aplicação deverá ser feita em benefício da lavoura cafeeira do país.

#### 5 — ATOS DIVERSOS NO SETOR CAFEIEIRO

Há vários anos que o DNC fazia parte do Bureau Panamericano do Café, órgão constituído pelos nove principais países produtores do continente, com sede em New York.

O Bureau, além de congregar os maiores interessados na difusão do consumo da rubiaceae e na defesa dos interesses comuns, promove, em cooperação com a National Coffee Association, no território dos Estados Unidos, uma campanha pelo incremento do consumo do café em geral. Na realidade, coincidindo com essa campanha, as importações de café naquele país aumentaram consideravelmente nestes últimos anos, tendo passado de 12.829.937 sacas em 1937 a 20.240.931 sacas em 1945.

O Bureau vinha sendo mantido pela contribuição dos países associados, na base de 5 cents por saca de café importada pelos Estados Unidos. Assim, a nossa contribuição era a maior de tôdas, por sermos o principal país exportador para aquela região. Em 1945 exportamos para os Estados Unidos 11.472.099 sacas, o que significa que a nossa cota atingiu, aproximadamente, a Cr\$ 11.185.296,00.

Tendo o DNC entrado em liquidação, entendeu o Governo que não deveria suprimir a contribuição do Brasil, o que importaria, provavelmente, na dissolução do Bureau, mas apenas reduzir a contribuição para 2 cents por saca, de forma a permitir a continuação da campanha de propaganda, embora em moldes mais restritos. Os outros principais participantes concordaram com o nosso ponto de vista e todos também fizeram idêntica redução em suas cotas.

\* \* \*

Pelo Decreto-lei n.º 9.270, de 22 de maio de 1946, foi o Departamento Nacional do Café desonerado da atribuição que lhe conferia o Decreto n.º 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, relati-



vamente à fiscalização dos cafés torrados e moidos para consumo interno, transferindo-se êsse encargo às autoridades federais, estaduais e municipais, de acôrdo com a respectiva legislação. O mesmo decreto-lei retirou do DNC a competência para o tabelamento dos preços dos referidos cafés.

O Decreto-lei n.º 7.623, de 11 de junho de 1945, que aprovou, com modificações, o Convênio dos Estados Cafeeiros de 15 de março do mesmo ano, estabeleceu que os prêmios concedidos pelo DNC sôbre os cafés da safra 45-46 e anteriores constassem de "certificados de prêmio", isto é, de um título ao portador a ser resgatado mediante prova da exportação de igual quantidade de sacas de café. Essa cautela, relativa ao resgate, visava o incremento da exportação, impedindo, ao mesmo tempo, que se acumulassem grandes estoques no interior do país.

Como já fizemos sentir, linhas atrás, a situação do café brasileiro, nos primeiros meses de 1946 era de intranquilidade, prevendo-se, mesmo, danosa depressão nos preços internos. Dentre as medidas adotadas pelo Governo Federal, tendentes a fortalecer os detentores da mercadoria em nosso país, está a do pagamento integral de todos os "certificados de prêmios" emitidos, dispensada a comprovação do embarque do café para o exterior. Consta ela do Decreto-lei n.º 9.152, de 8 de abril de 1946.

\*

\* \*

A queda do volume das colheitas de café, no período de 1937 a 1946, foi a seguinte:

|                        |                     |
|------------------------|---------------------|
| Biênio 1937-1938 ..... | 47.572.100 —        |
| Biênio 1939-1940 ..... | 35.574.800 — 25,22% |
| Biênio 1941-1942 ..... | 29.373.200 — 17,43% |
| Biênio 1943-1944 ..... | 20.465.100 — 30,33% |
| Biênio 1945-1946 ..... | 24.810.500 + 21,23% |

Comparado o biênio de 1937-1938 ao de 1945-1946, verifica-se que a diminuição da produção de café foi de 47,85%, ou quase a metade do que se colheu no primeiro ciclo.

Evidencia-se que no último biênio a produção estacionou, dando uma média de 12.405.250 sacas.

A safra cafeeira a ser colhida no ano corrente pouco ultrapassará dêsse limite, não se podendo, porém, prever desde já o seu volume, embora as lavouras se apresentem tratadas e com possibilidades apreciáveis de produção.

## 6 — EXPORTAÇÃO

De 1937 a 1939, quando teve início o conflito mundial, o Brasil entregou ao consumo externo 45.945.433 sacas, dando uma média anual de 15.315.144 sacas.

Já em fins de 1939 começou a nossa exportação a sofrer a influência da luta armada que assolou o mundo. De 1940 a 1945, período que durou a guerra, exportou o Brasil 68.223.548 sacas, numa média anual de 11.370.591 sacas.

Com o término da guerra, no último semestre de 1945, a nossa exportação foi aos poucos retomando o seu antigo ritmo, o que se evidencia com a remessa para o exterior, em 1946, de 15.610.129 sacas.

Fechados os portos dos demais continentes, pelo bloqueio marítimo, só restava ao comércio do café os mercados americanos.

Sendo vários países da América Central e da América do Sul grandes produtores, procuraram desde logo conquistar a preferência do mercado dos Estados Unidos que é o maior consumidor.

Oferecendo quantidades superiores as possibilidades do consumo, tal fato ocasionou tão bruscas oscilações nos preços, que poderiam acarretar um colapso na indústria agrícola do café. Resultou dessa ocorrência o convênio de Washington, assinado entre os Estados Unidos e os países produtores latino-americanos em 1940, para fixação de cotas de importação de acordo com a média do volume, anteriormente exportado pelos diversos países, regime esse que vigorou até 30 de setembro de 1945.

Rapidamente se vem reajustando o comércio mundial e, já no ano findo, mercados que praticamente se haviam fechado para o café brasileiro, reiniciaram as suas cotipras.

A exportação de café, em 1946, teve o seguinte destino:

|                                | <i>Sacas</i> |
|--------------------------------|--------------|
| Estados Unidos .....           | 11.103.672   |
| Europa .....                   | 3.086.846    |
| Ásia .....                     | 87.769       |
| África .....                   | 278.603      |
| Outros países americanos ..... | 1.053.207    |
| Destino não especificado ..... | 32           |
|                                | <hr/>        |
| Total .....                    | 15.610.129   |
|                                | <hr/>        |

No último semestre de 1946 a média de nossa exportação foi de 1.300.000 sacas por mês, podendo-se prever, em 1947, uma entrega mínima ao consumo externo de 18.000.000 de sacas, atendendo à acentuada procura por parte dos consumidores.

Em 1945 o valor da exportação de café alcançou Cr\$ .... 4.240.808.174 90. Já em 1946 êsse valor subiu à Cr\$ ..... 6.463.675.582,50; o que representa apreciável auxílio à economia agrícola do café.

Houve, assim, no ano de 1946, em relação a 1945, uma elevação de Cr\$ 2.222.867.407,60 quanto ao valor produzido.

## 7 — PREÇOS

Liberados os preços de café nos Estados Unidos o que ocorreu na segunda quinzena de outubro de 1946, os no nossos mercados voltaram a sofrer a influência da lei da oferta e da procura.

Os maiores preços alcançados foram: — em 1944, US\$ 00,12,60 por libra pêso ou Cr\$ 46,90 por 10 quilos; em 1945, quando teve início o regime de subsídio, US\$ 00,17 16 por libra pêso ou Cr\$ 66,00 por 10 quilos; em 1946, US\$ 00,18,60 por libra pêso ou Cr\$ 67,00 por 10 quilos e, quando terminada a limitação de preço, US\$ 00,28,5/8 por libra pêso ou Cr\$ 106,80 por 10 quilos.

Em relação ao preço de 1944 verifica-se em 1946 aumento de 127% e, em relação a 1945, de 62%.

Como conseqüência da liberdade de preços, foram reiniciadas as atividades da Bolsa de New York, que passou a operar nos contratos relativos aos cafés brasileiros. Também reabriu-se a Bolsa de Santos, reguladora das atividades dêsse mercado.

Desde outubro que as cotações nos nossos mercados internos, com pequenas alternativas, se vêm mantendo em nível compensador, permitindo aos exportadores a aquisição, a preço razoável, dos cafés produzidos, que são exportados a preços compensadores.

Embora o custo da produção se tenha elevado, pelo crescente preço das utilidades, a falta de trabalhadores rurais e a queda no rendimento das colheitas, os preços atuais são satisfatórios para o produtor.

As possibilidades evidentes do aumento das exportações de café, pela reabertura dos mercados europeus, a conquista de novos consumidores e o desenvolvimento que vem tendo o consumo nos Estados Unidos, estão demonstrando situação promissora para a produção nacional.

## CAPITULO IX

### DÍVIDA EXTERNA FEDERAL

E' a seguinte a posição das contas relativas aos empréstimos federais em circulação em 31-12-1946:

|                                    |         |                |
|------------------------------------|---------|----------------|
| Empréstimos em libras .....        | £       | 74.104.045-0-0 |
| Empréstimos em dólares .....       | u\$     | 110.074.045,00 |
| Empréstimos em francos ouro .....  | Frs. O. | 229.185.500,00 |
| Empréstimos em francos papel ..... | Frs. P. | 272.968.462,50 |

#### 1 -- AMORTIZAÇÕES EFETUADAS EM 1946

|                              |     |               |
|------------------------------|-----|---------------|
| Empréstimos em libras .....  | £   | 1.751.704-0-0 |
| Empréstimos em dólares ..... | u\$ | 6.452.600,00  |

#### 2 -- REMESSAS FEITAS PARA O SERVIÇO GERAL EM 1946

|                              |     |               |      |                |
|------------------------------|-----|---------------|------|----------------|
| Empréstimos em libras .....  | £   | 1.420.936-0-0 | Cr\$ | 107.799.722,50 |
| Empréstimos em dólares ..... | u\$ | 12.150.000,00 | Cr\$ | 212.935.000,00 |

## CAPÍTULO X

# CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS

### ATIVIDADES DESEMPENHADAS

(*Secretaria Técnica*)

#### 1 — DIVISÃO DA DÍVIDA EXTERNA

O Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, que “fixa normas definitivas para o pagamento e serviço dos empréstimos externos realizados em libras e dólares pelos Governos da União, Estados e Municípios, Instituto de Café do Estado de São Paulo e Banco do Estado de São Paulo, e dá outras providências”, estabeleceu no seu art. 8.º:

“Incumbe à Contadoria Geral da República, na parte relativa aos empréstimos federais, e à Seção Técnica de que trata o Decreto n.º 22.089, de 16 de novembro de 1932, no que concerne aos empréstimos estaduais e municipais, fiscalizar a execução deste decreto-lei”.

Em razão desta incumbência, vem a Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças (antiga Seção Técnica) desempenhando o controle dos compromissos no exterior, em estreita colaboração com a Contadoria Geral da República na parte relacionada com os empréstimos da União.

#### II — DIVISÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA E ASSUNTOS FAZENDÁRIOS

Principal atividade desta Divisão foi a fiel execução das atribuições conferidas à Secretaria do Conselho Técnico, pelo Decreto-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940.

Durante o ano de 1946 foram recebidos mais de 5.000 orçamentos e Balanços estaduais e municipais. Todos êsses documentos foram minuciosamente examinados sob o ponto de vista técnico, em face das normas e padrões adotados.

Como nos anos anteriores, procedeu-se a um levantamento metódico e sistemático de dados estatísticos referentes às finanças dos Estados e Municípios, em todos os seus pormenores, dados êsses extraídos daqueles documentos oficiais.

Por meio de ofícios, telegramas, circulares e pelas colunas do BOLETIM do Conselho, a Secretaria, através da Divisão de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, manteve-se em permanente contacto com os departamentos técnicos dos Estados e Municípios, respondendo a consultas, desfazendo dúvidas, esclarecendo pontos omissos ou controvertidos, em ampla cooperação com os órgãos encarregados da elaboração e execução dos respectivos Orçamentos, visando sempre o aperfeiçoamento técnico e o exato cumprimento das normas de padronização.

Ainda em 1946, a Secretaria, por intermédio desta Divisão, teve ocasião de prestar informações e serviços a diversas Comissões da Assembléa Nacional Constituinte, durante os trabalhos da elaboração da nossa Carta Constitucional. Esta colaboração mereceu menção especial em vários relatórios das Comissões Especializadas.

Os arquivos do Conselho, de dados estatísticos de caráter financeiro, bem como os fichários de legislação tributária (únicos no país, abrangendo todos os Estados e Municípios), foram franqueados a grande número de repartições, autarquias e pessoas interessadas, destacando-se, pelo volume das informações fornecidas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Como consequência de seus estudos e pesquisas no setor tributário, a Secretaria teve oportunidade de apresentar uma exposição de motivos focalizando a convocação de uma reunião de Secretários da Fazenda e de técnicos estaduais e municipais, com o objetivo de dar início aos entendimentos e acordos indispensáveis à regulamentação da nova discriminação de rendas bem como para estabelecer as bases necessárias ao prosseguimento do programa iniciado com a I Conferência Nacional de Legislação Tributária.

Com fundamento no art. 7.º do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943 convocou-se uma reunião dos representantes dos governos dos Estados e Municípios que tem Dívida

Externa, para o mês de março de 1947, extendendo convite aos demais Estados para que, na mesma oportunidade, sejam debatidos os dois problemas nacionais a que nos referimos: 1) Fixação de normas para o exato cumprimento das obrigações decorrentes do Decreto-lei n.º 6.019, relativo à normalização dos serviços da Dívida Externa; e 2) Regulamentação da discriminação de rendas adotada pela Constituição de 18 de setembro de 1946, pelo exame, em conjunto, da legislação tributária da União, dos Estados e dos Municípios.

### III — DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO

Em 1946 ficou assinalado o sexto ano de existência ininterrupta do Boletim do Conselho, que tem procurado cumprir seu objetivo como elemento de ligação entre a Secretaria do Conselho Técnico e as Repartições fazendárias estaduais, as Prefeituras, estabelecimentos bancários, firmas e particulares interessados nos assuntos que o mesmo BOLETIM vem divulgando, movimento da Dívida Externa, atualizado mês a mês estudos, análises e diretrizes dos padrões orçamentários. Elevado número de consultas respondidas figura na ordem de matérias organizadas pela Divisão de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários para divulgação através das páginas do BOLETIM, tornando-se assim difundidas, de maneira conveniente, informações que despertam interesse geral.

Variadas seções focalizando assuntos de natureza técnica e econômico-financeira são também mantidas no Boletim inclusive a de artigos assinados sobre assuntos de idêntica natureza.

## CAPÍTULO XI

### LEND AND LEASE BILL

Em virtude do Acôrdo de 3 de março de 1942, firmado entre o nosso Govêrno e o dos Estados Unidos da América do Norte, ficou estabelecido o fornecimento, ao nosso país, de armamento e munições de guerra até uma importância total, aproximada, de 200 milhões de dólares.

Sôbre o preço de custo do material, faria o Govêrno Americano uma redução de 65%, obrigando-se o nosso Govêrno a resgatar a dívida em seis prestações, de \$ 11.666.666.66 cada uma, a começar em 1.º de janeiro de 1943 e a terminar em 1.º de janeiro de 1948.

Até a presente data, já foram pagos trinta e cinco milhões de dólares, ou sejam três prestações. A prestação vencida a 1.º de janeiro do corrente ano não foi paga por se ter resolvido aguardar a apresentação das contas finais do "Lend-Lease", para efetuar o pagamento do saldo que se verificasse.

#### 1 — EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Os fornecimentos de material efetuados pelo Govêrno Americano, destinaram-se aos Ministérios militares (Guerra, Marinha e Aeronáutica), tendo sido também contemplado o Ministério da Viação e Obras Públicas, com o fornecimento de máquinas e materiais para a Fábrica Nacional de Motores.

Nos fornecimentos efetuados ao Ministério da Guerra, foram incluídos materiais destinados ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (I.P.T.) e a alguns estabelecimentos de indústria particular que interessavam diretamente ao Ministério da Guerra (Confab e Fábrica de Material de Ótica).

Convém esclarecer que embora em sua maioria os fornecimentos tivessem sido efetuados por conta do crédito aberto em



nosso favor, muitas vêzes houve necessidade de efetuar o pagamento a vista, mediante depósito no Tesouro Americano.

Isto ocorria sempre que o Governo Americano não dispunha do material requisitado *em espécie*, tornando-se, então, necessário adquiri-lo de particulares.

Os fornecimentos de materiais eram efetuados em consequência de requisições que os Ministérios militares apresentassem às autoridades americanas, por intermédio das Comissões que mantinham nos Estados Unidos.

Essas Comissões não só acompanhavam o andamento das requisições, como também tomavam tôdas as providências necessárias ao embarque do material para o Brasil.

Ainda por intermédio delas eram os Ministérios informados dos volumes embarcados em cada navio, tornando desta forma possível a identificação dos mesmos no pôrto de destino.

De acôrdo com as normas americanas, todo o material fornecido era acompanhado de uma "guia de remessa" (shipping-ticket) na qual eram consignadas tôdas as informações necessárias à sua identificação, além do preço de custo e despesas de embalagem e transporte, até o pôrto de embarque.

Devido a essa norma de trabalho, as Comissões militares puderam, de modo geral, exercer contrôle sôbre os preços dos materiais fornecidos.

Os fornecimentos de material pelo "Lend-Lease" foram suspensos em fins de 1945, tendo sido a resolução do Governo Americano comunicada ao nosso Governo em Nota de 28 de setembro, transmitida pela Embaixada do Brasil em Washington, com o Ofício Confidencial 484, de 10 de outubro de 1945.

## 2— APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

O Governo Americano apresentou ao nosso Governo, para exame e verificação, relações detalhadas do material fornecido, organizadas pelos respectivos órgãos provedores, com as informações necessárias à perfeita identificação do material.

Além dessa documentação, foram apresentados resumos da situação corerspondente aos fornecimentos efetuados até determinadas épocas, sendo que o último recebido abrangeu os fornecimentos realizados até 28 de fevereiro de 1946 conforme discriminação abaixo:

|                                | U\$S          |
|--------------------------------|---------------|
| Material de Aviação .....      | 79,649,016.15 |
| Material Bélico .....          | 73,395,449.85 |
| Material de Transmissões ..... | 2.208,111.25  |

|   |                       |
|---|-----------------------|
| Material de Engenharia .....                                    | 2,895,430.37          |
| Material de Intendência .....                                   | 889,138.19            |
| Material de Saúde .....   | 629,039.63            |
| Material de Guerra Química .....                                | 320,606.69            |
| Transporte .....  | 100,154.48            |
| Marinha .....   | 17,805,694.89         |
| Fornecimentos efetuados através do<br>Treasury Department ..... | 6,066,708.31          |
| <b>Total .....</b>  | <b>183,959,349.81</b> |

A importância total referida poderá sofrer alterações, embora pouco sensíveis, uma vez que os fornecimentos cessaram há mais de ano.

Por outro lado, esperamos que esse total venha a ser bastante reduzido, em virtude das seguintes providências: —

a) Obtenção de uma taxa de pagamento inferior a 35% na revisão do Acôrdo de 3 de março de 1942, a ser pleiteada pelo Sr. Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que acaba de ser credenciado para essa missão, pelo Exmo. Sr. Presidente da República;

b) Pela exclusão de lançamentos resultantes de equívocos, que constam das relações apresentadas para exame a saber:

- 1) lançamentos referentes a outros Países;
- 2) lançamentos referentes a materiais não embarcados;
- 3) lançamentos referentes a materiais adquiridos a vista;
- 4) lançamentos referentes a materiais fornecidos à Fôrça Expedicionária Brasileira (x);
- 5) lançamentos repetidos (duplicata e, às vêzes, triplicata),

Foram, também, encontrados êrros de soma, um só dos quais majorava de \$ 936,000.00 o débito.

### 3 — SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Todos os resumos apresentados pelo Govêrno Americano foram verificados, conferindo com os dados constantes das relações do material fornecido, apresentando apenas um engano de dez dólares contra o Tesouro Americano.

(x) Nota — Em CTC n.º 58, de 24 de junho de 1945, a Embaixada do Brasil comunicou não haver intenção do Govêrno Americano de exigir pagamento pelos fornecimentos efetuados à F.E.B.

As relações estão sendo examinadas e a situação atual, dêsse serviço, é a seguinte:

1.º) *Relações remetidas com o ofício confidencial n.º 338/822.1 (42) (22), de 4-10-44, da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos.*

Foram verificadas tôdas as relações, aguardando-se, apenas, as informações a serem prestadas pelo Ministério da Marinha quanto aos fornecimentos efetuados pelo Navy Department e do Ministério da Aeronáutica quanto aos fornecimentos do Air Corps (War Department).

2.º) *Relações remetidas com o ofício confidencial n.º 453/822.1 (42) (22), de 27-9-45, da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos.*

Foram verificados todos os fornecimentos efetuados ao Ministério da Guerra. A Fábrica Nacional de Motores (Ministério da Viação) prometeu para breve a remessa das informações relativas aos fornecimentos que lhe dizem respeito.

Aguardam-se as informações a serem prestadas pelos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, com relação aos fornecimentos que lhes foram efetuados pelo Navy Department e War Department (inclusive Air Corps).

3.º) *Relações remetidas com o ofício confidencial n.º 278.822.1 (42) (22), de 6 de junho de 1946, da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos.*

A Comissão já terminou o trabalho preliminar (identificação dos destinatários do material lançado) e o Ministério da Guerra está terminando a verificação da parte que lhe diz respeito.

Concluída a verificação que o Ministério da Guerra está fazendo, serão organizadas as relações suplementares a serem enviadas aos Ministérios da Aeronáutica, Marinha e Viação para exame dos lançamentos respectivos.

## CAPÍTULO XII

### CONVÊNIO ARGENTINO

#### 1 — DESCONGELAMENTO DOS U\$S ARGENTINOS

Em 27 de dezembro último foi incumbido o Dr. José Vieira Machado, Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito, de seguir em missão à Argentina com o fim de tomar as necessárias iniciativas para a execução do Convênio firmado com aquele país em 29 de novembro transato.

Em cumprimento das instruções recebidas iniciou e ultimou aquele Diretor, com êxito, as diligências que se faziam precisas para o objetivo em vista.

Aproveitando a oportunidade dessa missão teve também o Dr. Vieira Machado delegação para negociar com o Banco Central da República Argentina, o desbloqueio dos fundos em dólares existentes nesse Banco no total de \$ 43.127.342,27. Levada a bom termo essa incumbência, pode hoje o Banco do Brasil dispôr daquela importância livremente, parte da qual, ou seja \$ 30.000.000,00 já foi transferida para o Federal Reserve Bank of New York — New York a crédito da conta que ali mantém o Banco do Brasil. O saldo da referida importância ou seja de \$ 13.127.342,27 acha-se creditado em conta livre no Banco Central da República Argentina.

## CAPÍTULO XIII

# CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

### 1 — FUNDAÇÃO E FINALIDADE

A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial resultou de autorização, prerrogativas e deveres conferidos ao Banco do Brasil pela Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937.

Foi instituída com o objetivo de fomentar o aumento da riqueza nacional, mediante assistência financeira direta à agricultura, à pecuária, às indústrias e às cooperativas rurais, legalmente constituídas.

Os seus primeiros financiamentos tiveram começo efetivo em fevereiro do ano de 1938.

Presentemente, acha-se em vigor o seu terceiro regulamento, elaborado e aprovado em 1942.

### 2 — RECURSOS E APLICAÇÕES

Para as operações de financiamento rurais e industriais foi estabelecido na Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937, e nos seus regulamentos que o Banco do Brasil poderia emitir bonus, na razão direta dos empréstimos efetuados.

Esses títulos, ao portador, dos valores de 500, 1.000, 10.000, 50.000 e 100.000 cruzeiros, aos prazos de um, dois, cinco e dez anos, vencem juros que foram convencionados à taxa de 5 1/2%.

Seriam tomados pelo então Instituto Nacional de Previdência e pelas Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, com uma percentagem de seus depósitos e fundos, fixada pelo Governo, sob anuência das respectivas Juntas e Conselhos Administrativos.

Pelos Decretos-leis ns. 2.611, de 20-9-940, e 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, que dotaram a Carteira de novas fontes de recursos, ficou determinado o recolhimento obrigatório ao Banco do Brasil:

a) de consignações em pagamento e, em geral, tôdas as importâncias em dinheiro cujo levantamento ou utilização depende de autorização judicial;

b) de depósitos em dinheiro para garantir a execução ou o pagamento de serviços de utilidade pública, recebidos dos consumidores ou assinantes, pelas empresas concessionárias;

c) de 15% dos depósitos ou fundos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, para a tomada de bonus.

Os recursos provenientes dessas três fontes ascenderam, em 31 de dezembro de 1946, à importância de Cr\$ 1.416.945.523,70, insuficientes para atender aos créditos concedidos pela carteira, como veremos pelo demonstrativo que se vai seguir.

Essa deficiência proveio de entenderem os Institutos e Caixas de Previdência, de cujos recolhimentos mais se esperava, que só estavam obrigados a recolher 15% das *disponibilidades existentes* em seu poder.

Daí resultou, em grande parte, a situação anômala em que se encontra a Carteira, obrigada a recorrer à Caixa do Banco do Brasil ou ao redesconto de seus contratos, com todos os inconvenientes oriundos dessa provisão irregular.

Não tendo o Banco do Brasil concordado com a aludida interpretação, foi o assunto levado ao Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social, dependendo ainda, de solução.

---

Os créditos abertos pela Carteira, que atingiam a Cr\$ . . . . 5.916.127.108,00 em 31 de dezembro de 1945, reduziram-se a Cr\$ 5.358.795.000,00 em 31 de dezembro de 1946.

O quadro abaixo vai por em nítido destaque a exata situação financeira da Carteira, ao encerrar-se o exercício de 1946.

3 — CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Recursos e aplicações, conforme Balanço em 31 de dezembro de 1946

*Recurso*

|  |                  |
|--|------------------|
| Depósitos judiciais à vista e aviso prévio de menos de 90 dias (Dec.-lei n.º 3.077, de 26-2-941) ..... | 948.909.466,80   |
| Propósitos Judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Dec.-lei n.º 3.077, de 26-2-941) .. | 29.213.864,40    |
| Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos (Dec.-lei n.º 3.077, de 26-2-941) .....     | 104.940.442,00   |
| Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei número 3.077, de 26-2-941) .....                      | 258.018.750,50   |
|  | <hr/>            |
|  | 1.341.082.523,70 |
| Bonus em circulação .....  | 75.863.000,00    |
|  | <hr/>            |
|  | 1.416.945.523,70 |
| Carteira de Redescontos .....  | 2.392.187.293,50 |
|  | <hr/>            |
|  | 3.809.132.817,20 |
| Suprimentos do encaixe geral do Banco .....  | 1.205.908.193,50 |
|  | <hr/>            |
|  | 5.015.041.015,70 |

*Aplicações*

|                               |                  |
|-------------------------------|------------------|
| Empréstimos Rurais .....      | 4.137.307.155,70 |
| Empréstimos Industriais ..... | 739.773.590,50   |
|                               | <hr/>            |
|                               | 4.877.080.746,20 |
| Créditos em Liquidação .....  | 137.960.269,50   |
|                               | <hr/>            |
|                               | 5.015.041.015,70 |

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizadas em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31 de dezembro de 1946, sendo que os créditos abertos, em igual data, compunham-se das seguintes parcelas:

|                          |                         |
|--------------------------|-------------------------|
| Empréstimos Rurais ..... | 4.534.071.830,00        |
| Idem Industriais .....   | 824.723.171,10          |
|                          | <hr/>                   |
| <b>Total</b> .....       | <b>5.358.795.001,10</b> |
|                          | <hr/>                   |

No quadro estatístico, que se vai seguir, veremos a distribuição das aplicações pela natureza dos créditos e regiões onde foram concedidos.

Nota-se uma grande queda no total dos empréstimos agrícolas (Cr\$ 755.300.000,00, números redondos, para Cr\$ ..... 1.527.000.000,00, no ano passado, em igual data). Essa diferença se explica pela liquidação, quase integral, dos financiamentos de algodão que não foram renovados em 1946, em virtude de favorável posição do mercado.

Houve relativo estacionamento na posição dos empréstimos concedidos à pecuária, em consequência da moratória a que foram submetidos em virtude de lei. De Cr\$ 3.250.830.000,00 em 1945, reduziram-se a Cr\$ 3.329.000.000,00 em 1946.

Observa-se sensível elevação nos empréstimos industriais, não tanto em virtude de novos contratos, mas pela ultimação de operações iniciadas no exercício anterior.



3 -- CREDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1946

|                       | Nº     | VALOR         | TOTAL         | TOTAL                |
|-----------------------|--------|---------------|---------------|----------------------|
| <b>NORTE</b>          |        |               |               |                      |
| Agrícolas.....        | 63     | 1.018.435     |               |                      |
| Pecuários.....        | 128    | 15.147.050    |               |                      |
| Agro-Pecuários.....   | 1      | 10.000        |               |                      |
| Industriais.....      | 3      | 1.138.750     |               |                      |
| Agro-Industriais..... | 14     | 812.980       | 269           | 21.127.215           |
| <b>NORDESTE</b>       |        |               |               |                      |
| Agrícolas.....        | 1.346  | 117.358.096   |               |                      |
| Pecuários.....        | 8.451  | 638.080.557   |               |                      |
| Agro-Pecuários.....   | 162    | 8.162.754     |               |                      |
| Industriais.....      | 84     | 37.577.700    |               |                      |
| Agro-Industriais..... | 196    | 305.604.845   | 19.239        | 1.076.763.902        |
| <b>LÉSTE</b>          |        |               |               |                      |
| Agrícolas.....        | 1.150  | 78.127.193    |               |                      |
| Pecuários.....        | 13.397 | 1.415.691.326 |               |                      |
| Agro-Pecuários.....   | 42     | 2.007.092     |               |                      |
| Industriais.....      | 99     | 267.596.376   |               |                      |
| Agro-Industriais..... | 69     | 84.635.867    | 11.757        | 1.847.457.759        |
| <b>SUL</b>            |        |               |               |                      |
| Agrícolas.....        | 4.459  | 553.386.933   |               |                      |
| Pecuários.....        | 5.517  | 748.755.915   |               |                      |
| Agro-Pecuários.....   | 20     | 1.014.554     |               |                      |
| Industriais.....      | 175    | 615.330.350   |               |                      |
| Agro-Industriais..... | 35     | 126.257.757   | 19.206        | 1.945.755.509        |
| <b>CENTRO-OESTE</b>   |        |               |               |                      |
| Agrícolas.....        | 71     | 2.408.541     |               |                      |
| Pecuários.....        | 3.045  | 463.156.075   |               |                      |
| Agro-Pecuários.....   | 1      | 26.000        |               |                      |
| Industriais.....      | 4      | 2.190.009     |               |                      |
| Agro-Industriais..... | —      | —             | 3.121         | 467.690.616          |
| <b>TOTAL.....</b>     |        |               | <b>38.532</b> | <b>5.358.795.001</b> |

RESUMO

|                       |               |                      |
|-----------------------|---------------|----------------------|
| Agrícolas.....        | 7.089         | 755.299.198          |
| Pecuários.....        | 33.250        | 3.250.839.873        |
| Agro-Pecuários.....   | 226           | 11.239.310           |
| Industriais.....      | 365           | 821.723.171          |
| Agro-Industriais..... | 314           | 516.711.449          |
| <b>TOTAL.....</b>     | <b>38.532</b> | <b>5.358.795.001</b> |